PROANPEC

ECONOMIA BRASILEIRA - 2019

Amaury Gremaud

agosto 2019

Sumário

[Brasileira: Informações no Manual do Candidato da ANPEC do exame de 2020 4](#_Toc16980834)

[CONTÙDO PROGRAMATICO 4](#_Toc16980835)

[Bibliografia Sugerida 4](#_Toc16980836)

[Questões ANPEC relativas ao tópico 1: “A Economia Brasileira de fins do século XIX até a crise de 1929” 6](#_Toc16980837)

[Questões Falso x Verdadeiro - Tópico 1 8](#_Toc16980838)

[Questões abertas – Tópico 1 37](#_Toc16980839)

[Questões relativas ao tópico 2: A Industrialização Brasileira e a política econômica no Período 1930-1945. 39](#_Toc16980840)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 2 40](#_Toc16980841)

[Questões abertas – Tópico 2 68](#_Toc16980842)

[Questões relativas ao Tópico 3: O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas. 71](#_Toc16980843)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 3 73](#_Toc16980844)

[Questões abertas – Tópico 3 111](#_Toc16980845)

[Questões relativas ao tópico 4: O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas anti-inflacionárias. Política salarial. Os planos Trienal e PAEG 114](#_Toc16980846)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 4 115](#_Toc16980847)

[Questões abertas – Tópicos 4 144](#_Toc16980848)

[Questões relativas ao tópico 5: A Retomada do Crescimento 1968-1973: desaceleração e os planos econômicos do período. A economia brasileira na década de 1970 e o II PND 146](#_Toc16980849)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 5 148](#_Toc16980850)

[Questões abertas – Tópico 5 181](#_Toc16980851)

[Questões relativas ao tópico 6: A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização. 185](#_Toc16980852)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 6 186](#_Toc16980853)

[Questões abertas – Tópico 6 205](#_Toc16980854)

[Questões relativas ao tópico 7: Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil. 207](#_Toc16980855)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 7 209](#_Toc16980856)

[Questões abertas – Tópico 7 232](#_Toc16980857)

[Questões relativas ao tópico 8: Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. O debate sobre desindustrialização /reprimarização da economia brasileira. 234](#_Toc16980858)

[Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 8 234](#_Toc16980859)

[Questões abertas – Tópico 8 248](#_Toc16980860)

[Questões relativas ao tópico 9: O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade. 250](#_Toc16980861)

[Questões Falso X Verdadeiro – Tópico 9 250](#_Toc16980862)

[Questões abertas – Tópico 9 264](#_Toc16980863)

[Questões relativas ao tópico 10. Tópicos Adicionais. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Desequilíbrios regionais. Distribuição de renda e pobreza. Relações com a economia internacional: integração, política industrial e dívida externa. A reforma do estado e as privatizações. Mercado de trabalho e emprego. 266](#_Toc16980864)

[Questões falso x verdadeiro – Tópico 10 266](#_Toc16980865)

[Questões abertas - Tópico 10 286](#_Toc16980866)

# Brasileira: Informações no Manual do Candidato da ANPEC do exame de 2020

## CONTÙDO PROGRAMATICO

1. A Economia Brasileira de Fins do Século XIX até a Crise de 1929.
2. A Industrialização Brasileira e a política econômica no Período 1930-1945.
3. O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas.
4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. Os planos Trienal e PAEG.
5. A Retomada do Crescimento 1968-1973: desaceleração e os planos econômicos do período. A economia brasileira na década de 1970 e o II PND.
6. A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização.
7. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.
8. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. O debate sobre desindustrialização/reprimarização da economia brasileira.
9. O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade.
10. Tópicos Adicionais. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Desequilíbrios regionais. Distribuição de renda e pobreza. Relações com a economia internacional: integração, política industrial e dívida externa. A reforma do estado e as privatizações. Mercado de trabalho e emprego.

## Bibliografia Sugerida

1. ABREU, M.P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
2. BAER, W. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
3. BASTOS, P. P. e FONSECA, P. C. D. (orgs.) *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade.* São Paulo: UNESP, 2012.
4. BELUZZO, L.G. e COUTINHO, R**.** *O Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1982 (2 volumes).
5. BONELLI, R. (org.) *Ensaios sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil.* Rio de Janeiro: Senai, 1996.
6. CARDOSO Jr., J. C. (org.) *A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil.* Brasília: IPEA, 2011.
7. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2a. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
8. CARNEIRO, R. (2002) *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.* São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp, 2002
9. CASTRO, A.B. de e Souza, F.E.P. de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
10. FILGUEIRAS, L. (2000) *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições.* São Paulo: Boitempo, 2000
11. FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
12. GAMBIAGI, F.; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. *Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004).* Editora Elsivier/Campus, 2005.
13. IPEA. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro* (org. André Bojikian Calixtre; André Martins Biancarelli; Marcos Antonio Macedo Cintra (organizadores). IPEA, Brasília, 2014
14. KON, A. (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
15. SIMONSEN, M. H. *Inflação: Gradualismo vs. Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
16. TAVARES, M. da C. *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
17. TAVARES , M. da C. e Fiori, J.L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
18. VERSIANI, F.R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs). *Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização.* Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva.
19. VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*.Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

# Questões ANPEC relativas ao tópico 1: “A Economia Brasileira de fins do século XIX até a crise de 1929”

No que diz respeito à economia brasileira no final do século XIX e início do século XX, alguns aspectos em particular devem ser considerados relevantes:

1. Conjuntura econômica pré-proclamação da República: câmbio e café.
2. Política econômica de Rui Barbosa: política monetária adotada e resultados observados.
3. Política econômica de Joaquim Murtinho: políticas adotadas e principalmente, o *funding loan* de 1898.
4. A política de defesa do café.
5. A industrialização anterior a 1930.

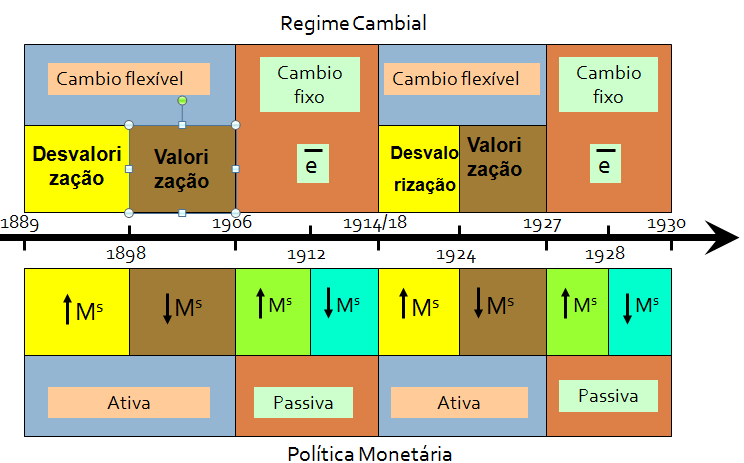
O período anterior ao início do governo republicano é caracterizado por uma política metalista, buscando a valorização cambial e pelo objetivo de (re)inserir a economia brasileira no padrão ouro; este fora estabelecido por decreto no início do Império mas em função de sucessivas crises afastou-se deste padrão.

Entretanto, dada a pressão da demanda por meio circulante, associada ao fim do trabalho escravo e o crescimento do trabalho livre (assalariado) no país, mudanças são introduzidas ainda no último gabinete do governo imperial (Ouro Preto) e posteriormente, em janeiro de 1890, já na República, é adotada uma importante reforma monetária por Rui Barbosa de cunho papelista. Tal reforma permitiu a expansão da emissão, realizada de forma descontrolada; em seguida também se observam desvalorização cambial, pressões inflacionárias e a especulação nas Bolsas de Valores do país.

No final da década temos o contraponto deste período com a crise e recomposição da dívida (*funding loan*) com a ascensão de Campos Sales na presidência e de Joaquim Murtinho na Fazenda, e a adoção de uma política monetária contracionista: a consequência desta foi um período recessivo para a economia brasileira.

No que diz respeito às políticas de defesa do café, é importante saber em quais anos foram praticadas tais intervenções, bem como o instrumento utilizado para a compra (emissão monetária ou empréstimos de recursos estrangeiros) e estocagem (no Brasil ou no exterior) do produto em cada uma delas. É importante considerar a característica do produto no mercado internacional da época: o café apresentava uma demanda com baixa elasticidade-preço, ou seja, um preço baixo não era traduzido num aumento da demanda, reduzindo significativamente as receitas obtidas na comercialização do produto em períodos de expansão da oferta. É importante ter em mente também o próprio papel que o produto desempenhava no comportamento da balança comercial brasileira da época: na década de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total e em 1840 o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café. Na década 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações e na década de 1920, chegaria a atingir 70% da pauta.

**Resumo da política econômica na Primeira República**

****

**Resumo das políticas de intervenção no mercado do café:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Defesa esporádica | | | Defesa permanente | Intervenção de Vagas |
| 1906  (Convênio de Taubaté) | 1917  (Iª Guerra Mundial) | 1921 | 1924 | (depois da Crise de 29-30) intervenção só a partir de 31 |
|  |  |  | Transferência da responsabilidade do programa de proteção ao estado de São Paulo | Responsabilidade federal, passa a ocorrer não só a estocagem, mas também a queima do café. |
| Baseada em empréstimos externos | Baseada em oferta monetária | Baseada em empréstimos externos | Baseada tanto em recursos externos como em expansão monetária | Fundamentalmente recursos internos, mas há o acesso a um empréstimo externo |
| Café é estocado no exterior | Café é estocado no exterior | Café passa a ser estocado no Brasil | Café é estocado no Brasil | Depois de um tempo quotas para o mercado, para estoque e para queima |

## Questões Falso x Verdadeiro - Tópico 1

1. **(2010 – 1)** No que concerne ao Modelo Primário-Exportador e a expansão industrial antes de 1930, é correto afirmar:
2. a substituição de importações nos ramos industriais já existentes era mais fácil quando havia depreciação do mil-réis, mas a diversificação dos investimentos para novos ramos industriais era desestimulada.
3. o setor exportador impactava fortemente sobre o conjunto da economia, induzindo a diversificação da capacidade produtiva.
4. o desenvolvimento do setor exportador implicou um processo de urbanização e impulsionou significativamente o desenvolvimento da indústria de bens de capital.
5. o setor agrícola de subsistência, juntamente com a atividade industrial de bens de consumo interno tradicionais, eram peças essenciais da dinâmica do modelo.
6. no Brasil, diferentemente do processo de desenvolvimento ocorrido em alguns países europeus, verificou-se uma nítida divisão social do trabalho entre os setores externo e interno da economia.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A desvalorização, se por um lado protegia as indústrias existentes dado que os preços dos produtos importados concorrentes se elevam, por outro lado dificultava os investimentos, pois encarecia a importações de bens necessários à sua materialização. Deste modo novos ramos industriais necessitavam, no seu início, que parte dos investimentos fosse feito com importações o que, nos momentos de depreciação do Mil-réis, era mais difícil.
  2. FALSO: A falsidade da afirmação decorre de sua segunda parte. A renda agregada da economia era, de fato, altamente atrelada ao comportamento do setor produtor e exportador de café, mas boa parte da demanda agregada, especialmente de manufaturados, era satisfeita através de importações, e não através de produção interna. Devido à rentabilidade da atividade cafeeira frente às alternativas de investimento, boa parte dos ganhos era reinvestida no próprio setor cafeeiro, inibindo assim a diversificação das atividades econômicas.
  3. FALSO: O problema da afirmativa está na ideia de se ter promovido um impulso significativo na indústria de bens de capital. Nesta fase, mesmo supondo a existência de algum crescimento do setor em questão, não foi tão significativo conforme a afirmação;
  4. FALSO: Embora as atividades dos setores mencionados não fossem desprezíveis, os mesmos estavam longe de ser “peças essenciais da dinâmica do modelo”, como atesta a afirmação. Conforme discutido anteriormente, parte majoritária do comportamento agregado da economia brasileira era ditado pelo ritmo da produção e exportação de café.
  5. FALSO: boa parte das atividades de mercado interno no Brasil, especialmente pós-introdução do trabalho livre, estava inter-relacionada com as atividades exportadoras. Segundo Celso Furtado, na massa de salários pagos nas atividades voltadas para a exportação, estava o núcleo do mercado interno nacional.

1. **(1999 -**1) Segundo Celso Furtado, em Formação Econômica do Brasil, “...*o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX, foi sem lugar à dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado*”. Esse aumento da importância relativa do setor assalariado:
   1. se deveu exclusivamente à abolição da escravatura;
   2. aumentou a possibilidade de grandes desequilíbrios externos;
   3. provocou sérias crises de liquidez, revelando a inadequação da oferta monetária às novas circunstâncias;
   4. desorganizou a produção cafeeira;
   5. contribuiu favoravelmente para a evolução da indústria brasileira.

Resp:

1. FALSO, não foi apenas a abolição da escravidão que levou ao trabalho assalariado, mesmo por que a abolição ocorre definitivamente em 1888 e o crescimento do trabalho assalariado se deu anteriormente;
2. VERDADEIRO, para Furtado a introdução do trabalho assalariado tende a separa as decisões e as próprias importações das exportações, passa a existir uma espécie de *delay* entre as oscilações nas exportações e as oscilações nas importações configurando a possibilidade de desequilíbrios externos;
3. VERDADEIRO, este fato é mais destacado por Gustavo Franco, mas efetivamente com o trabalho assalariado, a massa de salários para Furtado constituirá o núcleo de dinamismo de um mercado interno, existe o aumento de transações monetizadas e a demanda por moeda, frente a uma oferta relativamente inelástica;
4. FALSO, não houve grandes abalos no processo produtivo e a expansão da produção de café foi praticamente uma constante na segunda metade do século XIX;
5. VERDADEIRO, para Furtado a expansão do mercado interno, que justamente pode ocorrer em função do crescimento do trabalho assalariado, foi condição importante para o desenvolvimento da indústria.
6. **(2019 01)** Sobre a economia brasileira na Primeira República, podemos afirmar:
7. O desenvolvimento da atividade extrativista de borracha se aproximava da formação da lavoura cafeeira de São Paulo no que se refere à necessidade de suprimento externo de mão de obra, o que, em ambos os casos, foi satisfeito por meio de movimento migratório.
8. Entre as possíveis causas da apreciação cambial do final do século XIX, pode-se elencar o apogeu das exportações de borracha.
9. A conexão observada entre a tendência ao desequilíbrio externo e os desequilíbrios fiscais decorreu, entre outros fatores, da queda real das receitas do Imposto de Importação, cobrado a uma taxa de câmbio fixa sobre o valor da mercadoria importada, a despeito da desvalorização da moeda nacional.
10. As classes urbanas assalariadas tinham interesses comuns aos dos cafeicultores no que diz respeito aos ganhos de renda advindos da desvalorização cambial, o que explica o apoio social amplo a políticas monetárias expansionistas.
11. A produção cafeeira começou a apresentar descompasso entre sua capacidade de oferta e a demanda internacional como consequência das safras extremamente favoráveis dos concorrentes internacionais.

Resp.

1. VERDADEIRO, a produção de borracha se fez com atração de mão obra que acabou por migrar principalmente da região nordeste, ou seja, de modo semelhante ao café onde também houve migração de mão de obra mas europeia
2. VERDADEIRO, no final do século XIX temos a expansão das exportações de borracha que perdurou até o final da primeira década do século XX, o crescimento destas exportações influenciou na pressão pela desvalorização cambial
3. VERDADEIRO, a tendência ao desequilíbrio externo implica em uma tendência de queda das importações e como as receitas estão completamente vinculadas ao imposto de importação, a queda da quantidade importada acarreta uma diminuição de recitas.
4. FALSO, as classes urbanas normalmente se viam incomodados com a elevação dos preços decorrentes de políticas que acarretassem a desvalorização cambial e/ou politicas expansivas do ponto de vista monetário
5. FALSO, o descompasso é interno, na medida que a própria produção nacional se ampliou desmesuradamente e acima do crescimento da demanda internacional pelo produto.
6. **(2018 – 1)** O Brasil passou por grave crise econômica na primeira década republicana. Sobre tal período e a referida crise, suas causas e consequências, pode-se afirmar:
7. A baixa participação dos depósitos bancários, como percentual dos meios de pagamento, limitava a criação de crédito pelos bancos.
8. Ocorreu significativa depreciação cambial.
9. Pelo menos em parte da segunda metade da década de 1890, a política monetária foi mais contracionista em comparação com a primeira metade da mesma década.
10. O crescimento industrial ocorrido no período do Encilhamento pode ser verificado em indicadores como o da expansão da capacidade produtiva de setores importantes, a exemplo do têxtil, estimulada pela facilidade na subscrição de ações.
11. O sistema bancário brasileiro apresentava caráter geograficamente descentralizado, com participação majoritária, em termos de depósitos bancários, das instituições situadas na cidade de São Paulo, refletindo a pujança da lavoura do café.

Resp:

1. VERDADEIRO, a afirmativa retrata um dos problemas do período, a dificuldade em ampliar a oferta monetária por meio da moeda bancária, não apenas pois o sistema bancário mantinha um nível de reservas elevado, como o próprio *funding* do sistema bancário era baixo, pela baixa propensão do público por reter moeda na forma de depósitos
2. VERDADEIRO, efetivamente em 1891 temos uma forte desvalorização cambial. O câmbio continuou a se depreciar até 1898.
3. VERDADEIRO, a política monetária e fortemente expansionista nos primeiros anos da década, detecta-se uma expansão do equivalente ao M1 em 1890 e 1891 e do papel moeda em poder público até 1894, depois disto, estes indicadores ou se estabilizam ou crescem nominalmente de forma bem menos intensa.
4. FALSO, a questão é objeto de controvérsia. Os dados apresentados por exemplo por Suzigan, Stein e Fishlow mostram o período como favorável ao setor industrial, e entre as explicações para isto, está justamente a ideia de ampliação da capacidade produtiva (com novos investimentos representados pelas importações de máquinas), mesmo que no período tenha ocorrido desvalorizações cambiais. Porém Versiani e Versiani analisando a indústria têxtil algodoeira carioca chega em conclusão oposta, mas é rebatido por Suzigan que considerando mesmo a indústria têxtil fora da localização escolhida por Versiani e Versiani também se mostra favorecida no período pela ampliação de investimentos industriais e da capacidade produtiva.
5. FALSO, o sistema bancário àquela época era bastante concentrado na capital federal (Rio de Janeiro) que concentravam 80% dos depósitos
6. **(2018 – 2)** Sobre a economia e a política econômica no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar:
7. A proposta de implantação de uma Caixa de Estabilização, que implicava no automatismo na emissão monetária, se contrapunha ao caráter discricionário da experiência da primeira metade dos anos 1920, com a Carteira de Redesconto.
8. Os metalistas entendiam que a política monetária deveria estar subordinada à política cambial.
9. As condições externas favoráveis verificadas desde 1926 condicionaram forte expansão do crédito, como resultado do estabelecimento da Caixa de Estabilização, a qual propiciou quadro de forte crescimento econômico entre 1926 e 1928.
10. A Lei Bancária de janeiro de 1890 pode ser exemplo de medida mais afinada com o *papelismo* do que com o *metalismo*.
11. Nos anos 1920, o crescimento pronunciado da economia americana foi acompanhado da elevação do consumo *per capita* do café, bem como do seu preço. Estes fatos ajudam a explicar o sucesso da política da Caixa de Estabilização, entre 1926 e 1928.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, A Caixa de Estabilização criada ao final de 1926 já na gestão Vargas no Ministério da Fazenda e Washington Luís na Presidência da República e funcionava de modo equivalente à Caixa de Conversão do início do século, ou seja, a ampliação da oferta de moeda ocorreria à medida que o volume de reservas internacionais se ampliassem e, ao contrário, uma diminuição da oferta ocorreria se as reservas internacionais diminuíssem. Considera-se isto uma política monetária passiva ou seja que funciona de modo automático dependendo da variação de reservas, o que difere do modelo adotado nos anteriores onde a política era ativa ou discricionária funcionando a depender dos objetivos do governo e que era operada principalmente pela política de redesconto, ou seja por uma espécie de controle de liquidez por meio do redesconto do títulos dos bancos pela carteira de redesconto operada pelo Banco do Brasil desde o início da década de 20.

① VERDADEIRO, O objetivo principal dos metalistas era manter o valor da moeda em termos dos metais e das outras moedas vinculadas aos metais estável, ou seja, manter a taxa de câmbio estável

② VERDADEIRO, como afirmado na primeira assertiva a caixa de estabilização previa a ampliação da oferta monetária quando o volume de reservas se ampliasse, o que efetivamente ocorreu quando da criação da Carteira e nos meses seguintes, propiciando a expansão da oferta monetária e melhores condições de expansão da economia brasileira em um período de entra da de capitais externos.

③ VERDADEIRO, A lei Bancaria de 1890 adotada por Rui Barbosa no início da República previa a emissão de moeda inconversível e lastreada em títulos públicos e provados, o que permitiu uma expansão monetária desvinculadas do estoque de metais do país ou de suas reservas internacionais, o que de fato não se coaduna aos princípios metalistas e sim à visão papelista do período.

④ FALSO, existe um crescimento da produção mundial de café e do consumo mas os preços no mercado internacional se subiram na primeira metade de década de 20, sofreram queda em 1926/27 apesar dos esforços da política de defesa permanente do café, que recuperou os preços em 1927/28. O grande indutor do crescimento brasileiro foi um fluxo internacional de capitais em direção ao Brasil que compensou a queda na Balança de transações correntes do país.

1. **(2017 – 1)** Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar:
2. As exportações são consideradas, por vários autores, como a variável autônoma mais importante na determinação da demanda agregada.
3. O chamado ciclo da borracha ocorreu nesse período, começou a declinar na segunda década do século XX, principalmente devido à dificuldade de enfrentar a concorrência internacional.
4. O capital estrangeiro ingressou, em ramos comerciais e em serviços de infraestrutura, mas não participou nos investimentos na indústria.
5. A Caixa de Conversão, de 1906, representou a adesão ao Padrão Ouro e teve como uma das causas de sua constituição a crítica dos exportadores, que se sentiam prejudicados após vários anos de apreciação cambial.
6. A “fórmula” Campos Salles-Rodrigues Alves refere-se ao fato de que o ajuste ortodoxo – preferido pelos credores externos nas crises – embora fosse recessivo no curto prazo, abriria possibilidade para numa fase posterior atrair capitais externos.

Resp:

1. VERDADEIRO, esta é a própria caracterização da economia brasileira até a primeira república como sendo uma economia do tipo agroexportadora
2. VERDADEIRO, o ciclo da borracha vai do fim do século XIX até aproximadamente 1912 na segunda década do século e seu encerramento se deve ao enfrentamento da concorrência da produção promovida pelas colônias inglesas e francesas no sudeste asiático
3. FALSO, apesar do setor industrial neste período não ser o principal destino para o capital estrangeiro não podemos dizer que não houve capital estrangeiro aplicado na indústria na primeira república especialmente se olharmos para a década de 20
4. VERDADEIRO, a caixa de conversão de fato é uma iniciativa que representação aquilo que denomina por padrão ouro (câmbio fixo, conversibilidade do mil-reis em ouro – ou libra- e emissão lastreadas. Sua adoção em 1906 veio em um momento em que a taxa de cambio de valorizava e tendia a assim continuar se o regime de câmbio flexível permanecesse
5. VERDADEIRO, a fórmula Campos Salles – Rodrigues Alves a que se refere a afirmativa é a política contracionista (adotada) no governo Campos Salles seguida pela política adota por Rodrigues Alves, ainda uma política contracionista, mas mais relaxada que a anterior. Um dos motivos que possibilita este relaxamento, com o aumento dos investimentos públicos por exemplo, é justamente a entrada de capitais que ocorre muito em unção de visão positiva que os investidores estrangeiros têm em relação à política contracionista
6. **(2017 - 2)** A chamada República Velha tem um período de consolidação e depois um de crise nos primeiros trinta anos do século XX. Neste intervalo de tempo podemos afirmar que:
7. A chamada “tendência ao desequilíbrio externo” tinha como elemento central a inserção do Brasil no comércio internacional, baseada na exportação de uma commodity, o café. O caráter estruturalmente instável dos preços internacionais de commodities foi potencializado pelo impacto das grandes safras brasileiras sobre a cotação internacional do café e pela baixa elasticidade-preço da demanda.
8. A experiência de aplicação do Padrão Ouro em 1906 resultou das dificuldades de financiamento externo, esperando o governo que a fixação de uma taxa de câmbio – seguindo a ortodoxia da época – por meio da administração fiscal rigorosa, pudesse aumentar a credibilidade da política econômica e, assim, atrair capitais necessários para financiar o balanço de pagamentos.
9. Depois de um impacto inicial negativo, a Primeira Guerra Mundial acabou por gerar um efeito positivo sobre a produção industrial por meio do estímulo da restrição de importações, bem como por meio de alguma diversificação das exportações industriais em setores como processamento de alimentos.
10. Apesar da elasticidade-preço do café ter sido baixa nos anos 1920, a elasticidade-renda foi bastante elevada por causa da tendência de expansão do consumo per capita nos EUA.
11. A proposta de um Programa Permanente de Defesa do Café do presidente Arthur Bernardes previa uma ampliação do papel do governo na retenção dos excessos de estoques nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, já apontando para uma trajetória de crescimento da intervenção do Governo Federal na economia, que se ampliaria com o Governo Vargas nos anos 1930.

RESP:

1. VERDADEIRO, a inserção do Brasil no comércio internacional como exportador de poucas commodities e importador de uma sem número de produtos base de sua estrutura de consumo, aliado ao fato que os preços das commodities exportadas é fortemente variável acarretando aumentos e diminuições nas exportações não acompanhadas por oscilações coevas das importações acarreta desequilíbrios externos importantes na economia brasileira
2. FALSO, no período anterior ao da adoção do Padrão Ouro com a Caixa de conversão em 1906 esta credibilidade já havia sido alcançada nas gestões Leopoldo de Bulhões e Murtinho com políticas fiscais e monetárias contracionistas
3. VERDADEIRO, a Primeira Guerra mundial acabou servindo como uma espécie de proteção à indústria nacional permitindo a ampliação da produção industrial, porém deve-se destacar que se a afirmação falasse sobre aumento dos investimentos industriais no período estes não ocorreram de modo expressivo.
4. FALSO, mesmo que tenha havido ampliação do consumo em função do crescimento da renda per capita nos EUA isto não quer dizer que a elasticidade renda fosse bastante elevada, aceita-se a ideia que ela tenha sido inferior a um.
5. FALSO, a defesa permanente do café não foi nacionalizada, mas federalizada, cabendo a um instituto paulista a sua realização
6. **(2016 – 1)** Sobre a economia brasileira nas últimas décadas do século XIX, é correto afirmar:
7. A despeito do funcionamento do multiplicador da renda, a reduzida dimensão da força de trabalho assalariada impedia que a expansão da renda agregada no Brasil fosse superior ao impulso original das exportações.
8. A expansão do trabalho assalariado teve como uma consequência negativa o agravamento de crises de liquidez no sistema bancário nacional, especialmente na década de 1880.
9. Considerando os objetivos do setor bancário privado, os auxílios do Programa Ouro Preto para compensar perdas dos proprietários de escravos com a Abolição da Escravatura acabaram por favorecer as lavouras mais dinâmicas, nas quais o trabalho assalariado era mais presente.
10. A Lei Bancária de janeiro de 1890 permitiu que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública.
11. Em 1891, a inexistência de um banco emissor em São Paulo, principal estado exportador do país à época, contribuiu para a crise política do período.

Resp:

* + 1. FALSO: o impulso das exportações por meio do multiplicador provoca uma expansão da renda agregada que é sempre superior às exportações, com o crescimento da mão de obra assalariada este multiplicador se amplia e a diferença entre o impulso inicial das exportações e a renda agregada se amplia.
    2. VERDADEIRO, a explanação do trabalho assalariado acaba por ampliar as transações econômicas e assim a demanda por moeda. Esta ampliação da demanda por moeda não foi acompanhada da ampliação da oferta de moeda o que conduziu a uma série de crises de numerário ou liquidez na década de 80 do século XIX.
    3. VERDADEIRO, o programa e Ouro Preto previa auxílios à lavoura a princípio destinados às fazendas com maiores problemas com a diminuição da produtividade e com os efeitos da abolição da escravidão; tais auxílios, porém, acabaram nas mãos da lavoura mais dinâmica dado que esta apresentava melhores condições de pagamento aos bancos que distribuíam estes auxílios
    4. VERDADEIRO, a lei bancária de janeiro de 1890 previa a emissão de moeda inconversível lastreada em títulos públicos
    5. FALSO, foram criados 6 bancos emissores entre os quais um em São Paulo.

1. **(2016 – 2)** Sobre a economia brasileira no período da Primeira República, é correto afirmar:
2. O sucesso das políticas de defesa do café manifestou-se no ajuste entre a oferta e a demanda no mercado mundial, o qual só se frustrou devido à redução da demanda e do financiamento externo provocados pela crise de 1929.
3. Em 1920, ocorreu uma importante evolução do sistema monetário brasileiro, por meio do estabelecimento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, como resposta à crise da cafeicultura neste ano.
4. A crescente integração nacional e a proteção do mercado gerada pela Primeira Grande Guerra foram fatores que permitiram que a indústria paulista expandisse suas vendas para outros mercados regionais.
5. Na Primeira República, o café foi o único produto de exportação do país com relevância reconhecida no mercado internacional.
6. As fases de expansão da capacidade produtiva da indústria têxtil geralmente coincidiam com as de aumento da produção industrial, pois dependiam da depreciação do *mil-réis*.

Resp:

* 1. FALSO, mesmo sem a grande queda da demanda ocorrido na crise de 30; o desequilíbrio entre oferta e demanda já se estabelecerá como fruto das políticas de valorização do café que não controlaram a oferta muito pelo contrário acabaram por estimulá-la em função da sustentação dos preços e da diminuição do risco.
  2. VERDADEIRO, a CARED foi criada de forma a permitir a ampliação do crédito por parte do Banco do Brasil e assim auxiliou no processo de financiamento da política de valorização do café.
  3. VERDADEIRO, durante a Primeira Guerra Mundial existe uma espécie de efeito de proteção em função das dificuldades de importação, estas dificuldades permitiram que parte da produção da indústria paulista se dirigisse a outros estados brasileiros, aumentado as vendas da indústria de São Paulo
  4. FALSO, outros produtos ganharam destaque como por exemplo a borracha
  5. FALSO, na verdade os períodos de expansão da capacidade produtiva se fazem em períodos de valorização cambial que facilitam a importação de máquinas e equipamento, já os períodos de desvalorização estão associados a períodos de dificuldade de importações quando a produção nacional pode ser expandida em substituição às importações.

1. **(2013 – 2)** Considere a pertinência das seguintes afirmações sobre a economia brasileira, no período que vai dos fins do século XIX até a crise de 1929:
2. O período do Encilhamento caracterizou-se pela redução do crédito para a indústria.
3. Ao assumir o cargo, no final de 1898, o presidente Campos Sales considerava a indústria interna artificial.
4. A Caixa de Conversão, criada na primeira década do século XX, tinha o poder de emitir notas conversíveis em ouro.
5. Na década posterior à Primeira Guerra Mundial, houve relativa melhoria nas contas externas do país, impulsionada pelas exportações de borracha e pela entrada de capitais externos para investimentos.
6. Durante a década de 1920, houve o abandono do sistema de taxas fixas de câmbio com padrão ouro, o qual foi substituído por taxas flutuantes, que vigorou até o final da década.

Resp:

1. FALSO, o assim chamado período do encilhamento corresponde grosso modo ao período da gestão de Rui Barbosa e seus sucessores no Ministério da Fazenda; Rui Barbosa introduziu em 1890 a chamada Lei Bancaria que provocou uma expansão do meio circulante e do crédito na economia e também para a indústria em particular
2. VERDADEIRO, Campos Sales e seu ministro da fazenda Joaquim Murtinho criticam justamente a expansão da indústria alcançada no período anterior fruto de artificialismo conseguido por meio de gestão temerária na política monetária dos governos anteriores.
3. VERDADEIRO, a introdução da caixa de conversão em 1906 corresponde à introdução do Padrão Ouro no Brasil, com um regime de câmbio fixo e emissões de novos bilhetes de mil-reis feitas pela própria Caixa conversíveis em ouro (ou libras)
4. FALSO, a resposta é falsa dentre outros elementos pelo fato de que as exportações de borracha foram elevadas até aproximadamente 1911-1912 (antes da I Guerra mundial), depois desta data as exportações deste produto sofreram uma queda vertiginosa;
5. FALSO, apesar de em boa parte da década de 20 ter vigorado um regime de câmbio flutuante em 1927 foi instituída a caixa de estabilização que corresponde a reintrodução do padrão ouro no Brasil e, portanto, de um regime de câmbio fixo.
6. **(2011 - 1)** Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930) é correto afirmar:
7. A lei bancária introduzida por Rui Barbosa, como ministro do primeiro governo republicano, determinava que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública e reservas metálicas.
8. Na década de 1920, filiais estrangeiras investiram na produção industrial de insumos como cimento e aço.
9. A produção de borracha, depois da expansão verificada a partir das últimas décadas do século XIX, entrou em declínio ainda na Primeira República devido à concorrência das plantações das Índias Orientais, que foram implantadas com sementes originadas do Brasil.
10. A expansão do café em São Paulo prejudicou os investimentos industriais, que contavam com taxa de lucro inferior à agricultura de exportação.
11. As receitas orçamentárias do Governo Federal dependiam fundamentalmente do imposto sobre exportações, o que contribui para explicar a influência dos exportadores sobre a política econômica.

Resp:

* 1. FALSO: A reforma bancária colocada em prática por Rui Barbosa em 1890 instituiu emissões não conversíveis lastreadas em títulos públicos (ou seja, não inclui as reservas metálicas mencionadas na assertiva) por meio de diferentes bancos emissores, o que permitiu uma significativa expansão da oferta monetária no país.
  2. VERDADEIRO: De fato, ao longo da referida década, houve um significativo desenvolvimento dos setores de cimento, ferro e aço, além de outros setores como o químico e o farmacêutico.
  3. VERDADEIRO: Há um grande crescimento da produção de borracha nos anos situados entre o final do século XIX e início do século XX, produção está concentrada basicamente nos estados do norte do país (Amazonas, Rondônia e Pará, por exemplo). Contudo, os seringais plantados pelos ingleses na Malásia, no Ceilão e na África tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade, até porque boa parte da produção brasileira de borracha era obtida a partir de árvores nativas, e não de plantações cultivadas com este propósito específico. Esta produção entra no mercado um pouco antes da primeira Guerra mundial
  4. FALSO: Não se pode dizer que houve prejuízo. Apesar da teoria dos choques adversos levantar esta hipótese, a literatura atual consagra a ideia de que a expansão do setor industrial em São Paulo veio em decorrência da expansão cafeeira.
  5. FALSO: O orçamento do Governo Federal era fortemente dependente dos impostos sobre as IMPORTAÇÕES, que em muitos anos deste período chegava a representar, sozinho, mais da metade da receita tributária total. Além disso, na República Velha, o imposto sobre exportações era de alçada estadual.

1. **(2009 - 1)** Considerando-se a política econômica da Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar que:
2. o orçamento do Governo Federal dependia fundamentalmente do imposto sobre exportações;
3. com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o Governo suspendeu a Caixa de Conversão, depreciou o mil-réis e registrou-se diminuição da capacidade ociosa em ramos da indústria, como o de alimentos;
4. a Lei Bancária, implementada por Rui Barbosa, possibilitou forte contração monetária, pois passou a exigir que as emissões de papel-moeda fossem conversíveis em ouro;
5. nos primeiros anos da República, foi adotada uma política de desvalorização cambial que deu origem a um surto industrial e desestimulou o crescimento da capacidade produtiva das fazendas de café;
6. a criação da Caixa de Conversão, na primeira década do século XX, significou a adoção de taxa de câmbio fixa, com emissões assentadas na conversibilidade em ouro.

Resp:

* 1. FALSA: O orçamento do Governo Federal era fortemente dependente dos impostos sobre as **importações**, que em muitos anos deste período chegava a representar, sozinho, mais da metade da receita tributária total. Além disso, na República Velha, o imposto sobre exportações era de alçada estadual.
  2. VERDADEIRA: Efetivamente a Primeira Guerra implicou a suspensão do câmbio fixo e das emissões lastreada implícitas na Caixa de Conversão, sendo que posteriormente a expansão das emissões implicou a desvalorização do câmbio. A Iª Guerra Mundial funcionou como uma espécie de proteção a indústria nacional, que acabaria por utilizar a capacidade produtiva instalada.
  3. FALSA: Pelo contrário, a reforma bancária implementada por Rui Barbosa em 1890 instituiu emissões não conversíveis lastreadas em títulos públicos por meio de diferentes bancos emissores e permitiu uma significativa expansão da oferta monetária no Brasil, sendo o aumento da inflação, a desvalorização da moeda doméstica e a intensificação de um movimento especulativo na bolsa de valores algumas das consequências de tal política.
  4. FALSA: Pelo contrário, a desvalorização de cambio estimulava novos plantios de café – note que esta assertiva remete indiretamente ao conceito de “socialização das perdas” de Celso Furtado, segundo o qual a desvalorização da moeda doméstica beneficiava os exportadores de café, mas prejudicava o restante da população dado o encarecimento (em moeda doméstica) dos produtos importados.
  5. VERDADEIRA: A Caixa de Conversão significou de fato a adoção do câmbio fixo e suas emissões eram lastreadas em ouro.

1. **(1999 - 3)** A evolução da política cambial brasileira, anterior à crise de 1929, permite as seguintes observações:
   1. no século passado o Governo interferia diretamente no mercado cambial para favorecer o setor cafeeiro, fixando taxas cambiais relativamente desvalorizadas;
   2. a criação da Caixa de Conversão em 1906 teve como um de seus objetivos a manutenção de câmbio estável;
   3. a interferência do Governo no mercado cambial durante a Primeira Guerra, iniciada em outubro de 1917, limitou-se à fiscalização das remessas de valores afim de evitar operações especulativas;
   4. ao final do período da Guerra o monopólio das operações cambiais foi concedido ao Banco do Brasil;
   5. na primeira metade dos anos vinte foi adotada a política de minidesvalorizações cambiais.

Resp:

1. FALSO, apesar de por alguns momentos ter ocorrido desvalorizações cambiais, como no início do governo republicano, existem muitos outros momentos em que o câmbio ou é fixo ou sendo um regime flexível o governo promove uma valorização da taxa
2. VERDADEIRO, a Caixa de conversão corresponde a um sistema de câmbio fixo, evitando assim a continuidade da valorização cambial que vinha ocorrendo nos anos precedentes e que deveria continuar se o regime de câmbio fosse flexível
3. FALSO, durante a Primeira Guerra mundial altera-se o regime de câmbio que passa a ser flexível e, entre outros elementos, há uma nova renegociação da dívida externa suspendendo seu pagamento
4. FALSO, ao final da primeira guerra mundial a principal alteração envolvendo o Banco do Brasil é a institucionalização da Carteira de Redesconte.
5. FALSO, o sistema era de câmbio flexível, as minidesvalorizações só aparecerão no Brasil em 1968.
6. **(2014 - 1)** Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu no Brasil um debate sobre a condução da política econômica. No debate, houve a polarização entre as propostas feitas por dois grupos: metalistas e papelistas. Sobre o debate pode-se afirmar:
   1. a inadimplência argentina, associada à crise do banco Barings em 1890, deslocou capitais externos para o Brasil e apreciou temporariamente a moeda brasileira no mercado de câmbio, o que era objetivo dos metalistas.
   2. os papelistas defendiam que a taxa de câmbio era a principal variável na determinação do nível de renda real em um país exportador de bens agrícolas como o Brasil.
   3. segundo Celso Furtado, os metalistas desconsideravam os ciclos de preços do café e culpavam políticas fiscais e monetárias irresponsáveis pelas crises cambiais e inflacionárias no Brasil.
   4. os papelistas concordavam com os metalistas que o padrão-ouro deveria ser a regra da política cambial, embora considerassem difícil mantê-lo, ao contrário dos metalistas, por causa da inelasticidade-preço das exportações brasileiras.
   5. os papelistas propunham a industrialização do país como caminho para superar o modelo agroexportador e achavam que a emissão monetária sem lastro em ouro era um meio legítimo para levar à industrialização.

Resp:

1. FALSO, a fuga de capitais da economia brasileira no início da última década do século XX levou à uma desvalorização da taxa de cambio segundo os papelistas (para os metalistas a desvalorização cambial foi causada pela política monetária de Rui Barbosa).
2. FALSO, os papelistas defendiam que a taxa de cambio era essencialmente determinada pelo balanço de pagamentos, mais do que pela política monetária
3. VERDADEIRO, os metalistas tinham como ponto chave na explicação da inflação e das desvalorizações cambiais, os excessos de emissão em geral causados por políticas fiscais deficitárias
4. FALSO, mesmo que existam alguns papelistas que acreditem eu o Padrão ouro poderia ser uma política econômica boa (mas isto não define a maioria desta corrente) a dificuldade não está na inelasticidade preço das exportações brasileiras
5. FALSO, nem todo papelistas é um industrialista, apesar de existirem vários que defendem esta posição
6. **(1999 - 2)** Em relação às reformas monetárias implementadas por Ouro Preto e Rui Barbosa pode-se afirmar que:
   1. uma das metas da reforma de Ouro Preto era a adesão da economia monetária brasileira às regras do padrão-ouro;
   2. a elaboração do projeto de reforma monetária de Ouro Preto coincidiu com um período de intensa desvalorização cambial;
   3. a implementação da reforma monetária de Rui Barbosa gerou pressões inflacionárias;
   4. a implementação de reforma monetária de Rui Barbosa favoreceu a intensificação de um movimento especulativo nas Bolsas de Valores;
   5. o sucesso da reforma monetária de Rui Barbosa e seus sucessores imediatos no Ministério da Fazenda se deveu em grande parte aos empréstimos externos obtidos.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: Os anos anteriores à proclamação da República são caracterizados por uma valorização da taxa de câmbio (associadas à elevação do preço do café no mercado internacional e à entrada de capitais internacionais) bem como pelo objetivo de inserir a economia brasileira ao padrão-ouro, o que é concretizado no gabinete Ouro Preto.
  2. FALSO: o problema está na afirmação de que houve uma intensa desvalorização cambial, o que não é o caso, uma vez que houve uma valorização cambial com o intuito de implementar o padrão ouro no Brasil.
  3. VERDADEIRO: Os itens (2) e (3) estão relacionados e estão corretos, uma vez que a expansão monetária ocorrida depois da Reforma Bancária introduzida por Rui Barbosa pressionou a aceleração da inflação.
  4. VERDADEIRO A especulação no mercado acionário brasileiro pode ocorrer, em parte, em função da maior oferta monetária vigente.
  5. FALSO, uma vez que este não é um período onde tenha havido forte ingresso de capitais no Brasil.

1. **(2000 - 1)** Sobre os últimos anos do Império e os primeiros da República Velha, é correta a afirmativa:
   1. O crescimento econômico anterior a 1889 e a abolição da escravatura criaram um excesso de demanda transacional por meio circulante (face à limitada capacidade de emissão do Governo Imperial), gerando pressão pelo aumento da oferta de moeda.
   2. A resposta do Governo Imperial ao excesso de demanda de moeda - e posteriormente a da República − foi conceder capacidade emissora a diversos bancos, com lastro em ouro ou em títulos da dívida da pública.
   3. A emissão de numerário ocorreu de modo controlado, o que permitiu a ocorrência de um período de tranquilidade econômica, calcada na estabilidade monetária, nos primeiros anos da República.
   4. A política monetária do governo republicano estimulou o crescimento econômico, mas também um movimento especulativo e a proliferação de empresas em diversos setores.
   5. A crise cambial e os sucessivos déficits orçamentários verificados a partir de 1891 foram combatidos por uma política monetária restritiva, sem ingerência de casas bancárias internacionais.

Resp:

* 1. VERDADEIRO uma vez que um dos principais objetivos da reforma monetária implementada por Rui Barbosa era expandir o volume de dinheiro em circulação na economia brasileira, dada a expansão da demanda pelo mesmo como função da disseminação do trabalho assalariado e o consequente aumento do número de transações monetárias nesta economia.
  2. VERDADEIRO: efetivamente existiram alterações na política monetária já ao final do Império, onde buscou-se a possibilidade de que diversos bancos pudessem ter o poder de emissão de moeda e em seu lastro figuravam tanto títulos públicos quanto moeda estrangeira (ouro).
  3. FALSO: o problema está na afirmação de que a emissão de moeda foi realizada de maneira controlada gerando um período de tranquilidade econômica. Esta não é uma afirmação que condiz com a realidade observada no período, pois são observados justamente os fenômenos opostos
  4. VERDADEIRO: pois se por um lado houve maior facilidade creditícia e, portanto, estimulo a atividade produtiva, por outro lado esta facilidade também permitiu uma ampliação dos movimentos especulativos.
  5. FALSO: o erro está na afirmação de que não houve interferência das casas bancárias internacionais. Na realidade, medidas de ajustamento fiscal e monetário foram justamente as condições colocadas ao governo brasileiro para que fossem obtidos os recursos externos (junto aos Rotschild).

1. **(1997 - 2)** A propósito da reforma monetária de Rui Barbosa (lei bancária de 17 de janeiro de 1890) é correto afirmar que:
   1. essa reforma era desnecessária, já que não havia indicação de que o meio circulante fosse insuficiente para atender as necessidades da economia;
   2. na medida em que determinava o lastreamento das emissões por títulos públicos, a reforma significou, na prática, a adoção do sistema monetário do padrão-ouro;
   3. a expansão dos meios de pagamentos, provocada por esta reforma, favoreceu um intenso movimento de especulação no mercado de ações;
   4. essa reforma provocou uma imediata valorização do mil-réis que perdurou por toda a década seguinte;
   5. a reforma definiu regras para o sistema monetário que permaneceram inalteradas até a década de 1930.

Resp

1. FALSO, pois especialmente na última década do império, com o crescimento das transações provocado pela expansão do trabalho assalariado, o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro vive sucessivos momentos de crise de numerário com elevação das taxas de juros
2. FALSO, as moedas emitidas eram inconversíveis e a emissão era lastreada essencialmente em títulos públicos
3. VERDADEIRO, efetivamente houve uma forte expansão creditícia depois da lei, o que junto com outras mudanças nas leis relativas às sociedades anônimas levou também a um movimento especulativo na Bolsa de valores
4. FALSO, o que ocorre, especialmente depois de 1891, é uma desvalorização da moeda nacional – do mil-réis
5. FALSO, a pluralidade emissora, por exemplo, foi rapidamente revertida ainda na primeira década republicana
6. **(1998 - 1)** A Crise monetária-financeira ocorrida entre 1889/91 conhecida por Encilhamento:
   1. Caracterizou-se por uma expansão creditícia sem lastro dirigida, fundamentalmente à indústria paulista;
   2. Caracterizou-se por uma multiplicação de bancos privados emissores
   3. Foi um dos determinantes do Funding Loan de 1898, que impôs severas medidas de saneamento fiscal e monetário à economia brasileira;
   4. Foi estimulado pela reforma bancária de 1990 que tentou, sem sucesso, regionalizar a emissão bancária;
   5. Caracterizou-se por uma alta taxa de juros e uma forte desvalorização cambial que alimentaram a inflação do período.

Resp:

1. FALSO, a emissão decorrente da nova lei bancaria de 1890 é uma emissão feita por diversos bancos emissores, de uma moeda inconversível e lastreada em títulos públicos, seu destino foi em parte o setor industrial mas não exclusivamente o paulista, tendo atingido principalmente o Rio de janeiro e também a lavoura.
2. VERDADEIRO, foram criados ao todo 6 (seis) bancos com o direito de emissão
3. VERDADEIRO, a lei bancaria de 1890 acarretou um excesso de emissões que foram revertidas apenas na gestão Murtinho que efetuou uma alteração significativa da política econômica no âmbito do acordo de renegociação da dívida de 1898, o primeiro funding loan
4. FALSO, a princípio a sentença é falsa pois a lei bancaria é de 1890 e não 1990, a lei de 1890 efetivamente regionalizou a emissão com base em 6 bancos emissores, um no Pará, outro em Porto Alegrem, um terceiro em São Paulo e outros três no Rio de Janeiro, porém alguns anos depois esta multiplicidade emissora foi revertida
5. FALSO, apesar de efetivamente a inflação e a desvalorização terem ocorrido o mesmo não se pode afirmar quanto a alta taxa de juros
6. (**2003 -** 1) Sobre o comportamento da economia brasileira e a política econômica na primeira década republicana (1889-99) é correto afirmar que:

(0) A reforma monetária de Rui Barbosa (do início da década) definiu regras para o sistema monetário que prevaleceram até o início da 1ª Guerra Mundial em 1914;

(1) Ao longo da década, o trabalho assalariado disseminou-se na economia cafeeira;

(2) Ao final da década, a renegociação da dívida pública externa (*funding loan*) impôs a execução de políticas fiscal e monetária contracionistas;

(3) Ao longo da década, ocorreu uma sistemática apreciação cambial em função dos altos preços internacionais do café;

(4) Na interpretação de A. Fishlow, data desta década o início da industrialização por substituição de importações no País.

Resp:

* 1. FALSO uma vez que a reforma monetária realizada por Rui Barbosa não permaneceu inalterada até 1914. Pode-se citar, por exemplo, que logo após o *funding loan* de 1898 são observadas alterações significativas na política econômica, como por exemplo, a política de contração monetária implementada. Por sua vez, em 1906 é implementada a Caixa de Conversão, que na prática, institui o regime de câmbio fixo no país. Estes dois exemplos tornam a afirmação do item (0) incorreta.
  2. VERSDADEIRO, a disseminação do trabalho assalariado é uma das razões da reforma monetária implementada por Rui Barbosa em 1890 e a entrada de imigrantes que assumiram trabalhos assalariados é bastante significativa no período, além de ser a década subsequente à libertação dos escravos.
  3. VERDADEIRO, a renegociação da dívida externa de 1898 – *funding loan* – só foi obtida através do comprometimento do Brasil em implementar uma política fiscal e monetária conservadora. A implementação de tais ajustes são as características que predominam durante a gestão de Joaquim Murtinho no Ministério da Fazenda.
  4. FALSO, uma vez que o período não é caracterizado por uma valorização cambial: pelo contrário, o período posterior à implementação da política monetária expansionista de Rui Barbosa marca um período de significativa desvalorização cambial (embora tal fenômeno não possa ser justificado única e exclusivamente por tal política). Somente a partir de 1898, após a negociação do *funding loan*, é que é observada uma valorização cambial (embora, mais uma vez, tal valorização não possa ser justificada única e exclusivamente pela política contracionista de Joaquim Murtinho).
  5. VERDADEIRO, efetivamente considera-se (Fishlow) como sendo positivo o efeito do barateamento do crédito e da desvalorização cambial do período na industrialização brasileira. Logo, a afirmação é verdadeira.

1. (**2004 -** 1) São características do comportamento da economia brasileira e da política econômica na última década do século XIX:
2. O crescimento do trabalho assalariado, impulsionado pela abolição da escravatura e pela imigração europeia;
3. A estagnação da produção cafeeira em função da queda dos preços internacionais do produto;
4. A política monetária implementada por Rui Barbosa foi extremamente austera, tendo por base emissões bancárias lastreadas no ouro;
5. Com a difusão do trabalho assalariado, cresceu o grau de monetização e a demanda por moeda na economia;
6. No final da década, para atender ao aumento da demanda por moeda, a política econômica de Joaquim Murtinho promoveu a expansão do papel-moeda em circulação.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: como aponta Furtado o fato de maior destaque na segunda metade do XIX é o crescimento do trabalho assalariado e este ocorre em parte devido a imigração e ao fim da escravidão.
  2. FALSO: pois não houve diminuição da produção de café ao longo de toda a década, mesmo por que até meados da década, entre 1886 e 1894, há um significativo aumento dos preços internacionais do café e depois disto, pelo menos até 1898, a desvalorização do câmbio em parte compensa as quedas de renda decorrente de redução dos preços internacionais de café
  3. FALSO: pois afirma que a política implementada por Rui Barbosa foi austera e esta afirmação vai contra o observado no período analisado especialmente no que tange a política monetária, onde se observou uma forte expansão os indicadores de oferta monetária e a emissão foi feita de forma inconversível e lastreada em títulos públicos
  4. VERDADEIRO: pois a expansão do trabalho assalariado tem um efeito importante na dinamização do mercado interno e no número de transações o que é um dos fatores que alimenta o aumento da demanda por moeda
  5. FALSO: O, pois é justamente no período de Joaquim Murtinho em que são observadas políticas de contração fiscal e monetária, tendo em mente as condições colocadas para a obtenção de negociações internacionais relativas ao pagamento da dívida externa (*funding loan*).

1. **(2013 –** 1) No que se refere à última década do século XIX, é correto afirmar que:
2. O debate acerca da orientação a ser dada à política macroeconômica colocou em campos opostos metalistas e papelistas.
3. Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda do regime republicano, expressou fortemente a concepção e orientação metalista na condução da política econômica.
4. A depreciação cambial da moeda brasileira não começou depois da inadimplência argentina que levou à crise do banco Barings, mas foi acentuada por ela.
5. Ao final da década, foi implementado um plano de contenção monetária e fiscal, que, entre outros objetivos, visava a redução do papel-moeda em circulação e a depreciação cambial da moeda brasileira.
6. O acordo estabelecido entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild se constituiu em um plano de refinanciamento do serviço da dívida externa

Resp:

1. VERDADEIRO Este é o debate que perpassa todo o império e a república velha, na primeira década republicana e última década do século XIX a orientação se iniciou papelista especialmente com Rui Barbosa e termina metalista com Murtinho;
2. FALSO, Rui Barbosa era considerado um papelista
3. VERSDADEIRO, os primeiros momentos da desvalorização cambial se deram antes da crise argentina, mas esta provou uma forte aceleração da desvalorização
4. FALSO, a política efetivamente visava a redução do papel moeda em circulação mas não a depreciação cambial mas si a apreciação da nossa moeda e a valorização cambial;
5. VERDADEIRO, o *funding loan* assinado no período previa a suspensão do serviço da dívida por 3 anos e do principal por mais de uma década, os juros incorridos neste período e não pagos se constituíam em nova dívida assim como o principal que foi refundado
6. **(2008 -** 1) O governo Campos Salles, sendo Joaquim Murtinho Ministro da Fazenda, executou uma política econômica negociada com os credores externos, em troca do reescalonamento da dívida externa brasileira (*Funding Loan)*. É correto afirmar que o governo Campos Salles:
7. Desvalorizou a moeda nacional para compensar os exportadores pela queda do preço do café e gerar receitas cambiais para pagamento da dívida externa.
8. Elevou a carga tributária para facilitar o pagamento da dívida pública externa.
9. Apreciou a moeda nacional para reduzir o custo fiscal da dívida pública externa.
10. Expandiu o crédito a investimentos que aumentassem exportações ou substituíssem importações e melhorassem o saldo da balança comercial.
11. Procurou reduzir a inflação mediante crescimento mais lento da oferta monetária, abaixo da taxa de inflação do período anterior.

Resp:

* 1. FALSO: A política de Joaquim Murtinho foi bastante **ortodoxa**, pois houve restrição da oferta de moeda e em termos cambiais houve uma valorização da moeda nacional.
  2. VERDADEIRO: Efetivamente houve elevação de impostos durante a gestão Campos Salles - que fica conhecido como “Campos Selos”, referência ao selo que era uma marca de quitação de impostos.
  3. VERDADEIRO: A valorização cambial (apreciação da moeda nacional) reduz, em moeda nacional, os pagamentos referentes à dívida externa cotada em moeda estrangeira.
  4. FALSO: A política de Murtinho foi, ao contrário do afirmado, de contenção do crédito e redução da liquidez, o que acarretou aumentos de juros e diminuição dos investimentos. Esta diminuição ocorria tanto na agricultura exportadora como nos outros setores produtivos.
  5. FALSO: A política deflacionista de Murtinho foi mais forte do que a afirmada, havendo efetivamente redução do estoque de moeda, e não apenas redução no ritmo de seu crescimento.

1. **(2001 -** 1). Entre os fatores que contribuíram para a apreciação do câmbio (valorização da moeda nacional) no período 1899-1905, devem ser mencionados:
   1. As cláusulas do Empréstimo de Consolidação de 1898 (*Funding Loan*) relativas à suspensão do pagamento de amortizações e juros de uma parte significativa da dívida pública externa;
   2. Um aumento substancial e continuado dos preços do café no comércio internacional;
   3. A redução do papel-moeda em circulação no período 1899-1905;
   4. Crescimento nas receitas de exportação da borracha;
   5. Entradas significativas de capital estrangeiro

Resp:

* 1. VERDADEIRO: pois o acordo de suspensão dos pagamentos relacionados à dívida externa possibilitou alívio no Balanço de Pagamentos e na demanda por moeda externa, apreciando assim a moeda nacional.
  2. FALSO: pois neste período temos uma queda dos preços internacionais do café, que inclusive leva o Brasil ao fim do período a instituir a política de valorização do café
  3. VERDADEIRO: já que o período é marcado por uma política monetária contracionista que tem efeitos de apreciar o valor da moeda nacional.
  4. VERDADEIRO: pois é observado no período um aumento significativo nas exportações de borracha, significando aumento na oferta de moeda externa, depreciando seu valor.
  5. VERDADEIRO: uma vez que depois do acordo relativo à dívida, o aumento das taxas internas de juros e a melhora nas expectativas referentes a política econômica por parte dos investidores externos, fizeram com que os fluxos de capital retornassem ao Brasil, valorizando a moeda nacional.

1. **(2014 – 2)** Em 1898, o Brasil negociou empréstimo de consolidação (funding-loan) com credores externos. Para isso, o país teve que implantar um plano de estabilização e atender às seguintes exigências:
   1. O Governo Federal se responsabilizou pela política de defesa do preço do café no mercado internacional.
   2. Como garantia de pagamento do empréstimo de consolidação, foram hipotecadas receitas da alfândega do Rio de Janeiro.
   3. O governo utilizou a “caixa de conversão” para evitar a sobrevalorização cambial.
   4. O plano de estabilização contou com a incineração de papel-moeda para, segundo o ministro Joaquim Murtinho, fazer perecer “indústrias artificiais”.
   5. O governo contraiu gastos correntes, mas estimulou o investimento público.

Resp:

1. FALSO, o governo federal até 1906 se recusou a assumir a responsabilidade de manter os preços do café no mercado internacional, isto só foi feito depois de 1906
2. VERDADEIRO, este foi parte do acordo para o refinanciamento da dívida externa brasileira em 1898
3. FALSO, a Caixa de Conversão fixando a taxa de cambio só foi usada em 1906
4. VERDADEIRO, Joaquim Murtinho passa a adotar uma forte contenção monetária, chegando a incinerar papel moeda, a consequência desta política foi uma forte recessão com a falecia de várias industrias, estas foram consideradas artificiais por parte do ministro
5. FALSO, no governo Campos Salles foram comprimidos ambos os gastos e ampliadas receitas, o crescimento dos investimentos se dará no governo seguinte de Rodrigues Alves
6. **(2015 –** 1) Sobre a inserção externa da economia brasileira e a política econômica no fim do século XIX e início do século XX, é correto afirmar:
7. O ministro Rui Barbosa pode ser considerado como um adepto das ideias metalistas.
8. Crises cambiais tinham efeitos negativos sobre as finanças públicas, ao aumentarem o custo em moeda local do serviço da dívida pública externa.
9. A adoção de um câmbio fixo em momentos de abundância de recursos externos era contrária aos interesses dos cafeicultores.
10. Segundo Celso Furtado, alguns dos efeitos internos da tendência ao desequilíbrio externo eram sentidos pelas populações urbanas, por meio do custo de bens importados.
11. O ajuste ortodoxo realizado por Joaquim Murtinho contou com apreciação cambial e corte no crédito.

Resp:

1. FALSO, Rui Barbosa é um dos autores papelistas mais importantes
2. VERDADEIRO, normalmente as crises cambiais acabavam implicando em desvalorizações cambiais o que fazia com que o valor em moeda nacional da dívida e dos juros que sobre ela incidiam aumentassem
3. FALSO, quando da abundância de recursos externos se o mercado de cambio flutuasse a tendência era de valorização da taxa de cambio o que não era favorável aos exportadores, neste sentido nestes, momentos a doção do câmbio fixo era preferível
4. VERDADEIRO, para Furtado as crises cambiais implicavam em desvalorização cambial que por sua vez aumentava os custos dos bens importados
5. VERDADEIRO, Joaquim Murtinho adotou uma política ortodoxa de restrição de emissões e diminuição do credito por parte do sistema bancário o que foi acompanho por uma valorização (ou apreciação) cambial
6. (**2007 - 1)** Atribui-se ao Segundo Governo Vargas a intenção de reproduzir as virtudes dos Governos Campos Salles e Rodrigues Alves. A respeito daqueles dois governos, é correto afirmar:
7. entre os objetivos de Joaquim Murtinho, no Governo Campos Salles, figurava a valorização cambial, que levaria à redução da produção de café por meio de um processo de seleção natural entre os produtores;
8. a valorização cambial permitiu a Campos Salles reintroduzir a cobrança de direitos alfandegários em mil-réis, com ganhos expressivos para a arrecadação tributária;
9. em um contexto mais favorável, Rodrigues Alves (1903-1906) pôde aumentar a oferta de moeda e adotar uma política fiscal expansionista, abrindo espaço para taxas de crescimento do PIB mais elevadas;
10. Rodrigues Alves implementou um programa de obras públicas, que incluiu o saneamento e a urbanização da capital federal e a construção de portos e estradas de ferro;
11. a interrupção da política de valorização cambial no período 1903-1906, com a estabilização da taxa de câmbio, não impediu o agravamento da crise do setor cafeeiro, o que acabou levando ao Convênio de Taubaté.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A política econômica implementada por Joaquim Murtinho pode ser vista como ortodoxa, em função, entre outros, das exigências dos banqueiros ingleses para o estabelecimento do *funding loan* de 1898. Medidas conservadoras foram adotadas tanto em termos da política fiscal (aumento de impostos e diminuição de despesas de custeio e investimento) como em termos da política monetária, através da diminuição do estoque de moeda em circulação, com o consequente impacto sobre o comportamento da taxa de câmbio (valorização). Adicionalmente, a percepção sobre a “seleção natural” dos cafeicultores é correta, como consequência natural do ajuste da taxa de câmbio (vide página 27 de Abreu (1990)).
  2. FALSO: O governo Campos Sales reabilitou a chamada “tarifa-ouro”, através da qual parte das receitas do governo era realizada em divisas, diminuindo os problemas cambiais do governo no pagamento de suas despesas externas ao fortalecer sua posição em termos de reservas.
  3. FALSO: Durante este período, a política econômica do país ainda estava fortemente influenciada pelas restrições do funding loan de 1898, ou seja, sob medidas bastante restritivas especialmente no que tange à política monetária, este fato acabou refreando o crescimento do país apesar de uma situação externa favorável devido ao afluxo de capitais e do comércio de borracha.
  4. VERDADEIRO: O governo Rodrigues Alves, preocupado com o quadro recessivo, implementou um programa de “reerguimento econômico” por meio de uma política fiscal mais agressiva mesmo que nos limites do equilíbrio orçamentário. Aumentaram os investimentos governamentais através de um conjunto de obras públicas no setor de infraestrutura (de saneamento básico urbano à reconstrução de portos).
  5. FALSO: A afirmação erra ao afirmar que dentro do período citado há uma interrupção da valorização cambial, uma vez que de 1899 até 1906 há uma valorização da taxa de câmbio (esta é especialmente forte em 1905). É só a partir de 1906, com a caixa de Conversão, que se estabiliza tal valor.

1. **(1998 - 2)** O sistema monetário do padrão-ouro foi adotado pela maioria dos países industrializados nas últimas décadas do século XIX. No que se refere à sua implantação no Brasil, pode-se afirmar que:
   1. foi introduzido na década de setenta do século passado, quando o valor do mil-réis foi, pela primeira vez, legalmente definido em ouro;
   2. não se adequava a uma economia escravista exportadora de bens de primários pela suscetibilidade dessa economia a grandes e imprevisíveis desequilíbrios em seu balanço de pagamentos;
   3. foi parcialmente adotado no país em 1906, com a criação da Caixa de Conversão que tinha por objetivo, dentre outros, evitar o aumento do valor externo da moeda nacional;
   4. não se poderia esperar o reequilíbrio automático do balanço de pagamentos em uma economia com tão elevado coeficiente de importações como o da brasileira no século XIX;
   5. a Caixa de Conversão foi incapaz de sustentar uma taxa de câmbio relativamente estável desde a sua criação até agosto de 1914, quando foi extinta.

Resp:

1. FALSO, as definições sobre o padrão monetário brasileiro foram estabelecidas deste a década de 30 do século XIX
2. VERDADEIRO, na verdade esta é a opinião de Celso Furtado e outros historiadores econômicos
3. VERDADEIRO, por meio da introdução da Caixa de conversão o PADRÃO Ouro foi adotado no país impedindo valorização e desvalorizações cambiais
4. VERDADEIRO, novamente esta é a opinião de Furtado e outros que vem a possibilidade de reequilíbrios automáticos do Balanço de pagamentos em padrão ouro como extremamente difícil politicamente pois ela implicaria em se provocar profunda recessão no país
5. FALSO, no período o câmbio se manteve estável
6. **(2005 - 1)** Durante a Primeira República, a desvalorização cambial deixou de ser útil como instrumento de defesa da renda cafeeira, sendo substituída pela política de regulação da oferta, em razão da:
7. Inelasticidade-preço da demanda pelo café;
8. Grande depressão de 1929;
9. Estagnação da produção cafeeira;
10. Dependência estrutural de importados;
11. Desorganização das contas públicas.

Resp:

1. VERDADEIRO, o fato da demanda ser inelástica favorecia a intervenção sobre a oferta com vistas a sustentar os preços pois a queda de quantidade vendida quando, os preços se elevavam era pequena fazendo com que o valor das exportações se expandisse
2. FALSO, a grande depressão dificulta a política de controle sobre a oferta obrigando o governo a modifica-la, passando a sacrificar parte desta oferta
3. FALSO, a política de controle da oferta tem por efeito o estimulo da produção
4. VERDADEIRO, o controle sobre a oferta poderia ser um substituto à desvalorização pois esta última era fortemente inflacionária na presença de uma dependência grande dos produtos importados
5. FALSO, a desvalorização cambial também tem efeitos sobre as contas públicas mas a estocagem de café também.
6. (**2001 - 2)** A política de valorização do café definida pelo Convênio de Taubaté em 1906:
   1. Foi uma iniciativa do Governo Federal e não dos cafeicultores;
   2. Foi inicialmente financiada por emissões de papel-moeda dado a dificuldade de obtenção de empréstimos externa;
   3. Incentivou a expansão dos cafezais no Brasil e em outros países produtores de café;
   4. Provocou o fechamento da Caixa de Conversão;
   5. Eliminou do mercado brasileiro os produtores ineficientes.

Resp:

1. FALSO, o governo federal resistiu a esta política e acabou sendo forçado a ela pelos cafeicultores
2. FALSO, a primeira política esporádica de valorização do café só foi posta em ação quando se obteve a certeza do financiamento externo, diferentemente das outras
3. VERDADEIRO, efetivamente apesar dos cuidados em procurar limitar a produção de café e do planto de novos pés este é o problema básico da política
4. FALSO, a caixa de conversão foi criada em conjunto com o plano
5. FALSO, ao sustentar os preços a política acaba fazendo com que produtores ineficientes a um preço inferior fossem preservados
6. **(2006 - 1)** No convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que se denominou política de valorização do café. Segundo Celso Furtado, essa política
7. Constituiu uma intervenção governamental no mercado de café para, mediante a compra de excedentes, restabelecer-se o equilíbrio entre oferta e procura.
8. Estabeleceu que o financiamento das compras far-se-ia mediante emissão de papel-moeda, devido às dificuldades de obtenção de empréstimos externos.
9. Estimulou os governos dos estados produtores de café a desencorajar a expansão das plantações.
10. Criou um novo imposto, cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, para cobrir o serviço dos empréstimos estrangeiros.
11. Foi uma iniciativa do governo federal e não dos cafeicultores.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A afirmação define, de forma simplificada, o objetivo e a forma com a qual o governo atuou no mercado do produto em questão. Note que a afirmação não contém nenhuma afirmação ou informação específica que possa gerar eventuais questionamentos;
  2. FALSO: O mecanismo de intervenção definido em 1906 no referido convênio foi a utilização de empréstimos externos como forma de comprar o excedente de produção, diferentemente do exposto na assertiva (vide tabela sobre as políticas de defesa do café);
  3. VERDADEIRO: O detalhe da afirmação parece residir na abordagem dos governos dos estados. De fato, o convênio estipulava a proibição da plantação de novos cafezais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados cujos presidentes haviam traçado tal plano;
  4. VERDADEIRO Comentários adicionais são desnecessários, uma vez que a assertiva (apenas) apresenta um dos elementos presentes na estratégia de financiamento da intervenção e o seu propósito;
  5. FALSO: De forma contrária ao sugerido na assertiva, o convênio foi uma iniciativa dos estados produtores de café, sendo que durante o período das “defesas esporádicas”, a administração federal do programa seria observada somente no ano seguinte ao Convênio de Taubaté. Em 1924, com a política de defesa permanente, a responsabilidade do programa é transferida ao governo do Estado de São Paulo

1. **(2002 - 1)** O período que vai do começo do século XX até o fim da década de 1930 caracteriza-se por crescente envolvimento de governos, tanto estaduais, como Central, nos mercados do café visando à sustentação dos preços do produto.
   1. Essas intervenções ocorreram em épocas de forte ampliação na oferta, geralmente causada por combinação de condições climáticas favoráveis e início da produção de cafezais novos.
   2. O primeiro programa de sustentação de preços teve início em 1906. Para tal, o Governo Central fixou um preço mínimo para o café e transferiu recursos ao governo de São Paulo, que pode assim retirar do mercado o café excedente.
   3. Os programas de defesa do café, naquele período tiveram por único objetivo atender às demandas das oligarquias cafeeiras, notadamente as de São Paulo, que sempre dominaram a máquina política do Governo Central.
   4. Nas décadas de 1920 e 1930, a defesa do café visava, também, a evitar a queda nas receitas de exportação do País; isso porque a demanda internacional pelo café brasileiro era fortemente elástica ao preço.
   5. Na década de 1930, a elevada inelasticidade preço da demanda do café brasileiro levou o governo a retirar excedentes do mercado com o objetivo de sustentar preços e evitar queda na receita de divisas do País.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: É justamente nos momentos propícios à uma maior produção do café (fatores climáticos, entre outros) que é observada uma maior queda no preço do mesmo, sendo portanto momentos em que políticas de restrição da oferta devessem ser colocadas em prática.
  2. FALSO: apesar de inicialmente o governo de São Paulo ter levado adiante a política, esta se concretiza com a intervenção do governo federal obtendo recursos externos para financiar a estocagem, feita pelos próprios comerciantes, no exterior
  3. FALSO: por afirmar que a política atendia unicamente aos interesses dos cafeicultores paulistas. Na realidade, o café era o produto mais relevante na pauta de exportações do país, influenciando de maneira extremamente significativa o comportamento do BP brasileiro, o nível de emprego e toda a renda nacional por meio de efeitos multiplicadores, sendo portanto descabido considerar somente interesses regionais pelo produto.
  4. FALSO: o problema está na afirmação de que a demanda internacional pelo café brasileiro era fortemente elástica ao preço. Pelo contrário, como visto anteriormente, a demanda internacional pelo produto em questão era caracterizada pela inelasticidade-preço da demanda.
  5. VERDADEIRO: Embora a afirmação esteja se referindo à década de 30, a mesma pode ser aplicada, ou seja, considerada verdadeira, à todo o período em que são observadas intervenções no mercado de café

1. **(2000 - 2)** Os anos 1903-1913 constituíram um período de franca prosperidade da economia brasileira. Sobre tal período, é correto afirmar que
   1. a prosperidade deveu-se principalmente ao aumento expressivo e continuado dos preços do café.
   2. houve um significativo influxo de capitais estrangeiros que se dirigiram principalmente à indústria de transformação.
   3. a evolução do câmbio nos anos que antecederam à criação da Caixa de Conversão prejudicou os interesses dos cafeicultores.
   4. o funcionamento da Caixa de Conversão, criada em 1906, vinculava, através da estabilidade monetária, a atividade econômica diretamente ao desempenho do balanço de pagamentos.
   5. a criação da Caixa de Conversão atendeu aos interesses dos cafeicultores na medida em que interferiu no mercado cambial, evitando que as exportações fossem prejudicadas.

Resp:

1. FALSO, o período apresenta baixa nos preços a ponto de obrigar a montagem do primeiro plano de valorização do café
2. FALSO, houve efetivamente um influxo forte de capitais no país mas este apenas em uma parte diminuta se dirigiu a indústria de transformação
3. VERDADEIRO, antes da Caixa de conversão a taxa de cambio apresentava um movimento de valorização contrária aos interesses dos exportadores
4. VERDADEIRO, com a caixa de Conversão a emissão de moeda era conversível e lastreada nas reservas, assim quando o balanço era superavitário a oferta de moeda tendia a se expandir e o inverso se houvesse déficit
5. VERDADEIRO, a caixa evitou que o câmbio se valorizasse
6. **(2012 – 2)** Ao iniciar a Grande Depressão, o presidente do Brasil era Washington Luís. Caracteriza (m) esse período governamental (novembro/1926 –outubro/1930):
7. a intenção do Governo Federal de retornar ao padrão ouro por meio de uma reforma monetária.
8. a decisão do Governo Federal de trazer a si a responsabilidade do programa de defesa do café, até então tarefa dos governos dos estados cafeicultores.
9. a tendência de recessão na economia brasileira já dava sinais no início de 1929, portanto antes da crise da Bolsa de Nova York.
10. a nomeação de Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, e que sucederia Washington Luís na Presidência da República com a Revolução de 1930.
11. o agravamento da crise econômica e política causada, de um lado, pela política de contenção monetária e, de outro, pelos problemas climáticos que diminuíram a produção de café.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente em 1927 se restabelece o padrão ouro por meio da caixa de estabilização
2. FALSO, a defesa do café era atribuição dos estados em especial o instituto de defesa do café de São Paulo, a nacionalização da defesa ocorrerá com Getúlio Vargas na década seguinte
3. VERDADEIRO, os primeiros sinais de crise no Brasil são anteriores à crise de 20, com saída de capitais e problemas no balanço de pagamentos
4. VERDADEIRO, Getúlio foi ministro da fazenda de Washington Luiz
5. FALSO, não houve redução na produção de café no período
6. **(1997 - 1)** Sobre as origens da indústria no Brasil pode-se afirmar que:

(0) As teses de inspiração cepalina enfatizam os períodos que houve maior aumento de capacidade instalada como os de maior importância, no que se refere ao desenvolvimento inicial da indústria brasileira;

(1) A visão crítica da interpretação cepalina põe em relevo o fato de que a Primeira Guerra Mundial propiciou condições especialmente favoráveis para o crescimento da indústria nacional;

(2) Valorizações cambiais - aumento do valor externo do mil-réis – favoreciam a expansão da capacidade de produção da indústria, mas não o crescimento da produção;

(3) Antes de 1930, a política econômica governamental não teve qualquer efeito sobre a evolução da indústria brasileira;

(4) Os governos anteriores a 1930 tinham clara orientação protecionista, ainda que isto não se tivesse sempre traduzido em medidas concretas de política.

Resp:

* 1. FALSO: pois as teses mais próximas de uma visão cepalina, as teses dos choques adversos, viam a questão da industrialização ressaltando mais os dados de aumento de produção do que de capacidade produtiva.
  2. FALSO: pois a visão colocada no item é referente à tese dos choques adversos, e não de seus críticos
  3. VERDADEIRO: o item aponta para o efeito positivo das valorizações cambiais sobre a capacidade produtiva já que quando a valorização acontecia havia um barateamento das importações o que facilitava a ampliação da capacidade produtiva pela aquisição de maquinas e equipamentos importados; porém esta não protegia a produção de seus concorrentes estrangeiros.
  4. FALSO: pois apesar de talvez não ter havido uma política permanente e deliberadamente pró-industrialização, muitas das medidas tomadas acabaram por auxiliar a industrialização, como por exemplo, as tarifas externas elevadas
  5. FALSO: pois a questão das tarifas elevadas não advinha de uma clara orientação protecionista dos governos anteriores a 30, mas do fato que as tarifas eram a principal fonte de arrecadação de então.

1. **(2005 - 2)** Com relação às interpretações sobre a origem da indústria no Brasil, é correto afirmar que:

(0) As interpretações ligadas ao pensamento “cepalino” ressaltam a importância dos ciclos de expansão das exportações para o crescimento industrial.

(1) Uma das críticas ao argumento da chamada “teoria dos choques adversos” destaca o efeito negativo dos programas de valorização do café sobre o crescimento industrial.

(2) A desvalorização do câmbio contribuiu para o crescimento industrial na medida em que permitiu o aumento da capacidade produtiva.

(3) A interpretação associada à ideia de “capitalismo tardio” diferencia-se da visão “cepalina” ao enfatizar o crescimento industrial como resultante da acumulação capitalista no setor exportador.

(4) Sob a ótica da industrialização intencional, o crescimento industrial foi favorecido pela concessão de incentivos e subsídios a determinados setores industriais antes de 1930.

Resp:

1. FALSO, as teses cepalinas enfatizam a tese dos choques adversos, portanto o inverso da afirmação
2. VERDADEIRO, as políticas de valorização tendem a favorecer a cafeicultura e atrair investimentos para ela e portanto diminuir os investimentos no setor industrial
3. FALSO, a desvalorização cambial encarece a importação de maquinas e equipamentos desestimulado os investimentos industriais
4. VERDADEIO, a tese do capitalismo vê a origem do capital industrial justamente no capital cafeeiro
5. VERDADEIRO, a ideia de que a indústria foi intencionalmente promovida pelo governo passa pela defesa de que certos incentivos e subsídios foram concedidos ao setor industrial
6. **(2011 – 2)** A origem da indústria no Brasil foi objeto de intenso debate. Sobre as diversas interpretações e teses que afloraram nessa controvérsia, assinale as afirmações corretas:
7. A política de retenção de estoques de café não surtia efeito no curto prazo, mas era eficiente no longo prazo para reorientar a acumulação de capital para novos setores da economia.
8. O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
9. Até 1930, a região brasileira onde o trabalho assalariado mais avançou no campo, também foi a região que concentrou mais investimentos industriais.
10. Furtado defende que o governo que assumiu em 1930 representou a vitória dos interesses industriais sobre os agrários, o que explicaria a implementação, a partir desse ano, de um programa governamental conscientemente voltado à substituição de importações.
11. Furtado defendeu que a política de defesa da produção cafeeira se constituiu numa política anticíclica conscientemente planejada e aplicada, o que teria contribuído para acelerar o crescimento industrial brasileiro.

Resp:

* 1. FALSO: Pelo contrário, ao evitar a queda do preço do café no mercado internacional, as políticas de intervenção beneficiavam o setor no curto prazo, mas justamente por garantir a renda do setor, acabavam incentivando novos investimentos na plantação de novos cafezais.
  2. VERDADEIRO: O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
  3. VERDADEIRO Este é o caso do estado de São Paulo, em que o trabalho assalariado avançou fortemente no campo e que concentrou boa parte dos investimentos industriais.
  4. FALSO: Pelo contrário, Furtado acredita que a política adotada no início do governo Vargas não promoveu intencionalmente a industrialização, ou seja, não foi fruto de medidas planejadas para este fim.
  5. FALSO Vide resposta ao item anterior.

1. **(2013 – 3)** A temática da origem da indústria no Brasil envolveu importante controvérsia entre a tese cepalina e críticos de diversos matizes teóricos nas décadas de 1960 e 1970. Sobre essa controvérsia podemos afirmar que, segundo
2. Prebisch, a passagem à industrialização, nos países que chegaram a atingi-la na América Latina, foi propiciada principalmente por circunstâncias históricas desfavoráveis ao funcionamento do modelo agroexportador.
3. Celso Furtado, somente na década de 1930, sob o impulso da Grande Depressão e com a ascensão de Vargas, pode-se falar de um processo de industrialização substitutivo de importações deliberadamente implantado como projeto de governo.
4. Fishlow, o impulso da Grande Depressão da década de 1930 foi importante, tanto para lograr maior taxa de crescimento, quanto para maior variedade de bens produzidos internamente, mas representou uma substituição tecnologicamente inferior.
5. Versiani e Versiani, não pode ser descartada a proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização.
6. Fernando Henrique Cardoso e Faletto, na literatura sobre dependência, apontam como objeção à construção analítica da CEPAL a pouca importância atribuída nos estudos dessa instituição a variáveis sócio-políticas.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, de uma forma genérica a visão da Cepal e de Prebisch nota que a industrialização latino-americana recebeu maior impulso nos momentos onde a economia agroexportadora destes países passava por crises
  2. FALSO, Furtado não vê como uma industrialização intencional ou deliberada a que ocorrei no início dos anos 30 no Brasil
  3. VERDADEIRO, Fishlow defende a importância da industrialização ocorrida no país para o crescimento da economia nacional, mas ressalta que esta foi limitada e não houve um desenvolvimento tecnológico que pudesse autonomizar esta industrialização
  4. VERDADEIRO, o papel do Estado é ressaltado pelos autores citados e dentre este as políticas tarifarias deliberadamente ou não acabaram por auxiliar o processo de industrialização
  5. VERDADEIRO, os trabalhos de FHC acerca da industrialização destacam justamente a necessidade entender o desenvolvimento das chamadas pré-condições sociais para a industrialização

1. **(2014 – 3)** O processo de industrialização foi objeto de interpretações e intenso debate. Sobre o processo de industrialização e suas interpretações é correto afirmar que:
2. existe consenso entre os economistas de que a industrialização antes de 1930 era movida pelo processo de substituição de importações.
3. segundo Celso Furtado, as políticas de defesa da renda cafeeira acabaram por favorecer a indústria doméstica na década de 1930.
4. há autores que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
5. existe divergência quanto à tese de que a expansão cafeeira foi fundamental para induzir a concentração industrial em São Paulo.
6. segundo Celso Furtado, a desvalorização cambial era uma política deliberadamente executada para defender a renda cafeeira e estimular a substituição de importações industriais**.**

Resp:

1. FALSO, antes de 30 a industrialização brasileira é objeto de controvérsia existindo inclusive maior concordância de que a industrialização se expande especialmente nos momentos de ascensão da economia cafeeira.
2. VERDADEIRO, segundo Furtado a política de defesa do café adotado por Vargas, mantendo minimamente a renda e o emprego da economia cafeeira, acaba por manter a demanda na economia brasileira, tal demanda acabou sendo desviada das importações para o mercado interno o que favoreceu a indústria no Brasil
3. VERDADEIRO, para alguns autores como Versianni, Saes e outros não há necessariamente uma coincidência entre momentos de expansão da produção industrial com os de ampliação dos investimentos industriais, mas ao invés disto estes acabam ocorrendo de forma sequencial
4. FALSO, é consensual, que a expansão da cafeicultura em São Paulo acabou trazendo por consequência a concentração do setor industrial com alguma defasagem temporal
5. FALSO, apesar de isto ser possível não há a ideia de intencionalidade ou de atitude deliberada neste sentido.

## Questões abertas – Tópico 1

1. (**2018**) Normalmente se considera que, no período da Primeira República (1889-1930), a economia brasileira seguia um *modelo exportador*, tendo como epicentro a economia do café. Entretanto, mesmo com tal predominância das atividades exportadoras, o período foi marcado por frequentes crises no balanço de pagamentos e aumento da dívida externa. Explique as características principais da economia do período e esse aparente paradoxo.
2. **(2012)** Diversos autores utilizam a denominação “modelo agroexportador” para caracterizar a economia brasileira no período da República Velha. Explique em que consiste tal modelo e que razões teriam levado a sua substituição por outro “modelo” a partir da década de 1930.
3. **(1997)** A Economia Brasileira da República velha tem sido caracterizada como uma economia “primário exportadora”. Duas políticas de valorização do café foram implementadas ao longo deste período: uma, no início deste século e a outra, na segunda metade dos anos vinte e princípio dos trinta.

A) Assinale as características da economia brasileira à época que justifiquem caracterizá-la como economia primário-exportadora.

b) Descreva uma das duas políticas de defesa do setor cafeeiro e analise seus efeitos sobre a economia.

1. **(2001)** Explique o que você entende por sistema monetário do padrão-ouro e explicite as dificuldades dos países periféricos para seguir suas regras. Que condições favoreceram o estabelecimento de uma Caixa de Conversão no Brasil no início do século? Que razões determinaram seu fechamento?
2. **(1987/2001)** Você diria que durante a Primeira República a política econômica do governo federal foi invariavelmente conduzida de modo a favorecer os interesses corporativos da cafeicultura? Ilustre sua resposta com referência às políticas cambial e de valorização do café.
3. **(2000)** Descreva a política cambial adotada durante a República Velha e as razões do seu sucesso ou fracasso.
4. **(1995)** Discuta a importância das flutuações da taxa de câmbio sobre a evolução do setor exportador e industrial na economia agroexportadora do Brasil da República Velha.
5. **(2004)** Exponha as linhas gerais da política de defesa do café praticada no primeiro quartel do século XX
6. **(1991)** Uma das intervenções mais importantes do Estado na economia brasileira, na primeira metade deste século, foi a política de valorização do café, adotada a partir do Convênio de Taubaté. Explique o que foi esta política, quais seus elementos centrais, e análise especificamente a relação entre a política de valorização do café e o desempenho da economia na década de 30.
7. **(1999)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique a sua posição: “A política de defesa do café, relativamente eficiente no primeiro quartel do século, havia conduzido a economia cafeeira a uma situação extremamente vulnerável por época da eclosão da crise mundial de 1929.
8. **(2008)** Discuta as diferentes interpretações sobre a relação entre exportações cafeeiras, taxa de câmbio e expansão industrial antes de 1930
9. **(2006)** Discorra, em grandes linhas, sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora. Em sua resposta, contraste as visões dos historiadores econômicos a respeito do assunto.
10. **(2002)** Discuta, em grandes linhas, a evolução da indústria brasileira nos primeiros 30 anos do século XX. Na sua resposta, tente contrastar as visões dos historiadores econômicos a respeito do assunto.
11. **(2005)** Discuta a relação entre a taxa de câmbio e as variações da capacidade produtiva e do nível de produção no início do processo de industrialização brasileiro.

# Questões relativas ao tópico 2: A Industrialização Brasileira e a política econômica no Período 1930-1945.

Para a análise deste tema, devemos levar em consideração, entre outros:

1. A crise de 1929/1930 e a política econômica adotada para enfrentá-la
2. A industrialização do período e o conceito de substituição de importações.
3. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre o Brasil, especialmente sobre a indústria, além da política econômica adotada no período

Para a crise de 1929/30 e a intervenção no mercado de café no período Vargas, as considerações colocadas por Celso Furtado a respeito da economia cafeeira são especialmente relevantes. De acordo com o autor, a política de defesa do café representa uma política econômica anticíclica dado que por via da mesma, procurava-se amortecer os impactos negativos da oscilação do preço do produto, garantindo de maneira relativa o nível da renda interna, notadamente daqueles setores associados à produção do café.

As questões a respeito do Processo de Substituição de Importações – PSI – não envolvem a análise de um período específico da história brasileira contemporânea, justificando assim o porquê das mesmas englobar a análise de diferentes governos. De qualquer forma, é interessante levar em conta a análise de alguns pontos, dentre os quais se podem destacar:

1. A estratégia da adoção do programa, que estaria baseado no conceito de i) estrangulamento externo relativo e recorrente, e ii) processo fechado e em etapas.
2. Os instrumentos utilizados para garantir o desenvolvimento do processo.
3. Os setores produtivos priorizados pelo programa ao longo do tempo, ou seja, em cada governo.
4. Visões a respeito do processo de industrialização brasileira.

Quanto à Segunda Guerra Mundial, um ponto importante a ser destacado é o acumulo de reservas no período, especialmente reservas inconversíveis - este viria a explicar o fenômeno da “ilusão de divisas” do início do governo Dutra. Outros elementos importantes são o desempenho da indústria, das finanças públicas e a aceleração inflacionária no período.

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 2

1. **(2012 – 3)** Os acontecimentos econômicos e políticos de 1930, internacionais e domésticos, permitem que vários autores considerem este ano um marco na periodização da História Econômica do Brasil. Caracteriza (m) a década de 1930:
2. segundo Celso Furtado, o deslocamento do centro dinâmico da economia, à medida que o crescimento industrial do setor de bens de consumo foi induzido pelos investimentos no setor de bens de produção, como cimento e aço.
3. o déficit público crescente nos primeiros anos da década de 1930, que contribui para explicar a forte aceleração da inflação no período.
4. o crescimento industrial com baixas taxas nos três primeiros anos da década, mas que posteriormente acelerou-se, registrando-se taxas superiores a 10% em vários anos da mesma década.
5. a queda da participação percentual de produtos tradicionais no valor das exportações do país, como o café e o algodão.
6. a ocorrência de iniciativas de elaboração de diagnósticos econômicos, como o Relatório Niemeyer e a Missão Cooke, que realizaram estudos e apresentaram propostas para a economia do país.

Resp:

1. FALSO, o crescimento do setor industrial de bens de consumo não foi induzido pelo crescimento do setor de cimento e aço, mas sim induziu o crescimento destes setores
2. FALSO, não há aceleração da inflação nos primeiros anos da década de 30, esta so aparece a parti de 1934-35
3. VERDADEIRO, efetivamente entre 1928 e 1932 houve estagnação na produção industrial depois de 1933 a produção industrial cresce com taxas medias superiores a 10%
4. FALSO, houve uma diminuição na exportação de café no período e uma expansão do algodão na produção interna e nas exportações, mas os dois produtos continuam dominando a pauta de exortação brasileira;
5. FALSO, a missão Cooke ocorre em 1942 e não na década de 30
6. **(2010 - 2**) Dentre as análises tradicionais a respeito da crise da economia cafeeira e do crescimento industrial do Brasil, destaca-se a de Celso Furtado. Segundo esse autor:
7. havia uma tendência de longo prazo de queda nos preços do café, impulsionada pela disponibilidade de mão-de-obra e terras sub-ocupadas, e também pela maior rentabilidade relativa do produto, que atraía os capitais formados no país.
8. a defesa da cafeicultura através da política de valorização do produto, como no Convênio de Taubaté, era um mecanismo que postergava a solução do problema crônico de superprodução.
9. o mercado cafeeiro era caracterizado por um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda; esta última não crescia proporcionalmente à elevação da renda disponível para consumo nos países importadores.
10. a Grande Depressão, iniciada em 1929, foi variável fundamental para explicar a opção do novo governo, ao assumir em 1930, de implementar um projeto deliberado com o propósito de industrializar o país.
11. o governo brasileiro, na década de 1930, implementou uma política anticíclica, viabilizada principalmente pela adoção de novos impostos, inclusive sobre o setor cafeeiro, e que se mostrou como verdadeiro programa de sustentação da demanda agregada.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A afirmação coloca, de forma resumida, algumas das características do país em relação ao mercado de café. De fato, a rentabilidade do setor incentivava novos investimentos no mesmo, estimulando a expansão da cultura.
  2. VERDADEIRO: O Convênio de Taubaté (de 1906) pode ser visto como a primeira tentativa de coordenar as ações dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), produto que de fato já mostrava sinais de superprodução. Em conformidade com a afirmação, a proposta acabaria por gerar incentivo a novas plantações, desestimulando assim uma solução estrutural para o problema.
  3. VERDADEIRO: De fato, entende-se que existia um descompasso entre a produção e a demanda pelo produto. Pelo lado da oferta, a política de valorização do café incentivava não só a produção brasileira, mas também de outros países. Pelo lado da demanda, o crescimento da renda dos países importadores não gerava um aumento da demanda suficiente para fazer com que o preço do produto se elevasse ou se mantivesse estável a longo prazo, frente ao comportamento da oferta.
  4. FALSO: O equívoco da afirmação se encontra em sua segunda parte, pois o fortalecimento inicial das atividades industriais no país ocorre, em boa parte, como consequência dos reflexos da Grande Depressão e a reação a ela por parte do governo, mas para Furtado não foi uma opção deliberada do governo pela industrialização, pelo menos até o Estado Novo (1937).
  5. FALSO: Se efetivamente houve uma política anticíclica na década de 30, esta se fez com base em gastos fortes com estocagem e queima de café, e mesmo admitindo a existência dos impostos mencionados na afirmativa, não se pode dizer que os gastos tenham sido financiados completamente por tais impostos, tendo, portanto, existido uma parte substancial da política anticíclica sido financiada por outros meios que não os impostos (emissão interna de moeda e endividamento).

1. **(2009 – 2)** Neste ano, comemora-se 50 anos da publicação de Formação Econômica do Brasil, livro de Celso Furtado que marcou os estudos sobre a economia brasileira. Nesta obra, defendeu-se, entre outros argumentos, que:

(0) a recuperação da economia brasileira, a partir de 1933, não se deveu a um projeto de industrialização consciente, mas foi subproduto da defesa do nível de renda da economia cafeeira.

(1) o processo de industrialização do Brasil teve forte expansão nas primeiras décadas do século XX, principalmente nos períodos de valorização do mil-réis, que estimulava o aumento das inversões para ampliar a capacidade produtiva das indústrias locais.

(2) a demanda por café dependia fundamentalmente da demanda internacional e pouco se contraía nas depressões, assim como pouco se expandia nas fases de expansão do ciclo.

(3) a crise de 1929 afetou as exportações de café, mas não teve influência no redirecionamento da economia brasileira.

(4) na década de 1930, o Governo brasileiro inspirou-se em teorias keynesianas para realizar um programa de manutenção da demanda agregada, o qual teve êxito, já que o nível de renda caiu menos do que cairia caso não houvesse a intervenção governamental.

Resp:

1. VERDADEIRA, de fato, de acordo com Celso Furtado, a industrialização pode ser vista como uma consequência da política de proteção ao setor cafeeiro, esta sim realizada de modo deliberado com vistas a proteger o nível de renda e de atividade do setor em questão. Assim, não se pode afirmar que a promoção da industrialização no Brasil era uma meta explícita a ser atingida pelo governo. De todo modo, é importante considerar que com a política de defesa do café manteve-se o nível de demanda da economia, e com a desvalorização de cambio que ocorre em virtude da crise cambial, ocorre a recuperação da economia brasileira por meio do crescimento do mercado (demanda) interno e da indústria.
2. FALSA, Não é claro o posicionamento de Furtado sobre a industrialização anterior a 30, mas esta estava normalmente atrelada a momentos de crescimento do setor exportador, e não de desvalorização cambial.
3. VERDADEIRA, Não é claro o que a assertiva quer dizer com “ciclo”: se for entendido os ciclos de preços do café (e não os ciclos de crescimento da economia mundial), a assertiva é verdadeira dado que em função da inelasticidade preço da demanda, não há grandes alterações nas exportações ao longo destes ciclos.
4. FALSO, a afirmação é falsa ao afirmar que, no pensamento de Celso Furtado, a crise dos anos 30 não teve influência sobre o comportamento da economia brasileira. Pelo contrário, este é justamente um dos episódios que justifica o chamado “deslocamento do centro dinâmico”, por via do qual a economia brasileira, até então de caráter tipicamente exportador, passaria a desenvolver progressivamente seu próprio setor industrial, com o consequente aumento da importância do próprio mercado interno na definição do nível de renda agregada.
5. FALSO, o governo brasileiro não poderia se inspirar em teorias keynesianas, pois estas ainda não existiam.
6. **(2007 – 2)** Segundo a interpretação de Celso Furtado a respeito da recuperação da economia brasileira depois da Grande Depressão, é correto afirmar que:

(0) o programa de defesa do café atrasou a recuperação industrial, por ter aumentado a rentabilidade agrícola.

(1) a recuperação foi favorecida pela “internalização do centro dinâmico”, ou seja, pelo deslocamento de capitais investidos no café exclusivamente para a produção agrícola voltada para o mercado interno, como o algodão.

(2) a política de queima de excedentes de café foi mais favorável à recuperação industrial do que teria sido a política de estocagem de excedentes, ou simplesmente deixar o café apodrecer no pé.

(3) a depreciação cambial atrasou a recuperação industrial, pois encareceu a importação de máquinas e equipamentos.

(4) o efeito multiplicador de renda induzido pelo programa de defesa do café foi limitado por ter sido financiado predominantemente por um imposto sobre exportações de café.

Resp;

(0) FALSO. A posição de Furtado é a de que a defesa do café permitiu a manutenção de um nível mínimo de renda da cafeicultura e de seus empregos o que, por meio, do efeito multiplicador, manteve minimamente a renda e a demanda da economia, e é justamente esta que se constitui na base da demanda da produção industrial, antes esta demanda se voltava para as importações, mas com a desvalorização cambial e a alteração da relação de preços entre (importados e domésticos) tal demanda acaba por se materializar em demanda por produtos domésticos

(1) FALSO: A afirmação erra, pois, o desenvolvimento do setor industrial brasileiro esteve associado ao montante de recursos disponíveis pelos cafeicultores nacionais, que aplicavam parte dos recursos disponíveis em atividades do setor industrial, além do que parte dos investimentos realizados na atividade algodoeira estava voltada para exportação de algodão.

(2) VERDADEIRO: Seguindo o raciocínio do item (0), sem a intervenção a possibilidade não haveria colheita (café fica nos pés) e sem a colheita, os empregos não seriam gerados e o efeito multiplicador não funcionária. A opção da colheita e estocagem não parecia razoável naquele momento pois os estoques pressionariam ainda mais os preços, mesmo porque não haveria nenhuma possibilidade de vender estes estoques o que induziria uma não colheita no futuro

(3) FALSO: Como destacado em (0) a depreciação cambial foi importante para deslocar a demanda das importações para a produção doméstica, especialmente nos primeiros anos já que nestes havia capacidade ociosa não sendo, portanto fundamental o impacto negativo do aumento de custo das importações de máquinas etc.

(4) FALSO A afirmação ignora as outras formas utilizadas para financiar os programas de intervenção no mercado de café, especialmente aquela destacada por Furtado a emissão monetária.

1. **(1998 – 4**) Segundo a interpretação clássica, a política de defesa do setor cafeeiro implementada nos anos da depressão teria sido, em parte, responsável pelo crescimento industrial da década de trinta. Com respeito a tal interpretação, pode-se afirmar que:

(0) O crescimento da produção industrial ocorrida a partir de 1932 se deveu, em parte, à utilização da capacidade ociosa existente na indústria;

(1) O desempenho do setor industrial não pode ser explicado pela política de defesa do setor cafeeiro, pois tal política já existia desde 1906 sem qualquer impacto significativo sobre a indústria;

(2) Graças ao alto nível de reservas internacionais, o governo pode, ao contrário da maioria dos países devedores, saldar seus compromissos externos nos primeiros anos da década de trinta;

(3) A desvalorização cambial do início dos anos trinta decorreu do decréscimo das receitas de exportação e também da significativa redução da entrada de capitais estrangeiros;

(4) A maior demanda pela produção interna nos anos 31/34 deve ser atribuída, em parte, à política de restrição as importações de bens não essenciais praticada à época.

Resp:

1. VERDADEIRO, pois efetivamente havia a necessidade de num primeiro momento existir capacidade ociosa para a indústria atender ao deslocamento da demanda ocorrido.
2. FALSO dado que a política de defesa do café foi combinada com dificuldades impostas a importação, o que difere em grande parte do período anterior, e sem a defesa do café não haveria a manutenção de um nível mínimo de demanda agregada.
3. FALSO já que as reservas foram rapidamente absorvidas e houve dificuldade em fazer frente aos compromissos externos nos primeiros anos da década de 30.
4. VERDADEIRO, uma vez que além da queda dos preços e das exportações de café houve um forte refluxo de capital em um primeiro momento, e em seguida o ingresso foi muito pequeno.
5. FALSO, uma vez que não houve uma política seletiva de restrição as importações no período; este fato é mais claro depois da IIª Guerra Mundial.
6. **(2004 – 2)** A crise mundial deflagrada em 1929 levou o governo brasileiro a implementar, durante os anos da grande depressão, uma política dirigida especificamente ao setor cafeeiro. Segundo Celso Furtado:

(0) Essa política consistiu, essencialmente, na garantia de um preço mínimo de compra do café pelo governo e na destruição de parte da produção, como forma de impedir uma queda maior do preço do produto no mercado internacional;

(1) Essa política pode ser caracterizada como anticíclica, de fomento da renda nacional.

(2) Essa política, ao reduzir a renda do setor exportador, levou (por seu efeito multiplicador) ao aumento do desemprego nos demais setores da economia;

(3) O imposto de exportação e o empréstimo externo contraído pelo Governo de São Paulo em 1930 foram decisivos para o financiamento das compras de café;

(4) O mecanismo cambial não seria capaz, por si só, de constituir, naquele momento, um instrumento efetivo de defesa da economia cafeeira frente à crise.

Resp:

1. VERDADEIRO. Um ponto a ser considerado com atenção diz respeito à política de compra e destruição do café, que passa a ser implementada somente a partir de 1929/1930. Até então, a política de proteção consistia na compra e estocagem do produto. De qualquer forma, o objetivo era controlar (diminuir) a oferta do mesmo de modo a garantir um preço mínimo para o mesmo.
2. VERDADEIRO, o item descreve o ponto de vista de Furtado em relação à política de proteção do café, pois de acordo com o mesmo, tal política pode ser vista como anticíclica (keynesiana), ao minimizar a queda da renda do setor cafeeiro nos momentos de expansão da produção interna do produto, garantir o emprego na cafeicultura e, por meio de efeito multiplicador, a demanda agregada.
3. FALSO, ao afirmar que tal política reduziu a renda do setor exportador. O resultado obtido através da política de defesa do café veio, pelo contrário, a garantir a renda deste setor, como analisado anteriormente (mais uma vez, o caráter keynesiano da política de defesa do café).
4. FALSO, apesar de existirem empréstimos externos e financiamento por meio de receita tributária estes não são suficientes para financiar toda a política de intervenção.
5. VERDADEIRO, uma vez que a demanda internacional pelo café era preço-inelástica, como já visto anteriormente. Assim, por exemplo, uma desvalorização cambial diminuiria o preço do produto no mercado internacional, mas sem ser traduzida num aumento na demanda pelo mesmo, diminuindo assim a renda do setor cafeeiro brasileiro.
6. **(2006 – 2)** A queda drástica do preço do café à época da Grande Depressão levou o governo brasileiro a implementar uma política de defesa do setor cafeeiro. Segundo Celso Furtado,

(0) essa política pode ser vista, pelos resultados que produziu, como uma política anticíclica consoante os fundamentos macroeconômicos que, alguns anos depois, seriam preconizados por Keynes;

(1) essa política foi totalmente financiada por emissão de papel-moeda lastreada por empréstimos externos;

(2) ao evitar-se a contração da renda do setor cafeeiro, essa política reduziu os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia;

(3) o preço do café foi condicionado fundamentalmente por fatores que prevaleciam do lado da oferta, sendo de importância secundária o que ocorria do lado da demanda;

(4) o mecanismo do câmbio não podia constituir, por si só, um instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira, dadas as condições excepcionalmente graves criadas pela crise mundial deflagrada em 1929.

Resp:

1. VERDADEIRO. Conforme já discutido anteriormente, a política de defesa do café pode ser vista como uma política anticíclica, em concordância com os fundamentos da teoria keynesiana de defesa de intervenções estatais;
2. FALSO. Na realidade, boa parte da política intervencionista realizada no período da grande depressão foi financiada através de recursos internos (até pela escassez de recursos internacionais), embora o Brasil ainda tivesse conseguido acesso a um empréstimo internacional este não foi suficiente para financiar e/ou lastrear as emissões utilizadas para a aquisição do café, outro elemento importante é que este aspecto relativo ao empréstimo externo obtido não é levantado por Furtado
3. VERDADEIRO. Em consonância com a assertiva (0), a política de defesa do café fez com que perdas associadas à queda do preço do café não fossem integralmente internalizadas pelo setor produtivo doméstico, segundo Furtado haveria a possibilidade, supondo a não existência de intervenção no mercado pelo governo, de não colheita, portanto de não contratação de trabalhadores e pagamento de salários iniciando-se assim um mecanismo multiplicador pelo resto da economia. A intervenção garantiu as colheitas os empregos (pelo menos em parte) no setor e seus reflexos sobre o restante da economia brasileira.
4. VERDADEIRO A questão aborda, indiretamente, as características da demanda internacional de café, que conforme já visto, era fundamentalmente inelástica à renda, ou seja, o consumo de café não tem significativa baixas nas depressões dos países demandantes. Assim, maiores ofertas do produto gerariam quedas no preço do mesmo sem que houvesse um aumento nas vendas, reduzindo a renda do país produtor. Celso Furtado ressalta o tempo todo a questão do desequilíbrio a partir da oferta, este desequilíbrio no começo dos anos 30 era dado pelo já elevado volume de estoques e pela ampliação da oferta decorrentes da entrada em produção de novos cafezais.
5. VERDADEIRO A desvalorização cambial atenua o problema da queda dos preços induz este a colher o que, por sua vez, reforça a queda de preços; a primeira, porém não compensa completamente a seguida, dado o tamanho do desequilíbrio a tendência seria em algum ponto o abandono da colheita. Para proteger a economia cafeeira fazia-se necessário completar a desvalorização cambial com a política de estocagem.
6. **(1997 – 3)** O preço do café no comércio internacional caiu drasticamente à época da Grande Depressão, o que levou o Governo brasileiro a implementar uma política de defesa do setor cafeeiro. Em relação a esses fatos, pode-se afirmar que:

(0) A proteção ao setor era desnecessária, já que a queda no valor externo da moeda brasileira no período foi proporcionalmente maior do que a redução do preço do café;

(1) A intensidade de queda nos preços internacionais do café, no início dos anos trinta, relaciona-se à expansão da oferta brasileira do produto, nos anos vinte;

(2) A política econômica então implementada pode ser vista, pelos seus resultados, como uma política anticíclica keynesiana;

(3) A política de defesa dos cafeicultores foi totalmente financiada por emissão de papel-moeda lastreada por empréstimos externos;

(4) A expansão da produção industrial nos anos trinta foi devida, em parte, a essa política de defesa do setor cafeeiro.

Resp:

1. FALSO se levarmos em consideração que a intervenção no mercado visava não só proteger a renda do cafeicultor em moeda nacional, mas também evitar um maior declínio do nível de preços do café
2. VERDADEIRO, considerando o tempo necessário para que os novos cafezais entrassem em idade de produção (de quatro a cinco anos entre o plantio e a primeira colheita), a grande produção obtida na época da grande depressão está, de fato, associada ao plantio executado nos anos 20. Note, portanto, que este plantio está, em grande parte, associado às políticas de intervenção realizadas ao longo da década de 20.
3. VERDADEIRO, a afirmação descreve justamente o ponto de vista de Celso Furtado para a política de defesa do café implementada pelo governo brasileiro, pois a compra e a queima do café garantiam aos cafeicultores a manutenção de um patamar de renda e também o nível de emprego da economia em um momento de crise.
4. FALSO, a despeito da crise de 29, o governo brasileiro ainda consegue obter recursos externos para a política de defesa do café implementada neste mesmo ano. Entretanto, não se pode dizer também que ela foi inteiramente financiada por meio de recursos externos.
5. VERDADEIRO, de fato, segundo alguns autores (entre eles Celso Furtado), a manutenção da renda da cafeicultura e do emprego mantinham a demanda interna, a qual foi deslocada do setor importador para o setor produtivo nacional por meio da proteção dada a este pela desvalorização cambial.

1. **(2015 - 2)** Sobre os programas de defesa do café realizados no Brasil a partir de 1906, é correto afirmar:
2. O Instituto do Café de São Paulo contribuiu para o desequilíbrio entre oferta e demanda de café no final da década de 1920, ao sustentar anteriormente preços altos demais para o produto.
3. Segundo Celso Furtado, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão representou um programa de fomento da renda nacional, que se inspirou nas teses expostas na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* de Keynes.
4. Ao contarem com financiamentos externos, as políticas de defesa implicavam imediatamente um racionamento de divisas, que estimulava, não deliberadamente, um processo de industrialização substitutiva.
5. Os programas foram criados e coordenados pelo Governo Federal.
6. Segundo Celso Furtado, o direcionamento da economia para substituir importações, sob a liderança do setor industrial, foi um dos objetivos deliberados do programa de defesa do café na década de 1930.

Resp:

1. VERDADEIRO, a sustentação de preços por parte do Instituto ao longo da década de 20 manteve a produção de café não apenas brasileiro em níveis altos acima da demanda mundial
2. FALSO, as políticas podem até serem do tipo keynesiana mas não podem ter sido inspiradas no livro de Keynes já que este foi publicado em 1936 e as políticas são portanto anteriores a ele (de 1931-32)
3. FALSO, quando as políticas contavam com recursos externos elas acabavam ampliando o acesso a divisas e não o contrário. Muitas vezes, porém não se contou com este financiamento.
4. Nem sempre no período anterior aos anos 30 a política foi conduzida pelo Instituto do Café de São Paulo, ligado ao governo paulista
5. FALSO, este foi um elemento que ocorreu, mas para Furtado de modo involuntário, não deliberado
6. **(1999** - 4) Os efeitos da crise mundial de 1929 foram transmitidos à economia brasileira pelo comércio internacional. No que se refere aos primeiros anos da década de trinta, verifica-se que:
7. a queda nos preços das exportações brasileiras provocou um aumento proporcionalmente maior das quantidades exportadas e consequente aumento das receitas de exportação;
8. as desvalorizações cambiais do período reduziram a demanda por importações e beneficiaram a produção doméstica;
9. a produção industrial brasileira se recuperou rapidamente dos efeitos adversos da crise de 29, passando a apresentar taxas de crescimento relativamente altas nos anos 1934-1936;
10. o desempenho do comércio internacional introduziu fortes inflacionárias na economia brasileira;
11. a despeito da crise internacional, o Governo brasileiro foi capaz de obter empréstimos estrangeiros e, assim, pode manter a mesma política de defesa do setor cafeeiro praticada antes dos trinta.

**Resp:**

1. FALSO, a queda do preço dos produtos exportados alcançou quase 60% no período e não foi recuperada por aumento da quantidade exportada (que variou ao longo do período mas alcançou algo como 10%), houve assim no período queda no valor das exportações de 320 milhões de dólares em 1930 para algo próximo a 220 milhões de dólares em 1934.
2. VERDADEIRO, esta é uma das argumentações principais de Furtado para o período, deve-se destacar que a queda das importações e a proteção á produção doméstica também foi obtida por restrições quantitativas às importações
3. VERDADEIRO, pelos dados do anexo da ordem do Progresso percebe-se uma taxa de expansão da produção industrial pequena (inferior a 1,5%) entre 31 e 32, mas que avança para mais de 11% já em 33, alcançando 17% m 1936.
4. FALSO, não há inflação no período muito pelo contrário registra-se entre 1930 e 1934 uma deflação
5. FALSO, efetivamente houve como mostra Pelaez a obtenção de um empréstimo externo, mas este não foi suficiente para se financiar a política de valorização do café. Esta também sofreu alterações pois introduziu-se a queima de quotas de produção

1. **(2008 – 2)** Um dos objetivos da política econômica nos anos 1930 foi responder à crise provocada pela queda abrupta do preço do café no mercado internacional. A respeito da crise externa e das políticas adotadas em resposta a ela, é correto afirmar que:

(0) a capacidade de importar do País declinou drasticamente a despeito do aumento do volume físico das exportações.

(1) a superação da crise foi facilitada pela política de contração de crédito praticada até 1937, que reduziu preços e aumentou a competitividade internacional da indústria brasileira.

(2) a recuperação foi prejudicada pelos superávits fiscais primários recorrentes do Governo Federal até 1937

(3) apesar da redução do custo do serviço da dívida externa, o Brasil viu-se obrigado, no final da década, a suspender o pagamento de tais serviços, em virtude da redução do saldo da balança comercial

(4) a despeito do quadro de crise, o Governo Vargas resistiu até o final da década a impor controles sobre o mercado de câmbio

Resp:

1. VERDADEIRO O valor das exportações reduziu-se entre 1929 e 1931, assim como a capacidade de importar da economia brasileira. O índice de quantum de exportações se elevou ao longo destes três anos e só apresentou queda em 1932. Assim, a queda dos preços das exportações foi o principal responsável pela queda no valor das exportações deste período.
2. FALSO Apesar de alguma indefinição inicial, a política de Getúlio Vargas não foi de contenção creditícia: ao contrário, houve expansão do crédito no período, inclusive para financiar a estocagem e queima do café.
3. FALSO O período é marcado por déficits fiscais recorrentes. Apesar da posição de alguns historiadores que afirmam que a elevação do imposto de exportação permitiu ao governo trabalhar com orçamento equilibrado, este imposto não foi suficiente para cobrir os gastos com a estocagem e queima do café.
4. VERDADEIRO. Efetivamente, o crescimento das importações e as dificuldades com as exportações recolocaram um cenário de dificuldade cambial em 1937, que obrigou o país a suspender parte dos pagamentos externos.
5. FALSO O Governo Vargas, depois de um primeiro momento fugaz de liberalização do mercado cambial, rapidamente reintroduz seu controle por parte do Banco do Brasil e estabelece um sistema de controle de divisas, além de permitir a desvalorização cambial, entre 1931 e 1934. Esta política não é ressaltada por Furtado, mas pode ser encontrada em autores como Abreu no “A Ordem do Progresso”.
6. **(2014 - 4)** Importantes decisões e iniciativas políticas e institucionais ocorreram na década de 1930, com impacto na condução da política econômica e, por consequência, no desempenho da economia. Dentre essas decisões e medidas podemos arrolar a criação:
7. da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.
8. da Companhia Vale do Rio Doce.
9. do Conselho Federal de Comércio Exterior.
10. da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC.
11. da Companhia Siderúrgica Nacional.

Resp:

1. VERDADEIRO, questão chata pois exige saber ao menos as décadas em que empresas, órgãos e instituições foram criados, neste caso a Carteira referida na assertiva foi criada em 1936.
2. FALSO, a Vale do Rio Doce foi criada durante a segunda Guerra Mundial em 1942
3. VERDADEIRO, este conselho foi criado em 1934
4. FALSO, a SUMOC foi criada no final da Segunda Guerra Mundial em 1945
5. FALSO, a CSN também foi criada durante a segunda guerra mundial, não na década de 30, mas no início da década de 40, em 1942.
6. **(2018 - 4)** A década de 1930 foi período de grandes mudanças na economia brasileira, com impacto nas décadas subsequentes. Sobre a economia brasileira na década de 1930 pode-se afirmar:
7. O governo adotou políticas voltadas à diversificação das exportações e do mercado interno.
8. A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, vinculada ao Banco do Brasil, contribuiu para a concessão de crédito ao investimento.
9. Na primeira metade dos anos 1930, devido ao retorno do país ao padrão ouro, o Governo Vargas teve que contornar as dificuldades impostas à criação de crédito, com o estabelecimento de crédito subsidiado a setores específicos por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.
10. Houve aumento expressivo na capacidade produtiva industrial, embora as taxas de crescimento da produção fossem inexpressivas ao longo da década.
11. A crise do setor exportador teve como principais causas fatores do lado da demanda, já que do lado da oferta havia relativa estabilidade.

Resp:

1. VERDADEIRO, nas diferentes políticas de estímulo à economia ou mesmo nas políticas de enfrentamento da crise acabou-se por estimular-se setores não tradicionais voltados para o mercado doméstico e mesmo para a as exportações como foi o caso do algodão
2. VERDADEIRO, a criação da carteira foi importante órgão de fomento, inclusive com a concessão de créditos subsidiados, para a realização de investimento tanto agrícolas, mas principalmente industriais
3. FALSO, o Brasil não retornou ao Padrão Ouro na década de 30.
4. FALSO, num primeiro momento (até 1934/35) houve principalmente expansão da produção industrial, sendo necessária a retomada dos investimentos e expansão da capacidade produtiva para manter o crescimento da produção que ocorreu em todo o período.
5. FALSO, se houve de fato uma diminuição da demanda o setor cafeeiro vicia também uma tendência de superprodução, ou seja, de elementos de excesso de oferta que aprofundaram a crise cafeeira.
6. **(2017 – 3)** A década de 1930, por sua importância para a economia brasileira, foi objeto de estudos e controvérsias entre vários autores. Pode-se afirmar:
7. A recuperação da indústria têxtil foi facilitada pelo importante aumento da capacidade produtiva na década imediatamente anterior (1921-1930), quando as taxas de crescimento da produção foram prejudicadas pela competição das importações.
8. O Conselho Nacional do Café, criado nessa década, tinha entre suas finalidades a sustentação do preço do café, a qual teve como instrumentos tanto a destruição do produto como a criação de impostos sobre a exportação.
9. Como forma de enfrentar a crise, o governo adotou políticas de apoio a atividades associadas à diversificação do mercado interno.
10. A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, vinculada ao Banco do Brasil, contribuiu para a concessão de crédito ao investimento.
11. A partir de 1931, o governo criou diversos órgãos que intensificaram o intervencionismo econômico, mas tal tendência diminuiu seu ritmo após o Estado Novo.

Resp

1. VERDADEIRO, a existência da capacidade ociosa facilitou a recuperação do setor industrial têxtil no início da década de 30, esta capacidade foi desenvolvida na década anterior quando as importações eram mais fáceis o que prejudicava a indústria têxtil em função da concorrência, mas facilitava a importação de equipamentos
2. VERDADEIRO, o CNC foi criado no governo Vargas, federalizando a política de valorização do café que na gestão Vargas passou a queimar o produto e parte do financiamento da política foi feita por meio de imposto sobre as exportações do próprio café
3. VERDAEIRO, a própria dificuldade de importações acabava por apoiar diversos setores que atendiam o mercado doméstico, o que também foi estimulado com a concessão de crédito
4. VERDADEIRO, a referida carteira foi criada na primeira gestão Vargas e buscava ampliar os créditos para investimento
5. FALSO, a centralização das atividades e a criação de diferentes órgãos governamentais se intensificou com o Estado Novo
6. **(2010 – 3)** Sobre a recuperação da economia brasileira na década de 1930 é correto afirmar:

(0) Os superávits fiscais primários recorrentes, obtidos pelo Governo Federal até 1937, dificultaram a recuperação econômica.

(1) Segundo Albert Fishlow, os estímulos externos nesse período, além de incentivarem a demanda em favor da indústria doméstica, afetaram também a oferta, favorecendo altas taxas de crescimento de produtividade, bem como a transferência de tecnologias.

(2) A política de descentralização federativa posterior à “Revolução de 1930” permitiu que os estados defendessem, por meio de políticas próprias, o preço dos produtos de exportação.

(3) O programa de defesa do café dificultou a recuperação industrial ao estimular novos investimentos nas fazendas de café.

(4) O crescimento da cultura do algodão, que chegou a ser o segundo principal produto de exportação do Brasil, contribuiu para reduzir os efeitos da crise cafeeira sobre o comércio exterior.

Resp:

1. FALSO; Pelo contrário, o período abordado na afirmação é caracterizado por déficits fiscais de montante não desprezível. A título de ilustração, conforme Abreu (1990), página 80, “Os déficits fiscais em 1931 – 33 mantiveram-se acima de 12% dos gastos agregados em 1931 e em 1933, alcançando 40% em 1932”.
2. FALSO A afirmação falha no que tange a questão da transferência de tecnologia, que não é afirmada por Fishlow.
3. FALSO Pelo contrário, o período posterior à Revolução de 30 é de centralização fiscal e não de descentralização e houve a federalização da questão cafeeira por exemplo;
4. FALSO No período existe uma significativa queda dos investimentos em café, inclusive com a diminuição dos pés de café existentes no país.
5. VERDADEIRO De fato, o produto em questão foi responsável por minimizar os impactos negativos da crise do setor cafeeiro sobre as exportações do país, à época.
6. **(2001 – 3)** No que se refere ao desempenho da economia brasileira e às políticas implementadas nos anos trinta, são válidas as afirmativas que se seguem:
7. durante toda a década de trinta o Governo se absteve de qualquer interferência no mercado cambial;
8. a despeito de todas as dificuldades, o Governo foi capaz de honrar todos os seus compromissos relativos à dívida externa sem recorrer a novos empréstimos no Exterior;
9. o produto industrial cresceu ao longo de toda a década apresentando taxas especialmente altas no período 1933-1937, graças, em parte, à utilização da capacidade ociosa instalada em períodos anteriores;
10. com a desativação da Caixa de Estabilização em meados de 1930, a expansão monetária deixou de se vincular ao desempenho do Balanço de Pagamentos;
11. um aumento da demanda pela produção doméstica provocou um surto inflacionário sem precedentes

**Resp:**

1. FALSO, houve diversas intervenções no mercado cambial inclusive com restrições a diferentes operações cambiais;
2. FALSO, não só o país teve que adiar alguns compromissos externos como recebeu um empréstimo de 20 milhões de libras;
3. VERDADEIRO, a exceção do ano de 1930 e de 1940 todo o restante apresenta taxas positivas de crescimento do produto industrial, entre 1933 e 1936 estas taxas estavam acima de 10% ao ano e isto pode ser alcançada graças à existência de capacidade ociosa que teve que começar a ser reposta a partir de meados da década;
4. VERDADEIRO, a caixa de estabilização equivalia a um *currency board* em que se mantinha uma política monetária associada à variação das reservas, cuja variação dependendo saldo do balanço de pagamentos, com seu fim pode-se adotar uma política monetária independente do comportamento do balanço de pagamentos;
5. FALSO, os anos iniciais da década são marcados mais pela deflação do que pela inflação, esta aparece na segunda metade da década atingindo um auge de 15% ao ano em 1936 caindo em seguida só se elevando novamente durante a guerra.
6. **(2002 – 2)** Examinando o desempenho da economia brasileira na década de 1930 verifica-se que, no começo da década, a crise internacional e uma sucessão de enormes safras de café provocaram quedas de PIB real. Entretanto, depois de 1932 a economia brasileira passou a registrar um acentuado crescimento. Sobre esses eventos, pode-se afirmar que:
7. A perda de dinamismo inicial deveu-se à política liberal de comércio externo, irresponsavelmente adotada pelo 'governo provisório' de Getúlio Vargas.
8. O crescimento após 1932 deveu-se à implementação de estratégia deliberada de substituição de importações, com a introdução de barreiras tarifárias protecionistas, de que resultou um surto de crescimento ancorado na produção para o mercado interno.
9. O crescimento após 1932 foi resultado involuntário de estratégia de maximização de saldo da balança comercial, visando ao pagamento da dívida externa.
10. A tese de Celso Furtado, de que a política de compra de excedentes de café do início da década de 1930 constituiu-se em um programa keynesiano antes de Keynes tem sido rechaçada pelo argumento de que a defesa do café do período foi financiada por um imposto sobre as exportações, um vazamento do fluxo de renda.
11. O crescimento da indústria após 1932 não se fez acompanhar da diversificação da estrutura produtiva. Houve reduzida expansão da produção de bens intermediários; em 1939, a participação desses bens no valor da produção industrial era pequena.

Resp:

1. FALSO, a perda de dinamismo é reflexo da crise internacional e da diminuição das exportações de café
2. FALSO, a maior parte da literatura não considera a estratégia adota por Vargas como tendo sido deliberadamente de substituição de importações, esta acabou ocorrendo como uma consequência não intencional da p0olitica de enfrentamento da crise
3. VERDADEIRO, esta afirmação é praticamente o inverso da anterior destacando-se o efeito involuntário da política econômica que, segundo muitos autores, como M.P. Abreu, visava conseguir recursos externos para fazer frente aos compromissos financeiros do país
4. FALSO, efetivamente foi levantada a questão do financiamento da política com base em impostos, mas esta não rechaça a tese de Furtado pois o montante de impostos não foi suficiente para fazer frente à toda a política fiscal, além do que se alega que parte destes impostos foram obtidas de renda externa, dada a inelasticidade preço da demanda internacional de café
5. VERDADEIRO, questão que merece alguma discussão, pois houve certa diversificação da estrutura produtiva no período, mas ela foi pequena e o setor de bens intermediários não tinha dimensões do setor de bens de consumo
6. **(2015 – 3)** Sobre a economia brasileira no período entre 1930 e 1945, é correto afirmar:
7. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada na década de 1930, foi um instrumento utilizado pela política creditícia do Governo Federal.
8. A adoção das medidas propostas pela Missão Niemeyer, em relação à dívida externa e organização financeira doméstica, foi recompensada pelo tratamento preferencial às exportações de café para os Estados Unidos.
9. Apesar de apresentar uma produção ainda muito limitada em setores como bens de capital e intermediários, a indústria nacional ao final da década de 1930 já cobria mais de 90% da demanda interna de bens de consumo não duráveis.
10. A reforma tributária de 1934, ao reduzir a barreira tarifária, representou uma breve reversão na política de substituição de importações.
11. Para vários autores, a criação de órgãos e empresas estatais, conselhos e institutos ligados à produção econômica, é uma indicação do início da fase de intervenção estatal voltada para a industrialização, que perdurou até os anos 1980.

Resp:

1. VERDADEIRO, o governo utilizou as carteiras vinculadas ao Banco do Brasil como principal instrumento de crédito às atividades produtivas no período
2. FALSO, a missão Niemeyer é uma missão inglesa que propôs a adoção de medidas ortodoxas e renegociar o pagamento da dívida externa
3. VERDADEIRO, vemos neste período uma fase inicial do processo de substituição de importação com a internalização de boa parte do setor de bens de consumo não durável
4. FALSO, a reversão da política tarifaria em função das pressões externas e da melhora no Balanço de pagamentos brasileiros acaba auxiliando no processo pois é imprescindível para que ele ocorra nesta fase a importação de bens de capital e certos insumos necessários e sem os quais a industrialização estagnaria
5. VERDADEIRO, apesar da intervenção estatal já se fazer presente anteriormente as inúmeras instituições criadas ao longo do primeiro governo Vargas mostra a ampliação da intervenção estatal na economia e parte importante destas instituições eram voltadas para a dinamização da indústria.
6. **(2016 - 3)** O Estado Novo, iniciado em novembro de 1937, representou importante período para a industrialização do Brasil. Sobre a economia no período pode-se mencionar:
7. O advento do Estado Novo e a turbulência política que se seguiu levaram a paralisação da criação de órgãos, conselhos e institutos, voltados para a gestão da economia brasileira.
8. Prevaleceu a rejeição da participação de empresas estrangeiras em ramos como eletricidade e siderurgia.
9. O foco em políticas industrializantes debilitou órgãos ligados à atividade agropecuária, como o Instituto do Cacau, o Instituto do Açúcar e do Álcool, entre outros.
10. Vigorou retórica nacionalista para justificar medidas de política econômica, embora, na prática, não houvesse repulsa geral ao capital estrangeiro.
11. Formou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no contexto do alinhamento do Brasil com o bloco contrário ao eixo Roma-Berlim.

Resp:

1. FALSO, vários órgão e institutos continuaram a serem criados depois do advento do Estado Novo como o DASP (1938), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Aguas e energia elétrica (1939), o Conselho Nacional de Politica Industrial e comercial (1944) e a Superintendência de Moeda e Credito (1945 entre outras
2. FALSO, o que pode ser visto pela intensa negociação com a United Steel para a criação de uma empresa siderúrgica como a CSN]
3. FALSO, estes órgãos exerceram papel setorial relevante no período
4. VERDADEIRO, como já se afirmou na assertiva (1) manteve-se negociação com o capital externo e outros países apesar de uma certa retorica nacionalista
5. FALSO, a CMBEU (Comissão Mista Brasil Estados Unidos) foi negociada no governo Dutra e criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953. Durante o Estado Novo a missão que foi negociada e esteve no Brasil foi a Missão Cooke.
6. **(2019 02)** O período do Estado Novo (1937-1945) pode ser considerado como de aprofundamento da atuação do Estado sobre os rumos da economia brasileira. A este período podemos associar:
7. A elevação da parcela da renda proveniente de atividades manufatureiras e o declínio da parte da renda correspondente à agricultura.
8. A adoção em 1939 de um regime cambial que permitia que apenas 70% das divisas geradas pelas exportações fossem comerciadas no mercado livre, enquanto 30% deveriam ser vendidas ao Banco do Brasil segundo a taxa de câmbio oficial.
9. A manutenção do poder de estados e municípios no referente a regulação da hidroeletricidade, nos termos estabelecidos pelo Código de Águas.
10. A Consolidação das Leis do Trabalho, que conferia autonomia a sindicatos para negociar convenções coletivas sobre questões trabalhistas com os sindicatos patronais.
11. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Instituições que persistiram após o fim do Estado Novo.

Resp.

1. Verdadeiro, segundo cálculos de Haddad, a agricultura passou de 47% do total do valor adicionado brasileiro entre 1930/34, para 43,2% entre 1935/39 e para 37,1% entre 1940/45. A indústria por sua vez passou de 23,9% entre 1930/34 para 29,9% entre 35/39 e para 36,1 no período 1940/45.
2. Verdadeiro, em função do estrangulamento externo em 1937, o governo brasileiro voltou a apertar os controles cambiais e a liberação de divisas para isto também voltou a centralizar boa parte do cambio nas mãos do Banco do Brasil.
3. Falso, existe uma centralização dos comandos em diversas áreas no Estado Novo inclusive nos estabelecidos pelos códigos como o citado de aguas para o setor hidroelétrico.
4. Falso, a CLT não dava esta autonomia para a atuação dos sindicatos, estes poderiam negociar, mas por meio do Estado regras e acordos trabalhistas
5. Falso, apesar do DASP efetivamente ser fruto da constituição de 1937 e ter sido criado em 1938 e da CSN ter sido criada também no Estado Novo, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, já o IBGE foi criado em 1934 e instalado em 1936, antes, portanto, do advento do Estado Novo que se iniciou em 1937.
6. **(1999 – 5)** No que se refere à economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, pode se afirmar que as condições criadas por este conflito:

(0) Favoreceram um aumento dos investimentos diretos norte-americanos no País em detrimento do investimento europeu;

(1) Propiciaram uma elevação significativa das taxas de inflação no País;

(2) Provocaram uma queda substancial dos preços do café no comércio internacional;

(3) Levaram ao surgimento de saldos deficitários na balança comercial;

(4) Determinaram o afastamento do Governo de qualquer interferência no mercado cambial.

Resp:

1. VERDADEIRO, pois os países europeus não tinham condições de realizar estes investimentos enquanto que os norte-americanos (até por razões geopolíticas) apresentavam condições de realizar tais inversões.
2. VERDADEIRO: a dificuldade de importar, os próprios saldos positivos de Balanço de Pagamentos e as dificuldades orçamentárias se mostraram como importantes fontes de pressões inflacionárias.
3. FALSO, pois os preços do café variaram ao longo da guerra e chegaram inclusive e a se elevar em função de acordos realizados.
4. FALSO, dado que o período é marcado por superávits comerciais, a ponto destes provocarem acúmulo de reservas (em moedas inconversíveis, em sua maior parte).
5. FALSO, uma vez que o governo, apesar da inflação manteve a taxa de câmbio nominal constante.
6. (**2007 – 3)** O ambiente criado pela Segunda Guerra Mundial afetou profundamente a economia brasileira. Entre as principais mudanças então verificadas, assinalam-se:

(0) A aceleração da taxa de crescimento econômico relativamente ao período 1933-39, em decorrência, principalmente, do melhor desempenho da produção industrial.

(1) A elevação do saldo da balança comercial a despeito da deterioração das relações de troca, em virtude da expansão das exportações de produtos industrializados.

(2) O aumento da arrecadação do imposto de importação, por conta da reforma tributária então implementada, que introduziu a cobrança ad valorem.

(3) O aumento da formação bruta de capital fixo, inicialmente por conta dos gastos relacionados à defesa e, nos anos finais da guerra, por investimentos em infraestrutura.

(4) a estabilidade da taxa de câmbio em um regime de liberdade cambial.

Resp:

(0) FALSO: O comportamento do PIB não foi tão favorável durante o período de guerra Em 1940 e em 1942 por exemplo, observa-se inclusive taxas negativas de crescimento do PIB e somente em 1943 e 1944 é que alguma recuperação mais robusta passa a ser observada

(1) FALSO, de acordo com Abreu (1990), há um comportamento positivo da balança comercial devido ao crescimento de exportações, em função de: (i) acordos de suprimentos materiais estratégicos aos EUA; (ii) aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados tradicionalmente supridos por exportações americanas e inglesas (cujas economias estavam focadas no esforço de guerra); (iii) compras de carne e algodão por parte da Inglaterra; (iv) preços de café garantidos pelo acordo interamericano de 1940. Conforme os itens acima, observa-se um comportamento positivo das exportações de bens primários, e não de bens industriais, como atesta a afirmação. Por sua vez, conforme apêndice estatístico de Abreu (1990), não há nenhum comportamento sistemático negativo dos termos de troca, podendo ser observado um comportamento positivo dos preços de exportação no período.

(2) FALSO Houve uma queda da arrecadação de impostos sobre importação em função da diminuição das importações, esta queda procurou ser compensada pela revitalização de impostos internos.

(3) VERDADEIRO: A resposta dada é a verdadeira, porém esta não é uma posição tranquila na historiografia, efetivamente houve investimentos como os citados na assertiva (como a CSN) mas estes parecem para alguns analistas como sendo momentos excepcionais é que o período se caracterizaria justamente pela dificuldade da ampliação da capacidade produtiva nacional

(4) VERDADEIRO: De fato, também conforme apresentado por Abreu (1990), o comportamento da taxa de câmbio, num ambiente de liberdade cambial, é bastante estável durante o período da guerra. Tal liberdade cambial, que na verdade incluía um certo grau de intervenção por parte do governo, fazia parte das exigências americanas discutidas na missão Aranha, de 1939, num período de aproximação entre Brasil e EUA.

1. **(2011 – 3)** No que se refere à economia brasileira na Segunda Guerra Mundial é correto afirmar que:
2. Sofreu desaceleração na curva de crescimento, em relação ao desempenho no período 1933-1939.
3. A queda da taxa de crescimento foi motivada, sobretudo, pela queda na taxa anual média de crescimento da produção agrícola.
4. Beneficiou-se da conclusão de acordos com os Estados Unidos da América, que aproveitaram-se de trunfos geopolíticos brasileiros.
5. Contou com o início das atividades das empresas estatais Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Petrobrás.
6. Passou a ter o salário mínimo regulamentado pelo Governo Vargas.

Resp:

1. VERDADEIRO: Considerando as informações do apêndice estatístico do “A Ordem do Progresso”, a taxa de crescimento do PIB foi aproximadamente igual a 6,4% ao ano entre 1933 e 1939, e entre 1940 e 1945, foi aproximadamente igual a 3,4% ao ano, o que corrobora a assertiva;
2. FALSO, efetivamente existem momentos de forte queda da produção agrícola durante a guerra, estas oscilações, contudo, não diferem de outros períodos, mas a média industrial é inferior aos períodos anteriores e posteriores (apesar de existirem anos importantes de produção industrial no meio da guerra)
3. VERDADEIRO: efetivamente o Brasil pode se aproveitar de alguns acordos com EUA (café, minerais estratégicos) que em parte foram negociadas em função da posição estratégica do país tanto do ponto de vista político como geográfico.
4. FALSO: A Petrobrás foi fundada em 1953, o que nega a assertiva. Contudo, a CSN foi fundada em 1941 e a CVRD, por sua vez, foi fundada em 1942, anos compreendidos no período da Segunda Guerra Mundial.
5. VERDADEIRO: O gabarito define a resposta como verdadeira, mas merece cautela. De fato, Getúlio Vargas foi responsável pela instituição do salário mínimo no Brasil, está regulamentada pela lei nº 185 de janeiro de 1936 e pelo decreto-lei nº 399 de abril de 1938, ou seja, anos anteriores ao início da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 (após o início da SGM, portanto) fixou os valores do salário mínimo, e foi nesse ano que ele passou a vigorar

1. **(2018 3)** O clássico artigo *“Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”*, de Maria da Conceição Tavares, marcou o debate sobre o tema nas décadas seguintes à sua publicação. Sobre tal artigo podemos afirmar:
2. O artigo foi escrito nos primeiros anos do regime autoritário, no contexto do baixo crescimento econômico que precedeu o período do “milagre brasileiro”.
3. A autora defende que o *modelo de substituição de importações* apresentou resultado “parcial”, dentre outros motivos, por não lograr suficiente modernização do setor primário, o que contribuía para explicar os problemas do balanço de pagamentos.
4. A autora assume que não foram instaladas indústrias no Brasil durante a vigência do *modelo agroexportador*, fato que começou a ocorrer a partir de 1930, marco do início da *substituição de importações*.
5. O declínio mencionado no título do artigo se refere à desaceleração do crescimento no período posterior ao Plano de Metas.
6. A autora define como *substituição de importações* um processo de industrialização que visa diminuir o *quantum* da importação global, de modo que a economia se volta prioritariamente para o mercado doméstico.

Resp:

1. FALSO, a assertiva é de certa forma maliciosa, pois o texto *“Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”* mesmo que publicado em 1972 no livro *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* foi escrito originalmente efetivamente em um contexto de baixo crescimento econômico que precedeu o assim chamado “milagre brasileiro”, ou seja durante a chamada crise dos 60; mas foi escrito em 1963, portanto, antes dos primeiros antes do regime militar
2. VERDADEIRO, o fato do processo de substituição de importações concentrar suas transformações no setor industrial, deixa o setor agrícola exportador no longo prazo sem dinamismo e exposto as oscilações do mercado internacional. Este porém continua sendo o principal setor exportador do país já que a industrialização visa o mercado doméstico, fazendo com que continuemos a ter problemas na balança comercial e no balanço de pagamentos
3. FALSO, a própria autora aceita o fato que na fase agro exportadora deu-se o processo de urbanização e alguns setores como a indústria de “bens de consumo interno” (tecido, calçado, vestuário, moveis) puderam se desenvolver.
4. VERDADEIRO, o declínio corresponde à chamada crise dos 60 que ocorria quando a autora escrevia o texto,
5. FALSO, Esta diminuição no quantum de importação não é desejável, é imposta e ocorre em momentos de crise externa, quando ocorrem estas restrições de forma relativa acaba por se estabelecer no país setores que substituem parte destas importações, mas estes tem novas demandas de importações de modo que estas devem votar a crescer que pode terminar em uma situação de maior dependência com o exterior do que no início.
6. (**2012 – 4)** Em seu clássico artigo “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”, Maria da Conceição Tavares defende que:
7. a substituição de importações no Brasil ainda não se completara e precisava avançar para os bens de consumo duráveis e de maior intensidade de capital
8. o crescimento de indústrias tradicionais, como tecidos e vestuário, ocorrera já antes de 1930, no modelo agroexportador, mas não fora capaz de dar às atividades econômicas internas um dinamismo próprio
9. o modelo de substituição de importações apresenta um caráter “parcial”, pois as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas, sem modificações sensíveis no setor primário, inclusive voltado à exportação.
10. o estrangulamento externo pode ser “absoluto”, quando a capacidade de importar declina por causa de contrações cíclicas das exportações de produtos primários, e “relativo”, quando a capacidade de importar cresce a um ritmo inferior à retomada do crescimento das exportações, por causa dos serviços do passivo externo.
11. o processo de industrialização pode ser comparado à construção de um edifício, pois normalmente pode partir da base para o vértice da pirâmide produtiva, ou seja, dos bens de consumo para gradualmente atingir os bens de capital e intermediários, com mudanças correspondentes na pauta de importações.

Resp:

1. FALSO, quando do texto, a substituição de importações já avançara bastante, especialmente quanto aos bens de consumo duráveis
2. VERDADEIRO, esta é uma das teses de Tavares, que a partir da substituição de importações que ocorre dos nãos 30 para frente a indústria vai ganhando autonomia frente ao setor exportador
3. VERDADEIRO, o setor primário e mesmo o setor primário exportado não é objeto de políticas por parte do governo e acaba tendo suas taxas de crescimento, por exemplo, sido em media, inferiores ao setor industrial. Apesar do crescimento inicial do algodão na pauta de exportações esta não sofre grandes mudanças continuando a estar concentrada em poucos produtos primários (café e mais um ou outro produto) até os anos 60
4. FALSO, o estrangulamento externo absoluto ocorre quando não há a mínima capacidade de importar neste caso o próprio processo de substituição de importações é travado
5. FALSO, a substituição de importações ocorre por fases de fato porém não se pode imaginar que a industrialização de uma fase prescinda completamente de alguma industrialização, mesmo que não nas mesmas dimensões, de outros setores industriais;
6. (**2013 – 4)** O artigo “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”, de Maria da Conceição Tavares, pode ser considerado um clássico ao firmar importantes interpretações sobre a temática que envolve. Segundo o referido artigo:
7. as atividades industriais durante a vigência do modelo agroexportador eram reduzidas e, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio.
8. o processo de substituição de importações não visa diminuir o *quantum* de importação global e essa diminuição, quando ocorre, é geralmente imposta pelas restrições do setor externo e não desejada.
9. o processo de industrialização substitutiva geralmente se dá da base para o vértice da pirâmide produtiva, começando pelos bens não duráveis e de tecnologia mais simples até atingir os bens de capital.
10. maiores graus de coordenação e planejamento dos investimentos públicos e privados seriam necessários porque a diversificação industrial, induzida pelo aumento da proteção, tendia a ser freada à medida que as exigências de escala, tecnologia e de montante de capital dos investimentos aumentassem.
11. o declínio do processo referido no título do artigo é, pelo menos em parte, associado no mesmo à inflação e à crise no balanço de pagamentos verificadas após o II PND.

Resp:

1. VERDADEIRO, de fato esta é a tese da Tavares, mesmo que existam industrias e outras atividades produtivas voltadas para o mercado doméstico estas são dependentes do setor exportador e não possuem um dinamismo próprio
2. VERDADEIRO, o ponto fundamental da substituição de importações é a alteração da pauta de exportações e não da quantidade importada, mas esta ocorre pois nos momentos de impulso da substituição de importações há uma restrição externa que caba por implicar numa queda do valor total das importações junto com a alteração da pauta
3. FALSO, de fato há uma tendência da industrialização ocorrer por fases, porém estas fases não podem implicar numa ausência total de crescimento industrial em todos os setores da matriz industrial, se num determinado momento ocorre a substituição de importações principalmente de um setor industrial este deve vir acompanhado de alguma industrialização em outros setores, mesmo que esta não seja nas mesmas dimensões
4. VERDADEIRO, á medida em que se avança no processo de substituição de importações a complexidade dos setores aumenta, os requisitos de demanda, financiamento, capital e tecnologia se ampliam, devendo o estado e seu papel de coordenação e planejamento estar cada vez mais presente
5. FALSO, a crise a que se refere o título é a Crise dos anos 60.
6. **(1997 - 4)** O chamado modelo de industrialização por substituição de importações, típico do desenvolvimento da economia brasileira nas décadas posteriores à Grande Depressão, teve como características:
7. a existência de uma reserva de mercado para as indústrias instaladas no país
8. o fato de que o modelo foi posto em prática, como opção deliberada de política geralmente em períodos de crise no balanço de pagamentos
9. a adoção, como decorrência necessária, de uma política de valorização da taxa cambial;
10. a adoção simultânea de medidas visando promover mudanças estruturais no setor primário, para que o atendimento de uma demanda interna crescente de produtos agrícolas não afetasse desfavoravelmente as exportações;
11. a adoção de políticas de incentivo voltadas prioritariamente para o desenvolvimento da produção local de bens de capital e bens intermediários, no período imediatamente subsequente à Grande Depressão.

Resp:

1. VERDADEIRO, O modelo de Substituição de importações é um modelo fechado, onde utilizando diferentes mecanismos (tarifários, cambiais), se protege a produção doméstica, criando-se assim uma reserva de mercado frente às importações
2. VERDADEIRO, mesmo que se possa dizer que em um primeiro momento, na crise de 30, involuntariamente as políticas de enfrentamento da crise acabaram por se constituírem em uma promoção de substituição de importações nas crises seguintes a opção deliberada do governo pela industrialização faz com que nestas crises ocorresse uma substituição de importações
3. FALSO, normalmente a política de desvalorização cambial é usada para se proteger a produção doméstica das importações, quando não se adota uma política de desvalorização este tende a permanecer fixo.
4. FALSO, normalmente não há qualquer tipo de política voltada para o setor primário, que continua sendo um setor exportador fornecedor das divisas necessárias ao processo
5. FALSO, no período imediatamente posterior à grande depressão apesar de alguma diversificação industrial esta não foi objeto de política deliberada sendo que o setor de bens de consumo acabou prevalecendo
6. **(2000 – 4)** A respeito da chamada "fase espontânea” de substituição de importações, é correta a afirmativa:

(0) As duas guerras mundiais, especialmente a Segunda, estimularam a substituição de importações por causa das dificuldades impostas ao transporte marítimo.

(1) Esta fase da substituição de importações iniciou-se com a produção de bens de consumo duráveis, tais como automóveis, cuja produção foi sensivelmente prejudicada pelo esforço de guerra.

(2) A industrialização promoveu o aumento da concentração das classes operárias em núcleos urbanos, o que em certa medida explica o crescimento do ativismo sindical nos anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra.

(3) Uma parcela significativa dos investimentos industriais foi financiada por capitais oriundos da cafeicultura.

(4) O governo Vargas falhou ao deixar de realizar os investimentos em infraestrutura (por exemplo, transportes) e na indústria de base (por exemplo, siderurgia) necessários ao sucesso da industrialização.

Resp:

1. VERDADEIRO: existiram efetivamente dificuldades daquela natureza, apesar deste não ser o único problema.
2. FALSO como característica do próprio PSI, a substituição de importações iniciou-se primeiro no setor de bens de consumo leve, contradizendo, portanto, a informação contida no item.
3. VERDADEIRO: de fato, a elevação da inflação durante a Iª Guerra Mundial gerou movimentos grevistas liderados pelos crescentes movimentos sindicais, associados por sua vez à uma crescente taxa de urbanização das maiores cidades brasileiras da época.
4. VERDADEIRO: boa parte da industrialização brasileira na sua origem advém de capital nacional e a grande fonte deste capital é a cafeicultura.
5. FALSO, a afirmação se equivoca justamente ao afirmar que o governo Vargas deixou de realizar os investimentos nos setores citados, o que é uma afirmação incorreta. Pode-se citar, por exemplo, a construção da CSN, ocorrida no ano de 1941, para desmenti-la.
6. **(2002 – 13)** Sobre o processo de industrialização por substituição de importações brasileiro é correto afirmar:

(0) O processo de industrialização por substituição de importações apoiou-se em instrumentos de política econômica como reservas de mercado, subsídios e incentivos fiscais e financeiros à indústria nascente.

(1) O Estado, além de assegurar infraestrutura básica, exerceu o papel de empresário nos segmentos da indústria pesada que o grande capital internacional não teve interesse e o nacional não teve condições de construir.

(2) A fragilidade do padrão de financiamento dos investimentos, profundamente dependente do endividamento externo e público, gerou recorrentes processos inflacionários.

(3) A crise do modelo de substituição de importações foi agravada nos anos 80 pela crise da dívida externa. Esta transformou o país em exportador de capital e impôs políticas ortodoxas de ajuste que geraram um quadro de estagnação e inflação.

(4) A substituição de importações no Brasil se fez com graves pressões inflacionárias, mas sem desequilíbrios externos e reduzidas desigualdades regionais.

Resp**:**

1. VERDADEIRO, uma vez que cita, em boa parte, os instrumentos utilizados pelos diferentes governos brasileiros no sentido de gerar incentivos e benefícios ao crescimento da indústria brasileira, dentro da óptica do processo de substituição de importações.
2. VERDADEIRO: pode-se citar mais uma vez, como exemplo, a construção da CSN no governo Vargas, na qual o governo brasileiro viu-se obrigado a participar diretamente do projeto, dado o desinteresse dos grandes produtores americanos de aço.
3. VERDADEIRO: olhando o PSI em uma perspectiva de médio/longo prazo, a questão do financiamento dos investimentos realizados durante o processo foi um elemento bastante delicado na condução da política econômica brasileira, dado entre outros o ambiente de sucessivos distúrbios no ambiente internacional ao longo do período. Por sua vez, a inflação, passou a ser um problema cada vez mais significativo para o desenvolvimento da economia brasileira, estando relacionada de forma significativa com o padrão de financiamento implementado.
4. VERDADEIRO: para vários autores o IIº PND – que será aqui estudado posteriormente – pode ser considerado mais uma rodada da substituição de importações que tem dificuldades em manter seu dinamismo no início dos 80; a esta dificuldade se acresce os problemas da Crise da dívida e a falta de recursos externos (utilizados no próprio pagamento da dívida) e também problemas na política econômico dada a necessidade de se seguir uma política ortodoxa de ajuste.
5. FALSO, tanto ao afirmar que o PSI foi realizado no Brasil sem desequilíbrios externos como sem desigualdades regionais. Ambas são afirmações incorretas, principalmente a primeira, uma vez que distúrbios no balanço de pagamentos foram fenômenos relativamente constantes ao longo do processo devendo ser considerados, mais uma vez, o ambiente de sucessivos distúrbios no ambiente internacional e, em algumas ocasiões (início do governo Dutra e início do IIº governo Vargas, por exemplo, em que foram adotadas políticas liberalizantes de comércio internacional e de câmbio), o resultado das próprias políticas implementadas pelo governo brasileiro.
6. **(2006 – 03)** A respeito da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI), típica do desenvolvimento da economia brasileira nas três décadas subsequentes à Grande Depressão, é correto afirmar que:

(0) as políticas de controle do mercado de câmbio instituídas inicialmente para fazer frente ao desequilíbrio externo em meados de 1947 acabaram se tornando o principal instrumento de promoção do desenvolvimento industrial;

(1) a estratégia da ISI voltou-se, nas décadas de 1930 e 1940, para o desenvolvimento da produção local de bens de capital e de bens de consumo duráveis;

(2) não obstante tenha resultado em acentuada industrialização e em crescimento, a estratégia da ISI contribuiu para a acentuação de desequilíbrios setoriais e regionais da economia brasileira;

(3) no Governo Dutra, o desenvolvimento industrial foi impulsionado pelo bem-sucedido Plano SALTE;

(4) na estratégia da ISI apoiou-se em instrumentos de política econômica como reservas de mercado, subsídios e incentivos fiscais e financeiros à indústria nascente

Resp:

1. VERDADEIRO A afirmação contém um pouco de contundência ao incluir o termo “principal”, mas de qualquer forma, descreve a situação econômica do período considerado acerca do mercado cambial e a relevância deste na administração da demanda brasileira por importações e seu impacto sobre a industrialização. Evidentemente especialmente com o sistema criado no segundo governo Vargas a intencionalidade da política cambial com vistas a industrialização se torna clara;
2. FALSO, por afirmar que no período inicial do ISI no Brasil foram priorizados alguns setores que só passariam a ser prioritários ao final do regime militar (IIº PND). A ênfase do ISI no período abordado na assertiva estava focada, em termos genéricos, na produção de bens de consumo não duráveis, obviamente não apenas consumo de não duráveis mas a ênfase principal no período era este tipo de produção, não se podendo afirmar que a estratégia estava em bens de capital ou consumo durável.
3. VERDADEIRO De fato, a afirmação é verdadeira e apresenta alguns dos resultados negativos associados ao ISI no Brasil, a concentração regional nos estados do sudeste apesar de nova bibliografia enfatizar industrializações no resto do país, existiam claros desequilíbrios regionais. Por ouro lado, a forma de condução da ISI, sendo feita “por partes”, deixa claro os desequilíbrios setoriais;
4. FALSO Antes de qualquer comentário, deixemos claro que de fato, o plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) fora implementado durante o governo Dutra. Contudo, a afirmação pode ser vista como incorreta, uma vez que por vários os resultados do plano ficaram aquém do almejado inicialmente pelo governo, colocando-se inclusive em dúvida até que ponto ele fora efetivamente implementado.
5. VERDADEIRO A afirmação apenas apresenta alguns dos instrumentos realmente utilizados, no Brasil, para a implementação da estratégia do ISI, conforme já discutido anteriormente em outras questões
6. **(2003 – 2)** Segundo as interpretações Cepalinas clássicas (Celso Furtado; Maria da C. Tavares), a fase inicial da industrialização por substituição de importações no Brasil foi impulsionada:

(0) Por choques externos adversos, que romperam o mecanismo até então existente de ajuste entre as estruturas de demanda e de produção internas;

(1) Pela política econômica que, na fase inicial do processo, orientou deliberadamente a alocação de recursos em favor do setor industrial;

(2) Pela existência, por ocasião dos choques externos, de um mercado com alguma expressão e de um setor industrial que, embora incipiente, já era razoavelmente diversificado;

(3) Pela 2ª Guerra Mundial, que é vista como o marco inicial da industrialização por substituição de importações;

(4) Pela iniciativa empresarial dos fazendeiros de café, alguns dos quais tornaram-se, também, empreendedores industriais.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente para os autores a ISI se move por reações aos impulsos provocados por crises ou estrangulamentos externos
2. FALSO, o termo “deliberadamente” faz com que seja apresentada a ideia de que a política econômica foi orientada explicitamente com vistas ao PSI, o que torna a expressão, ao menos nos anos iniciais do processo, incorreta, apesar disto não ser aceito por todos.
3. VERDADEIRO, quando dos choques existia internamente alguma capacidade de produção dos bens cuja importação passaria a ser substituída pela produção doméstica
4. FALSO, o equívoco está na consideração da IIª Guerra Mundial como o marco inicial do PSI. De acordo com estes autores, tal processo já se inicia antes, sendo o início dos anos 30 o marco fundamental para o início do PSI no Brasil.
5. VERDADEIRO, a afirmação pode gerar controvérsia, de todo modo parte do capital antes aplicado à produção cafeeira se desloca para produções voltadas ao mercado doméstico, entre estas a produção industrial e alguns cafeicultores passaram a ser proprietários de industrias, mesmo que estes não representam o maior número dos empresários industrias formados no período
6. **(2014 - 6)** Sobre as interpretações da industrialização via processo de substituição de importações pode-se afirmar que:
7. A predominância do capital estatal no investimento em todos os ramos industriais desestimulou a iniciativa privada nos anos 1950.
8. Dado o mercado interno relativamente reduzido para bens industriais, havia limitações às economias de escala usando técnicas produtivas importadas.
9. Segundo Maria da Conceição Tavares, a substituição de importações originou-se de uma escolha política autônoma do governo brasileiro, sem ser induzida por restrições ao crescimento econômico com base em exportações primárias.
10. Há consenso de que a falta de competição seria responsável pelos altos custos internos e pela incapacidade de entrada dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional.
11. Dentre as críticas e problemas apontados por Maria da Conceição Tavares, estava a baixa competitividade internacional da indústria brasileira, explicada em parte porque a produção substitutiva local representava uma fração pequena da capacidade produtiva de qualquer país antes exportador para o Brasil.

Resp:

1. FALSO; o capital estatal não predominou em todos os ramos industriais como por exemplo no setor de bens de consumo, o setor estatal entrou em setores onde o capital privado nacional não apresentava condições técnicas e financeiras
2. VERDADEIRO; quando as empresas se estabeleciam no Brasil a obtenção de economias de escala se faziam com base no uso de técnicas produtivas intensivas em capital e exigiam um mercado de dimensões relativamente elevadas
3. FALSO; os primeiros passos do modelo de substituição de importações se deram na reação a estrangulamentos externos mais do que a politicas deliberadas de industrialização se valendo deste modelo
4. FALSO; esta é uma visão (crítica) liberal ao processo, para outros os custos poderiam estar associados por exemplo à falta de determinados produtos e a ampliação de custos de produção associados a estas matérias primas, ou ainda o que está afirmado na próxima assertiva
5. VERDADEIRO, vide assertiva anterior
6. **(2002 – 14)** Uma das características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil diz respeito ao papel do Estado como fator de estímulo à industrialização. Esse papel foi exercido por meio de políticas fiscais e monetárias, de controle do mercado de trabalho e do provimento de bens públicos. Assim, é correto afirmar que as razões que levaram o Estado a promover a industrialização do Brasil foram:
7. A inserção da economia na era industrial, quando as bases técnicas e financeiras das manufaturas já eram relativamente complexas, implicava grandes plantas e elevadas exigências tecnológicas.
8. O mercado de capitais controlado pelo capital agrário mercantil concentrou recursos em atividades ligadas à grande propriedade e ao consumo conspícuo.
9. Os grandes projetos industriais têm fortes dificuldades para contornar problemas de capacidade ociosa e de balanço de pagamentos, exigências de infra-estrutura e dificuldades de suprimento de matérias-primas básicas.
10. A economia primária exportadora não engendrou mecanismos de financiamento privado capazes de oferecer sustentação à acumulação industrial nas condições requeridas pelo volume de capital e pela complexidade das tecnologias envolvidas.
11. A internacionalização do capital exigiu pronta resposta das forças produtivas internas para garantir a presença de blocos de capitais privados nacionais concorrentes do capital internacional.

Resp:

1. VERDADEIRO, de fato se tomarmos por exemplo setores como a produção de energia este exigia planta e volumes de capital muito significativos, o mesmo se pode dizer da área de exploração e produção de derivados de petróleo, siderúrgica e química
2. FALSO, na verdade o problema é justamente a ausência de um mercado de capitais mais desenvolvido no período o que obriga a entrada do governo como intermediário financeiro no processo
3. VERDADEIRO, dada a necessidade de projetos cada vez maiores, estes têm necessidades a jusante e a montante que exigem um papel de coordenador e de planejamento muitas vezes fora do alcance das iniciativas privadas
4. VERDADEIRO, existe uma dificuldade dentro do país de se forjar mecanismos de financiamento de longo prazo que permitissem transferir recursos de um setor ao outro
5. FALSO, durante a industrialização em muitos momentos não se opôs ás empresas transnacionais, muito da participação do estado pode ser explicada justamente pelo não interesse dois blocos internacionais em se fixarem no país

## Questões abertas – Tópico 2

1. **(2018)** Ao tratar da política econômica do Governo Federal nos primeiros anos da década de 1930, na obra *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado elaborou análise que serviu de marco para trabalhos posteriores sobre o tema. Uma de suas passagens mais conhecidas é:

“Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro concretiza-se como verdadeiro programa de fomento da renda nacional (...) a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era subproduto da defesa dos interesses cafeeiros”.

Elabore um texto explicando as afirmações acima e discutindo seus fundamentos empíricos e/ou teóricos.

1. **(1991)** Uma das intervenções mais importantes do Estado na economia brasileira, na primeira metade deste século, foi a política de valorização do café, adotada a partir do Convênio de Taubaté. Explique o que foi esta política, quais seus elementos centrais, e análise especificamente a relação entre a política de valorização do café e o desempenho da economia na década de 30.
2. **(1994)** Há um consenso entre os historiadores econômicos sobre a importância da década dos trinta no crescimento da economia brasileira. Esta década teria marcado a transição de uma economia essencialmente agrária exportadora para uma economia voltada para o mercado interno. A historiografia econômica apresenta interpretações distintas sobre o papel da política de valorização do café nesse processo de transição. Reproduza os pontos principais desse debate enfatizando as contribuições de C. Furtado, C.M. Pelaez e Albert Fishlow.
3. **(1996)** Compare as políticas de proteção ao setor cafeeiro (incluindo os seus efeitos) implementadas na primeira década do século XX com aquelas implementadas nos anos 30.
4. **(2003)** Discuta o papel da política de valorização do café da década de 1930 a partir de duas perspectivas:
5. sua contribuição para minimizar os efeitos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira;
6. sua contribuição para transferir renda de outras regiões do país para o Sudeste para a concentração industrial em São Paulo
7. **(1987)** “Fatores econômicos e políticos determinaram a rápida superação da crise econômica dos anos trinta, abrindo uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo no Brasil” Desenvolva.
8. **(1998)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique sua posição: “A Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929/30 são igualmente importantes para explicar o avanço da industrialização na primeira metade do século XX”
9. **(2010)** Comente a seguinte afirmação: “As medidas econômicas do governo que assumiu em 1930 foram fundamentais para o desempenho do setor industrial e para a diversificação da pauta de exportações do país nas duas décadas seguintes”.
10. **(2011)** A economia brasileira na década de 1930, mesmo em conjuntura internacional de crise, registrou expressiva taxa de crescimento do PIB, sob a liderança do setor industrial. Essa tendência se prolongou durante os anos do Estado Novo. Explique que fatores ajudam compreender esse desempenho e qual o alcance e os propósitos da política econômica governamental do período.
11. **(2013)** Na literatura sobre a economia brasileira, geralmente a década de 1930 é apresentada como um período de profundas mudanças, as quais teriam alterado estruturalmente a economia. Avalie a pertinência das análises que enfatizam a importância dessas mudanças, citando exemplos de medidas de política econômica que reforçam ou contrariam sua avaliação.
12. **(2015)** Analise a política econômica do Governo Federal na década de 1930 e avalie a pertinência em considerá-la “desenvolvimentista”.
13. **(2016)** Um corte cronológico tradicional no estudo da industrialização brasileira é considerar o início da década de 1930 como um momento de inflexão de seu processo. Discuta a pertinência e os possíveis pontos fortes e fracos dessa abordagem.
14. **(2017)** Em novembro de 1937 foi instaurado no Brasil o período conhecido como “Estado Novo”, que perdurou até 1945. Há certa convergência entre os analistas que tal período foi marcado por fatos relevantes na economia brasileira. Arrole alguns desses fatos, discuta sua relevância, bem como a política econômica do período no que diz respeito à inflação e balanço de pagamentos.
15. **(1993)** É corrente, atualmente, a afirmativa de que o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) está “esgotado”, no caso brasileiro. Discuta essa afirmativa, explicando o que você entende por modelo de ISI, e em que sentido ele estaria esgotado.
16. **(1996)** “A Economia Brasileira teve condições relativamente favoráveis para reagir positivamente ao estimulo da substituição de importações.” Diga se concorda ou não com essa afirmativa, justificando sua posição.
17. **(2005)** Discuta o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações: conceito, origem, etapas, limitações, resultados e esgotamento
18. **(2009)** Discuta as principais características do “modelo primário-exportador” e do “modelo de substituição de importações”, identificando suas principais diferenças.
19. **(2012)** Examine o processo de substituição de importações no Brasil: o conceito, o surgimento, a dinâmica, as etapas, as restrições, e os resultados.
20. **(2014)** Há autores que adotam o nome de “industrialização espontânea” (ou não intencional) para designar o crescimento industrial brasileiro do período entre a Grande Depressão de 1929 e o início da II Guerra Mundial. Exponha o argumento que embasa essa análise e discorra sobre sua pertinência para designar a industrialização brasileira do período.
21. **(2007)** Discorra sobre as principais mudanças do papel do Estado na economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.
22. **(2002)** A expressão “modernização conservadora” é utilizada para caracterizar as administrações de Vargas como períodos de mudanças. Discuta a assertiva.
23. **(1994)** Faça uma análise comparativa dos efeitos da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais sobre o crescimento da economia brasileira.
24. **(1995)** Na década de 30, o balanço de pagamentos enfrentou dificuldades oriundas, em parte, de uma redução das receitas de exportação. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, esta situação modificou-se: as receitas de exportação cresceram e melhoraram as relações de troca. Análise os efeitos da evolução do comércio internacional no crescimento da produção industrial durante a década de 30 e nos anos da Guerra.

# Questões relativas ao Tópico 3: O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas.

No que diz respeito aos governos de Eurico Gaspar Dutra e de Getúlio Vargas (IIº governo), questões referentes às políticas cambiais/comércio exterior adotadas durante o período são frequentes, seja no exame da Anpec, seja em outros exames, sendo que estes tópicos também podem ser requisitados na análise dos governos imediatamente posteriores.

No que diz respeito às políticas cambiais/comércio exterior adotadas durante o período 1930-1955, é importante distinguir as diferenças existentes entre cada uma das mesmas e os períodos nas quais vigoraram. Pode-se afirmar que estas tinham o intuito fundamental de minimizar problemas referentes às contas do Balanço de Pagamentos, porém tiveram impactos importantes sobre a questão da industrialização



É importante ter em mente também as características de duas importantes instruções adotadas pela SUMOC: a Instrução 70, justamente a do cambio múltiplo (de 1953), e a Instrução 113 (de 1955):

Instrução 70: restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil e substituiu o controle quantitativo das importações pelo sistema de leilões. Neste sistema as importações foram divididas em 5 categorias de acordo com o critério de essencialidade. Já pelo lado das exportações, as taxas fixas foram substituídas por uma bonificação de Cr$ 5/US$ para o café e Cr$ 10/US$ para as demais mercadorias exportadas. Este sistema vigorou até 1961, tendo sido ligeiramente alterado em 1957.

Instrução 113: esta instrução autorizava a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, a emitir licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos de produção. Segundo Giambiagi et all (2005), era mais vantajoso para o investidor estrangeiro internar bens de capital diretamente por via desta instrução do que ingressar com recursos financeiros no Brasil e adquirir as licenças de importação.

Um dos principais elementos a serem analisados durante o governo Juscelino Kubitschek diz respeito às prioridades existentes no Plano de Metas, ou seja, quais setores foram considerados mais relevantes pelo programa. É importante ter em mente também a importância reservada ao capital internacional por parte do plano bem como ter em mente que o governo JK representa a fase da industrialização em que de certa forma é impulsionado o processo de substituição de importações de bens de consumo durável.

O Plano de Metas também contempla, além da substituição de importações, um modelo mais integrado de industrialização. Um elemento importante a ser destacado no período é a introdução de um sistema tarifário condizente com a substituição de importações do período. O período é caracterizado também por uma elevação da inflação decorrente da expansão da oferta monetária do país e pelo rompimento do Brasil com o FMI.

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 3

1. **(2001 – 5)** A política de comércio exterior no período 1947-64, que se revelou extremamente importante para o processo de industrialização do período, caracterizou-se por:
   1. Utilização de instrumentos de controle quantitativo no período 1947-53;
   2. Instituição de uma política de minidesvalorizações cambiais a partir de 1958;
   3. Favorecimento sistemático à importação de bens de consumo, visando a conter o processo inflacionário;
   4. Início de uma ampla política de subsídios e incentivos ao setor exportador;
   5. Estabelecimento do sistema de taxas múltiplas de câmbio a partir de 1953

Resp:

1. VERDADEIRO, Dutra criou em 1947 um sistema de licenciamento de importações que se manteve, mesmo que com mais liberdade desde 1951, até 1953
2. FALSO, a política de minidesvalorizações só serão implementadas a partir de 1968.
3. FALSO, houve contingenciamento de importações desde 1947 inclusive de diversos bens de consumo principalmente os que passavam-se a produzir internamente
4. FALSO, o setor exportados não foi um setor beneficiado durante o período, tendo inclusive recebido penalizações como o chamado confisco cambial
5. Efetivamente Vargas introduz por meio da Lei 1807 e da instrução 70 o sistema de câmbio múltiplo
6. **(1998 – 5)** Em relação às políticas cambiais executadas no período 1945-56, pode-se afirmar que:

(0) A reforma cambial de 1953 atenuou a valorização cambial acumulada desde o final da Segunda Guerra;

(1) Tais políticas asseguraram superávits no balanço de pagamentos, exceto nos anos da Guerra da Coréia.

(2) As mudanças nas regras cambiais introduzidas no período tiveram por objetivo principal acelerar a industrialização do país;

(3) Tais políticas cumpriram as regras cambiais estabelecidas nos acordos de Bretton Woods;

(4) Alternaram, nessa ordem: liberalização cambial; controles de câmbio e taxas múltiplas de câmbio.

Resp:

(0) VERDADEIRO: na prática, a reforma cambial de 1953 instituiu um regime de múltiplas taxas de cambio; tomando a média destas efetivamente houve uma desvalorização efetiva da taxa de câmbio, diminuindo a valorização observada ao longo do período pós IIª Guerra Mundial (associada basicamente ao crescimento do nível de preços da economia brasileira e manutenção da taxa em termos nominais), o que está de acordo com a afirmação.

(1) FALSO, pois o BP esteve também com déficit em 1947, 48 e 49

(2) FALSO: embora tais políticas tenham, na prática, gerado benefícios e incentivos à industrialização brasileira, a afirmação equivoca-se ao afirmar que tais políticas tinham como objetivo beneficiar explicitamente tal setor. Deve-se ter em mente que boa parte das políticas implementadas durante o período tinham como objetivo primário corrigir as contas do Balanço de Pagamentos, o que torna a firmação equivocada.

(3) FALSO, pois os acordos de Bretton Woods não previam, por exemplo, a implementação do sistema de cambio múltiplo.

(4) VERDADEIRO, no início do governo Dutra, em 1945, é observada uma política de liberalização comercial/cambial. A partir de 1947, visando corrigir os resultados negativos da balança comercial/balanço de pagamentos, o governo introduz o sistema de licenças para importação e finalmente, em 1953, já no governo Vargas, é implementado o sistema de taxas múltiplas de câmbio. Assim, observa-se efetivamente a sequencia apresentada na questão.

1. **(2010 – 4)** Sobre o processo de crescimento e diversificação da indústria manufatureira na primeira década após a Segunda Guerra Mundial, é correto afirmar que:

(0) A expansão da indústria ocorreu em um contexto de escassez relativa de reservas cambiais, mas continuava dependente da demanda induzida por bens manufaturados gerada pela expansão das exportações primárias.

(1) O setor privado continuou o principal responsável pela expansão da oferta de insumos básicos, como minério de ferro e aço.

(2) A política econômica do Governo Eurico Dutra iniciou reduzindo a proteção da indústria local, mas posteriormente adotou uma política cambial que favoreceu a substituição de importações.

(3) O processo de diversificação industrial tendia a deslocar a pauta de importações em direção a itens mais dificilmente substituíveis por produção interna.

(4) A crise cambial de 1952 favoreceu, neste ano, o projeto de desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas, pois estimulou a substituição de importações, ao encarecê-las.

Resp

(0) FALSO; Ao final da IIª Guerra Mundial, o Brasil havia acumulado montante significativo de reservas cambiais, embora seja importante ressaltar que boa parte do mesmo consistia de moedas não conversíveis, fenômeno conhecido como “ilusão de divisas”. A expansão industrial contudo não era induzida pela demanda por bens industriais oriundas da expansão das exportações agrícolas, a demanda por bens manufaturadas se fazia dentro do próprio setor urbano da economia.

(1) FALSO; Apenas para exemplificar, lembre-se que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi criada em 1941 e começou a operar em 1946, ao passo que a Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942. Ambas, estatais, eram algumas das principais atuantes nos setores mencionados, negando assim a assertiva.

(2) VERDADEIRO; De fato, o início do governo Dutra é marcado, entre outros, pela liberalização cambial decorrente do acúmulo de reservas em moedas estrangeiras (novamente, o fenômeno da “ilusão de divisas”), o que de fato diminuía a proteção à indústria local. Contudo, com as dificuldades decorrentes do crescimento das importações e da escassez de divisas conversíveis, o governo Dutra decide adotar o regime de licenças para importações, o que viria a gerar novos incentivos ao processo de substituição de importações.

(3) VERDADEIRO; A afirmação está em linha com a própria dinâmica do PSI, ou seja, conforme a substituição de importações evolui do setor de bens industriais leves para os setores de bens industriais duráveis e de bens de capital, tem-se naturalmente uma maior dificuldade em substituir o produto importado pelo equivalente produzido internamente, em função de dificuldade de se importar tecnologia, da escala limitada do mercado interno e do volume de recursos necessários para alavancar os investimentos necessários, entre outros fatores.

(4) FALSO; No período mencionado na assertiva, foi posto em prática o sistema de taxas múltiplas de câmbio. De fato, produtos importados considerados de importância limitada tinham sua importação encarecida por via do sistema, mas produtos considerados essenciais tinham uma taxa de câmbio favorecida, tornando mais barata sua importação. A assertiva é falsa por generalizar a ideia de que todos os produtos importados foram encarecidos por meio deste sistema.

1. **(ANPEC 2011) 4** Quanto às políticas cambiais adotadas no Brasil na década posterior à II Guerra Mundial, pode-se afirmar:
2. A “queima de divisas” ocorrida nos primeiros anos após a Guerra ajuda explicar o fato de o governo ter optado, em julho de 1947, pela desvalorização do cruzeiro.
3. O cruzeiro foi mantido, por vários anos, em paridade fixa com relação ao dólar.
4. O sistema de licenciamento das importações, de acordo com prioridades estabelecidas pelo governo, foi adotado por Dutra e revogado em 1951 com o retorno de Vargas ao poder.
5. As “operações vinculadas” adotadas nesse período prejudicaram o setor exportador e produziram um efeito protecionista ao setor industrial.
6. A Instrução 70 da SUMOC, de 1953, eliminou o controle quantitativo direto sobre as importações e concedeu bonificação às exportações, sendo que a bonificação concedida ao café era menor que aos demais produtos.

Resp:

(0) FALSO; A queima de divisas mencionado pela assertiva diz respeito à chamada “ilusão de divisas” decorrente do acúmulo de reservas internacionais em moedas não conversíveis, ou seja, não aceitas livremente no comércio internacional, ao final da II Guerra Mundial. Contudo, diferentemente do exposto, o governo optou pelo regime de licenças de importação com fixação da taxa de câmbio, e não pela desvalorização da moeda doméstica.

(1) VERDADEIRO; Apesar da instituição do regime de licenças de importação, a taxa de câmbio foi mantida no valor de Cr$ 18,8 por US$ 1. Com o início do segundo governo Vargas, este regime foi substituído pelo sistema de taxas múltiplas de câmbio.

(2) FALSO; O regime de licenças de importação foi substituído por Vargas em 1953, por via da Instrução 70 da SUMOC. Quando Vargas assume houve maior facilidade na concessão de licenças que, contudo, fora mantido.

(3) FALSO. No contexto da época, as “operações vinculadas” se referiam a um sistema em que somente os importadores que tivessem condição para exportar igual valor ficavam livres da licença prévia de importação.

(4) VERDADEIRO; A referida instrução implantou o sistema de taxas múltiplas de câmbio e em particular, no caso dos exportadores, a taxa de câmbio recebida pelas exportações de café era igual a Cr$ 23,36 por US$, ao passo que a taxa de câmbio recebida pelas demais exportações era igual a Cr$ 28,36 por US$, ou seja, as exportações do café recebiam uma bonificação inferior aos demais produtos exportados.

1. **(2017 – 4)** O governo do general Eurico Dutra implantou medidas de política econômica que foram e são objeto de polêmica na literatura econômica. Entre as medidas que é correto associar ao Governo Dutra pode(m)-se citar:
2. A liberalização das importações que, associada à desvalorização do cruzeiro, contribuiu para acelerar a inflação.
3. Medidas de abertura comercial foram implantadas no início, mas, diante da crise cambial, posteriormente foram abandonadas.
4. O Plano SALTE, anunciado no período, propunha coordenar investimentos públicos em setores como transporte e energia, mas teve dificuldades em sua implantação, com problemas de financiamento.
5. O Plano SALTE, anunciado no período, incluiu entre seus principais objetivos a substituição de importações de material elétrico e de transporte.
6. As “operações vinculadas”, introduzidas nesse período, representaram um incentivo ao exportador, que se sentia prejudicado pela taxa fixa de câmbio.

Resp:

1. FALSO, não houve desvalorização cambial durante o governo Dutra
2. VERDADEIRO, houve liberalização das importações até meados de 47 quando se instituiu o sistema de licenciamento das importações restringindo-as
3. VERDADEIRO, o Plano SALTE teve baixa implementação em função de questões de financiamento e se restringia a uma espécie de coordenação apenas de investimentos a serem realizados pelo setor público
4. FALSO, o Plano Salte se resumia às áreas de saúde alimentação transporte e energia, mas não envolvia a substituição da produção de material elétrico por exemplo, já que seu espectro envolvia apenas o setor publico ou seja envolvia a geração d energia ou a construção de rodovias e não a implementação da indústria de automóveis
5. VERDADEIRO, estas operações permitiam importar determinados produtos diretamente com os recursos das exportações o que, dado a taxa de cambio sobrevalorizada, permitia que exortadores recebesse um valor maior pelas suas exportações
6. **(2018 – 5)** Sobre a economia no período dos 1940, pode-se afirmar

Ⓞ A chamada ilusão de divisas, ou seja, o Brasil teria uma situação cambial confortável no imediato pós-guerra, gerou a expectativa de que uma política liberal de câmbio pudesse atrair um expressivo fluxo de capitais estrangeiros.

① O regime de taxa de câmbio fixa adotado no início do Governo Dutra estava alinhado com as propostas contidas nos Acordos de Bretton Woods.

② O fato de que mais de 40% das exportações brasileiras se dirigiriam para países com limitações de conversibilidade monetária ajuda a explicar a preservação da taxa de câmbio fixa, a despeito da crise do balanço de pagamentos verificada nos últimos anos da década.

③ O fato das importações no imediato pós Segunda Guerra se constituírem, em grande medida, de produtos supérfluos de consumo durável, justifica a adoção de uma política de desvalorização cambial eficiente para resolver os problemas do balanço de pagamentos, sem afetar o fornecimento de bens de capital e insumos essenciais para o funcionamento da indústria.

④ A orientação liberal do Governo Dutra teve como consequência a interrupção abrupta de projetos desenvolvimentistas iniciados no Governo Vargas, como, por exemplo, o atraso na constituição da Companhia Hidrelétrica do São Francisco o que retardou a construção da Usina de Paulo Afonso.

Resp:

1. VEDADEIRO, a ilusão de divisas se refere ao fato do Brasil ter uma situação de elevado volume de divisas, porem um volume pequeno destas, eram divisas conversíveis. Esta aparente situação favorável no Balanço de Pagamento, leva a uma política compatível com os acordos de Bretton Woods de câmbio fixo e liberdade de importações e exportações, que se esperava pudesse atrair capitais para o pais. O que não ocorreu.
2. VERDADEIRO, o regime de câmbio fixo foi acordado em Bretton Woods e adotado pelo governo Dutra, sem desvalorizar o câmbio mesmo depois de um grande processo inflacionário durante a segunda guerra, bem acima da inflação norte americana.
3. VERDADEIRO, efetivamente quase metade das exportações se destinava a tentativa via desvalorização cambial de manter estas exportações e gerar superávit em moeda não conversível não parecia ser uma estratégia importante, por outro lado duvidava-se da efetividade da desvalorização cambial em relação ao restante das exportações dado que estas eram basicamente de café com baixa elasticidade cambio. Deste modo uma desvalorização cambial não parecia uma estratégia interessante para superar a crise cambial
4. FALSO, as importações não foram de produtos supérfluos, são produtos necessários dado que durante a guerra o Brasil teve dificuldade de importar especialmente produtos destinados a ampliar a capacidade produtiva brasileira. Desta forma a desvalorização cambial afetaria importações importantes
5. FALSO, o governo Dutra não interrompeu os projetos varguistas, A Usina de Paulo Afonso foi iniciada em 1948 durante a gestão Dutra.
6. **(2006 –** **4)** As políticas de comércio exterior e cambial do início do Governo Dutra tiveram os seguintes objetivos:

(0) atender à demanda reprimida de matérias-primas e de bens de capital para reequipamento da indústria, desgastada durante a segunda guerra mundial;

(1) estimular o aumento dos preços dos produtos industriais;

(2) aumentar as reservas cambiais;

(3) atrair capitais externos para investimentos no Brasil;

(4) conter o processo de aceleração inflacionária herdado do período de guerra

Antes de qualquer comentário acerca das assertivas, cabe ressaltar que a questão aborda a política cambial do ***INÍCIO*** do governo Dutra, e não a política que seria implementada a partir de 1947. O período abordado pela questão é caracterizado pela manutenção da taxa de cambio, evitando-se uma possível desvalorização e por outro lado liberando-se o acesso à moeda externa.

Resp:

(0) VERDADEIRO; A assertiva resume um dos objetivos do governo Dutra logo ao final da IIª Guerra Mundial, ou seja, durante a guerra a capacidade produtiva das indústrias havia chegado ao limite, havendo, portanto demanda reprimida de matérias primas, peças de reposição e bens de capital, de modo que para a expansão do processo produtivo era necessário atender a esta demanda. Neste sentido a não desvalorização propicia a aquisição destes bens a preços relativamente acessíveis e não se impõe maiores restrições à aquisição de cambiais para a importação dos bens.

(1) FALSO; Pelo contrário, através do câmbio sobrevalorizado de então e dada a demanda reprimida por bens de consumo durante a Guerra, o governo procurava elevar a oferta de bens de consumo oriundos do exterior de modo a forçar a queda dos preços internos;

(2) FALSO; Durante o período abordado pela questão, pode ser visto como descabida a afirmação de que o governo Dutra procurava elevar as reservas internacionais, até porque durante o período da Guerra o Brasil havia acumulado um nível significativo de moeda estrangeira, apesar de em boa parte em moedas inconversíveis no mercado internacional (“ilusão de divisas”). Este volume de reservas explica, em parte, a postura do início do governo Dutra e a consequente liberalização do comércio exterior;

(3) VERDADEIRO; Com a adoção de políticas o governo procurava estimular a entrada de capitais internacionais justamente através da liberalização das saídas de capital do Brasil, ou seja, através da sinalização de não intervenção sobre tais fluxos. Além disto, o Brasil adotava em parte as regras esperadas a partir das políticas definidas em Bretton Woods (câmbio fixo e liberdade de acesso à moeda estrangeira), políticas estas tidas internacionalmente como favoráveis tanto ao comercio internacional quanto aos fluxos de capitais.

(4) VERDADEIRO; De fato, existia a crença de que o setor externo fora fonte significativa de aceleração inflacionária durante a Guerra (acumulo de reservas e dificuldades de importação) e para controlá-la, o governo procurava reduzir o nível de reservas cambiais através de saldos negativos na balança comercial. (Note que este elemento reforça o equívoco contido na assertiva 2) e facilitando a entrada de importações sem aumento de custos em função do câmbio sobrevalorizado

1. **(2001 – 4)** Nos anos posteriores ao final da Segunda Guerra, o Brasil passou de uma situação relativamente confortável no setor externo para uma crise aguda que obrigou a adoção de controles quantitativos. Entre os motivos dessa deterioração das contas externas podemos assinalar:
2. A queda dos preços internacionais do café, ainda nosso principal produto de exportação;
3. O aumento das importações de bens de capital para reequipamento da indústria;
4. O aumento das importações de bens de consumo a despeito da desvalorização cambial ocorrida;
5. A redução das exportações de manufaturados;
6. O aumento do pagamento de juros associado ao crescimento do endividamento externo no período da Segunda Guerra.

Resp**:**

(0) FALSO, uma vez que o café se manteve com preço estável entre 42 e 46 dado o acordo internacional firmado, depois disto há uma ascensão seguida de ligeira queda em 46/47 e depois 47 uma lenta tendência de subida

(1) VERDADEIRO, uma vez que logo depois da guerra, em função da liberalização das importações e da demanda reprimida, houve um grande saldo das importações e em especial de bens com intuito de repor e ampliar a capacidade instalada na indústria.

(2) FALSO, uma vez que não houve desvalorização no período, o câmbio nominal se manteve fixo.

(3) VERDADEIRO, pois durante a guerra houve uma diversificação das exportações brasileiras com o crescimento das exportações de manufaturados, o que não se manteve no período posterior.

(4) FALSO: a piora na conta de serviços na gestão Dutra não se deve a conta de pagamento a fatores, mas sim ao item não fatores.

1. **(2008 – 3)** A respeito das políticas cambial e de comércio exterior do Governo Dutra nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, é correto afirmar que:
2. o câmbio foi mantido fixo, no nível do pré-guerra.
3. coerente com sua orientação liberal, o Governo Dutra não autorizou controles seletivos de importações.
4. atribuem-se os déficits da balança comercial, ao final da década de 1940, à queda dos preços internacionais do café.
5. uma das consequências da política cambial foi a perda de competitividade das exportações de manufaturados.
6. um dos objetivos da política cambial foi a contenção da inflação.

Resp:

1. VERDADEIRO; Apesar da inflação ocorrida e das pressões pela desvalorização, o governo Dutra mantém o câmbio fixo em função dos riscos inflacionários de uma desvalorização.
2. FALSO: Dutra foi obrigado, com a crise cambial de 1947/48, a introduzir controles seletivos de importação, já que afastara a possibilidade de desvalorizar o câmbio em função do perigo de recrudescimento da inflação.
3. FALSO: Em 1949 houve uma forte elevação dos preços do café, e a crise de 47/48 se deve à forte elevação das importações e a diminuição das exportações de outros produtos que tiveram alguma importância no período da guerra.
4. VERDADEIRO; O fato do Brasil não ter desvalorizado o câmbio, apesar do aumento dos preços internos e consequentemente, dos custos de produção das manufaturas nacionais, fizeram com que estas perdessem competitividade no mercado externo.
5. VERDADEIRO: a desvalorização não foi adotada por seu potencial efeito inflacionário, e a liberalização das importações com câmbio barato nos primeiros anos da gestão Dutra tinha claras intenções deflacionistas
6. **(2014 – 5)** A política econômica executada pelo Governo Dutra implicou consequências importantes para a economia brasileira. Sobre a política econômica desse período pode-se afirmar:
7. a adoção de taxa cambial fixa auxiliou a importação de matérias-primas e bens de capital necessários para o reequipamento do setor industrial.
8. o diagnóstico oficial era que a inflação se devia ao excesso de demanda agregada.
9. a “queima de divisas” ocorrida nos primeiros anos levou o governo a adotar o monopólio cambial pelo Banco do Brasil e o sistema de leilões de câmbio para enfrentar os problemas do balanço de pagamentos.
10. em termos reais, o crédito ao setor industrial cresceu no período.
11. o governo, ao assumir, estabeleceu o combate à inflação como prioridade, mas houve um afrouxamento da ortodoxia monetária ao final do período.

Resp:

1. VERDADEIRO, a não desvalorização cambial permitiu que as importações que foram autorizadas, dentre elas as de bens de capital e matérias primas, se fizesse de forma relativa barata
2. VERDADEIRO, o excesso de gasto governamental (déficit público) e a política monetária frouxa em termos creditícios e para financiar o próprio governo eram consideradas as principias causas do processo inflacionário,
3. FALSO, a queima de divisas levou à centralização do câmbio e ao licenciamento das importações e não ao sistema de leilões
4. VERDADEIRO, apesar de uma restrição inicial aos mecanismos de crédito, com o tempo especialmente nos dois últimos anos do governo houve ampliação do credito ao setor industrial
5. VERDADEIRO, no primeiro e no segundo ano de governo a política anti-inflacionária era o foco principal, com a própria inflação recuando; a partir de meados do governo esta política foi afrouxada notadamente depois da troca do ministro da fazenda Correa e Castro por Guilherme da Silveira.

1. **(2017 – 5)** Na década de 1950, a economia brasileira passou por transformações importantes, muitas com consequências até os nossos dias. Sobre tal período pode-se afirmar:
2. A crise cambial, no início da década, teve como uma de suas causas a sobrevalorização real do cruzeiro, fixado nominalmente há alguns anos.
3. A crise cambial, no início da década, não impediu que o governo realizasse medidas pró-indústria, como privilegiar as importações de bens de capital e de insumos.
4. A Instrução 70 da SUMOC, de 1953, estabeleceu o sistema de controle quantitativo das importações, por meio de licenciamentos que estabeleciam faixas para os bens de acordo com sua essencialidade.
5. No Governo Café Filho, a escolha de Eugênio Gudin para a pasta da Fazenda sinalizou para uma política econômica que, na prática, não se diferenciava da executada por Horácio Lafer nos primeiros anos da década.
6. Criada em 1951, a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência, embora representasse no governo a defesa de princípios ortodoxos centrados no combate à inflação e ao déficit público, na prática teve suas realizações limitadas pelo predomínio desenvolvimentista no conjunto do governo.

Resp:

1. VERDADEIRO, o cruzeiro manteve seu valor desde o início da segunda guerra mundial apesar da inflação brasileira no período (superior a de outros países) o que se torna pouco estimulante para as exportações brasileiras e para a entrada de capital e ao inverso favorável às importações
2. VERDADEIRO, com a crise cambial, o governo instituiu um sistema de cambio múltiplo que privilegiou com uma taxa de cambio relativamente mais barata determinadas importações como justamente as de insumos e bens de capital
3. FALSO, a instrução &0 veio em substituição a este sistema referido na assertiva, o qual foi criado alguns anos antes por Dutra
4. FALSO, Gudin adota uma política mito mais austera do que a defendida por H. Lafer, mesmo que este nos primeiros anos também promovesse uma política de saneamento a ser substituída por outra de realizações
5. FALSO, a Assessoria Econômica era de cunho desenvolvimentista
6. **(2007 – 4)** Entre 1947 e 1953 estabeleceu-se um sistema de licenciamento de importações. A respeito de tal sistema, são corretas as afirmativas:

(0) A taxa de câmbio, a despeito de manter-se fixa no período, revelou-se adequada às condições de equilíbrio do balanço de pagamentos.

(1) A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) priorizou a importação de bens de consumo, em vista da importância assumida pelo controle inflacionário no Governo Dutra.

(2) A elevação do preço do café no mercado internacional contribuiu para a sustentação da política de taxa de câmbio fixa naquele período.

(3) A rigidez com que a CEXIM tratou o licenciamento de importações permaneceu inalterada mesmo durante a Guerra da Coréia, período em que o Governo Vargas afrouxou as políticas monetária e fiscal.

(4) A manutenção da taxa de câmbio fixa estimulou o ingresso de investimentos estrangeiros diretos, devido à maior credibilidade emprestada à política cambial.

Resp:

(0) FALSO; A taxa de câmbio foi fixada em um patamar sobrevalorizado, o que restringia as possibilidades de exportação de bens domésticos e permitia ao governo um maior controle sobre a inflação. As importações foram controladas através de restrições sobre as quantidades, através do licenciamento de importações

(1) FALSO; O governo definiu categorias de prioridades para a concessão das licenças de importação, assim definidas (em ordem decrescente de prioridade):

*1º) Bens “super essenciais”: equipamentos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, metais não disponíveis internamente e necessidades do governo;*

*2º) Bens “essenciais”: outras matérias primas, máquinas, componentes e bens de produção em geral; produtos farmacêuticos específicos;*

*3º) Transferências de capital e rendimentos do capital estrangeiro;*

*4º) Outros bens;*

*5º) Turismo*

*Assim, nota-se que a prioridade das importações estava direcionada as importações de bens de produção, principalmente aqueles indisponíveis no mercado doméstico. Os bens de consumo, por sua vez, eram os menos priorizados pela definição do governo*.

(2) VERDADEIRO, especialmente entre 1940 e 1951 houve uma valorização sistemática do café no mercado internacional. Em 1940, o preço médio de importação nos Estados Unidos era 6,2 cents/libra-peso e em 1951 atingiu 50 cents/libra-peso. Esse fator foi importante para o funcionamento do sistema cambial criado pelo governo.

(3) FALSO Como a referida guerra representava uma ameaça aos fluxos normais de comércio, houve uma antecipação das importações autorizada pela autoridade responsável pela concessão das licenças. Isso ocorre concomitantemente às iniciativas de investimento em energia e transportes por parte do governo Vargas, que exigiam maiores importações e uma maior demanda por divisas.

(4) FALSO Considerando como referência a entrada autônoma de capitais (para maiores informações, vide apêndice estatístico de Abreu (1990)), não é observada nenhuma tendência positiva sistemática para esta variável ao longo do período citado, exceto em 1952 e 1953, no qual é de fato observado um crescimento significativo. A manutenção de uma política de estabilidade cambial levava a especulações em torno de uma possível desvalorização o que inclusive inibia o ingresso de capitais

1. **(2019 – 03)** A década de 1950 foi marcada por expressivo crescimento econômico, mas também apresentou taxas de inflação elevadas, que influenciaram a política econômica do período. Sobre a política econômica deste período, podemos afirmar:
2. A adoção da “fórmula Campos Sales – Rodrigues Alves” no segundo Governo Vargas contribui para explicar a política fiscal restritiva, que inicialmente logrou superávit orçamentário para a União.
3. A elevação da inflação em 1953, que repercutiu na crise do segundo Governo Vargas, resultou, entre outros motivos, da depreciação do cruzeiro decorrente da alteração da política cambial naquele ano.
4. A nomeação de Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda pode ser interpretada como uma tentativa de dar continuidade às políticas desenvolvimentistas vigentes no período anterior.
5. O Plano de Estabilização Monetária – PEM, elaborado pelo ministro Lucas Lopes, representou a tentativa de adoção de um plano de estabilização que optava pelo tratamento de choque para combater a inflação, ao contrário do gradualismo defendido pelo pensamento heterodoxo da época.
6. A política ortodoxa de estabilização do período de Café Filho contribuiu para elevar o número de falências e concordatas e para reduzir a taxa de formação bruta de capital fixo.

Resp:

1. VERDADEIRO, a fórmula campos Salles – Rodrigues Alves se refere a sucessão de políticas monetárias e fiscais inicialmente apertadas, restritivas, que depois são parcialmente liberadas especialmente as fiscais. Isto era justamente o que pretendia Getúlio Vargas no seu segundo governo na Presidência da República e assim foi realizado, alcançando, em 1951 e 1952, superávit orçamentário da União, sendo que, em 1951, o superávit do setor público foi global incluindo estados e municípios
2. VERDADEIRO, mesmo não sendo o único fator a explicar a aceleração inflacionaria de 1953, a adoção de um regime de taxas múltiplas de cambio, com várias destas taxas sofrendo forte desvalorização frente ao câmbio oficial que vinha se mantendo constante desde a segunda guerra mundial, contribuíram para a aceleração inflacionária
3. FALSO, Eugenio Gudin que foi ministro da fazenda na presidência de Café Filho, era crítico das políticas desenvolvimentistas
4. FALSO, o PEM, plano estabilização do governo JK dá início justamente aos planos de cunho gradualistas em oposição ao tratamento de choque no combate a inflação
5. VERDADEIRO, com Eugenio Gudin na Fazenda, adota-se uma política monetária e fiscal bastante restritiva com a consequência de aumentar o número de falências e derrubando os investimentos.
6. **(2016 – 4)** Sobre a economia brasileira e a política econômica na década de 1950, é correto afirmar:
7. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste foram criados no Segundo Governo Vargas.
8. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi criada no Segundo Governo Vargas.
9. A Consolidação das Leis do Trabalho foi instituída no Segundo Governo Vargas.
10. A taxa de investimento cresceu entre 1955 e 1960, o que contribui para explicar o crescimento expressivo do PIB.
11. O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes, visava principalmente conter a inflação, mas não incorporou em seus propósitos a contenção de crédito, nem de salários, com vistas a não desacelerar o *crescimento*.

Resp:

1. VERDADEIRO, ambos foram criados em 1952
2. FALSO, esta carteira foi criada em 1937 na primeira gestão Vargas
3. FALSO, a CLT foi instituída em 1943 também no primeiro governo Vargas
4. VERDADEIRO, a participação da formação bruta de capital do PIB foram entre 1955 e 1960, respectivamente de 13,5; 14,5; 15,0; 17,0; 18,0 e 15,7 explicando o crescimento do PIB
5. FALSO, o PEM foi um plano gradualista de estabilização, que visava reduzir gradativamente a inflação e que incorporou medidas de contenção creditícia e salarial.
6. **(2018 - 6)** Sobre a economia nos períodos do Segundo Governo de Vargas (1951-1954) e do Governo Café Filho (1954-1955), é correto afirmar:
7. A criação do BNDES, em 1952, marca uma preocupação com o financiamento de projetos de cunho social, patente na letra “S” representando o foco social desta instituição.
8. A instituição de uma política de câmbios múltiplos foi fortemente defendida pelo segundo ministro da Fazenda do presidente Café Filho, José Maria Whitaker, que era muito ligado aos cafeicultores, por representar um confisco de renda dos importadores para os exportadores.
9. A Comissão Mista Brasil–Estados Unidos elaborou projetos de desenvolvimento, em parte viabilizados por empréstimos do Eximbank e do Banco Mundial.
10. A Instrução 70 da SUMOC, entre outras medidas, extinguiu o controle quantitativo das importações que fora adotado no Governo Dutra.
11. A proposta de elevação de 100% do salário mínimo, por parte do Ministério do Trabalho, e posteriormente adotada pelo Governo Vargas, contribuiu para agravar a crise política do período.

Resp:

1. FALSO, A criação em 1952 foi do BNDE sem o “S”, o que mostra que não havia preocupação com o foco social dos financiamentos
2. FALSO, o câmbio múltiplo foi instituído pelo Governo Vargas, no governo Café Filho houve iniciativas para encerrar o sistema de cambio múltiplo, inclusive com propostas do segundo ministro da Fazenda deste governo, o ministro José Maria Whitaker
3. VERDADEIRO, a CMBEU elaborou projetos de desenvolvimento que foram em parte financiados com recursos externos, o problema é que quando da montagem dos acordos que levaram a CMBEU a previsão de aportes de recursos era muito superior aos que efetivamente acabaram chegando.
4. VERDADEIRO, com a instrução 70 o sistema de licenciamento de importações estabelecido em 1947/48 pelo governo Dutra foi encerrado, no início do Governo Vargas , este reduziu a importância do sistema mas não o encerrou, tanto isto é verdade que antes de instituir a instrução 70 o governo Vargas tentou reestabelecer uma ampliação na dificuldade de fornecimento de licenças com efeito pequeno.
5. VERDADEIRO, no dia 1 de maio de 1954 o Presidente Vargas eleva o salário mínimo em 100% adotando uma política proposta pelo Ministro do Trabalho João Goulart mas que era combatida pelo próprio ministro da Fazenda Oswaldo Aranha e pelo Presidente do Banco do Brasil Souza Dantas, além de uma ampla gama de oposicionistas como a UDN, a FIESP, o Conselho Nacional de Economia e mesmo uma parte do exército por meio do chamado Manifesto dos coronéis.
6. **(2008 – 4**) Várias medidas adotadas durante o segundo Governo Vargas (1951-54) favoreceram o avanço da industrialização na segunda metade da década de 1950. Entre essas incluem-se:
7. a Instrução 113 da SUMOC, que autorizou a emissão de licenças para importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.
8. a reforma tributária, que instituiu a cobrança de impostos sobre valor adicionado.
9. a Instrução 70 da SUMOC, que instituiu o regime de taxas múltiplas de câmbio
10. a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRÁS)
11. o Plano SALTE, que previa investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia

Resp:

(0) FALSO; A instrução 113 foi adotada na gestão de Café Filho, depois do suicídio de Vargas, mas antes do governo de JK.

(1) FALSO; Um dos problemas dos governos do pós-guerra é justamente não se ter conseguido fazer uma reforma tributária - os impostos sobre valor adicionado foram introduzidos na reforma tributária do início do governo militar (PAEG).

(2) VERDADEIRO; Efetivamente, a instrução 70 instituída durante a segunda gestão de Vargas na presidência da república, estabelece um sistema de cambio múltiplo, o qual favoreceu a industrialização na medida em que protegeu os produtores nacionais (por meio de taxas desvalorizadas de cambio sobre os similares importados) e permitiu a importação de matérias primas e equipamentos com câmbio valorizado.

(3) VERDADEIRO A criação de ambos se faz na segunda gestão Vargas e favoreceu a industrialização por meio de empréstimos e de provisão de matéria prima para as indústrias nacionais.

(4) FALSO O Plano Salte foi posto em prática na gestão Dutra, e não no governo Vargas.

1. **(2003 – 5)** O 2º Governo Vargas (1951-54) adotou uma série de medidas que acabaram favorecendo o avanço da industrialização na segunda metade dos anos 1950. Incluem-se entre essas:

(0) A mudança no sistema cambial, com a instituição do regime de taxas múltiplas de câmbio;

(1) A criação do Grupo Misto CEPAL-BNDE, cujos estudos serviram de base para a elaboração do Plano de Metas;

(2) A reforma tarifária, que estabeleceu impostos *ad valorem* sobre bens duráveis e não-duráveis de consumo;

(3) A progressiva liberalização da legislação sobre fluxo de capitais externos privados;

(4) A construção da primeira grande usina siderúrgica do país – a Cia. Siderúrgica Nacional – pré-requisito para a instalação da indústria automotiva.

Resp:

1. VERDADEIRO; tal regime foi instituído em 1953, inicialmente com a Lei 1807 e posteriormente pela Instrução 70 da SUMOC.
2. VERDADEIRO, o grupo efetivamente foi criado durante a segunda gestão Vargas e seus trabalhos serviram de base para o posterior Plano de Metas.
3. FALSO, uma vez que estes impostos foram instituídos por JK em 1957
4. VERDADEIRO, levando em consideração posições como as de Sergio Vianna (responsável pelo texto na A Ordem do progresso), apesar deste ser um tema controverso.
5. FALSO, pois a CSN foi introduzida por Vargas, mas na sua primeira gestão (mais especificamente em 1941).
6. **(200 9 – 4)** Pode-se associar ao segundo governo Vargas (1951-1954):

(0) as dificuldades associadas à escassez de reservas internacionais conversíveis e a introdução do sistema de leilões de câmbio.

(1) a criação da empresa siderúrgica de Volta Redonda e da Petrobrás.

(2) a formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação da Sudene.

(3) a defesa, por parte do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, da “fórmula Campos Sales – Rodrigues Alves”, pela qual se deveria passar por uma fase de saneamento e estabilização para depois haver crescimento.

(4) a substituição do sistema de licenciamento às importações, segundo critério de essencialidade dos bens, por outro que, dentre outras consequências, representou aumento das receitas governamentais.

Resp:

(0) VERDADEIRA, De fato, o período mencionado está situado dentro de outro mais extenso, no qual problemas referentes ao balanço de pagamentos e às reservas internacionais foram constantes para a economia brasileira. Em 1953, o governo Vargas enfrenta uma crise cambial na qual as reservas em moeda conversíveis ficam escassas e a partir daí, institui-se o sistema de leilões de câmbio, de modo a exercer maior controle sobre o fluxo de compra e venda de dólares no mercado brasileiro.

(1) FALSA; A Companhia Siderúrgica Nacional (situada em Volta Redonda) foi construída em abril de 1941, no primeiro governo Vargas, o que torna a assertiva falsa. Por sua vez, a Petrobrás teve sua fundação (em 1953) dentro do período mencionado.

(2) FALSA; A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951, ou seja, dentro do período mencionado (esta encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953). Contudo, a SUDENE foi criada em 1959, tendo sido idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitscheck e tendo à sua frente Celso Furtado. Logo, a afirmação é falsa em função da data de criação desta segunda instituição.

(3) VERDADEIRA; O segundo governo Vargas é marcado por dois períodos: o inicial, até a crise cambial de 1953, em que se preservam as questões de estabilização econômica. Já o segundo, posterior a 1953, foi caracterizado por uma política fiscal e monetária menos ortodoxa. Antes da posse o próprio Vargas anunciava um governo marcado por uma primeira fase de saneamento a ser seguido por uma segunda de realizações.

(4) VERDADEIRA; A política de licenciamento de importações marcou a segunda fase do governo Dutra. No governo Vargas a crise cambial foi enfrentada por meio de uma política de câmbio múltiplo, por via do qual, dada a diferença entre o cambio médio de compra e o de venda representou uma importante fonte de receita para o governo.

1. **(1997 - 5)** O sistema de taxas múltiplas de câmbio, instituído em 1953 pela Instrução 70 da SUMOC e em vigor até meados de 1957:
2. substituiu um sistema de mercado livre de câmbio em vigor desde o final da Segunda Guerra Mundial;
3. foi em parte determinado pelo desempenho da Balança de Pagamentos: acumulo de atrasados comerciais e queda no nível de reservas;
4. criou uma fonte significativa de recursos para o Estado;
5. restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil;
6. Beneficiou, pela redução que trouxe a seus custos de produção, a indústria nacional.

Resp:

1. FALSO, o câmbio desde a segunda guerra era um câmbio fixo, e desde 1947 existia um sistema de licenciamento de importações
2. VERDADEIRO, a instituição do cambio múltiplo é uma reação a uma crise do balanço de Pagamentos
3. VERDADEIRO, como em média acabava por se vender as divisas a uma taxa maior do a média do que era gasto na sua aquisição, o regime de câmbio múltiplo acabava por gerar uma fonte de recursos que chegou a representar um terço do orçamento público
4. VERDADEIRO, para a sua operação o câmbio múltiplo necessitava a centralização das divisas que foi feita junto ao Banco do Brasil
5. FALSO, o benefício principal a indústria foi a proteção pelo encarecimento das importações com similar, os custos em certas situações se mantiveram estáveis
6. **(2004 – 4)** O regime de taxas múltiplas de câmbio, instituído pela Instrução 70, da SUMOC, em outubro de 1953 (2o Governo Vargas - 1951/54):

(0) Representou uma adequação do regime cambial brasileiro às normas de Bretton Woods.

(1) Provocou, deliberadamente, uma desvalorização real na taxa média de câmbio praticada na economia brasileira.

(2) Encerrou a fase de liberdade cambial vigente desde o imediato pós-guerra.

(3) Promoveu um ganho fiscal ao governo – o saldo de ágios e bonificações - parcialmente utilizado no programa de defesa do café.

(4) Racionou as divisas destinadas às importações consideradas não essenciais dando novo impulso à industrialização substitutiva.

Resp:

1. FALSO, uma vez que o regime de Bretton Woods não previa taxas múltiplas de cambio.
2. VERDADEIRO, uma vez que na média das taxas múltiplas, esta representou uma desvalorização em relação à taxa oficial ate então existente.
3. FALSO, uma vez que em 1947 é implementado o regime de licenças de importação, além da implementação de uma relação de câmbio fixa. Assim sendo, não pode ser dito que a Instrução 70 representa a primeira intervenção no mercado cambial pós IIª Guerra
4. VERDADEIRO: o governo comprava divisas dos exportadores pagando a taxa oficial mais uma bonificação (determinada administrativamente) e vendia tais divisas aos importadores, recebendo a taxa oficial mais um certo ágio resultante dos leilões cambiais. Desta forma, o governo obtinha um ganho significativo no mercado cambial advindo de tal ágio, dada a posição de monopólio do Banco do Brasil no mercado de divisas. Em partes, tal receita foi utilizada nas políticas de defesa do café, como descreve a afirmação.
5. VERDADEIRO: para cada categoria de importação, o governo determinava um montante de divisas a ser leiloado em cada categoria, sendo a taxa de câmbio efetiva determinada pela demanda em cada categoria (leilão). Desta forma, na prática, o governo detinha certo controle sobre a taxa de câmbio, gerando por consequência benefícios à indústria nacional.
6. **(2006 – 5)** A Instrução 70 da SUMOC, de 9 de outubro de 1953, introduziu importantes mudanças no sistema cambial brasileiro. Esta Instrução:

(0) restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil;

(1) introduziu o controle quantitativo das importações;

(2) instituiu o regime de leilões de câmbio;

(3) criou uma expressiva fonte de recursos para o Estado por meio do saldo de ágios e bonificações;

(4) permitiu às empresas sediadas no País importar máquinas e equipamentos sem cobertura cambial

Resp:

(0) VERDADEIRO; Efetivamente, para que o sistema de ágio e bonificações (leilões de cambio) funcionasse era necessário o monopólio cambial por parte do governo

(1) FALSO; uma vez que a instrução em questão inseriu o regime de leilões de câmbio como forma de inserir controles no mercado cambial. Assim, diferentemente de um controle via quantidades de importação que fora usado no governo Dutra, o segundo governo Vargas procurou promover um controle via preço, ou seja, via ajuste da taxa de câmbio;

(2) VERDADEIRO; Conforme visto na assertiva (1);

(3) VERDADEIRO, Na verdade, pelo sistema, o governo acabava em média comprando moeda externa a taxas mais baratas do que vendia, tendo assim lucro nas operações e que efetivamente constituíram importante fonte de recursos do governo.

(4) FALSO; A instrução 70 da SUMOC não permitia tal possibilidade. Tal permissão só viria a acontecer com a instrução 113, em 1955, ou seja, no governo de Café Filho.

1. (**2015 – 3).** A primeira metade da década de 1950 é período definidor de futuros acontecimentos que marcaram o desempenho da economia brasileira. Sobre esse período é correto afirmar:
2. O governo Vargas se inicia com forte contenção das importações, consistente com a estratégia geral de um ajuste no início do governo e expansionismo ao seu final.
3. Os diferenciais de câmbio instituídos pela Instrução 70 representavam uma receita parafiscal do governo.
4. O governo Vargas propôs orientar investimentos ancorados na produção de insumos básicos e de bens de capital, e que dependeriam da ação de investimentos setoriais liderados pelo Estado.
5. A Assessoria Econômica, criada em 1951, contava com técnicos afinados com o desenvolvimentismo, e que entendiam ser necessária a criação de órgãos estatais voltados a ampliar a oferta de insumos industriais.
6. Apesar de buscar a expansão do crédito para a produção, o governo Vargas almejava assegurar o equilíbrio orçamentário.

Resp:

1. FALSO, no início foi adotada certa liberdade cambial que permitiu o crescimento das importações
2. VERDADEIRO, especialmente o diferencial entre a compra dos dólares pagando algumas bonificações mas abaixo dos ágios conseguidos na média dos leilões de venda de cambio
3. VERDADEIRO, o crescimento do setor de bens intermediários ditos também insumos básicos e de bens de capital eram as principais metas do governo e, especialmente no que tange contava com as empresas estatais como a CSN e a Vale criadas durante a II Guerra Mundial e a própria Petrobras criada no segundo governo Vargas
4. VERDADEIRO, o grupo da assessoria econômica diretamente ligada à presidência da República de Getúlio Vargas era composta por “economistas” da corrente desenvolvimentista defensores da intervenção do estado na economia e em especial na produção de bens intermediários e insumos básicos
5. VERDADEIRO, a orientação do Ministério da Fazenda era fazer um ajuste forte nos primeiros anos do segundo governo Vargas e depois estabelecer uma política fiscal equilibrada, na prática nos últimos anos da gestão o equilíbrio era cada vez mais difícil de ser mantido
6. **(2007 – 5)** É correto afirmar que a Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC):

(0) favoreceu o investimento externo direto ao permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

(1) foi proposta pelo Governo Juscelino Kubitschek, tendo sido fundamental para o Plano de Metas.

(2) inaugurou a política de leilões de reservas cambiais, segundo cinco categorias de importações definidas pelo grau de essencialidade.

(3) facilitou a importação de máquinas e equipamentos não registrados como investimento externo direto, ao permitir o pagamento à vista ou a prazo pelo câmbio de custo.

(4) instituiu o regime de licenças prévias de importação.

Resp:

(0) VERDADEIRO; De fato, a afirmação define de forma sucinta a referida instrução. De acordo com Giambiagi et all (2005), este era um mecanismo atrativo para o investidor externo, pois era mais vantajoso para a firma estrangeira internar bens de capital diretamente através da instrução do que ingressar com recursos financeiros no Brasil e posteriormente, adquirir licenças de importação no leilão da respectiva categoria (desde que a taxa de câmbio livre, que se aplicava à entrada de capitais, fosse inferior a taxa cambial aplicada à categoria de importação de bens de capital).

(1) FALSO; Embora a instrução tenha sido de fato amplamente utilizada durante o governo JK, ela foi criada em 17/01/1955, ou seja, ainda durante o governo de Café Filho.

(2) FALSO; A afirmação define de forma simplificada a instrução 70 da Sumoc e não a 113

(3) VERDADEIRO; A afirmação é verdadeira e complementa as características de tal instrução

(4) FALSO; Conforme já visto anteriormente, o sistema de licenças prévias foi instituído durante o governo Dutra, e não através da instrução 113.

1. **(2019 - 04)** Sobre o Governo Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas, podemos dizer:
2. Sem condições políticas para fazer uma reforma do Estado, o Governo JK foi capaz de levar a cabo o Plano de Metas com a utilização de uma “administração paralela” constituída por órgãos já existentes e outros criados no período, como os Grupos Executivos.
3. No decorrer da segunda metade da década de 1950, apesar de um desempenho ruim em termos de valor exportado, o café continuou a ter um peso muito grande no total das exportações, cerca de 40%, sendo um fator central para a geração das divisas necessárias ao processo de industrialização do período.
4. Foi criado o Conselho de Política Aduaneira, a quem cabia classificar os bens nas categorias “geral” e “especial” e estabelecer alíquotas de importações.
5. Uma das razões mais importantes para o desequilíbrio fiscal do Governo Federal no período JK foi o gasto com a compra de excedentes de café, prática que, de diferentes maneiras, remontava ao início do século.
6. A política de câmbios múltiplos teve um impacto fiscal importante no período. Seu resultado, quando adicionado ao Imposto de Importação (que incidia sobre as mesmas operações externas), representava o mais importante componente da arrecadação federal.

Resp:

1. VERDADEIRO, JK administrou o Plano de Metas procurando escapar na medida do possível de instituições ligadas ao congresso ou à administração direta, assim são órgãos como CPA, o BNDE, a NOVACAP e os Grupos executivos como o GEIA, grupo executivo da indústria automobilística que administram as políticas relacionadas ao Plano de Metas
2. FALSO, boa parte das divisas relativas aos investimentos e financiamento das importações do Plano direto são obtidas por meio da instrução 113 e de elementos como empréstimos entre companhias ou investimento externo direto das multinacionais
3. VERDADEIRO, o CPA – Conselho de Política Aduaneira – criado em 1957 no âmbito da reforma comercial e aduaneira do governo JK (lei 3244), várias funções foram atribuídas à CPA dentre elas:  modificar as alíquotas do imposto de importação em até 30% para mais ou para menos, exceto na ocorrência de dumping, caso em que a alíquota poderia ser elevada até o limite capaz de neutralizá-lo; estabelecer a pauta de valor mínimo para evitar fraudes e práticas de dumping; conceder ou rever registro de similar nacional e  alterar a classificação de produtos nas categorias de câmbio geral e especial, tendo em conta critérios de essencialidade e de concorrência com a produção nacional
4. VERDADEIRO, no governo JK voltou-se com a política de estocagem de café retirando excessos de oferta do mercado o que tinha impacto fiscal nas contas publicas
5. VERDADEIRO, neste período a elevação das taxas de importação junto com as arrecadações decorrente das diferenças no preço médio de venda do cambio frente aos praticados nas compras de divisas resultaram em importante fonte de recursos
6. **(2018 – 7)** Sobre o período do Plano de Metas no Governo Juscelino Kubitschek (JK), podemos dizer:

Ⓞ Além do avanço em vários indicadores econômicos, o Governo JK também apresentou bom desempenho em relação a indicadores sociais, como a redução do analfabetismo e da mortalidade infantil.

① Em termos da mudança na estrutura produtiva brasileira, se destaca o crescimento da contribuição na indústria do setor de bens de consumo duráveis, atestando o avanço da industrialização.

② Uma das grandes metas do período do Governo JK, a expansão da malha rodoviária, pode contar com aportes financeiros específicos gerados pela arrecadação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes.

③ O desempenho da economia brasileira durante o período do Governo Kubitschek foi influenciado pelo Plano de Metas, que estabeleceu metas para vários setores da economia e a elas associou fontes específicas de financiamento para viabilizá-las.

④ No Plano de Metas, uma fonte significativa de financiamento foi o uso de fundos vinculados, como o de energia.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, apesar de ainda se situara em 40% a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos rompeu no período de JK o patamar dos 50%, a esperança de vida também melhorou em parte em função da redução da mortalidade infantil que saiu de quase 150 por mil para algo próximo aos 120 por mil.

① VERDADEIRO, o setor de bens de consumo durável e de bens de capital sã os setores que mais cresceram no período com destaque para o primeiro onde se inclui por exemplo a produção automobilística

② VERDADEIRO, parte das metas pode contar com auxilio de financiamento com base em fundos específicos este é o caso do imposto sobre combustíveis que em parte são destinados para a expansão da malha viária brasileira

③ FALSO, apesar de existirem fundos fiscais com destino especifico e oriundos de impostos específicos como foi o caso das assertivas acima e abaixo, nem todas as metas puderam contar com tais fontes de recursos e em vários caos o volume de recursos a eles destinados era insuficiente tendo que haver o recursos a outras fontes implicando por exemplo em expansão monetária

④ VERDADEIRO, existiu o uso de fundos que vinculavam impostos específicos a determinadas metas como é o caso da expansão das rodovias e também da energia onde o fundo era abastecido pelo imposto único sobre eletricidade

1. **(ANPEC 1997)** 6) O crescimento expressivo da indústria brasileira, na segunda metade da década dos cinquenta, deveu-se, em parte, à política desenvolvimentista então implementada - consubstanciada no Plano de Metas do Governo Kubitschek. Em relação à este período pode-se afirmar que:
2. o ano de 1956 assinala o início de um período de crescimento do produto industrial, após uma década de estagnação;
3. a política cambial então implementada favoreceu a importação de bens de capital;
4. dentre os motivos que explicam as altas taxas de crescimento da economia brasileira no período, destacam-se as políticas de fomento ao setor agrícola;
5. o crescimento da indústria foi financiado exclusivamente por capital externo e por poupanças privadas domésticas;
6. o Plano de Metas foi o primeiro plano consciente de política industrial implementado no país

Resp:

1. FALSO, os anos anteriores marcaram uma fase de crescimento importante da economia brasileira, mesmo que em alguns anos este crescimento tenha sido um pouco mais modesto
2. VERDADEIRO, esta importação recebia a incidência de tarifas, pela instrução 113 podia se fazer a importação destes bens sem a cobertura cambial
3. FALSO, o setor agrícola não foi objeto importante do Plano de Metas
4. FALSO, usou também recursos orçamentários e financiamento inflacionário por meio da emissão de moeda
5. VERDADEIRO, apesar de ter havido o Plano SALTE, este não pode ser considerado um plano industrial mesmo por que como o próprio nome deixa claro, o SALTE era uma conjunto de investimentos públicos na área de saúde, alimentação , transporte e energia.

1. **(1998 – 6)** Com relação ao ciclo expansivo de 1957/61, impulsionado pelo Plano de Metas do governo Kubitschek, pode-se afirmar que:

(0) Os efeitos do Plano provocaram alterações mais significativas na estrutura da capacidade produtiva industrial do que na estrutura da demanda;

(1) O programa de estabilização monetária, implementado em 1959 e aprovada pelo FMI, favoreceu a entrada de empréstimos para financiar as obras em infraestrutura;

(2) O financiamento da execução do Plano causou uma expansão da dívida interna do governo como proporção do PIB;

(3) A reforma do sistema cambial em 1957 se ajustava aos objetivos do Plano de Metas, ao favorecer a substituição dos bens de capital que tivessem condições de ser produzidos internamente;

(4) O crescimento da produção industrial foi liderado pelas indústrias de duráveis de consumo e de bens de capital.

Resp**:**

(0) VERDADEIRO, O Plano de Metas apresenta objetivos distintos em relação aos governos anteriores, uma vez que passam a ser priorizados outros setores produtivos da economia brasileira (notadamente bens de consumo duráveis e infraestrutura e bens de capital). Assim sendo, é razoável considerar que tais modificações, especialmente os bens de capital, geraram impactos maiores na estrutura de oferta agregada da economia brasileira do que na estrutura de demanda agregada.

(1) FALSO, uma vez que não existiu um acordo com o FMI: pelo contrário, o governo brasileiro rompe com o mesmo ao não aceitar as condições impostas pela instituição para a obtenção de recursos.

(2) FALSO, uma vez que boa parte do financiamento dos investimentos realizados pelo governo JK foi realizada através de recursos do orçamento ou de emissão monetária (empréstimos do governo junto ao Banco do Brasil), e não via endividamento interno, este era bastante difícil dada a existência da lei da Usura que limitava os juros nominais a 12% em uma época em a inflação alcançava patamares superiores a isto

(3) VERDADEIRO, é extremamente difícil se fazer o ajuste fino nesta fase da industrialização em que vários setores são ao mesmo tempo substituídos, ou seja, existe produção doméstica, mas também são necessárias importações do próprio setor. Por meio de taxas de câmbio, a introdução de um sistema de tarifas se adequava a fase da industrialização em que a economia se encontrava, onde o setor de bens de capital passava a ser alvo da política econômica e da proteção

(4) VERDADEIRO Tais setores foram, de fato, os que impulsionaram o crescimento econômico da época. Segundo José Serra, o setor de bens de consumo durável entre 1955 e 1962 cresceu em média 23,9% e o de bens de capital 26,4%, já os de bens intermediários cresceu no mesmo período 12,1% e o de bens de consumo não durável 6,6%.

1. **(1999 - 6)** Relativamente ao Plano de Metas, e à política econômica implementada no Governo Juscelino Kubitschek pode-se afirmar que:
2. parcela substancialmente majoritária dos investimentos contemplados pelo Plano de Metas visava a produção doméstica de máquinas e equipamentos industriais;
3. o BNDE estimulou a iniciativa privada com empréstimos em condições privilegiadas e concessão de avais para empréstimos estrangeiros;
4. a política de incentivo ao capital estrangeiro deu preferência aos capitais norte-americanos;
5. a prioridade atribuída à agricultura de alimentos e à reforma agrária contribuiu para manter a inflação sob controle;
6. o protecionismo, peça fundamental da política industrial do período, foi exercido através da política cambial, de tarifas aduaneiras e da lei do similar nacional.

Resp;

1. FALSO, apesar de haver destaque para este setor, não se pode dizer que este fosse substancialmente majoritário
2. VERDADEIRO, estas foram efetivamente políticas efetuadas pelo BNDE
3. Anulada
4. FALSO, o setor agrícola praticamente não foi contemplado no plano e nele não constava nenhuma reforma agrária, além do mais a inflação se mostrou um problema no período
5. Anulada
6. **(2000 – 6)** Um exame dos resultados alcançados pelo Plano de Metas permite as seguintes constatações:

(0) As metas de expansão da capacidade geradora de energia elétrica e da capacidade de refino de petróleo foram plenamente atingidas;

(1) A intervenção direta do governo na atividade econômica foi intensificada;

(2) A política de investimentos relegou a segundo plano a expansão da produção de bens de capital;

(3) O plano de metas previu as formas de como seriam financiados os investimentos planejados;

(4) Em quilometragem, a construção de rodovias superou as metas.

Resp:

(0) FALSO, as metas referentes aos setores de geração de energia elétrica e de refino de petróleo não foram atingidas, tornando assim a afirmação incorreta. (A título de ilustração, no capítulo 7 do A Ordem do Progresso são apresentadas as metas e os valores obtidos pelo governo no Plano de Metas).

(1) VERDADEIRO: não houve redução das atividades produtivas do governo e em vários setores houve uma ampliação da produção.

(2) FALSO, ao afirmar que o setor de bens de capital foi relegado à um segundo plano: embora a primeira vista o Plano de Metas pareça ter priorizado a substituição de importação (ou, em outras palavras, a produção interna) de bens de consumo duráveis, resultados significativos também foram obtidos na produção de bens de capital.

(3) FALSO, o problema está na afirmação de que as formas de financiamento dos investimentos realizadas no Plano de Metas foram previamente determinadas, o que não é uma afirmação condizente. É justamente a ausência da definição dos mecanismos de financiamento que caracterizam o Plano de Metas. É bom lembrar que o governo JK caracteriza-se por ser um período de elevação da inflação decorrente da expansão da oferta monetária, para financiar os investimentos do governo.

(4) VERDADEIRO, uma vez que construção de rodovias foi uma das únicas metas que fora superada pelos resultados obtidos.

1. **(2004 – 5)** Na segunda metade da década de 1950 ocorreram importantes transformações na estrutura produtiva do País. Os seguintes fatores contribuíram para as transformações no período em causa:
2. as facilidades concedidas ao capital estrangeiro, de risco e de empréstimo, pela Instrução 113 da SUMOC;
3. o reforço da capacidade financeira das empresas industriais, resultante do crescimento dos salários reais abaixo do crescimento da produtividade;
4. a melhora na capacidade de importar provocada pela alta do preço do café no mercado internacional;
5. a relativa estabilidade de preços decorrente da implementação do Programa de Estabilização Monetária (PEM), em 1958;
6. a ação estatal, compreendendo o planejamento e a coordenação de grandes blocos de investimento, e a criação de infraestrutura e de indústrias intermediárias

Resp:

1. VERDADEIRO, a instrução 113 combinada com medidas de remessas de lucro estimularam a entrada do capital estrangeiro
2. VERDADEIRO, de fasto, apesar das elevações de salário existentes estas se mantiveram abaixo do crescimento da produtividade do período
3. FALSO, os preços do café caíram na segunda metade da década de 50
4. FALSO, mesmo com o PEM a inflação não se estabilizou no período
5. VERDADEIRO, o Plano de metas procura fazer a coordenação de um grande volume de investimentos, em diversos setores
6. **(2005 - 4)** Sobre a economia no Governo Kubitschek, é correto afirmar que:

(0) A condução da política econômica representou uma mudança em relação aos períodos anteriores na medida em que fez uma opção por uma estratégia desenvolvimentista desde o início.

(1) A substituição de importações foi mais intensa nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

(2) A política cambial manteve o chamado “confisco cambial”, promovendo a transferência de renda do setor exportador para o setor industrial.

(3) O fato de o Plano de Metas ter estabelecido metas para a agricultura permitiu que este setor apresentasse taxas de crescimento similares às da indústria.

(4) O Programa de Estabilização Monetária de 1958, ao implementar o controle da expansão monetária, marcou uma mudança de rumos da política econômica até o final do governo JK.

Resp:

(0) VERDADEIRO, o Plano de Metas pode ser considerado a primeira política econômica com um caráter deliberada e predominantemente desenvolvimentista implementada por um governo brasileiro, tendo metas previamente definidas para o crescimento de alguns setores; pode-se alegar também que os governos anteriores Getúlio e Dutra, iniciaram seus governos de forma menos desenvolvimentista, só encontrando este caráter de forma plena depois das crises de balanço de pagamentos que ambos enfrentaram

(1) VERDADEIRO: Segundo José Serra, o setor de bens de consumo durável entre 1955 e 1962 cresceu em média 23,9% e o de bens de capital 26,4%, já os de bens intermediários cresceu no mesmo período 12,1% e o de bens de consumo não durável 6,6%

(2) VERDADEIRO, manteve-se no governo JK o câmbio múltiplo base do chamado confisco cambial, ou seja, do fato dos exportadores receberam um câmbio valorizado frente a média dos importadores que pagavam mais para o governo pelos dólares comprados por este junto aos exportadores.

(3) FALSO: na realidade, o Plano de Metas não contemplava nenhum objetivo explícito e efetivamente colocado em prática quanto ao desenvolvimento do setor agrícola brasileiro, o que torna a assertiva errada;

(4) FALSO: a grande fonte de financiamento utilizada pelo governo JK foi justamente a expansão da oferta de moeda, com a consequente elevação da taxa de inflação ao longo do período. Logo, a afirmação é incorreta.

1. **(2006 – 6)** Sobre a política desenvolvimentista implementada no Governo Kubitschek, consubstanciada no Plano de Metas, são corretas as afirmativas:
2. o crescimento industrial foi financiado exclusivamente por recursos externos e poupanças privadas domésticas;
3. a maioria das metas alcançou alto grau de realização, tendo malogrado as metas relativas ao carvão e às ferrovias;
4. entre os motivos que explicam as elevadas taxas de crescimento da agricultura no período destacam-se as políticas de fomento ao setor agrícola;
5. os desequilíbrios regionais e sociais aprofundaram-se em decorrência da implementação do Plano de Metas;
6. a aceitação do programa de Estabilização Monetária (PEM) de 1958 pelo FMI viabilizou a entrada de vultosos empréstimos externos para o financiamento de obras de infraestrutura

Resp:

(0) FALSO; pois parte das ações públicas adotadas durante o Plano de Metas estavam associadas ao financiamento via recursos orçamentários e mesmo via expansão da oferta monetária, embora de fato importância elevada (especialmente quando considerada em comparação com períodos anteriores do processo de industrialização), fosse destinada ao capital internacional.

(1) VERDADEIRO; Muitos setores contemplados pelo Plano de Metas atingiram integralmente as metas estabelecidas pelo governo, exceção feita aos setores mencionados, entre outros. Para uma análise mais profunda do comportamento dos setores enfatizados no Plano de Metas e os resultados obtidos, vide tabela 7.2, página 180 do A Ordem do Progresso;

(2) FALSO; Embora na teoria o Plano de Metas procurasse estimular o crescimento do setor agrícola, na prática este foi um setor cujo crescimento ficou bastante abaixo quando comparados aos outros setores priorizados pelo mesmo;

(3) VERDADEIRO; Efetivamente, alguns dos problemas ainda observados ao final do período são os mencionados na assertiva, reforçou-se a concentração regional no Sudeste e do ponto de vista social, apesar de não existirem dados claros, acredita-se que houve um reforço no período da concentração de renda.

(4) FALSO; De fato, em 1958, o Programa de Estabilização Monetária (PEM - formulado por Lucas Lopes & Roberto Campos) foi enviado ao Congresso. Entretanto, por contemplar medidas ortodoxas quanto à política monetária e fiscal, obteve forte desgaste político e não foi colocado em prática. Ao contrário da afirmação, o governo de Juscelino Kubitschek é marcado pelas tentativas fracassadas de acordos de financiamentos e, finalmente pelo rompimento do Brasil com o FMI, dados os condicionantes (ortodoxos) que este requeria, como a própria implementação do PEM, para que tais recursos fossem disponibilizados.

1. **(2007 –** **6)** O Plano de Metas do Governo Kubitschek foi um dos pontos altos do processo de substituição de importações, tendo ensejado a constituição de uma estrutura industrial mais complexa e integrada que aquela até então vigente. As seguintes medidas foram adotadas pelo Plano de Metas:

(0) criação do Ministério do Planejamento, essencial para a coordenação do Plano, com Celso Furtado à frente;

(1) direcionamento dos financiamentos do BNDE exclusivamente ao setor privado;

(2) utilização do sistema de mérito na administração pública segundo proposta da Comissão de Estudos e Planejamento Administrativos;

(3) criação dos “grupos executivos”, que, de forma decisiva, subsidiaram as decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico;

(4) reforma cambial, que teve por objetivos a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial.

Resp:

(0) FALSO, O referido ministério com Celso Furtado à frente foi criado somente em 1962, e esta por trás do Plano trienal e não do plano de metas

(1) FALSO, A afirmação pode ser considerada falsa devido ao termo “exclusivamente”, mas de todo modo, não se pode desconsiderar que boa parte dos créditos concedidos pelo BNDE era canalizada para o setor privado. Conforme Abreu (1990) (página 179), o BNDE em conjunto com o Banco do Brasil supria recursos de longo prazo a juros baixos com pagamentos sujeitos a carência, o que no referido período significava taxas de juros reais negativas. Outro mecanismo era a concessão, também pelo BNDE, de avais para empréstimos contratados no exterior. Outros tipos de empresa tinham acesso a estes capitais, como as estatais, sendo que apenas durante o IIº PND, na década de 70, estas estavam impedidas de receber recursos do BNDES

(2) FALSO O Plano de Metas foi conduzido por elementos que praticamente trabalhavam por fora da Administração Direta em empresas da administração indireta ou por meio dos GE – grupos executivos.

(3) VERDADEIRO. De fato, os grupos executivos (como exemplo, pode-se considerar o GEIA – grupo executivo da indústria automobilística, um dos grupos mais relevantes, ressaltando-se também a existência de outros grupos como o GEICON – grupo executivo das indústrias de construção naval e o GEIMAPE – grupo executivo das indústrias de mecânica pesada) foram elementos determinantes sobre as políticas de desenvolvimento implementadas durante o período. Era através destes grupos, entre outros, que o CDE implementava suas ações.

(4) FALSO, A reforma cambial de 1957, além de introduzir a cobrança de impostos ad valorem sobre as importações, simplificou o sistema de taxas múltiplas de câmbio implementada em 1953 (instrução 70 da SUMOC), mas não chegou a unificar o mercado – tal medida só ocorreria com Jânio Quadros.

1. **(2010 – 5)** Sobre o Plano de Metas e a política do Governo Juscelino Kubitscheck pode-se afirmar:

(0) O setor agrícola foi objeto de atenção especial cujo objetivo era compatibilizá-lo com o desenvolvimento de outros setores da economia, especialmente a indústria.

(1) A política cambial facilitou o investimento industrial, ao introduzir o sistema de licenças prévias de importação que favoreceu importações essenciais.

(2) O Plano de Metas, em sua implementação, beneficiou-se de instituições criadas no segundo Governo de Vargas (1951-1954), como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

(3) A concentração do gasto público nos primeiros anos do Governo JK foi fator importante para viabilizar a realização de investimentos públicos na segunda metade do mesmo.

(4) O capital estrangeiro recebeu tratamento preferencial e ampliou-se a participação do setor público na formação de capital.

Resp:

(0) FALSO; Uma das principais características do Plano de Metas foi o fato do setor agrícola ter, na prática, recebido atenção praticamente nula por parte do governo.

(1) FALSO; O sistema de licenças prévias de importação foi adotado no governo Dutra, após a IIª Guerra Mundial. Diferentemente do que atesta a assertiva, o governo JK foi favorecido pela instrução 113 da SUMOC, instituído no governo anterior de Café Filho, que permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial – esta instrução minimizar a pressão da demanda por moeda externa e ao mesmo tempo permitia a entrada de investimentos estrangeiros, também ainda favorecia a industrialização o sistema de cambio múltiplo criado por Vargas e, mesmo que simplificado, ainda mantido por JK, e o sistema tributário reformulado por JK que impôs tarifas protecionistas a certos setores da indústria nacional..

(2) VERDADEIRO; O Plano de Metas foi beneficiado, entre outros, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que de fato foi criado no segundo governo Vargas (mais especificamente, em 1952).

(3) FALSO; Apesar das tentativas, inclusive com o Plano de Estabilização Monetária, de cortar gastos de custeio na parte final do governo de modo a sobrar espaço para os investimentos, não se pode afirmar que tenha existido tal concentração de gastos no início do governo.

(4) VERDADEIRO; Efetivamente o capital acabou sendo beneficiado, especialmente em função da Instrução 113 da SUMOC combinada com o sistema de câmbio múltiplo e as regras de remessa de lucro. Além disto, no período, existe uma elevação da participação do setor público nos investimentos, especialmente nos setores de energia e transportes (rodovias).

1. **(2011 – 5)** No que concerne ao Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) e à industrialização brasileira no período, pode-se afirmar o seguinte:
2. A Instrução 113 da SUMOC foi um instrumento decisivo para atrair investimentos estrangeiros diretos e estimular o crédito externo para importação de máquinas, embora tenha sido promulgada no governo anterior.
3. Além de estipular as metas de investimento, o Estado assumiu papel central na construção da infraestrutura e na produção direta de insumos, respondendo por mais de um terço do total da formação bruta de capital fixo.
4. A liderança do crescimento no período coube às atividades produtoras de insumos intermediários.
5. No que se relaciona à agricultura, foi implantada a produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas.
6. Houve um elevado grau de complementaridade dos investimentos nos grandes projetos, permitindo a adequação entre, de um lado, a produção de bens de capital e insumos básicos e, de outro, a produção de bens de consumo duráveis.

Resp:

(0) VERDADEIRO; Como esclarecimento adicional, cabe ressaltar que a referida instrução foi instituída pelo presidente Café Filho no ano de 1955, presidente este sucedido por Juscelino Kubitschek;

(1) VERDADEIRO; Durante o Plano de Metas, apesar da importância dos investimentos privados, especialmente em setores de bens de consumo duráveis (automóveis, por exemplo), o Estado assumiu algumas responsabilidades em infraestrutura, energia e transportes (inicialmente previsto ferrovias, e na prática, estradas) e no setor de insumos básicos (siderurgia).

(2) FALSO; A parte mais significativa do crescimento do período esteve associada aos setores de bens de consumo durável. O setor de insumos intermediários viria a exibir taxas significativas de crescimento somente na segunda metade dos anos 70, com o II PND.

(3) VERDADEIRO De fato, boa parte do apoio ao setor de produção de equipamentos agrícolas viria com o lançamento do chamado “Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas”, lançado em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek.

(4) VERDADEIRO O Plano de Metas, na sua concepção, usou técnicas e instrumentos de planejamento como a matriz insumo-produto, que procurava verificar as necessidades de investimento e produção em outros setores a partir de investimentos inicialmente previstos nos chamados pontos de estrangulamento e de germinação. Assim procurava-se estabelecer metas de produção em setores “fornecedores” de insumos para os setores prioritários, garantindo uma maior complementaridade dos investimentos, o que não quer dizer que não tenham ocorrido desequilíbrios inter-setoriais no período.

1. **(2012 – 5)** A respeito da economia brasileira durante a implementação do Plano de Metas, do Governo Kubitschek, é correto afirmar que:
2. empresas filiais estrangeiras foram responsáveis pelos principais investimentos nos ramos de material elétrico pesado e automobilística.
3. um dos objetivos do Plano era distribuir tarefas de investimento, de modo a delegar ramos de atuação exclusivos para empresas estatais, empresas de capital local ou filiais estrangeiras.
4. o Plano buscou delegar as metas de investimento nos ramos de insumos básicos, exclusivamente, para empresas estatais.
5. entre os objetivos priorizados pelo Plano de Metas estavam a geração de energia elétrica, a expansão da rede de vias de transporte e a produção de bens de capital, respectivamente sob responsabilidade majoritária de filiais estrangeiras, Estado e empresas privadas nacionais.
6. apesar dos investimentos na produção local de bens de capital, a execução do Plano de Metas exigiu importações de máquinas e equipamentos, favorecidas pela disponibilidade de financiamento externo nas formas de investimento direto e empréstimos.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente estes setores foram onde as empresas multinacionais mais adentraram no Brasil durante o governo JK
2. FALSO, no Plano de Metas haveria a participação tanto das empresas estatais como das de capital privado, nacional ou não, porém não se destinavam ramos onde havia exclusividade para tal ou qual tipo de empresa de Acordo com a origem de seu capital
3. FALSO, novamente a questão exclusividade torna a assertiva falsa
4. FALSO, a assertiva corrige as anteriores ao falar em responsabilidade majoritária, mas se equivoca ao atribuir, por exemplo, o setor de geração elétrica majoritariamente as empresas estrangeiras.
5. VERDADEIRO, parte importante dos investimentos na forma de bens de capital foram importados e para tal foram utilizados empréstimos inter-companhias (matriz – filial), empréstimos normais e os investimentos diretos também das multinacionais
6. **(2013 – 6)** As transformações estruturais e as taxas de crescimento da economia brasileira durante o Governo Kubitschek (1956-1960) estão associadas aos seguintes eventos e circunstâncias:
7. A liderança do crescimento industrial no período coube aos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.
8. A determinação do governo de atrair capital estrangeiro, com a criação da Instrução 113 da SUMOC.
9. Instalação das indústrias automobilística, de material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos.
10. A decisão do governo de adotar o Plano de Estabilização Monetária, em 1958, medida que colaborou para impedir a expansão inflacionária, que poderia comprometer o ritmo de crescimento do produto.
11. Realização de investimentos por parte de empresas estatais criadas no Governo Vargas.

Resp

1. VERDADEIRO, os principais setores em termos de crescimento durante o governo JK são os de bens de capital e consumo duráveis, segundo José Serra, o setor de bens de consumo durável entre 1955 e 1962 cresceu em média 23,9% e o de bens de capital 26,4%, já os de bens intermediários cresceu no mesmo período 12,1% e o de bens de consumo não durável 6,6%.
2. FALSO, apesar do efetivo uso da instrução 113 por JK ao longo de seu governo, esta instrução foi criada no governo anterior na gestão do presidente Café Filho com Eugenio Gudin
3. VERDADEIRO, o Plano de metas como visto anteriormente deu ênfase aos setores de bens de capital e de consumo durável, dentre estes os citados na assertiva
4. FALSO, a criação do PEM acabava por frear as reformas e a expansão proporcionada pelo Plano de Metas
5. VERDADEIRO, uma parte dos investimentos foram feitos por empresas criadas por Vargas no governo anterior (PETROBRAS e BNDES) ou pelo próprio Vargas durante a IIa Guerra Mundial (CSN).
6. **(2014 – 7)** São características da economia e da política econômica brasileira no período do Plano de Metas:
7. a manutenção de algumas regras estabelecidas por governos anteriores, como os leilões de câmbio introduzidos pela Instrução 70 da SUMOC e a Instrução 113 deste mesmo órgão, a qual favorecia os investimentos estrangeiros.
8. a introdução na administração pública brasileira de assessoria econômica vinculada diretamente à Presidência da República, composta por técnicos responsáveis por formular políticas e acompanhar a execução do Plano de Metas.
9. ao final do período, a geração de excesso de capacidade produtiva em ramos intermediários como borracha, metalurgia e química básica.
10. criação dos “grupos executivos”, que subsidiaram as decisões do Conselho de Desenvolvimento.
11. elevação do grau de coordenação dos investimentos industriais, visando resolver problemas de escala de mercados e de oferta de bens de produção nos ramos sujeitos às metas.

Resp:

1. VERDADEIRO; efetivamente o Plano de Metas se valeu de instrumentos criados em outros governos como a instrução 70 do cambio múltiplo instituído por Vargas e a Instrução 113 que permite a importação de bens de capital sem cobertura cambial instituído na gestão Café Filho
2. FALSO; a assessoria economia ligada à presidência é anterior à gestão Juscelino tendo sido estabelecida por Vargas
3. FALSO; efetivamente alguns setores acabaram com excesso de capacidade produtiva porém nem todos os setores citados estão neste caso, como o próprio setor de química básica que não chegou a ser alvo do plano
4. VERDADEIRO; na implementação do plano vários órgão foram criados gerando uma espécie de administração que funcionava em paralelo a administração pública federal tradicional, dentre estes órgãos, os grupos executivos tinham destaque, um deles teve fortíssima projeção o GEIA – Grupo executivo da indústria automobilística
5. VERDADEIRO; o Plano de metas tentou ampliar a coordenação Inter setorial das atividades, evitando a propagação de estrangulamentos ocorridos por excessos de demanda e/ou oferta nas relações entre os diferentes ramos produtivos
6. **(2015 – 5)** Sobre a economia brasileira na segunda metade dos anos 1950, é correto afirmar:
7. Nem todo influxo registrado de investimento externo direto no período representava disponibilidade efetiva de divisas estrangeiras, capazes de financiar eventuais déficits de transações correntes, devido à ausência de cobertura cambial permitida pela Instrução 113.
8. O decréscimo da importância do setor agropecuário na economia brasileira no período não se deve a uma redução absoluta da produção do setor, e sim de um aumento da produção industrial.
9. A opção do Plano de Estabilização Monetária (PEM) era por um tratamento de choque para o combate à inflação, embora esta opção não tenha sido executada tal como o Plano previra.
10. A indústria nacional foi muito beneficiada por algumas medidas, a exemplo da reserva de mercados domésticos e a oferta de crédito a juros baixos por bancos estatais, como o Banco do Brasil e o BNDE, no entanto careceu de avais do governo para empréstimos no exterior, o que dava uma vantagem competitiva às multinacionais.
11. Os grandes projetos industriais do Plano de Metas tinham elevado grau de complementaridade e, tanto nos ramos de bens de capital e de insumos básicos, quanto na produção de bens de consumo duráveis, não respondiam à demanda preexistente, mas se adiantavam a ela.

Resp:

1. VERDADEIRO, por meio da instrução 113 permitia o ingresso de capitais sem que necessariamente este ingresso se materializasse na forma de divisas efetivamente disponíveis, apenas escriturava-se este recurso que correspondia a importações e maquinas e equipamentos
2. VERDADEIRO, apenas em 1956 o PIB agrícola decresceu em todos os outros anos o PIB agrícola cresceu, porém os outros setores cresceram de forma mais importante
3. FALSO, o Plano de estabilização monetária é o primeiro dos planos de estabilização ditos gradualistas em oposição ao chamado tratamento de choque
4. FALSO, o governo dava avais para que as empresas nacionais buscassem financiamento externo
5. VERDADEIRO, a afirmativa deve ser vista com certo cuidado se é verdade que muitas metas se adiantavam a demanda preexistente e outros eram complementares a estes setores que germinavam o crescimento brasileiro, havia alguns que respondiam a uma demanda reprimida, os setores correspondentes a pontos de estrangulamento.

A política econômica do Governo Juscelino Kubitschek é usualmente mencionada como exemplo típico do desenvolvimentismo brasileiro. Sobre a política econômica desse período governamental pode-se considerar como verdadeiro:

1. A política desenvolvimentista decorreu, pelo menos em parte, de razões políticas, pois o governo resultou da vitória nas eleições, para presidente e vice-presidente da República, dos candidatos do PSD e PTB, partidos políticos influenciados pela tradição varguista.
2. O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes, tinha como principal objetivo conter a aceleração da inflação, embora não tenha incorporado em seus propósitos a contenção de crédito e de salários, com o intuito de não frear o crescimento do PIB.
3. A associação do período ao desenvolvimentismo pode ser relativizada ao se observar que a indústria apresentou taxas de crescimento altas apenas nos dois primeiros anos de governo, desacelerando-se nos seguintes.
4. A reforma cambial de 1957 extinguiu o sistema de taxas múltiplas de câmbio e estabeleceu tarifas para a importação de bens, considerando, para tanto, a existência ou não de similares nacionais.
5. O financiamento dos projetos do Plano de Metas originou-se principalmente do setor privado, o que contrasta com o período de Vargas, quando o financiamento dos projetos governamentais provinha majoritariamente de recursos públicos.

Resp:

1. VERDADEIRO, depois do suicídio de Vargas houve um reerguimento das forças que historicamente sustentaram os governos varguistas e sua união em torno de JK e e de Jango
2. FALSO, O PEM apesar de ser um plano gradualista que buscasse compatibilizar o controle da inflação com o crescimento econômico, possuía medidas de contenção creditícia e salariais, mesmo que menos conservadoras do que as demandadas pelo FMI
3. FALSO, houve uma diminuição no ritmo do crescimento em 1956, mas os outros anos apresentaram taxas elevadas de crescimento
4. FALSO, a reforma diminui a importância o sistema de cambio múltiplo, mas não o extinguiu
5. FALSO, apesar de se prever investimentos privados importantes o financiamento de boa parte destes investimentos assim como dos investimentos públicos provinha de recursos do setor publico

1. **(2013 – 5)** A industrialização nos anos 1950 teve as seguintes características e impactos na economia brasileira:
2. Redução das migrações entre as regiões.
3. Expansão da produção de bens de capital a uma taxa maior do que a produção de bens intermediários, durante o Plano de Metas.
4. Convergência nas taxas de crescimento dos setores urbano e agrícola.
5. Redução da participação do investimento do setor público no total da formação bruta de capital fixo durante o Plano de Metas (em relação ao Governo Vargas), apesar do aumento da participação na geração de energia elétrica.
6. Redução dos desequilíbrios regionais.

Resp

1. FALSO, na década 50 verifica-se um forte movimento migratório em direção á região sudeste, principal foco de urbanização e industrialização do país
2. VERDADEIRO, Efetivamente durante o Plano de Metas, segundo os dados de José Serra, o setor de bens de capital possui uma taxa média de crescimento em torno de 25%, enquanto que o setor de bens intermediários, a taxa média de crescimento é de aproximadamente 12,5%, a metade do setor de bens de capital.
3. FALSO, o setor industrial e urbano apresenta um crescimento muito superior ao agrícola ou rural.
4. FALSO, não há redução dos investimentos públicos em relação ao total de investimentos quando comparado com o governo Vargas
5. FALSO, os desequilíbrios se ampliam dado o crescimento superior dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro frente aos demais.
6. **(2002 – 3)** A evolução da economia brasileira na década de 1950 e até meados dos anos 1960 foi marcada por modificações profundas na política cambial, e cada uma dessas alterações constitui um marco decisivo no processo de desenvolvimento econômico. Assim, é correto afirmar:

(0) A Lei 1807 (janeiro de 1953), na prática, instituiu o sistema de taxas múltiplas de câmbio.

(1) A Instrução 70 da SUMOC, de outubro de 1953, introduziu o monopólio cambial do Banco do Brasil e instituiu o regime de leilões de câmbio em bolsa de fundos públicos do país.

(2) A Instrução 113 da SUMOC, de janeiro de 1955, autorizou a emissão de licenças para importar sem cobertura cambial.

(3) O governo Jânio Quadros operou uma reforma para simplificar o sistema de taxas múltiplas e introduzir um sistema de proteção específica por produtos da mesma categoria, operado pelo Conselho de Política Aduaneira.

(4) A reforma cambial de 1957 extinguiu o Fundo de Ágios e Bonificações gerenciado pelo Banco do Brasil, desvalorizou a taxa de câmbio e unificou o mercado cambial.

Resp:

1. VERDADEIRO, ela apenas explicita a política cambial implementada a partir da Lei 1807, de 1953. Note que esta não é a Instrução 70, apesar de ambas serem do mesmo ano. Por meio desta lei foi criada o mercado livre de cambio
2. VERDADEIRO conforme analisado anteriormente
3. VERDADEIRO conforme analisado anteriormente.
4. FALSO, pois descreve justamente a política cambial implementada em agosto de 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, e não a reforma cambial implementada por Jânio Quadros, como atesta a assertiva. Jânio Quadro extinguiu o Fundo de Ágios e Bonificações gerenciado pelo Banco do Brasil, desvalorizou a taxa de câmbio e unificou o mercado cambial
5. FALSO, está incorreto e está associada à resposta do item anterior (3): tal reforma foi a que na realidade reduziu as taxas múltiplas de câmbio até então vigentes [para as importações, de 5 taxas para 2 (a geral e a especial, que encarecia algumas categorias de importados) e para as exportações, foram mantidas as quatro categorias vigentes anteriormente] e desvinculou recursos obtidos com os leilões de câmbio, procurou diminuir os preços dos equipamentos e matérias primas importadas para estimular a produção interna. O Conselho de Política Aduaneira (CPA) foi criado com o objetivo de operar este novo sistema.
6. **(2002 – 4)** O período 1947-61 caracterizou-se por um surto de expansão econômica apoiado na estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI). Essa estratégia, que culminou com o Programa de Metas do governo Kubitschek, consolidou a indústria como o setor dinâmico da economia brasileira.

(0) A estratégia da substituição de importações iniciou-se ainda no governo Dutra. Inspirado em doutrina nacionalista, desde o início este introduziu controles cambiais para restringir importações e criar reserva de mercado para a indústria nacional.

(1) Políticas de controle do mercado de câmbio, instituídas inicialmente para enfrentar a crise do setor externo em 1947, acabaram se tornando o principal instrumento de promoção do desenvolvimento da indústria.

(2) Desde o início, a promoção da industrialização dependeu da Lei de Tarifas aprovada no imediato pós-guerra. Foi esta que viabilizou a proteção efetiva à indústria nacional.

(3) Merece destaque, no período, o Plano de Metas do governo Kubitscheck. Sua implementação acabou se valendo também da redistribuição de recursos propiciado pelo processo inflacionário.

(4) A estratégia da ISI resultou em acentuada industrialização e em crescimento; mas gerou distorções, pois discriminou contra as importações e contra a agricultura, aumentou as iniquidades distributivas e acelerou a inflação

Resp**:**

(0) FALSO, por afirmar que o PSI teve início no governo Dutra (embora esta seja uma questão sujeita à discussão de diferentes correntes de pensamento da História brasileira. Para Tavares e Furtado, por exemplo, o marco inicial do PSI no Brasil é, grosso modo, a crise de 1929). Em adição, a afirmação do item (0) ainda se faz incorreta por afirmar que desde o início do governo Dutra já são implementadas políticas de restrições a importação. Na realidade, o início do governo Dutra é caracterizado por políticas ortodoxas, entre elas, de liberalização comercial e cambial, sendo o controle de importações (através das licenças de importação) introduzido somente a partir de 1947, quando passam a ser observadas dificuldades nas contas do BP.

(1) VERDADEIRO: de fato, a partir de 1947 até 1961 são observadas políticas específicas para o mercado cambial no sentido de propiciar um melhor ajuste sobre as contas do BP, gerando incentivos e benefícios (nem sempre intencionais) para a substituição de importações ao longo dos anos considerados.

(2) FALSO, pois as tarifas dentro da ótica da industrialização só são utilizadas com maior ímpeto a partir da reforma instituída por JK.

(3) VERDADEIRO: o Plano de Metas efetivamente foi um elemento fundamental dentro do processo brasileiro de industrialização e valeu-se em parte de financiamento inflacionário para alcançar seus objetivos.

(4) VERDADEIRO: o PSI realmente gerou significativo crescimento e industrialização da economia brasileira, mas, por outro lado, ao mesmo estão associados importantes resultados negativos em termos de distribuição de renda, inflação e estoque da dívida pública e externa, entre outros.

1. **(2009 –** **3)** O período entre 1946 e 1964 é considerado como uma das experiências mais ricas de crescimento econômico com democracia da história brasileira. Nesse período:

(0) a política monetária, como a emissão de papel-moeda e a fixação da taxa de redesconto, era integralmente formulada e executada pelo Banco do Brasil, já que inexistia Banco Central no país.

(1) Eugênio Gudin foi um dos mais ferrenhos críticos do desenvolvimentismo e chegou a ser ministro da Fazenda.

(2) o crescimento industrial não se restringiu ao setor de bens de consumo não-duráveis e as taxas de crescimento da agricultura foram, em média, inferiores às da indústria.

(3) a legislação trabalhista colaborou para a relativa melhoria na distribuição de renda do país, o que pode ser verificado pelo crescimento do índice de Gini.

(4) as políticas de substituição de importações implementadas implicaram modificações importantes na estrutura das importações, em especial provocaram a elevação da participação das importações de bens de consumo manufaturados.

Resp:

(0) FALSA; Apesar da importância do Banco do Brasil na política monetária no período referente, esta não era integralmente formulada por ele. A SUMOC (instituída ao final da segunda guerra mundial no início de 1945) era responsável principalmente pela parte normativa da política cambial e monetária, por exemplo pela definição do juro de redesconto e da taxa de compulsório e por fiscalizar os bancos comerciais. Já o Tesouro Nacional era responsável pela emissão de papel-moeda. O Banco do Brasil era responsável, por parte da operacionalização da política, entre outros, pela Caixa de Mobilização Bancária (emprestador de última instância), pela compra e venda de cambiais nas taxas fixadas pela SUMOC, além de atuar como banco do governo (recolhimento da tributação e pagamentos do governo) e como receptor de reservas voluntárias.

(1) VERDADEIRA; Apesar da frase um tanto quanto exagerada (“ferrenho crítico de desenvolvimentismo”), Gudin é considerado como crítico das políticas desenvolvimentistas e efetivamente foi Ministro da fazenda de Café Filho, entre agosto de 54 e abril de 55.

(2) VERDADEIRA Uma das características da industrialização por substituição de importações é o fato de ela ocorrer de uma forma em que alguns setores se industrializam antes que outros, não ocorrendo assim um desenvolvimento simultâneo entre os diferentes setores da indústria. Assim, enquanto as indústrias do setor de bens de consumo durável leve se desenvolvem, as indústrias dos outros setores (setor de bens intermediários e de bens de capital) apesar de também se desenvolverem, o fazem mais lentamente. No período em questão, existe sim o desenvolvimento do setor de bens de consumo durável e de outros setores (intermediários e de bens de capital) e, apesar de positivas, as taxas de crescimento da agricultura estiveram, em média, abaixo das da indústria.

(3) FALSA; Apesar de um possível impacto positivo das políticas trabalhistas, os índices de Gini do período (os disponíveis são apenas os relativos aos de censos de 60 em diante) indicam índices ruins e que pioram no período. De uma forma geral o processo de industrialização por substituição de importações em geral está associado a uma acentuação da desigualdade em virtude do descompasso entre a demanda relativa pelos fatores de produção (relativamente mais intensa em capital e mão de obra qualificada) frente a sua oferta (relativamente intensa em trabalho não qualificado) e a possibilidade redistribuição dos ganhos de produtividade alcançados para toda a economia, sendo0 que estes ganhos costumam ficar retidos em grupos específicos, aqueles protegidos ou objetos de benefícios da política econo0mica. Note que a sentença parece estar redigida de forma equivocada, pois uma diminuição da desigualdade de renda está associada a uma queda do índice de Gini, e não ao aumento.

(4) FALSA; Ao longo da substituição de importações é justamente o setor de consumo de manufaturados que vai sendo substituído, ou seja, as importações de manufaturados vão sendo substituídas pela produção interna, sendo, portanto retiradas da pauta de importações

1. **(2015 – 14)** Ao analisar-se a política cambial brasileira ao longo do século XX, pode-se considerar como verdadeiro:
2. Em resposta à crise cambial, foi iniciado em 1948 o sistema de contingenciamento de importações, baseado na oferta de licenças prévias e sem a definição de prioridades setoriais, em vista do liberalismo característico do governo Dutra.
3. A Instrução 70 da SUMOC estabeleceu controle quantitativo das importações, por meio de licenciamentos prévios e leilões de câmbio.
4. A Instrução 113 da SUMOC permitia a importação de bens de capital para o estabelecimento de novas plantas industriais, sem considerar a categoria em que os bens estivessem classificados, o que foi considerado um estímulo ao capital estrangeiro.
5. A reforma cambial de 1957 estabeleceu tarifas *ad valorem*, que levavam em consideração a existência de produção nacional similar aos bens a serem importados.
6. A Lei de Remessa de Lucros, aprovada no governo Goulart, limitava em 10% do capital registrado a remessa de lucros das empresas estrangeiras instaladas no país, considerando como retorno de capital os lucros remetidos em excesso a esse limite.

Resp:

* 1. FALSO, o contingenciamento de importações adotados por Dutra, acaba com o liberalismo cambial com que iniciou seu governo, e este contingenciamento tinha a definição de prioridades em termos setoriais
  2. FALSO, a instrução 70 não estabelece contingenciamentos quantitativos
  3. FALSO, a Instrução 113 permite a importação de maquinas e equipamentos sem cobertura cambial
  4. VERDADEIRO, esta é a base da reforma comercial implementada na gestão de JK
  5. VERDADEIRO, esta são elementos da lei implementada por João Goulart em relação à remessa de lucro

1. **(2014 – 15)** Vários autores adotam a tese de que a intervenção do governo na economia brasileira durante o século XX foi influenciada pelo desenvolvimentismo. Sobre este tema se pode considerar verdadeiro que:
2. as teses defensoras da industrialização como caminho para superar os problemas do país, importantes no ideário desenvolvimentista, começaram a aparecer no Brasil na década de 1950.
3. o nacionalismo em várias questões relevantes, como a siderurgia durante o Estado Novo, não se associou à repulsa ao capital estrangeiro.
4. o ideário desenvolvimentista é geralmente associado aos governos do período da substituição de importações até 1964, tendo deixado de influenciar a política econômica após esse ano.
5. o ideário desenvolvimentista centrava-se na proposta da industrialização para alavancar o crescimento econômico, mas nunca incorporou em seu programa a distribuição de renda.
6. o desenvolvimentismo enfraqueceu como ideário norteador da política econômica nas duas últimas décadas do século XX, se comparadas às duas décadas anteriores.

Resp

1. FALSO; a ideia de industrialização apareceram no Brasil antes do desenvolvimentismo estando presente por exemplo em Rui Barbosa, Mauá
2. VERDADEIRO, se por vezes existe dentro do nacionalismo a repulsa ao capital estrangeiro este não sempre o caso e o exemplo da assertiva na negociação sobre a implantação da CSN no Brasil e um exemplo
3. FALSO, o ideário desenvolvimentista esteve pelo menos em parte também por trás pelo menos de parte dos governos militares
4. FALSO, um exemplo é o próprio Furtado que percebe os problemas relativos a distribuição de renda e procura incorporar a questão
5. VERDADEIRO, a partir da crise da dívida e dos problemas com a inflação as teses liberais e ortodoxas ganham a frente e ao desenvolvimentismo perde sua posição

## Questões abertas – Tópico 3

(**1987)** “Apesar de emergir da segunda guerra mundial com uma posição de reservas internacionais extremamente confortável, o Brasil logo voltaria a enfrentar severa restrição cambial como resultado da política de importações liberais do governo Dutra”. Você concorda com esta afirmativa. Por que?

(**1991)** Discorra sobre a política cambial e o sistema de controle de importação adotados de 1947 a 1953, analisando seu impacto sobre o crescimento industrial do período.

(**1993**) Discuta os efeitos da política cambial seguida no após-guerra (de 1947 até 1961) sobre o processo de industrialização desse período.

(**2006**) Discuta os efeitos da política cambial do período de 1947 a 1961 sobre o processo de industrialização então observado.

(**1999**) Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique a sua posição.

A fase que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos cinquenta, exceto quanto aos efeitos da Guerra da Coréia, tem pouca importância em relação ao desenvolvimento industrial do país.

(**1995**) Mostre a extensão e a natureza da intervenção estatal na execução do Plano de Metas do Governo Kubitschek. Discuta a necessidade dessa intervenção.

(**2000**) Indique quais foram os objetivos do Plano de Metas, os instrumentos utilizados e a estratégia adotada pelo Plano para a consecução de seus objetivos

(**1998**) Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique a sua posição.

As transformações na estrutura industrial brasileira ocorridas por época do Plano de Metas só foram possíveis em função do processo de internacionalização produtiva experimentado pelas empresas norte-americanas e europeias no período do após guerra.

(**2009)** Fatores internos e externos se associam para explicar as altas taxas de crescimento verificadas na economia brasileira no período de JK (1956-1961). Disserte sobre como a conjuntura internacional influenciou o crescimento do período, avaliando qual seria seu alcance para explicar as expressivas taxas alcançadas.

(**2008**) Discorra sobre as heranças institucionais do governo Vargas, que facilitaram a implementação do Plano de Metas.

(**2003**) Explique os determinantes, externos e internos, dos ingressos de capital estrangeiro de risco observados na segunda metade da década de 1950.

(**1997**) A conta de Transações Correntes do balanço de pagamentos foi deficitária em quase todo o período 1951-1963, exceção feita aos anos 1953, 1955 e 1956, quando apresentou saldos positivos inexpressivos. A Balança Comercial, ao contrário, foi superavitária na maior parte desse período.

a) Analise a fonte desses desequilíbrios em Transações Correntes, e indique até que ponto foram compensados pelos resultados da conta de Capitais, naquele período.

b) Discorra sobre as políticas cambiais da década de cinquenta, procurando relacioná-las ao desempenho da balança de pagamentos no período.

(**1992**) De 1950 a 1980, a indústria brasileira passou por uma fase de grande crescimento e diversificação; de outra parte, vários setores industriais mostram atualmente problemas de falta de competitividade internacional e atraso tecnológico. Em que sentido o dinamismo do setor industrial no período foi influenciado por políticas governamentais? E em que sentido os problemas atuais da indústria podem ser relacionados a essas políticas?

(**1990**) Com o Plano de Metas do período J.K., o aparelho produtivo brasileiro conheceu profundas mudanças. Já no período conhecido como “milagre econômico”, em que pese a economia ter crescido a taxas mais elevadas, não foram registradas mudanças substantivas em sua estrutura. Na sua opinião, que consequências as duas experiências acarretaram para o desenvolvimento econômico brasileiro?

(**2008**) Compare o perfil de desenvolvimento econômico do Plano de Metas com o do período denominado “milagre econômico”

(**2014**) Após expressivas taxas de crescimento, o PIB brasileiro começou a desacelerar no início da década de 1960 e permaneceu com taxas bastante abaixo das médias históricas nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Há autores que consideram que tal desaceleração foi consequência do Plano de Metas. Avalie a pertinência dessa interpretação.

(**2015)** Discuta em que medida a conjuntura internacional favoreceu e se relacionou com condições internas para propiciar as expressivas taxas de crescimento da economia durante o período do Plano de Metas.

**(2016)** Discuta a trajetória da industrialização brasileira desde os anos 1930 até o fim do período desenvolvimentista, na década de 1970, à luz de diferentes interpretações presentes na bibliografia.

(**2007)** Discorra sobre as principais mudanças do papel do Estado na economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.

(**2016**) Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil recorreu a financiamento externo em suas distintas formas: IDE, créditos oficiais e empréstimos de curto e longo prazos. Relacione estas distintas formas de captação com as dinâmicas econômicas internacional e doméstica e, de forma breve, discuta as consequências para a restrição externa de cada uma destas formas de financiamento.

**(2019)** A década de 1950 pode ser considerada como período extremamente importante para a economia brasileira, sendo apontada por alguns autores como o mais expressivo exemplo da hegemonia de políticas desenvolvimentistas, especificamente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck. Explicite as principais políticas desses dois governos em favor da industrialização e avalie suas semelhanças e diferenças.

# Questões relativas ao tópico 4: O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas anti-inflacionárias. Política salarial. Os planos Trienal e PAEG

Neste período os temas importantes são:

* + 1. Política econômica e crise dos 60
    2. PAEG: política anti-inflacionária e reformas estruturais

Normalmente, na prova da ANPEC, não são frequentes as questões referentes à crise dos anos 60 (governos de Jânio Quadros e João Goulart), deve-se contudo estar atento as razões para a significativa redução do crescimento econômico do período, Do ponto de vista da política econômica, deve-se analisar a Instrução 204 da SUMOC, instituída ainda no governo de Jânio Quadros (em 1961), que desvalorizou a moeda doméstica e unificou o mercado cambial, alterando assim o regime de taxas múltiplas vigente até então e as políticas de estabilização adotadas no período. Deve-se atentar para o Plano Trienal, então elaborado por Celso Furtado, que procuraria reduzir a inflação por via de medidas ortodoxas, com o corte de subsídios ao trigo e aos derivados de petróleo, correção de tarifas públicas defasadas e redução do déficit público e da expansão do crédito, mas, assim como o PEM e o PAEG, era um plano gradualistas de combate à inflação.

Com o início do governo militar, tem-se a execução do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Em termos gerais, pode-se dizer que o programa procurou criar mecanismos de convívio pacífico com a inflação (especialmente por via da instituição da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), título da dívida pública que continha a correção monetária), ao mesmo tempo em que criava mecanismos para a redução mesmo que gradual da inflação. O programa diagnosticava que a inflação existente na época era decorrente de uma política distributiva (entre governo, empresários e trabalhadores) inconsistente, sendo que a partir do PAEG os reajustes salariais seriam realizados através de uma regra determinada pelo governo, regra esta que veio na prática a corroer os salários reais dos trabalhadores. As tarifas públicas foram ajustadas logo no início do programa (política de realismo tarifário), visando corrigir as contas das empresas públicas e ampliar sua capacidade de investimento, mas que no curto prazo pode ter significado uma inflação corretiva. O controle das contas públicas também foi buscado por meio de ampliação das receitas e de mecanismos não inflacionários de financiamento do déficit.

Um ponto importante são as reformas institucionais introduzidas no período, como a criação, além da ORTN, do CMN e do BACEN, dos impostos sobre valor adicionado, do FGTS etc. reformas estas que recapacitaram, especialmente do ponto de vista financeiro, a intervenção pública.

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 4

1. **(2018 – 8)** Sobre a economia e a política econômica na década de 1960, é correto afirmar:

Ⓞ O Plano Trienal propunha reformas em várias áreas, como a fiscal, a agrária e a educacional.

① Apesar de jogar a economia numa forte recessão, o Plano Trienal ao menos foi capaz de interromper a aceleração da inflação ocorrida no ano de 1962.

② A crise política do período, com repercussões na economia, teve como um de seus desfechos a adoção do sistema parlamentarista, uma das exigência dos setores legalistas insurgentes, diante da tentativa de impedimento da posse do vice-presidente em 1961.

③ O período do PAEG ficou conhecido como aquele em que os governos militares concentraram sua ação no saneamento de empresas estatais, com pouca ênfase em reformas de caráter social, a exemplo de mudanças na institucionalidade que regia as relações de trabalho.

④ A Instrução 204 da SUMOC desvalorizou o cruzeiro e inclinou-se na direção da unificação do mercado cambial.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, O Plano Trienal, assim como o PAEG, era composto por uma parte de estabilização ligado a aspectos macroeconômicos e, outra, que previa uma série de reformas institucionais. No caso do Trienal estas reformas não chegaram a ser aprofundadas diferentemente do PAEG

① FALSO, a frase deve ser vista com cuidado, a crise econômica efetivamente se aprofunda em 1963, já os preços sofrem uma breve desaceleração nos primeiros messe de 1963, mas se reaceleram e, se tomarmos, os dados anuais a inflação que vinha crescendo em 1962 é ainda maior em 1963.

② FALSO, quem impõe a solução parlamentar não são os setores legalistas mas sim a oposição, os setores legalistas só aceitam a solução parlamentar na ocorrência de um plebiscito sobre o tema

③ FALSO, o PAEG teve várias ações em termos sociais como na área trabalhista em que além da lei de greve e da intervenção nos sindicatos adotou uma nova política salarial e introduziu o FGTS em oposição as regras de estabilidade existente no mercado de trabalho

④ VERDADEIRO, a instrução 204 adotada no governo Jânio Quadros, desvalorizou uma parte importante do leque cambial e efetivamente foi uma medida que levou a uma forte unificação cambial, não promovendo a unificação completa mas a deixou bem próxima.

1. **(2016 - 5)** Sobre a economia brasileira e a política econômica na década de 1960, é correto afirmar:
2. O Plano Trienal foi formulado ainda durante o regime parlamentarista, mas sua execução ocorreria principalmente durante o regime presidencialista no Governo João Goulart.
3. O déficit público não foi arrolado como causa relevante da inflação pelo Plano Trienal, a qual era atribuída a causas estruturais.
4. O ministro da Fazenda San Thiago Dantas tentou, sem êxito, reescalonar a dívida externa e obter financiamento internacional a ponto de viabilizar as propostas do Plano Trienal.
5. A reforma tributária do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) resultou na criação de impostos, como o ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o qual caberia aos estados.
6. A nova lei salarial do Governo Castelo Branco estabeleceu reajuste anual de salários, de modo a repor a inflação verificada desde o último reajuste.

Resp:

1. VERDADEIRO, o Plano Trienal começou a ser delineado no último trimestre de 1962 ainda sob Hermes Lima como primeiro ministro que havia acordado com João Goulart a designação de Celso Furtado para montar o plano mesmo antes do Plebiscito, quando este deu o resultado favorável ao presidencialismo, Goulart se vale do plano e o colocou em execução
2. FALSO, apesar de Furtado, o autor do plano, ter tradições estruturalista, o Plano Trienal arrola o combate ao déficit público como uma das medidas estabilizadoras.
3. VERDADEIRO, m dos elementos importante do plano Trienal era o reescalonamento da dívida externa, e tal negociação foi tentada mesmo que sem sucesso por Santiago Dantas.
4. VERDADEIRO, na reforma tributária implementada no início do governo Castelo Branco temos a substituição de antigos impostos que incidiam em cascata como o Imposto sobre Vendas e Consignação e o Imposto sobre Consumo por impostos sobre valor adicionado como o Imposto sobre Produto industrializado (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM)
5. FALSO, a nova lei salarial impõe a anualidade de reajustes, mas sobre os salários reais médio acrescido de metade da inflação programada futura.

1. **(1999 – 7)** A economia brasileira apresentou taxas de crescimento relativamente baixas no período de 1962 a 1967. Contribuíram para tal performance:

(0) O efeito desacelerador associado à conclusão da maior parte dos investimentos do Plano de Metas;

(1) A queda do produto agrícola provocada pela diminuição dos preços internacionais do café;

(2) As políticas de estabilização implementadas antes e após a ruptura constitucional de 1964;

(3) O arrefecimento da demanda por bens duráveis de consumo, uma vez atendida a demanda reprimida preexistente;

(4) Os desequilíbrios do balanço de pagamentos e as desvalorizações reais da taxa de câmbio observados após 1963.

Resp:

(0) VERDADEIRO, conforme já visto em questão anterior, parte importante da literatura considera que a desaceleração observada logo após o final do governo JK está associada ao grande volume de investimentos realizados durante o Plano de Metas, ou seja, foi criada, de certa forma, uma capacidade produtiva maior que a capacidade de absorção da economia brasileira que implicou numa redução dos investimentos no período posterior

(1) FALSO, pois não há uma tendência significativa de queda dos preços do café ao longo do período.

(2) VERDADEIRO, pois no período tanto a gestão Jânio, como o Plano Trienal e o PAEG adotaram políticas de combate a inflação que acabam por desestimular o crescimento.

(3) VERDADEIRO, pois dados os padrões de distribuição de renda e de acesso ao crédito, a demanda pelos bens de consumo atingira então seu limite

(4) FALSO uma vez que nos anos de 1964, 65 e 66 o Balanço de pagamentos apresenta superávit.

1. **(2000 - 7)** Sobre o período que vai de 1962 a 1967, é correta a afirmativa:
2. Foi um período de retração econômica.
3. O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, no governo Goulart, teve por objetivo principal combater a inflação.
4. O PAEG, implementado pelo governo militar a partir de 1964, propôs medidas de redução rápida da inflação.
5. O PAEG adotou uma política salarial que assegurava aos trabalhadores uma maior participação no Produto Nacional.
6. A política de controle da inflação adotada pelo governo militar provocou um aumento de preços em 1964, ao permitir a revisão dos aluguéis e o aumento das tarifas dos serviços públicos.

Resp:

1. VERDADEIRO, Entre os anos 62 e 67 assistiu-se a uma diminuição das taxas de crescimento econômico que não chegam a ser negativas mas que em média são mais baixas que as dos períodos anterior e posterior
2. FALSO, a afirmativa deve ser vista com cuidado efetivamente o Plano é uma resposta à disparada da inflação e pretende trazer a inflação para patamares mais baixos, porém ele tem como objetivo retomar o crescimento do país e compatibilizá-lo com uma taxa de inflação menor que a que existia
3. VERDADEIRO, também temos que olhar com cuidado a afirmação pois o PAEG busca trazer a inflação para baixo , porém a meta é de termos uma inflação mais baixa (em torno de 10%) num período de 3 anos.
4. FALSO, a política salarial adotada no PAEG acabou levando a um arrocho dos salários
5. VERDADEIRO, a afirmação se refere a inflação corretiva que ocorre em função dos fatos alegados na própria afirmativa
6. **(2005 - 6)** Entre os principais problemas associados à crise de 1962-1967, incluem-se:

(0) a inadequação institucional;

(1) a política monetária restritiva utilizada no Plano Trienal e no PAEG;

(2) a capacidade ociosa então existente;

(3) o choque do petróleo;

(4) o esgotamento do dinamismo gerado pelo Plano de Metas

Resp:

1. VERDADEIRO, uma das principais alegações para crise dos anos 60 é a inadequação institucional, ou seja o fato do Brasil ter mudado muito nas décadas anteriores e a legislação não ter acompanhado. Por exemplo a falta de um sistema tributário mais adequado, e mesmo de um sistema monetário com um banco central, são exemplos desta inadequação, assim como a persistência da lei da usura.
2. VERDADEIRO, os planos de estabilização do período, mesmo que gradualistas, são planos que contem a expansão monetária e creditícia que acabam por segurar o crescimento econômico;
3. VERDADEIRO, desde o Plano de Metas há uma excesso de capacidade produtiva em alguns setores, que fez com que os investimentos diminuíssem e que portanto desaceleraram o crescimento
4. FALSO, o choque do petróleo ocorre em 1974 e um segundo choque em 1979, não estando, portanto, relacionado com a crise de 62-67
5. VERDADEIRO, como já foi colocado em (2) depois do pacote de investimentos do Plano de Metas e com a consequente geração de excesso de capacidade produtiva, o período seguinte passa por uma perda de dinamismo especialmente devido a queda dos investimentos
6. **(2008 – 5)** Entre as causas da desaceleração do crescimento econômico entre 1962 e 1967, incluem-se:

(0) o déficit fiscal resultante do aumento substancial dos investimentos das empresas estatais no governo João Goulart.

(1) a redução da taxa de crescimento dos investimentos em virtude da conclusão dos grandes projetos do período anterior e da existência de capacidade ociosa em diversos setores.

(2) a elevação da carga tributária promovida pelo governo Castelo Branco.

(3) a “inflação corretiva”, que resultou do aumento dos salários reais promovido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

(4) o baixo coeficiente de exportação das industriais instaladas no País, cujas exportações foram insuficientes para compensar a desaceleração da demanda interna, depois do Plano de Metas

Resp:

(0) FALSO; Pelo contrário, não houve um aumento substancial dos investimentos estatais no governo de João Goulart, até mesmo pela situação fiscal não favorável das mesmas.

(1) VERDADEIRO: Esta é uma das principais teses a explicar a crise dos anos 60, qual seja, a diminuição dos investimentos dado o excesso de capacidade produtiva gerado pelos investimentos do Plano de Metas.

(2) VERDADEIRO; A reforma tributária elevou a carga tributária bruta de 15% para 25% do PIB o que, no curto prazo, criou dificuldades para o setor privado e pode explicar em parte a desaceleração. Porém, vale ressaltar que no longo prazo recuperar-se-ia a capacidade de investimento do governo.

(3) FALSO: A política salarial do PAEG não elevou os salários. Na prática, pelo contrário resultou numa queda do salário médio real.

(4) VERDADEIRO: A indústria substitutiva de importações visava atender a demanda doméstica e normalmente apresentava dificuldades com a concorrência externa. Deste modo, não havia outra fonte de dinamismo da indústria nacional que não o mercado interno.

1. **(2010 – 6)** A propósito da desaceleração da economia brasileira na primeira metade dos anos 1960, é correto afirmar que:

(0) A resistência do Congresso Nacional foi fator importante para inviabilizar a realização das reformas estruturais propostas ao Governo João Goulart para combater a crise.

(1) A política econômica anti-cíclica do Plano Trienal, proposto no período parlamentarista do Governo João Goulart, atenuou a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB, mas foi incapaz de reverter o descenso cíclico.

(2) Como a lei de correção monetária protegia o valor real dos ativos financeiros, a aceleração inflacionária não contribuiu para a redução verificada da expansão do crédito privado.

(3) A redução da taxa de crescimento dos investimentos privados deveu-se, em parte, à capacidade ociosa gerada pelos projetos industriais do Plano de Metas.

(4) A desvalorização cambial implementada pelo Governo Jânio Quadros permitiu que as exportações dobrassem de valor no triênio seguinte, compensando em parte a retração relativa da demanda interna.

Resp:

(0) VERDADEIRO; De fato, o enfraquecimento político do presidente João Goulart junto ao Congresso Nacional é uma das razões apresentadas pela literatura para justificar a dificuldade do governo em adotar uma política econômica consistente e bem definida (em especial, no combate à inflação) no período da crise dos anos 60.

(1) FALSO; Pelo contrário, o Plano Trienal, que foi implementado no período presidencialista de Jango, propôs algumas medidas de natureza ortodoxa como redução do déficit público e retração do crédito, entre outros, medidas estas que tenderiam a amplificar a desaceleração econômica no curto prazo, mesmo que a estratégia não fosse um tratamento de choque em relação a inflação e visasse compatibilizar esta com a inflação

(2) FALSO; A correção monetária só é instituída no PAEG (início do governo militar), ou seja, somente alguns anos após a crise política do período em questão, e no momento em que a inflação começou o seu declínio

(3) VERDADEIRO; Conforme já discutido, a desaceleração econômica da época é, também em linha com a literatura, apontada como consequência do forte montante de investimentos realizados durante o governo JK, ou seja, a capacidade produtiva da economia estava em descompasso com sua capacidade de absorção (em descompasso com a demanda agregada).

(4) FALSO; A desvalorização mencionada ocorreu no ano de 1961, ano em que, segundo apêndice estatístico do “A Ordem do Progresso”, a exportações totalizaram US$ 1,4, bilhão, praticamente o mesmo montante observado em 1963 e em 1964. Em 1962, o valor foi da ordem de US$ 1,2 bilhão. Tais informações negam, portanto, o conteúdo da sentença.

1. **(2006 – 7)** A respeito das características da indústria brasileira do início dos anos 1960, logo após a implementação do Plano de Metas, são corretas as afirmativas:

(0) tratava-se de uma indústria diversificada, com produção em praticamente todos os ramos típicos de uma economia desenvolvida;

(1) a capacidade produtiva ainda era insuficiente para suportar a demanda corrente em alguns setores básicos;

(2) a capacidade produtiva do setor de bens de capital mostrava-se capaz de atender a demanda doméstica;

(3) o nível tecnológico da produção brasileira era compatível com a fronteira tecnológica daquele período;

(4) os lucros gerados pelos ramos industriais mais dinâmicos foram absorvidos por novos investimentos de expansão da capacidade produtiva, em razão da forte expansão da economia brasileira

Resp:

(0) VERDADEIRO; A questão deve ser tomada com alguma precaução. Evidentemente que o plano de Metas diversificou a economia brasileira. Até por construção do plano baseado em uma matriz de insumo produto, avançou-se muito no sentido de se fechara matriz industrial do país aumentando a produção em todos os sub-setores industriais. Porém alguns destes sub-setores ainda careciam de maior desenvolvimento o que poderia gerar dúvida na marcação da resposta.

(1) VERDADEIRO; A afirmação também necessita de certa precaução para ser analisada já que houve forte ampliação da capacidade produtiva, mas considerando que até então os setores industriais com maior desenvolvimento foram os setores de bens de consumo durável, alguma insuficiência seria naturalmente observada na produção de certos insumos básicos como petróleo por exemplo; porém para muitos analistas outros setores tiveram um excesso de investimento gerando excesso de capacidade produtiva.

(2) FALSO; conforme visto na afirmação anterior;

(3) FALSO; apesar da importação de plantas tecnológicas como os da industrial automobilística, isto tanto não ocorreu em todos os setores, como, mesmo onde ocorreu tal transmigração, não necessariamente as plantas que aqui se estabeleceram eram representativas da fronteira tecnológica internacional, até por questões de escala.

(4) FALSO; a respeito do período considerado no enunciado (início dos anos 60), precaução deve ser tomada no trecho em que a assertiva diz “forte expansão da economia brasileira” pois logo após o final do governo Kubitschek a economia brasileira apresentava tanto instabilidade política como econômica (principalmente inflação), mas principalmente durante o Plano de Metas gerou-se um excesso de capacidade produtiva em certos setores diminuindo a razão para novos investimentos nos momentos subsequentes.

1. **(2011 – 6)** Nos primeiros anos da década de 1960, a taxa de crescimento da economia brasileira passou por forte desaceleração, ao mesmo tempo em que a inflação crescia. Sobre este período pode-se afirmar:

(0) A elevação da inflação ajuda a explicar a opção, por meio da Instrução 204 da SUMOC, pela valorização cambial, de modo a conter o custo dos bens importados.

(1) O Plano Trienal, proposto no Governo Goulart, arrolava entre as causas da inflação o excesso de demanda causada pelo déficit público.

(2) A interpretação estruturalista sobre a crise do período associa a perda de dinamismo do crescimento à elevação da relação capital-produto dos novos segmentos industriais internalizados no período do Plano de Metas.

(3) A rejeição de Goulart em negociar com os Estados Unidos, já nos primeiros meses de seu governo, contribuiu para acirrar os conflitos com este país, fato que se intensificou com a desaprovação brasileira, na OEA, ao bloqueio a Cuba.

(4) O fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização, proposta no Plano Trienal, na primeira fase de seu governo.

Resp:

(0) FALSO; Pelo contrário, a instrução 204 da SUMOC, de março de 1961 (uma das principais medidas do pequeno período em que Jânio Quadros esteve na presidência da República), promoveu desvalorização da taxa cambial e promoveu também a unificação do mercado cambial. Esta desvalorização acabou por se contrapor as políticas de combate a inflação então implementadas

(1) VERDADEIRO; A afirmação é verdadeira, uma vez que o Plano Trienal (criado por Celso Furtado, no governo de João Goulart) apresentava diagnóstico com aspectos ortodoxos e sugeria a redução do déficit público e a retração do crédito como medidas a serem adotadas para diminuí-la.

(2) VERDADEIRO; De fato, o diagnóstico estruturalista argumenta que a economia brasileira passava por uma crise da substituição de importações e que esta tinha seus impactos reduzidos ou dificultados em função da elevação da relação capital produto dos novos setores que estavam sendo internalizados no período.

(3) FALSO; Goulart não rejeitou negociar com os Estados Unidos, tendo inclusive visitado aquele país e negociado diretamente com JFK – novamente, em 1963, Santiago Dantas vai a Washington negociar com o governo norte-americano. Seja como for, os encontros e negociações não foram bem sucedidos.

(4) FALSO; O Plano Trienal e a proposta de estabilização nele contida foram aplicados na fase presidencialista, e por alguns meses, pelo menos desta fase, perseguiu-se a estabilização.

1. (**2015 – 6)** Sobre a conjuntura econômica do início da década de 1960, pode-se afirmar:
2. O governo Jânio Quadros optou por uma política monetária restritiva e por corte dos subsídios para combater a inflação.
3. A crise econômica do período possui também causas de natureza política, como a aliança da UDN com o PTB, portanto de caráter heterogêneo, para concorrer à eleição presidencial de 1960.
4. O governo Goulart, para fazer frente aos problemas de balanço de pagamentos, procurou, dentre outras medidas, reescalonar os pagamentos da dívida externa.
5. O aumento da relação capital/produto dos novos investimentos, que operaram com grande capacidade ociosa, tendo em vista o que o mercado poderia demandar, é arrolado como uma das causas estruturais da crise do período.
6. O governo Castelo Branco tem como uma de suas marcas o abandono da formulação de uma proposta de reforma agrária, que era uma das medidas mais controversas do governo de João Goulart.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, Jânio e seu ministro da Fazenda Clemente Mariani adotam políticas monetária e fiscal apertadas, dentro da última está o corte dos subsídios ao trigo por exemplo base da chamada inflação corretiva, pois se no longo prazo os cortes de subsídios apontam para uma redução do déficit público diminuído a pressão deste sobre a inflação por outro, no curto prazo, o corte nos subsídios acabam por momentaneamente ampliando os preços do trigo e derivados
  2. FALSO, mesmo que Jânio Quadros tenha recebidos alguns apoios por parte do PTB, oficialmente o PTB apoia o General Lott para presidência, sendo que Jânio Quadros do PTN tem efetivamente o apoio da UDN e de outros partidos menores.
  3. VERDADEIRO, o refinanciamento da dívida externa que mesmo sem ser muito grande estava concentrada no curto e médio prazo era um dos objetivos do plano trienal
  4. VERDADEIRO, esta é uma das teses para se explicar a diminuição no ritmo do crescimento no período ou a chamada crise dos anos 60
  5. FALSO, a reforma agrária é abordada formalmente no Estatuto da Terra (lei 4504) e é objeto do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrário), normativo e instituto criados pelo governo militar. O que ocorre é uma alteração radical de enfoque e o caráter da reforma agrária foi completamente transformado

1. **(1998 - 7)** O período de janeiro de 1961 a março de 1964 foi extremamente conturbado politicamente, tendo apresentado várias descontinuidades político-administrativas. Tal período presenciou:
   1. Taxas de crescimento PIB relativamente baixas e estáveis sustentadas pelo comportamento positivo do PIB agrícola;
   2. A primazia do combate à inflação na política econômica ensaiada pelos diferentes governos do período;
   3. Uma forte desaceleração do PIB industrial como resultado, dentre outros, da maturação dos investimentos do Plano de Metas;
   4. Crescentes superávits do Balanço de Pagamentos, resultantes da negociação com os credores externos realizada pelo governo Jânio Quadros;
   5. Uma redução moderada nas taxas de inflação como resultado da implementação do Plano Trienal.

Resp:

1. FALSO, as taxas de crescimento foram declinantes entre 61 e 62 (8,6% e 6,6%) e baixas em 63 e 64 (0,6% e 3,4%), o PIB agrícola porém também apresentou queda significativa, caindo também entre 61 e 62 (7,6% e 5,5%) e com taxas bastante baixas em 63 e 63 (1,0 e 1,3% respectivamente)
2. VERDADEIRO, os governos desde Jânio e mesmo Jango com o Plano Trienal, apresentaram políticas de combates a inflação, algumas mais gradualistas outras menos.
3. VERDADEIRO, o PIB industrial saiu de um crescimento de 11,1% e 8,1% fruto ainda dos investimentos previsto no Plano de Metas mas desacelera fortemente para -0,2% em 63 dado que os investimentos anteriores não mais existiram
4. FALSO, o balanço de pagamentos apresenta déficits expressivos entre 1962 e 1963
5. VERDADEIRO, se tomarmos dados mensais de inflação houve uma diminuição dos índices de inflação entre fevereiro e abril de 1963
6. **(2004 – 6)** Nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, a economia brasileira viveu um período de desaceleração do crescimento e de aceleração inflacionária. Sobre tal período, é correto afirmar que:
7. a desaceleração do crescimento industrial deu-se mais intensamente nos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, líderes da fase expansiva anterior;
8. a crise econômica do período foi atenuada pelos resultados positivos do setor externo da economia;
9. o superinvestimento do período do Plano de Metas é uma das causas apontadas na literatura para a desaceleração do crescimento industrial;
10. segundo o diagnóstico do PAEG (Governo Castelo Branco), a aceleração inflacionária do período decorreu, basicamente, da inelasticidade da oferta agrícola;
11. o comportamento do produto foi negativamente afetado por políticas ortodoxas de combate à inflação.

Resp:

1. VERDADEIRO; a desaceleração econômica do setor de bens de consumo durável se deu de uma taxa média de crescimento de 23% no Plano de metas e enquanto que durante a crise dos 60 este crescimento diminuiu para 4,4%, o setor de bens de capita passou de um crescimento de 26% para - 2%. Outros setores também apresentaram crescimento baixo como o de bens de consumo durável (0%) mas seu crescimento anterior também era menor (6,6%). O de bens intermediários que crescia 12% passou para 6%
2. FALSO, Entre 1961 e 1964 as exportações não cresceram, se mantiveram em torno de US$ 1.400 mil, e um saldo de 100 mil na balança comercial sendo que houve uma redução das exportações em 1962 que levou a balança comercial para um saldo negativo naquele ano.
3. VERDADEIRO, parte da literatura vê a crise dos anos 60 como uma reversão cíclica causada pela excesso de investimentos do período anterior, gerando capacidade ociosa e o declínio dos investimentos no período seguinte.
4. FALSO, na verdade apesar de no diagnostico existir alguns elementos ligados a inelasticidade de oferta, a causa principal da inflação no PAEG está na política fiscal e nos gastos excessivo, nos aumentos salariais e no excesso de crédito
5. VERDADEIRO, no período existem diversas políticas de combate a inflação com conteúdo ortodoxo
6. (**2005 - 5)** Com relação ao período 1961-1964, é correto afirmar que:
7. O Governo Jânio Quadros promoveu, por meio da Instrução 204 da SUMOC, uma desvalorização cambial.
8. As políticas monetária e fiscal do Governo Jânio Quadros tinham cunho contracionista.
9. Durante o período parlamentarista de governo, o baixo crescimento econômico pode ser explicado pela política econômica restritiva, responsável pela queda da inflação verificada no período.
10. O Plano Trienal continha um diagnóstico de inflação de demanda em sua formulação e propunha medidas de natureza gradualista para combatê-la.
11. Apesar do fracasso no combate à inflação, o Plano Trienal possibilitou a elevação das taxas de crescimento econômico.

Resp:

1. VERDADEIRO: adiciona-se apenas a informação de que além de desvalorizar a taxa de câmbio, tal reforma unificou o mercado cambial e substituiu o sistema vigente anteriormente de taxas múltiplas de cambio
2. VERDADEIRO: as principais medidas implementadas pelo governo Jânio Quadros visando combater a taxa de inflação tinham características predominantemente ortodoxas, contracionistas tanto no lado fiscal como no lado monetário, conforme atesta a assertiva;
3. FALSO: a afirmação pode ser considerada incorreta por dois motivos. Primeiro porque ao longo do governo parlamentarista, apesar das tentativas conservadoras, os indicadores apresentam descontrole das políticas monetária e fiscal. Segundo porque não houve queda da inflação – pelo contrário, ao final de 1962, é observado aumento das taxas de inflação;
4. VERDADEIRO: de fato, o diagnóstico da inflação apresentado pelo Plano Trienal era associado ao excesso de demanda agregada – especificamente via excesso de gasto público – e sugeria o controle da inflação de modo gradual, compatibilizando-o com o crescimento, assim previa-se uma redução das taxas vigentes em torno de 90% para 25 % em 1 anos e para 10% em 1965.
5. FALSO: a primeira sentença da assertiva está correta, uma vez que de fato o Plano Trienal não obteve êxito no combate à inflação. Entretanto, é incorreto afirmar que o mesmo plano conseguiu elevar as taxas de crescimento da economia brasileira, uma vez que o resultado observado foi uma redução do crescimento econômico (0,6% em 1963)
6. **(2009 – 5)** Analisando-se a política econômica do Brasil nos anos anteriores ao governo militar, na primeira metade da década de 1960, pode-se assinalar que:

(0) houve tentativas de políticas de estabilização, inclusive com a adoção de políticas monetárias restritivas, com vistas ao combate à inflação.

(1) a Instrução 204 da Sumoc, no governo de Jânio Quadros, valorizou o cruzeiro e representou uma crítica à existência de múltiplas taxas de câmbio.

(2) a gestão de Moreira Salles, durante o gabinete de Tancredo Neves, caracterizou-se pela elaboração de programa consistente e detalhado, voltado quase exclusivamente para o combate à inflação, mas que não pode ser efetivado em virtude de resistências políticas.

(3) o Plano Trienal, em sua formulação, propôs, dentre outras medidas: redução do déficit público, retração do crédito e correção de preços defasados.

(4) a aceleração do processo inflacionário se deveu parcialmente a fatores de natureza política, como a insuficiente base de apoio do governo no Legislativo e a mudanças frequentes na equipe econômica.

Resp:

(0) VERDADEIRO; Efetivamente, ocorreram no período algumas tentativas de estabilização com contenção monetária: isto foi verdade tanto na (curta) gestão de Jânio Quadros como também no próprio Plano Trienal. Contudo, nenhuma delas teve êxito em controlar a inflação permanentemente.

(1) FALSO; A instrução 204 da SUMOC, de março de 1961, promoveu uma desvalorização da taxa cambial e promoveu também a unificação do mercado cambial. Entre 1957 e 1961, vigorava um regime cambial com duas categorias, quais sejam, a Geral e a Especial, regime este que substituíra o anterior, com cinco categorias (este, por sua vez, instituído em 1953). Com a Instrução 204, a categoria geral foi transferida para o mercado livre e o câmbio de custo, aplicável às importações preferenciais como trigo, petróleo e papel de imprensa foi desvalorizado em 100%. Ademais, o sistema anterior, de diferir a entrega de cambias aos importadores, foi substituído pelo sistema de Letras de Importação, por via do qual os importadores, ao comprarem suas divisas, eram obrigados a realizar operação colateral depositando no Banco do Brasil, por 150 dias, o valor em Cruzeiros correspondente à importação e recebendo as Letras.

(2) FALSO; De acordo com Abreu et all (1990), o programa de governo apresentado pelo primeiro ministro Tancredo Neves “era extremamente genérico e definia como principal problema a ser enfrentado a insuficiente taxa de crescimento da economia devido ao baixo nível de investimento e à sua composição inadequada” (vide Capítulo 8, página 200). Observa-se que a inflação parecida não ser vista como o principal problema a ser enfrentado pelo governo. Ainda de acordo com tal referência bibliográfica, as medidas tomadas referentes à oferta monetária foram no sentido de torná-la constante em termos reais, e a inflação observada em 1961 ficou relativamente estável (comparativamente ao ano anterior), na casa dos 30%.

(3) VERDADEIRO; A afirmação é verdadeira, uma vez que o Plano Trienal (criado por Celso Furtado, no governo de João Goulart) praticou algumas medidas de natureza ortodoxa com vistas a controlar o problema inflacionário. Infelizmente, em função do momento de instabilidade econômica e política, os resultados almejados pela equipe econômica não foram obtidos.

(4) VERDADEIRO; De fato, o ambiente de instabilidade política é considerado, pela literatura referente, como um dos elementos causadores da instabilidade econômica observada à época. As eleições de outubro de 1962, por exemplo, ainda definiam um congresso com maioria conservadora, o que mantinha as divergências entre tal casa e o Presidente da República, e durante todo o governo João Goulart (09/1961 – 04/1964), o Ministério da Fazenda esteve, sucessivamente, sob controle de cinco nomes diferentes.

1. **(1997 – 7)** Sobre o desempenho da economia brasileira no Governo João Goulart pode-se afirmar que:

(0)A desaceleração do crescimento industrial, observada no período, se explica, em parte, pelos vultosos investimentos do período Kubitsheck;

(1) As políticas então adotadas causaram uma redução drástica na receita de exportações do País, no período;

(2) A política de severa contenção de gastos do Governo contribuiu para o fraco desempenho do setor industrial;

(3) O Plano Trienal de Celso Furtado, implementado a partir de 1963, foi responsável pela recuperação da economia nos primeiros anos do governo militar;

(4) A instabilidade política do Governo Goulart dificultou a implementação de uma política econômica industrial adequada.

Resp:

(0) VERDADEIRO: parte importante da literatura considera que a desaceleração observada logo após o final do governo JK está associada ao grande volume de investimentos realizados durante o Plano de Metas, ou seja, foi criada, de certa forma, uma capacidade produtiva maior que a capacidade de absorção da economia brasileira que implicou numa redução dos investimentos no período posterior

(1) FALSO; pois não há drástica queda das exportações no período; existe uma queda em 1962 que é recuperada no ano seguinte.

(2) FALSO, pois não houveram severos cortes de gastos, como atesta o item em questão.

(3) FALSO: o início do governo militar compreende um período de reformas na economia brasileira (PAEG), sem ser observado um crescimento mais expressivo comparativamente aos anos anteriores. Assim sendo, afirmar que o Plano Trienal tem relação estreita com o PAEG é uma afirmação que não encontra respaldo nos fatos estilizados.

(4) VERDADEIRO: de fato, considerando o ambiente político/institucional bastante conturbado da época, justifica-se a dificuldade de implementação de políticas de estabilização/crescimento adequadas

1. **(2014 – 8)** O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social:
2. propunha manter altas taxas de crescimento do PIB associadas a medidas de combate à inflação.
3. definia, em seu diagnóstico da economia brasileira, que a fase da industrialização por substituição de importações já havia sido ultrapassada.
4. estabelecia como uma de suas medidas a reforma agrária, entendida como benéfica ao setor industrial, pois contribuiria para elevar a demanda de consumo.
5. assentava-se no diagnóstico de que a inflação brasileira era fundamentalmente estrutural, negligenciando o aumento do déficit público do período como uma de suas causas.
6. o fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização proposta no Plano Trienal.

Resp:

1. VERDADEIRO, O plano trienal procurava reduzir a inflação que acelerava acima dos 60%, mas esta redução era para uma inflação de 10%, compatível com a retomada do crescimento para algo em torno de 7%
2. FALSO, O plano trienal elaborado por Furtado que via problemas no processo de substituição de importação mas não seu encerramento
3. VERDADEIRO, dentro do Plano existia a perspectiva de uma série de reformas dentre as quais a reforma agrária , estas reformas porém não foram implementadas
4. FALSO, o Plano Trienal apesar de ter sido elaborado por Furtado, apresentava alguns conteúdos ortodoxos como a ideia de que parte do problema inflacionário era o déficit público
5. FALSO, o Plano Trienal foi justamente elaborado para ser implementado quando do retorno ao presidencialismo e assim foi feito, mesmo que tenha sido abandonado 6 meses depois
6. **(2019 – 05)** Sobre o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Governo João Goulart, pode-se afirmar:
7. O Plano Trienal propunha conciliar os objetivos de reduzir as desigualdades estruturais do país, como as disparidades regionais e sociais, com a estabilidade econômica e o crescimento.
8. Um dos empecilhos à execução do Plano Trienal foi o fato de o país estar sob o regime parlamentarista, o que limitava o grau de autonomia das decisões presidenciais.
9. O Governo assumia entre seus objetivos renegociar a dívida externa do país ao longo da execução do Plano, com o que se pretendia reduzir o serviço da dívida no balanço de pagamentos.
10. O Plano Trienal foi elaborado por Celso Furtado durante a fase presidencialista do Governo Goulart, na expectativa de vitória no plebiscito de janeiro de 1963.
11. O Plano Trienal admitia como causas da inflação o excesso de demanda e o déficit público.

Resp:

1. VERDADEIRO, o Trienal envolvia tanto um plano de estabilização como a proposta de uma série de reformas com objetivo de recuperar a capacidade fiscal do governo aprimorar instrumentos de controle inclusive monetários, estas reformas envolviam também estratégias e redução de desigualdades de renda e regionais, por outra parte o plano tinha uma concepção gradualista e combate a inflação o que procurava combinar os objetivos de redução da inflação com os de retomado do crescimento, os quais também necessitava de medidas de redução de desigualdade com vista a ampliação do mercado domestico
2. FALSO, o Trienal mesmo que concebido ainda no final da fase parlamentarista, foi executado na fase presidencialista do governo João Goulart
3. VERDADEIRO, parte importante do plano era justamente a renegociação da dívida externa o que não foi alcançado e dificultou a andamento do Plano
4. FALSO, como na assertiva 1 o Trienal foi concebido ainda no final da fase parlamentarista, tendo em vista ser executado na fase presidencialista do governo João Goulart, isto foi inclusive utilizado na campanha pela volta do presidencialismo no plebiscito
5. VERDADEIRO, o Plano Trienal tem em parte uma concepção relativamente ortodoxa relacionada a inflação especialmente o efeito dos déficits públicos e do excesso de demanda sobre a inflação
6. **(1997 - 8)** Sobre a política antiinflacionária do Programa de Ação Econômica do governo Castelo Branco (PAEG) e sua implementação, pode-se afirmar que:
7. tal como implementada no governo Castelo Branco, esta política teve cunho marcadamente ortodoxo, já que teve como instrumento único o controle da expansão monetária;
8. a política antiinflacionária do governo Castelo Branco contribuiu para a retomada do crescimento industrial em 1965;
9. a elevação recorde dos preços em 1964 pode ser, em parte, considerada como resultado da própria estratégia de combate à inflação contida no PAEG;
10. a introdução do mecanismo de correção monetária foi parte da política antiinflacionária do período;
11. reconhecendo os déficits das estatais como uma fonte constante de pressões inflacionárias, o PAEG recomendava insistentemente sua privatização.

Resp:

1. FALSO, o PAEG tem aspectos ortodoxos e alguns heterodoxos como o gradualismo e a introdução da correção monetária, do ponto de vista das políticas de combate a inflação não podemos dizer que o único instrumento fora o controle monetário, a política salarial, a redução do déficit e a melhora nas condições de financiamento deste são importantes tão ou mais importantes
2. FALSO, a política foi de controle de demanda, o crescimento so apareceu de forma mais consistente em 1968, com o PIB crescendo 9,8%; antes disto o PIB crescera apenas 2,4% em 1965, contra 3,4% no ano anterior e, em 1966 e 1967, o PIB cresceu 6,7% e 4,2% respectivamente
3. VERDADEIRO, dento da política antiinflacionário existem algumas medidas como a recuperação das tarifas das empresas públicas e o fim de alguns subsídios que acabam no curto prazo elevando a inflação mesmo que no longo prazo estes políticas acabem por diminuir o déficit público e diminuir a pressão inflacionária por este lado, estas políticas acabaram provocando o que ficou conhecido como uma inflação corretiva
4. VERDADEIRO, a introdução da correção monetária se deu justamente neste período e é parte do que foiçou conhecido como estratégia gradualista em relação a inflação, ou seja combate-se a inflação mas reconhece-se que para a retomada do crescimento esta se faria presente e neste sentido seria necessário criar mecanismos como a correção monetária para podermos conviver com uma inflação que deveria se situar em torno de 10%.
5. FALSO, o PAEG não defendeu a privatização em relação ao ponto da assertiva o que ocorreu foi uma recomposição dos preços e tarifas praticados por estas empresas, buscando diminuir este déficit.

1. **(1998 - 8)** O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo Castelo Branco:
   1. identificava três causas básicas da inflação à saber: os déficits públicos, a expansão creditícia e as majorações excessivas de salários;
   2. reintroduziu o regime de taxas de câmbio fixas e únicas que assim permaneceu até sua substituição pelo regime de minidesvalorizações em 1968;
   3. utilizou uma política de compressão salarial como instrumento chave no combate à inflação;
   4. promoveu um conjunto de reformas institucionais que viabilizaram, dentre outras à implementação dos bancos múltiplos no país;
   5. reduziu o déficit público e praticou o controle direto sobre os preços dos setores industriais oligopolizados para obter rápidos resultados no combate à inflação;

Resp:

1. VERDADEIRO, estes são os principais aspectos levantados pelo PAEG para explicar a inflação brasileira de então
2. FALSO, a unificação do mercado cambial já começará no período anterior, durante o PAEG o câmbio era fixo, mas sofrera algumas mudanças de patamar (desvalorizações) ao longo do período
3. VERDADEIRO, o PAEG enquanto plano de estabilização se valeu de uma política salarial que acabou por reduzir os salários em termos reais
4. FALSO, entre as reformas do PAEG está a reforma financeira cuja intenção era segmentar o mercado financeiro brasileiro, o que vai de encontro a ideia dos bancos múltiplos que são exemplos de conglomeração e não segmentação
5. FALSO, apesar do déficit público ter caído durante o PAEG, o controle direto sobre preços não foi praticado neste período, este controle só veio a se estabelecer ao longo do milagre.
6. **(1999 – 8)** De acordo com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), do primeiro governo militar:

(0) O combate à inflação deveria seguir uma estratégia gradualista de forma a não comprometer a meta prioritária do governo de aceleração do crescimento econômico;

(1) O déficit do governo, após as negociações com o FMI, deveria ser financiado por empréstimos externos;

(2) As tarifas e os preços públicos deveriam ser controlados visando a obtenção de resultados mais rápidos no combate à inflação;

(3) O ingresso de capitais estrangeiros deveria ser estimulado como forma de acelerar a taxa de crescimento econômico;

(4) A inflação resultava da inconsistência da política distributiva, que acirrava a disputa entre o governo, empresários e trabalhadores (políticas fiscal, creditícia e salarial).

Resp:

(0) VERDADEIRO, pois descreve de forma simplificada um dos objetivos do governo quando da implementação do PAEG, ou seja, reduzir a inflação, mas sem comprometer a meta de recolocar a economia brasileira em sua trajetória de crescimento.

(1) FALSO, o equívoco está na afirmação de que o déficit do governo deveria ser financiado por empréstimos externos. A forma de financiamento implementada pelo PAEG foi a venda de títulos da dívida pública interna, Esta venda de títulos foi possibilitada pela introdução da Correção Monetária nas ORTN´s e pela extinção da lei da usura.

(2) FALSO, o equívoco está na afirmação de que os preços públicos deveriam ser controlados, uma vez que no PAEG foi implementada a política de realismo tarifário, nos sentido de reduzir os déficits das empresas estatais devido aos preços defasados de suas tarifas.

(3) VERDADEIRO. As reformas do período criaram mecanismos de incentivo à entrada de recursos externos no sentido de elevar o crescimento econômico brasileiro, como por exemplo, estímulos fiscais à exportação e a possibilidade de obtenção de empréstimos externos em moeda estrangeira.

(4) VERDADEIRO, pois apresenta justamente o diagnóstico da inflação de acordo com o PAEG,

1. **(2001 – 7)** A política antiinflacionária do período 1964/67 alcançou sucesso em reverter a tendência ascendente da inflação do período anterior. Entre os principais componentes dessa política podemos mencionar:
2. o congelamento temporário de preços e salários, tendo o controle de preços posterior constituindo-se em um expediente secundário para o sucesso da política de estabilização
3. a política de realismo dos preços públicos, que se revelou importante para a redução do déficit público, ainda que tenha tido impactos negativos sobre a inflação a curto prazo
4. a redução expressiva do endividamento público interno, que foi um elemento essencial para dar credibilidade à política antiinflacionária
5. o déficit público que, a despeito do discurso oficial, não foi reduzido de forma importante; mais importante foi a mudança ocorrida na forma de financiamento do déficit com a criação da ORTN
6. a política salarial então implementada, que permitiu compatibilizar a queda dos índices inflacionários com a manutenção dos salários reais

Resp:

1. FALSO, não houve congelamento durante o PAEG, controle de preços ocorreram durante o milagre a o congelamento é próprio dos planos de estabilização dos anos 80 e início dos 90.
2. VERDADEIRO, o aumento das tarifas públicas ocorrido no período acabou por gerar a chamada inflação corretiva
3. FALSO, no período foi criado um novo título de dívida pública, as ORTN´s que permitiram financiar parte do déficit público de modo não inflacionário
4. FALSO, se é verdade que o déficit efetivamente pode ser financiado com novos títulos públicos, este não zerou, porém sofreu uma redução importante especialmente com o aumento da arrecadação e das tarifas públicas.,
5. FALSO, a política salarial acabou provocando uma diminuição do salário real no período
6. **(2003 – 6)** Sobre o desempenho da economia brasileira e a política econômica do Governo Castello Branco (1964-67), é correto afirmar que:

(0) A política de estabilização de preços implicou taxas negativas de crescimento do PIB.

(1) O ingresso de capitais privados externos de risco e de empréstimo foi estimulado.

(2) A redução do déficit público contou com a privatização de empresas estatais deficitárias.

(3) A reforma financeira visou, dentre outros objetivos, ao fortalecimento da poupança privada nacional.

(4) A política salarial constituiu um dos componentes centrais da política de estabilização.

Resp;

(0) FALSO, uma vez que não são observadas taxas negativas no crescimento do PIB. O máximo que pode ser dito é que houve uma desaceleração no crescimento do produto interno ao longo do período analisado.

(1) VERDADEIRO, pois a lei 4131 e a resolução 63 aproximam o Sistema Financeiro nacional do internacional e facilitam o ingresso de capital no país, o primeiro diretamente pelas empresas e pela segunda por meio dos bancos

(2) FALSO, ao afirmar que as empresas estatais deficitárias foram privatizadas, afirmação esta que não está de acordo com os fatos observados na época. Como visto anteriormente, a política do governo foi de reajustar as tarifas públicas no sentido de corrigir as contas das empresas estatais, inexistindo um programa de privatização das mesmas.

(3) VERDADEIRO, já que se criaram ativos com rentabilidade real para os aplicadores que passaram a dirigir as suas poupanças para estes ativos

(4) VERDADEIRO, o mecanismo de ajuste dos salários implementado pelo governo gerava na realidade uma queda dos salários reais da classe trabalhadora, diminuindo assim a demanda agregada da mesma.

1. **(2016 - 6)** Sobre a política fiscal brasileira na segunda metade da década de 1960, podemos dizer que:
2. A criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios pela reforma tributária do Governo Castelo Branco representou um elemento importante na estratégia geral de descentralização tributária.
3. Apesar da ampliação da base de arrecadação do imposto de renda, o caráter regressivo da reforma tributária se manifestou na importância predominante do crescimento dos impostos indiretos no aumento da arrecadação.
4. A criação de fundos fiscais de investimento, com base em carteiras de ações e debêntures, foi uma causa da formação de bolha especulativa no mercado acionário, que experimentou uma crise em 1971.
5. Ao protegerem o investidor do efeito da inflação, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional representaram uma maior pressão fiscal sobre o Tesouro, se comparadas com a forma de endividamento público pré 1964.
6. Uma das medidas saneadoras do programa fiscal do Governo Castelo Branco foi a criação do Banco Central, em 1964, com o encerramento do Orçamento Monetário, que até então cobria os custos com créditos subsidiados.

Resp:

1. FALSO, efetivamente o FPM e o FPE foram estabelecidas mela emenda constitucional 18 de 1/12/1964 mas a estratégia implícita na reforma tributária daquele momento era mais centralizadora do que sugere a assertiva.
2. VERDADEIRO, a grande importância assumida por impostos indiretos como o IPI e o ICM impedem que a progressividade do Imposto de Renda compense a regressividade dos impostos indiretos na reforma tributária imposta no início dos militares
3. VERDADEIRO, dentro da reforma financeira do início do governo militar foi instruída a reforma do mercado de capitais para dar impulso ao setor, ao longo do governo seguinte o setor foi objeto de uma série de incentivos que acabaram por constituir uma bolha que estoura no início da década de 70.
4. VERDADEIRO, por um lado as ORTN viabilizaram que pelo e parte o déficit público pudesse ser financiado com expansão da dívida pública evitando pressões imediata sobre a oferta de moeda, por outro lado este financiamento colocou o pagamento dos juros da dívida pública com um novo gasto ou uma nova pressão fiscal
5. FALSO, se é verdade que o BACEN foi criado naquele momento, o orçamento monetário não foi encerrado sendo que ainda se mantiveram operações fiscais sendo executados pelo Bacen e participando do chamado orçamento monetário

1. **(2005 - 7)** Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado pelo Governo Castelo Branco, é correto afirmar que:

(0) Esteve centrado no combate à inflação e por isto não estabeleceu metas de crescimento econômico.

(1) Diagnosticou como causas da inflação o déficit público, a expansão do crédito às empresas e os reajustes salariais em proporção superior ao crescimento da produtividade.

(2) Teve na política salarial um dos principais componentes da estratégia de combate à inflação, política essa que provocou a redução do salário-mínimo real.

(3) Promoveu o financiamento do crescente déficit público por meio da venda de títulos do governo, evitando assim o impacto inflacionário do déficit.

(4) Propôs um conjunto de reformas institucionais que incluíam a reforma do sistema financeiro, do setor externo e do setor agrícola.

Resp:

1. FALSO: embora um dos objetivos centrais do PAEG tenha sido o combate à inflação, não se pode minimizar a importância de outro objetivo extremamente importante do plano, qual seja, o de fazer com que a economia brasileira voltasse à sua trajetória de crescimento observado pré-crise do início dos anos 60;
2. VERDADEIRO; estes são os principais aspectos levantados pelo PAEG para explicar a inflação brasileira de então
3. VERDADEIRO: a política salarial acabou provocando uma diminuição do salário real no período e inclusive do salário mínimo
4. FALSO, se é verdade que o déficit efetivamente pode ser financiado com novos títulos públicos, este não cresceu no período, sofreu uma redução especialmente com o aumento da arrecadação e das tarifas públicas.
5. FALSO: a assertiva pode ser considerada incorreta fundamentalmente por considerar a reforma do setor agrícola como ponto abordado pelo PAEG. A reforma dos outros dois setores citados – financeiro e setor externo – estão corretamente citados
6. **(2006 – 8)** O PAEG teve dois eixos de ação. Um deles foi o eixo emergencial; o outro, o eixo de ações estruturais. Sobre o PAEG, são corretas as afirmativas:

(0) o Plano estabeleceu um rígido controle de tarifas e preços públicos, visando à obtenção de resultados mais rápidos no combate à inflação;

(1) o diagnóstico que orientou as ações emergenciais foi de que a inflação, que se encontrava em processo de aceleração, decorria tanto de pressões de demanda, oriundas de gastos descontrolados do governo, quanto de custos, provocadas por reajustes salariais acima dos aumentos de produtividade;

(2) as ações estruturais focalizaram as condições de financiamento da economia;

(3) o plano reintroduziu o regime de taxas cambiais fixas e únicas que permaneceu até sua substituição pela política de minidesvalorizações em 1968;

(4) o plano preconizava ações de ampliação da base de financiamento da União

.

Resp;

(0) FALSO; A afirmação é falsa devido ao programa de realismo tarifário implementado no início do governo militar e à chamada – inflação corretiva, associada também à política de liberação dos aluguéis congelados e outros preços, a inflação em 1964 ainda é bastante elevada (90%), mas passa a decrescer a partir de 1965;

(1) VERDADEIRO: a afirmação resume o diagnóstico do governo a respeito da inflação brasileira, e as medidas anti-inflacionárias foram tomadas de forma a contemplar estas duas fontes de pressões de preço, podendo ser também acrescidas de pressões associadas a crédito e à política monetária.

(2) VERDADEIRO; De fato, as ações implementadas pelas chamadas reformas do PAEG contemplavam o desenvolvimento de mecanismos de financiamento tanto para o setor privado como para o setor público, procurando também contemplar tanto o curto como o longo prazo, através da segmentação do mercado financeiro.

(3) FALSO; No PAEG de fato havia taxas praticamente únicas de câmbio, mas não houve a implementação de um regime de câmbio fixo, o que torna a afirmação falsa;

(4) VERDADEIRO; De fato, complementando a resposta dada na assertiva (2), a criação do FGTS (depois do PIS), da ORTN, bem como a reforma tributária são alguns dos exemplos das modificações criadas pelo governo com vista à ampliar a capacidade financeira do Estado.

1. (**2002 – 6)** A ruptura institucional de 1964 continuou a explorar um padrão de desenvolvimento semelhante ao dos anos 50: associação com empresas estrangeiras, padrões de consumo do Primeiro Mundo e adoção de tecnologias características destes padrões. Identifique abaixo quais foram as reformas institucionais implementadas pelo governo militar naquele ano e nos anos seguintes que lograram reduzir a taxa de inflação de cerca de 100% para algo em torno de 20%, em 1969.

(0) Reforma tributária e correção monetária.

(1) Livre negociação salarial para o setor público e privado.

(2) Criação da SUMOC.

(3) Criação do FGTS, do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação.

(4) Política de realismo tarifário em relação aos serviços públicos.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente a correção monetária foi introduzida no período por meio da criação das ORTN’s
2. FALSO, uma vez que o governo criou regras para o reajuste salarial dos trabalhadores (política salarial) intervindo assim diretamente nas negociações salariais entre empregados e empregadores
3. FALSO, a SUMOC foi criada em 1945; durante o PAEG ela foi substituída pelo CMN e foi também criado o BACEN
4. VERDADEIRO, Dentro da reforma do sistema financeiro opta-se por um sistema segmentado e um dos sub sistema é o da habitação que contam com o BNH, também são criados a caderneta de poupança as APE’s e o FGTS
5. VERDADEIRO, apesar do governo buscar diminuir as taxas de inflação, houve aumento de tarifas públicas o que pode ocasionar uma “inflação corretiva”, mas no médio prazo eliminaram-se os déficits das empresas publicas cujo financiamento fora anteriormente uma das causas da aceleração inflacionária
6. (**2017 – 7)** Sobre as reformas financeiras estabelecidas a partir da ruptura institucional de 1964, pode-se afirmar:
7. A reforma de 1965 segmentou o setor financeiro, criando instituições específicas para diferentes tipos de operações ativas, como créditos ao consumidor de duráveis, créditos imobiliários e subscrição de ações.
8. A montagem de um subsistema financeiro de habitação eficiente permitiu que este setor passasse a prescindir de recursos compulsórios obtidos por meio de fundos para-fiscais.
9. Um importante passo na maior integração do nosso sistema financeiro com o sistema financeiro internacional foi dado com a edição da Resolução 63 do BACEN, que regulamentou a captação de empréstimos externos por bancos brasileiros para posterior repasse no país.
10. Enquanto a ampliação da base de incidência do imposto de renda contribuiu para o aumento da arrecadação bruta do governo, o estabelecimento de leis de incentivo ao mercado acionário, como o Decreto nº 157, atuavam na direção da redução da arrecadação líquida.
11. Com a criação do Banco Central, o Banco do Brasil perdeu sua função de financiador do Tesouro, eliminando assim, por completo, seu papel de autoridade monetária exercida até então.

Resp:

1. VERDADEIRO, a reforma financeira promovida pelos militares visava justamente a segmentação do sistema
2. FALSO, para o subsistema financeiro da habitação destinava-se verbas do FGTS que é considerado um fundo para fiscal
3. VERDADEIRO, um dos objetivos da reforma financeira era integrar nosso sistema com o exterior o que foi possibilitada tanto é a res 63 como lei 1347 que permitia a captação de recursos no exterior diretamente pelas empresas
4. VERDADEIRO, existem aumentos de alíquotas e das bases sobre os quais incidem os impostos na reforma tributária, mas esta previa também um bom número de incentivos fiscais, como o mencionado fundo 157.
5. FALSO, o Banco do Brasil manteve sua função financiador do TN e por meio da Conta Movimento podia sacar a descoberto no Banco Central mantendo assim parte de suas funções de autoridade monetária
6. **(2007 –** **7)** A política salarial foi um dos pontos fundamentais do Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (PAEG). A respeito da política salarial do PAEG são corretas as afirmativas:

(0) Tal política iniciou um processo de redução do salário mínimo real, que até então vinha se elevando.

(1) Seus efeitos estenderam-se de imediato aos setores público e privado.

(2) Não havia mecanismos de correção em caso de subavaliação do “resíduo inflacionário”.

(3) A despeito da queda do salário mínimo real, a redução da inflação operada a partir do PAEG permitiu que os salários reais médios da indústria se elevassem.

(4) A política salarial estabeleceu o princípio da anuidade dos reajustes.

Resp:

(0) FALSO; O erro da afirmação está na última sentença, ou seja, na afirmação de que até a implementação do PAEG o salário mínimo real vinha se elevando. Na realidade, não é observada nenhuma tendência positiva ou negativa sistemática para tal variável, havendo períodos alternados de expansão e de retração. A título de ilustração e considerando o apêndice estatístico de Abreu (1990), de 1954 a 1957 observam-se somente quedas do salário real, o mesmo ocorrendo em 1959 e 1961. Em 1958 e em 1960, por sua vez, observam-se expansões não desprezíveis da variável em questão.

(1) FALSO; Em 1965 a nova forma de reajuste salarial foi implementada para corrigir os rendimentos dos funcionários públicos federais, sendo sua aplicação também recomendada aos servidores públicos estaduais e municipais. Contudo, somente em 1966 tal norma foi estendida aos casos de dissídios no setor privado – vide página 216 de Abreu (1990).

(2) VERDADEIRO; de fato, essa era uma das características da política salarial implementada através do PAEG. Nota-se que o plano, na prática, gera uma queda dos salários reais uma vez que o ajustamento era feito em função da inflação prevista pelo governo para o período vindouro, e que era inferior a inflação efetivamente observada. Essa estratégia está em consonância com o diagnóstico do plano para o processo inflacionário vigente, que atestava um crescimento excessivo do poder de compra dos salários da economia.

(3) FALSO: Também conforme Abreu (1990) página 217, os salários reais do setor industrial também sofreram redução não desprezível a partir do PAEG, o que nega a sentença em questão.

(4) VERDADEIRO: De acordo com a política salarial do PAEG, os ajustes salariais seriam realizados anualmente.

1. **(2008 – 6)** A respeito do Plano de estabilização e de reformas estruturais do governo Castelo Branco, são corretas as afirmativas:

(0) o Plano reintroduziu o regime de taxas fixas de câmbio, que vigorou até sua substituição pelo regime de minidesvalorizações, em 1968.

(1) o combate à inflação foi facilitado pela redução das margens de lucro das empresas estatais.

(2) a reforma financeira segmentou o sistema financeiro, por exemplo, separando bancos comerciais e bancos de investimento.

(3) a superação da crise cambial foi facilitada pelo controle das remessas de lucro de filiais de empresas estrangeiras.

(4) o governo reatou laços com o Fundo Monetário Internacional e aceitou a concepção gradualista de combate à inflação proposta pelo FMI

Resp:

(0) FALSO; Não houve a fixação do câmbio nos primeiros anos do governo militar, embora o regime de minidesvalorizações cambiais tenha sido instituído em 1968.

(1) FALSO: No período, uma das causas da chamada inflação corretiva foi o reajuste das tarifas públicas, justamente permitindo a recuperação financeira das empresas estatais.

(2) VERDADEIRO; A reforma financeira criou ativos com rendimento real que permitissem a captação de poupança e segmentou o mercado financeiro a exemplo do sistema americano, ou seja, concebendo instituições e ativos para segmentos específicos - alguns anos depois esta segmentação seria revista.

(3) FALSO; Os governos militares introduziram regras que facilitaram a remessa de lucro procurando reintegrar o Brasil nos mecanismos internacionais de crédito.

(4) QUESTÃO ANULADA

1. **(2009 – 6).** O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) desde sua divulgação provocou um debate acadêmico sobre seu caráter ortodoxo ou não, o qual dividiu os economistas. Ponderando-se os argumentos de ambos os lados, pode-se dizer que o plano:

(0) tendo contado como seus principais elaboradores economistas da tradição cepalina, contrariou a ortodoxia ao propor um conjunto de reformas institucionais e ao desconsiderar a oferta monetária como uma das principais causas da inflação.

(1) divergiu da ortodoxia, dentre outros motivos, por admitir a possibilidade de convivência com a inflação.

(2) se aproximou da ortodoxia por ter priorizado o controle da inflação, admitindo em sua formulação que o contexto inflacionário da época tornava incompatível a queda da inflação com manutenção do crescimento.

(3) se aproximou da ortodoxia ao admitir o déficit público como uma das causas básicas da inflação e ter implementado uma política que ao mesmo tempo reduziu a relação déficit público/PIB e diminuiu a participação da emissão de papel-moeda em seu financiamento.

(4) inspirou-se em modelos tidos como ortodoxos, ao admitir os salários como uma das variáveis causadoras da inflação e ao propor a não interferência governamental no mercado de trabalho, o que resultou em queda dos salários reais.

Resp:

(0) FALSO; O PAEG foi elaborado por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, economistas que podem ser considerados de formação clássica, e não de tradição cepalina, como afirma a assertiva.

(1) VERDADEIRO; A afirmação é verdadeira, pois a proposta do PAEG era instituir mecanismos que permitissem um convívio pacífico com a inflação, de modo que esta pudesse ser controlada paulatinamente pelas medidas adotadas pelo governo. A idéia era de que o plano deveria recolocar a economia brasileira em sua trajetória normal de crescimento, da qual havia sido “removida” durante os anos anteriores ao golpe militar. Posto de outra forma, o plano não desejava reduzir a inflação às custas da redução da atividade econômica interna , buscava reduzir a inflação dos aproximadamente 90% em que se situava para algo próximo a 10% (e não zero ou próximo) em 3 anos (estratégia gradualista e não tratamento de choque).

(2) FALSO; Conforme discutido no item (1) anterior, a intenção do PAEG era controlar gradativamente a inflação, mas sem prejudicar o crescimento econômico.

(3) VERDADEIRO; As colocações anteriores caracterizam o aspecto ortodoxo do PAEG. Uma das suas principais medidas foi o desenvolvimento de mecanismos que possibilitassem o endividamento do governo via títulos públicos (daí a criação da ORTN), de modo a minimizar a necessidade de emissão monetária como meio de financiamento dos gastos do governo.

(4) FALSO; A afirmação é falsa uma vez que o PAEG definiu explicitamente os critérios que definiriam os reajustes dos salários da economia, ou seja, haveria significativa interferência governamental no mercado de trabalho. A afirmação está correta, contudo, nos demais trechos: o plano entendia que o crescimento dos salários, até aquele momento, havia ocorrido de modo superior ao crescimento da produtividade da economia, e ao introduzir os mecanismos que definiriam os reajustes salariais, o plano acabou gerando, na prática, uma queda dos salários reais, principalmente das camadas menos favorecidas da população.

1. **(2010 – 7)** Em importante estudo sobre a economia brasileira na década de 1960, Simonsen defende que a política antiinflacionária adotada pelo PAEG apresentou as seguintes características:

(0) era uma política gradualista de combate à inflação e assemelhava-se, neste aspecto, à proposta, embora não implementada, do Plano Trienal do Governo Goulart.

(1) teve na política salarial um de seus instrumentos mais importantes, e tinha por objetivo manter o nível do salário real médio verificado no período imediatamente anterior.

(2) completava a racionalização do sistema tributário e da arrecadação, além da recuperação do prestígio da dívida pública.

(3) implantou o que veio a ser chamado de “inflação corretiva”, isto é uma série de altas de preços com o objetivo de corrigir distorções acumuladas no passado e que atenuaria a dependência de alguns setores produtivos em relação aos subsídios governamentais.

(4) a orientação gradualista adotada para combater a inflação recusava o congelamento geral dos salários e a imediata eliminação do déficit público, embora reconhecesse que este era uma das causas da inflação.

Resp:

(0) VERDADEIRO; A afirmação apresenta de forma resumida esta característica comum entre o Plano Trienal e o PAEG no tocante ao combate à inflação.

(1) FALSO; De acordo com o diagnóstico oficial do PAEG, o crescimento excessivo dos salários era uma das razões do descontrole inflacionário da época. Neste sentido, com as reformas salariais do início do governo militar, o salário real acabou sofrendo, na prática, uma retração.

(2) VERDADEIRO; A reforma do sistema tributário procurava organizar a estrutura de taxação do país, dividindo os impostos de acordo com níveis de governo (União, estados e municípios) e minimizando a cobrança de impostos em cascata, entre outros. Ademais, por meio da criação da ORTN, o governo recuperava a emissão de títulos públicos como mecanismo de financiamento de sua dívida.

(3) VERDADEIRO; De fato, logo no início do governo militar, o governo corrigiu uma série de preços públicos cujos valores estavam defasados, o que explica parte do aumento do índice de preços frente ao ano anterior. Essa medida procurava, entre outros, recuperar a saúde financeira das empresas públicas.

(4) VERDADEIRO; O mecanismo de correção salarial instituído no PAEG definia uma regra para a correção dos salários, sem considerar, contudo, o congelamento dos mesmos. Também em linha com a assertiva, o PAEG não preconizava a eliminação imediata do déficit público, embora entendesse que este era um dos principais responsáveis pela inflação da época, reduziu-se este e criaram-se mecanismos não inflacionários para seu financiamento.

1. (**2011 – 7)** Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (PAEG), é correto afirmar:

(0) Adotou uma típica estratégia de “choque” anti-inflacionário, em virtude do elevado nível atingido pela inflação em 1964.

(1) A eficácia do programa anti-inflacionário articulado pelas políticas fiscal, monetária e salarial foi parcialmente prejudicada pela “inflação corretiva” gerada pela introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1965.

(2) Adotou uma política de reajuste salarial pelo pico do salário real do período anterior e não pela média verificada para esse período.

(3) A “inflação corretiva” do período estava associada a iniciativas que, embora alimentassem a inflação no curto prazo, esperava-se que contribuíssem no médio prazo para aliviar as pressões inflacionárias.

(4) Postulava que a causa principal da inflação era o excesso de demanda, mas que limitações de oferta também contribuíam para o aumento de preços.

Resp:

(0) FALSO; Apesar do diagnóstico da inflação ser encarado como um diagnóstico ortodoxo, o PAEG propunha uma política de redução gradual da inflação e neste sentido, propunha medidas de “convívio pacífico” com a mesma. Em particular, a ORTN era o instrumento que continha formalmente a correção monetária.

(1) FALSO; A adoção da chamada “inflação corretiva” causou um repique inflacionário não desprezível, em particular, no ano de 1964, no início do governo militar. Assim sendo, este aumento inicial de preços não decorreu do sistema de minidesvalorizações cambiais, até porque este seria adotado somente a partir de 1968.

(2) FALSO; Detalhando alguns dos pontos referentes à política de reajuste de salários do PAEG, deveria ser estabelecido o salário real médio (e não o pico) dos 24 meses anteriores ao reajustamento e sobre este, deveria ser acrescida uma “taxa de produtividade”. Além disso, deveria ser acrescida metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte (o chamado “resíduo inflacionário”) e os ajustes passariam a ser anuais.

(3) VERDADEIRO; Boa parte da inflação corretiva posta em prática no início do PAEG advinha do reajuste de algumas tarifas públicas. Embora isto viesse a causar aumento dos preços no curto prazo, contribuiria para reduzir os resultados negativos das estatais e consequentemente, para a diminuição do déficit público, este visto, pelo PAEG, como um dos principais determinantes da inflação da época.

(4) VERDADEIRO; No seu diagnóstico de inflação, consta a inconsistência distributiva em função excessos na política salarial, nos gastos públicos e na concessão creditícias, mas reconhece que existem “inelasticidades” setoriais de oferta (especialmente em setores estratégicos) dentro da economia que explica aumentos de produção com preços elevados, em função da ampliação dos custos que reforçam o processo inflacionário. Estes elementos, no entanto são subjacentes, pois no período em questão o elemento fundamental foi tida como a questão da demanda.

1. **(2012 – 6)** No período entre 1964 e 1967, a economia brasileira passou por inúmeras mudanças institucionais. Entre elas podemos mencionar a criação:
2. do Comitê de Política Monetária, ao qual caberia definir a taxa de juros e normatizar o sistema financeiro.
3. do Sistema Financeiro da Habitação e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional –ORTN.
4. do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao qual caberia, entre outras funções, o financiamento de longo prazo.
5. das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, conhecidas como “financeiras”, às quais caberia o financiamento ao consumidor.
6. da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE), que facilitou e normatizou fusões e incorporações, principalmente de instituições financeiras.

Resp:

1. FALSO, o Comitê de Política Monetária (COPOM) não foi criado neste período mas sim em 1999, neste período criou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN);
2. VERDADEIRO, ambos foram criados nas reformas do período
3. FALSO, o BNDE foi criado no segundo governo Vargas em 1953
4. VERDADEIRO, dentro da reforma do sistema financeiro surgiram as financeiras
5. FALSO, a Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas - COFIE, com a atribuição de apreciar os processos de reavaliação, fusão e incorporação de empresas foi criada em 1971
6. **(2013 – 7)** A respeito do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), é correto afirmar:
7. A política salarial propunha recompor o pico verificado no reajuste anterior, embora, na prática, este objetivo não tenha sido alcançado.
8. A estratégia anti-inflacionária tinha um caráter gradualista, exatamente como sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
9. Procurou enfraquecer a negociação direta entre assalariados e empregadores como meio de definir o nível de salários.
10. Segundo Mario Henrique Simonsen, a política de crédito deveria impedir os excessos da inflação de procura, mas deveria adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos.
11. Incorporou, em sua formulação, a regra do repasse dos aumentos de produtividade aos salários.

Resp:

1. FALSO, a política salarial foi feito pelo media, sendo que se previa conceder sobre a media dos salários reais metade da inflação futura prevista
2. FALSO, o gradualismo constante do PAEG não era uma política apoiada pelo FMI
3. VERDADEIRO, apesar de não proibir a negociação direta, o PAEG estabeleceu uma política salarial que deveria ser seguida por todos
4. VERDADEIRO, no PAEG a política econômica procura na restrição da política creditícia conter ampliação de demanda, mas como está explicitamente na pg. 228 da Ordem do Progresso “suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos”
5. VERDADEIRO, na política salarial implementada pelo PAEG, previa-se aumento dos salários a título de produtividade.
6. **(2014 – 9)** Sobre a política econômica do Governo Castelo Branco, pode-se afirmar:
7. o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) estabeleceu como prioridade o combate à inflação, embora este devesse ocorrer de forma gradual.
8. o Banco Nacional da Habitação contou com recursos estabelecidos pela reforma dos mecanismos de contratação e demissão de trabalhadores.
9. mesmo executando uma política de corte de gastos correntes, o governo manteve investimentos prioritários, como Itaipu e os polos petroquímicos do Rio Grande do Sul e da Bahia.
10. o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi medida proposta em substituição à estabilidade no emprego após dez anos de serviço com o mesmo empregador.
11. segundo Mário Henrique Simonsen, o declínio dos salários reais era a contrapartida da melhoria da posição que se pretendia garantir aos beneficiários da inflação corretiva, como, por exemplo, os concessionários de serviços públicos e os portadores de títulos financeiros.

Resp:

1. VERDADEIRO, o combate à inflação foi estabelecido como ponto prioritário do PAEG mas este combate se fez não como um tratamento de choque mas de forma gradual, com a inflação se reduzindo dos 100% em que se encontrava para algo como 10% em três anos
2. VERDADEIRO, parte dos recursos do BNH viria do FGTS que foi introduzido naquele momento
3. FALSO, Itaipu e o Polo petroquímico de Camaçari ou de Triunfo não foram investimentos deste momento mas do governo Geisel
4. VERDADEIRO, O FGTS foi introduzido dento da reforma trabalhista do período Castelo Branco, e veio em substituição das regras de então que incluíam para o setor privado a estabilidade do emprego depois de 10 anos de serviço
5. VERDADEIRO, os salários acabaram sofrendo um forte ajuste (arrocho) no período que contrapôs a inflação corretiva causada por reajustes de tarifas por exemplo e o aumento de juros
6. **(2015 – 7)** Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as reformas institucionais realizadas no governo Castelo Branco, pode-se considerar:
7. A reforma trabalhista eliminou o regime de estabilidade no emprego, que vigorava para os empregados com mais de dez anos de trabalho.
8. O choque de preços de insumos básicos produzidos por empresas estatais, em linha com a chamada inflação corretiva, tinha como objetivo restringir a capacidade de investimento de tais empresas e, assim, reverter a política excessivamente intervencionista do período João Goulart.
9. O PAEG compartilhava com o Plano Trienal um diagnóstico ortodoxo de que a causa fundamental da inflação era a incompatibilidade entre o investimento desejado para garantir uma taxa de crescimento elevada e a poupança potencial.
10. As condições financeiras internacionais favoráveis foram um dos fatores que contribuíram para explicar uma folga de liquidez no início do PAEG.
11. A ortodoxia monetária na condução do PAEG foi registrada apenas em certo período, a partir do primeiro trimestre de 1966.

Resp:

1. VERDADEIRO, a reforma que cria o FGTS, institui este fundo em substituição à estabilidade de emprego que existia no setor privado para trabalhadores com mais de dez anos empregado
2. FALSO, houve um reajuste das tarifas públicas (realismo tarifário) que acabou por gerar uma inflação corretiva, mas esta não visava restringir a capacidade de investimento das estatais, mas justamente o inverso.
3. FALSO, tanto o PAEG quanto o Trienal possuem uma visão gradualista de controle inflacionário.
4. VERDADEIRO, a situação externa permitiu certa folga de liquidez durante o PAEG
5. ANULADA

## Questões abertas – Tópicos 4

(**2018**) As cinco décadas compreendidas entre 1930 e 1980 marcam um período de expressivo crescimento, em média, da economia brasileira. Todavia, tal crescimento, alto mesmo para o padrão internacional, não foi acompanhado por melhoria na redistribuição de renda. Explicite que motivos contribuíram para a manutenção da concentração de renda no período a despeito do crescimento econômico verificado.

**(1993)** É corrente, atualmente, a afirmativa de que o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) esta "esgotado", no caso brasileiro. Discuta essa afirmativa, explicitando o que você entende por modelo ISI, e em que sentido ele estaria esgotado.

**(2004)** Discuta as causas da 1ª crise cíclica de caráter industrial da economia brasileira, que levou à desaceleração do crescimento no período 1962/1967.

**(2012)** Na primeira metade da década de 1960, a economia brasileira cresceu a taxas inferiores à média verificada nas três décadas anteriores, e com elevação da inflação. A bibliografia se divide ao explicar as razões desse baixo desempenho. Analise o debate.

**(2013)** A inflação acelerou-se a partir do final da década de 1950 até meados da década seguinte, enquanto o PIB passou por forte desaceleração, em média, de suas taxas de crescimento. Discuta as principais teses que geralmente são apontadas para explicar a inflação e o baixo crescimento do PIB no período

**(2014)** Após expressivas taxas de crescimento, o PIB brasileiro começou a desacelerar no início da década de 1960 e permaneceu com taxas bastante abaixo das médias históricas nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Há autores que consideram que tal desaceleração foi consequência do Plano de Metas. Avalie a pertinência dessa interpretação.

**(2010)** Analise a política econômica do Governo João Goulart e o Plano Trienal. Mostre as dificuldades encontradas para implementá-los.

**(1990)** Faça uma análise comparativa do Plano Trienal (governo Goulart) e do Plano de Ação Estratégica do governo Castello Branco (PAEG). Compare seus diagnósticos, suas metas, e seus impactos sobre a economia brasileira.

**(1987)** Tendo por base o quadro de crise do início dos anos sessenta como você avalia os resultados do PAEG enquanto um programa de estabilização de preços ?

**(1994)** Para a equipe do Primeiro Governo militar a inflação era o principal problema da economia brasileira. No PAEG foram identificadas as seguintes causas da inflação: a) os déficits públicos; b) a expansão do crédito às empresas; c) as majorações institucionais de salários em proporção superior ao aumento da produtividade. Mostre como este diagnóstico se inseria dentro das explicações então disponíveis para o fenômeno inflacionário. Descreva a política implementada no governo Marechal Castelo Branco e avalie seus resultados.

**(1997)** a)Discorra sobre a política anti-inflacionária do governo Castelo Branco, e seus resultados sobre a evolução dos preços e da produção. b) Você classificaria esta política como “ortodoxa” ou “heterodoxa” ? Justifique.

**(1992)** Compare as políticas de estabilização do período 64/67 com as políticas adotadas na segunda metade dos anos 80.

**(1993)** Explique a natureza da reforma do sistema financeiro empreendida no Brasil após 1964, e discuta sua significação.

**(2019)** O Plano Trienal e o PAEG, ambos da década de 1960, partem de diagnóstico da economia brasileira e apresentam várias medidas para encaminhar soluções para os problemas econômicos do período. Muitos autores têm explorado as semelhanças entre os dois planos, embora os mesmos também apresentem muitas diferenças. A questão trata de avaliar, numa análise comparativa, até que ponto se pode falar de semelhanças e diferenças entre os dois planos.

**(2019)** A década de 1960 foi marcada no seu início por uma desaceleração do crescimento do PIB, que tem seu ponto mais baixo em 1963, e de 1964 até 1967 oscilou sem tendência nítida de aceleração do crescimento. A partir de 1968 a economia já retoma um crescimento vigoroso, dando início ao chamado período do “milagre econômico”. Apresente uma interpretação para estas oscilações do crescimento do PIB durante a década de 1960.

# Questões relativas ao tópico 5: A Retomada do Crescimento 1968-1973: desaceleração e os planos econômicos do período. A economia brasileira na década de 1970 e o II PND

O “milagre econômico” engloba um período em que é observada uma expressiva taxa de crescimento do PIB brasileiro com taxas de inflação razoavelmente controladas, sendo este período beneficiado pelas reformas conduzidas pelo PAEG no período imediatamente anterior, pelo bom desempenho da economia internacional, pela existência de capacidade ociosa no iniício do período, e pela gestão de Delfim Netto que alterou o diagnóstico de inflação – passando esta a ser de custos – o que lhe permitiy soltar as políticas de aceleração da demanda agregada.

Período do Milagre (1968 – 1973)



A respeito deste período, existe um número significante de elementos a serem analisados com cautela, entre os quais se pode citar:

1. Funcionamento dos mecanismos de financiamento existentes, especialmente o financiamento externo, expansão da dívida externa com importante captação do setor privado
2. Setores com maiores taxas de crescimento observadas no período: apesar do bom desempenho das exportações o setor de bens de consumo durável e construção civil voltados para o mercado interno são os que mais se destacaram
3. Papel do setor externo no crescimento econômico do período e Políticas de comércio exterior (atenção para a política de mini-desvalorizações de 1968)
4. Problema da piora na distribuição de renda

Por sua vez, o período a seguir com Geisel na presidência, MH Simonsen na fazenda e João Paulo dos Reios Velloso no Planejamento, o período do IIº PND - representa uma resposta do governo militar frente às restrições externas observadas a partir de 1973, em especial frente ao primeiro choque do petróleo, esta resposta esta consubstanciada no II PND. O programa pode ser visto como sendo a escolha pela continuidade do crescimento econômico observado durante o período do milagre (a alternativa seria a do ajuste recessivo), podendo ser visto também como a adoção do último estágio do processo de substituição de importações, uma vez que a partir deste programa passa a ser priorizada a produção interna de bens de capital e de insumos básicos/bens intermediários. Para este período, é relevante considerar dentre outros os seguintes pontos:

1. Mecanismos de financiamento utilizados.
2. Setores da economia priorizados pelo governo.
3. Comportamento da dívida externa brasileira

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 5

1. **(2017- 8).** A respeito da economia no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podemos afirmar:
2. Sob o comando do ministro Delfim Netto, a percepção da equipe econômica de que a inflação herdada em 1967 era resultado de um excesso de demanda agregada, causada por emissão monetária, levou inicialmente a uma política de restrição ao crédito e de liberação do controle de preços, antes do relaxamento que propiciou o Milagre Econômico.
3. Como típico em estratégias desenvolvimentistas, a política industrial do governo combinou a adoção de incentivos fiscais com o fornecimento de crédito por bancos públicos para o setor privado.
4. Uma das novidades deste período foi o sucesso das estratégias de incentivo às exportações, que permitiram, pela primeira vez desde os anos 1930, que o crescimento da indústria não fosse puxado primordialmente pela expansão da demanda interna.
5. Uma das inovações mais importantes da política econômica do período do Milagre, com relevante impacto sobre o investimento agregado, foi a montagem de um subsistema financeiro do setor habitacional, ao qual se somou a existência de uma nova frente de recursos públicos compulsórios, o FGTS.
6. Uma das inovações de política econômica foi a adoção de uma regra cambial de minidesvalorizações, visando manter o câmbio real constante, o que não foi possível em vista das defasagens entre correção cambial e inflação, especialmente entre 1970 e 1973.

Resp:

1. FALSA, a concepção da inflação do ministro Delfim à época era que a inflação de demanda já não existia e que o que prevalecia er uma inflação de custos
2. VERDADEIRO, a política do milagre incluía incentivos ficais e creditícios
3. FALSO, apesar do crescimento das exportações no período os setore que mais se destacaram e puxaram o crescimento, como o de bens de consumo duráveis, são ligados ao mercado interno
4. VERDADEIRO, apesar das primeiras iniciativas neste sentido terem sido tomadas no período anterior, o milagre se beneficiou da montagem deste subsistema
5. VERADEIRO, o sistema de minidesvalorizações foi implementado por Delfim e visava corrigir sistematicamente o valor da moeda, se esta correção acompanhasse a inflação mantinha o valor real da moeda em relação ao exterior, porém no final do milagre a correção do cambio foi inferior ao da inflação valorizando o câmbio.
6. **(2016 -7)** Sobre a economia brasileira e a política econômica durante a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), é correto afirmar:
7. O PED propunha estimular o setor agrícola com a expansão do crédito e com juros baixos, com o propósito de estimular a produção primária tanto para o mercado interno como para exportação.
8. O propósito do PED de conciliar o combate à inflação com o crescimento econômico não o distinguiu, neste aspecto, do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.
9. Dados os objetivos do II PND, o comportamento do comércio exterior dos bens de capital mostrou resultados positivos já na década de 1970.
10. No período do II PND, houve forte incentivo ao desenvolvimento de setores energéticos como petróleo e álcool. Menor importância foi dada, entretanto, à produção de energia hidrelétrica, o que viria se tornar um problema de grande importância em décadas posteriores, com regimes pluviométricos menos favoráveis.
11. Além do esforço de realizar mudanças na estrutura produtiva, a estratégia de ampliação do gasto público do II PND se revestia de finalidade anticíclica, muito embora tenha ocorrido um aumento da taxa de investimento em 1974 independentemente do II PND.

Resp:

1. VERDADEIRO, dentro do PED a idéia é a de diversificação das fontes de desenvolvimento o que envolve o estimulo ao ser agrícola e ás exportações e inclusive na combinação de ambas
2. VERDADEIRO, ambos os planos procuram compatibilizar a estabilização e o combate a inflação com a retomada do crescimento econômico
3. VERDADEIRO, se tomarmos as exportações existe um crescimento do setor na pauta de importações e este passa a diminuir na segunda metade dos anos 70 mesmo que o valor das importações se manteve relativamente constante, pelo lado das exportações o setor de bens de capital tem um aumento de sua participação na pauta de exportações, ampliando também o coeficiente de exportações do setor ao longo da década.
4. FALSO, apesar de se buscar a diversificação das fontes energéticas, o setor hidroelétrico não foi deixado de lado sendo o exemplo da construção da hidroelétrica de Itaipu o grande exemplo deste esforço no período
5. VERDADEIRO, o II PND assume a estratégia de frente a crise do milagre e do petróleo, manter o crescimento econômico por meio do financiamento de investimentos que promovessem uma mudança na estrutura produtiva brasileira. Também é verdadeira a informação de que a participação dos investimentos no PIB em 1974 (20,4) era mais elevado do que nos anos anteriores (18,4 e 19,3). Nos anos seguintes este mesmo dado se eleva.
6. **(2009 – 12)** Com relação ao endividamento externo do Brasil, no período correspondente ao “milagre econômico” e ao II PND, pode-se afirmar o seguinte:
7. no decorrer da década de setenta verificou-se um processo de “privatização” da dívida externa brasileira.
8. as razões do endividamento no período 1968-73 estiveram associadas às relações financeiras da economia brasileira com o “resto do mundo”, num momento de escassa liquidez nos mercados financeiros internacionais.
9. o período 1968-73 foi, contemporaneamente, o primeiro grande movimento de aceleração da dívida externa brasileira.
10. parte significativa do aumento do endividamento externo durante o período do “milagre econômico” esteve associado ao aumento das reservas internacionais.
11. no período seguinte, 1974-76, a dinâmica do endividamento externo – diferentemente do período do “milagre” – esteve associada à ocorrência de grandes déficits na balança comercial, bem como ao próprio custo da dívida.

Resp:

1. FALSO O que ocorreu foi o inverso, ou seja, a estatização da dívida externa, dado que os principais tomadores de recursos no exterior foram as empresas estatais. Nesta época, notadamente depois do choque de 74, havia um forte receio de desvalorização cambial que fazia com que o setor privado utilizasse menos o endividamento externo.
2. FALSO Pelo contrário, o mercado de capitais vivia um período de elevada liquidez no período mencionado na assertiva – trata-se do período dos “eurodólares”, que antecede o período dos “petrodólares”, este ocorrendo a partir da crise do petróleo, ou seja, a partir de 1973.
3. ANULADO Em primeiro lugar, a afirmação não deixa claro o conceito de “contemporâneo”, ou seja, a partir de qual ano a questão se refere. Considerando o período abordado na assertiva, o que pode ser afirmado é que entre 1968 e 1973 (milagre econômico), as taxas de crescimento da dívida externa foram sempre superiores a 15% e, em média, foram iguais a 26%, sendo o mesmo raciocínio válido para o período entre os anos de 1974 a 1979 (IIº PND). Estas características refletem certa estabilidade no padrão de crescimento da dívida externa, diferentemente do que ocorre, por exemplo, nos anos compreendidos entre 1960 e 1967, quando a dívida externa sofre tanto aumentos como quedas.
4. VERDADEIRO Efetivamente, parte da dívida externa brasileira se transformou em aumento de reservas. A dívida externa, no período, cresceu em torno de US$ 9 bilhões, sendo que aproximadamente US$ 6,5 bilhões se transformaram em reservas. Isso evidenciava a existência de um sobre-endividamento no período [vide, por exemplo, página 213 de Gremaud, Saes & Toneto Júnior (1997)].
5. VERDADEIRO De fato, entre 1974 e 1976, o saldo da balança comercial foi sistematicamente negativo, e o mesmo raciocínio é válido para a conta de juros da balança de serviços. Estes dois componentes respondem por boa parte do saldo negativo da balança de transações correntes, observado no período mencionado na assertiva.
6. **(2003 – 8)** Os períodos de 1957-61 e 1968-73 foram de elevadas taxas de crescimento do produto. São características comuns aos dois períodos:
7. o aumento do coeficiente de importações;
8. a implementação de política monetário-creditícia expansionista;
9. a liderança do crescimento exercida pelo setor industrial, com destaque para bens duráveis de consumo e bens de capital;
10. a ampla liquidez internacional, que possibilitou saldos positivos no balanço de pagamentos;
11. o uso de política industrial ativa visando a alterar a composição setorial do produto industrial

Resp

1. FALSO, este aumento do coeficiente de importações ocorre no milagre MS não no Plano de Metas
2. VERDADEIRO, nos dois momentos existe uma política econômica expansionista
3. VERDADEIRO, efetivamente os dois momentos temos os setores de bens de consumo durável e de capital na liderança do crescimento, segundo Serra (1981), no primeiro caso (Metas) as taxas de crescimento anual foram respectivamente 23,9 e 26,4 e no segundo (milagre) 22,6 e 18,1, o segmento que vem a seguir é o de bens intermediários com 12,1 e 13,8 no plano de metas e no milagre respectivamente
4. FALSO, isto só foi verdade no milagre, mas não no Plano de metas
5. FALSO, o milagre manteve a composição setorial do produto, composição esta inclusive definida no plano de metas
6. **(2013 – 8)** Comparativamente, a economia brasileira apresentou as seguintes características no período do Plano de Metas e do chamado “Milagre Econômico”:
7. O salário mínimo real aumentou a cada ano no primeiro período, mas não no segundo.
8. O investimento na indústria de transformação aumentou a taxas médias anuais maiores no primeiro período do que no segundo, mas o contrário ocorreu para o consumo.
9. A criação das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (as chamadas “Financeiras”) permitiu forte ampliação do crédito ao consumo de bens duráveis já no primeiro período, embora viesse a crescer a taxas ainda maiores no segundo período.
10. As exportações foram responsáveis por uma proporção maior da produção industrial no segundo período do que no primeiro, mas continuaram tendo menor volume do que a produção para o mercado interno.
11. Enquanto foram instalados novos ramos industriais (como indústria automobilística e de material elétrico pesado) no primeiro período, a produção industrial cresceu no segundo período, inicialmente, com base em significativa capacidade ociosa.

Resp

1. FALSO, segundo o anexo estatístico da Ordem do Progresso, o salário mínimo real cai todos os anos durante o governo JK (a exceção é o ano de 58), no Milagre ele tem leves subidas nos primeiros anos do período e queda nos anos finais
2. FALSO, os investimentos na indústria de transformação segundo Serra (1981) alcançaram uma variação média de 17,5% no plano de metas, mas no milagre está taxa chega a mais de 26%
3. FALSO, as financeiras só passaram a atuar depois das reformas financeiras do PAEG, não funcionando assim durante o plano de metas.
4. VERDADEIRO, o milagre, diferentemente do plano de metas contou com a expansão e a diversificação do setor exportador, apesar de mercado interno ser o principal propulsor da economia no milagre, assim como no plano de metas
5. VERDADEIRO, efetivamente novos setores foram dinamizados no Pano de Metas e no Milagre ampliam-se setores já antes estabelecidos e o início do Milagre se faz sobre capacidade produtiva previamente instalada
6. **(1999 – 9)** As reformas institucionais de meados dos anos sessenta, mormente dos sistemas monetário-financeiro e fiscal, foram importantes à retomada do crescimento econômico a partir de 1968. Diante desse fato pode-se afirmar que:
7. O mercado de capitais, estimulado pelos fundos fiscais, passou a mobilizar recursos para a capitalização das pequenas e médias empresas produtivas do país;
8. A reforma financeira atingiu seus principais objetivos quanto à oferta de recursos de longo prazo;
9. A reforma tributária e a criação de títulos da dívida mobiliária com cláusula de indexação permitiram o aumento dos gastos do governo;
10. O BNDE especializou-se no financiamento da indústria doméstica de bens de capital;
11. Os bancos de investimento passaram a financiar o capital de giro das empresas mediante o repasse de recursos externos.

Resp:

1. FALSO: na realidade, somente as grandes empresas nacionais e as empresas estrangeiras conseguiram obter tais recursos, sendo que as pequenas e médias empresas brasileiras tinham mais dificuldades de acesso à tais linhas de crédito.
2. FALSO, uma vez que apesar das reformas implementadas pelo PAEG, os mecanismos de financiamento de longo prazo não funcionaram da maneira almejada, sendo os mesmos continuando a ser realizados por agências públicas e bancos oficiais.
3. VERDADEIRO, pois depois da reforma tributária houve um aumento significativo da arrecadação, e com a introdução da correção monetária foi possível a colocação da dívida pública como financiador de déficits públicos.
4. FALSO, dado que o BNDE não se especializou necessariamente na indústria doméstica, nem na de bens de capital.
5. VERDADEIRO, já que efetivamente os bancos de investimento operaram na prática como repassadores de recursos por meio da Resolução 63.
6. **(2019 – 06)** O período entre 1968 e 1973 é conhecido como “milagre econômico”. Sobre este período pode-se afirmar:
7. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), para o período 1968-1970, entendia que as pressões de custos já haviam sido enfrentadas pela política ortodoxa que o antecedera, de modo que a inflação que ainda restava decorria de pressões de demanda.
8. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período 1971-1974, propunha a aceleração do crescimento do PIB, para o que deveria se expandir o crédito em instituições federais, como o Banco do Brasil, o BNDE e a Caixa Econômica Federal.
9. A criação do Banco Central no período contribuiu para que a inflação se mantivesse em patamar compatível com o forte crescimento do PIB.
10. A liberalização dos juros foi medida adotada como forma de incentivar a expansão do crédito por parte do sistema bancário.
11. As exportações cresceram ao longo do período a taxas superiores ao crescimento do PIB, enquanto as importações mantiveram-se praticamente constantes, o que ajuda explicar os saldos positivos do balanço de pagamentos.

Resp:

1. FALSO, O PED entendi que as pressões de demanda haviam sido enfrentadas não as de custo. Estas passaram a ser alvo durante a vigência do PED
2. VERDADEIRO, o IPND efetivamente elege como prioridade a aceleração do crescimento, por meio de crédito e expansão da demanda
3. FALSO, o Banco Central foi criado no período anterior, ou seja, na primeira fase da ditadura militar, consagrado como o período do PAEG
4. FALSO, o interesse de Delfim era reduzir os juros e para tal expandir o crédito.
5. FALSO, as exportações cresceram no período, mas não de forma superior ao crescimento do setor industrial no período
6. **(1997 - 9)** Nos anos 1968-1973, conhecidos como período do “milagre econômico” brasileiro o PIB cresceu no país a uma taxa média anual de 11,2%. Contribuíram para este crescimento:
7. uma capacidade de produção ociosa, herdada do período anterior;
8. a implantação de medidas de política monetária destinadas à expandir o crédito ao consumidor;
9. a elevação real do salário mínimo, causada por alterações na política salarial;
10. a redução das taxas de juros internos e condições favoráveis para captação de recursos externos;
11. o aumento das reservas internacionais, resultante de saldos positivos na conta de Transações Correntes do balanço de pagamentos.

**Resp:**

1. VERDADEIRO, desde o fim do Plano de Metas existe uma capacidade produtiva não utilizada que facilitou o crescimento inicial do período do milagre;
2. VERDADEIRO, o novo ministro da Fazenda, altera o diagnóstico de inflação de uma inflação de demanda para uma inflação agora de custos, o que permite medidas de aceleração da demanda como a de expansão do crédito ao consumidor
3. FALSO, o s salários contidos no período anterior pois eram considerados elementos de demanda agora são vistos como elementos de custos e continuam contidos
4. VERDADEIRO, a nova política não apenas permitia uma política monetária expansionista, como via os juros como elementos de custo e a intenção era rebaixa-los, por outro lado o cenário de liquidez internacional e baixas taxas de juros internacionais favoreciam os a captação de empréstimos em condições propicias
5. FALSO, apesar das reservas efetivamente ter se elevado no período, isto se deu em função da entrada de autônoma de capitais, já a balança de transações correntes se manteve em déficit ao longo de todo o milagre
6. **(1998 - 9)** No ciclo de crescimento da economia brasileira no período de 1968/73, ocorreram os seguintes eventos:
   1. uma nova etapa do processo de substituição de importações, com a redução do coeficiente importado na economia;
   2. as indústrias de bens de consumo durável e de construção civil lideraram a retomada do crescimento;
   3. uma redução do número de empresas públicas como resultado do início do processo brasileiro de privatização;
   4. o governo se absteve de intervir diretamente na fixação da taxa de juros;
   5. ampliação do endividamento externo, notadamente daquele contraído por filiais de empresas estrangeiras;

Resp:

1. FALSO, neste período assiste-se uma expansão das importações 9assim como das exportações), ampliando-se o coeficiente de importação da economia
2. VERDADEIRO, foram exatamente estes dois setores os líderes do crescimento do período
3. FALSO, apesar de não existir novos setores sendo estatizados, não há uma diminuição do número de empresas estatais, ao contrário crescem o número de subsidiarias e holdings em diferentes setores onde a estatização já se fazia presente;
4. FALSO, Delfin Netto procurou atuar fortemente sobre as taxas de juros buscando sua redução chegando a impor tetos sobre a mesma
5. VERDADEIRO, existe uma forte expansão da dívida externa brasileira e o principal setor a captar os recursos no exterior foi justamente o setor privado, dentro do qual se destacam as empresas multinacionais
6. **(2000 – 8)** A respeito da retomada do crescimento no período de 1967 a 1974, é correta a afirmativa:
7. A reforma financeira de 1964-66 foi importante para a retomada do crescimento econômico a partir de 1967 por ter criado mecanismos de financiamento de longo prazo.
8. A equipe econômica comandada por Delfim Netto manteve a política de combate à inflação via redução da demanda iniciada no governo anterior.
9. A produção industrial cresceu, inicialmente, mediante utilização de capacidade ociosa. Somente no início dos anos 70 é que se verificaram aumentos mais expressivos de investimentos.

Resp:

1. VERDADEIRO: exemplos destes mecanismos são o FGTS, a dívida pública e o próprio aumento da arrecadação; por outro lado o acesso mais facilitado a poupança externa também pode ser considerado relevante. Estes elementos, a despeito dos bancos privados de investimento terem funcionado de forma diferente da prevista, permitem dizer que a afirmação está correta.
2. FALSO, uma vez que a partir de 1967, quando Delfim Netto assume o Ministério do Planejamento, inverte-se a explicação para inflação, que deixa de ser de demanda para ser de oferta, alterando-se assim vários mecanismos até então usados para seu controle.
3. VERDADEIRO. No período inicial, a produção industrial faz uso da capacidade ociosa existente do período anterior, de menor crescimento econômico. A partir de 1970 são observados maiores investimentos por parte das empresas brasileiras, expandindo assim a capacidade produtiva da economia.
4. **(2000 - 9)** No que se refere ao desempenho do setor externo da economia brasileira no período 1967-1973, é possível constatar:
5. Uma acumulação significativa das reservas internacionais, apesar do crescimento expressivo da dívida externa;
6. Um aumento da participação dos empréstimos privados na composição da dívida externa brasileira;
7. Uma redução na entrada de capitais para investimentos diretos, em relação ao período anterior;
8. Um aumento da participação de produtos manufaturados na pauta de exportações;
9. A manutenção do câmbio sobrevalorizado.

Resp:

1. VERDADEIRO: efetivamente houve um aumento das reservas em conjunto com a elevação do endividamento externo, o que, inclusive, é objeto de críticas.
2. VERDADEIRO, uma vez que é realmente observado um aumento da participação dos empréstimos privados externos (notadamente das grandes empresas nacionais).
3. FALSO, uma vez que se observa justamente o oposto durante o período analisado: o volume de investimentos estrangeiros sofre significativo aumento a partir de 1967, dada a implementação de políticas de incentivo à exportação (política de mini-desvalorizações cambiais e medidas fiscais e creditícias, entre outras) e de aumento da capacidade produtiva da economia brasileira (isenção do imposto sobre importação, não sujeição à lei do similar nacional, entre outras).
4. VERDADEIRO, sendo que o aumento da participação de manufaturados na pauta de exportação está associado ao aumento de investimentos estrangeiros observado no período. Tais investimentos, por sua vez, estão associados à política cambial de minidesvalorizações e de incentivos à exportação implementadas pelo governo, entre outros.
5. FALSO, uma vez que a sentença vai contra a implementação da política de minidesvalorizações cambiais implementada em 1968, com o intuito de corrigir (desvalorizar) a taxa real de câmbio frente à inflação do período, incentivando assim as atividades exportadoras.
6. **(2002 - 5)** A partir de 1968, tanto o produto global como os produtos setoriais apresentaram extraordinário crescimento. O PIB real cresceu à taxa média de 11,2% ao ano e o da indústria de transformação, 13,3% ao ano. Relativamente a esse período, conhecido como o do 'milagre brasileiro', é correto afirmar:
7. O crescimento deveu-se a condições externas favoráveis, mas influiu decisivamente a mudança na estratégia econômica do governo que passou a adotar políticas de expansão da demanda e de estímulo à produção.
8. O crescimento do período do 'milagre' é enganoso, de vez que não veio acompanhado de investimentos, e deveu-se exclusivamente ao uso mais intenso da capacidade instalada da indústria.
9. O dinamismo do setor industrial no período do 'milagre' deveu-se, também, à expansão das exportações de produtos manufaturados, estimuladas pelo realismo cambial propiciado pelo sistema de minidesvalorizações cambiais então introduzido.
10. A estratégia de crescimento do 'milagre' admitiu o convívio com a inflação. Na verdade, esta só não escapou ao controle graças a um forte arrocho salarial.
11. O crescimento do período do 'milagre' veio acompanhado de aumentos do salário médio e gerou acentuada expansão do emprego; isso não obstante, houve piora na distribuição de renda.

Resp:

1. VERDADEIRO, devendo ser considerado com atenção a entrada de Delfim Netto no governo em 1967: a partir daí, a política mais restritiva do PAEG passa a ser relaxada, com elevação do volume de crédito e implementação de medidas de expansão da demanda agregada.
2. FALSO apenas para os anos iniciais do período do milagre, pois a partir dos anos 70 é observado um aumento nos investimentos da economia, o que desmente assim a sentença.
3. VERDADEIRO, como analisado anteriormente.
4. FALSO, pois tanto ao final do período houve uma aceleração da inflação como se utilizou mais o controle de preços e de reajustes para efetivar a controle da inflação. No período do milagre a questão da evolução dos salários é bastante controversa e difere dependendo do deflator utilizado. De todo modo o arrocho salarial forte que existiu se deu nos anos anteriores; no período do “Milagre” houve uma queda bem menos acentuada.
5. VERDADEIRO: houve elevação da renda de todos os decis da população, mas os maiores ganhos foram apropriados pelas classes de renda mais elevada, justificando assim a piora na distribuição de renda ao longo do “Milagre”.
6. **(2003 - 07)** Alguns aspectos da economia internacional contribuíram para o rápido crescimento da economia brasileira no período do “milagre” (1968-73). Entre esses estão:
7. A rápida expansão do mercado de eurodólar;
8. A elevada liquidez em dólar e a crescente facilidade de obtenção de empréstimos e financiamentos nos centros financeiros internacionais;
9. A ausência de preocupações quanto à capacidade dos EUA de garantir a paridade do dólar com o ouro dentro das regras acordadas em Bretton Woods;
10. O rápido crescimento do comércio internacional e da economia mundial;
11. A relativa ausência de distúrbios políticos nas áreas de influência norte-americana e soviética e o arrefecimento da guerra-fria.

Resp:

1. VERDADEIRO, neste período efetivamente observa-se o crescimento do euro mercado, basicamente operações financeiras funcionando nos mercados europeus porém usando o dólar como referência e não as moedas nacionais, o que atraiu instituições norte-americanas que acabaram por fugir das regulamentações impostas sobre o sistema financeiro norte-americano na época. Este mercado gera forte liquidez que permitiu a tomada de empréstimos com custos baixos por parte das empresas brasileiras
2. VERDADEIRO. Foi justamente a expansão do mercado de “eurodólares” que garantiu o ambiente de elevada liquidez internacional, possibilitando o crescimento econômico brasileiro através da captação destes recursos.
3. FALSO: este período é característico como o de um crescente movimento especulativo no mercado de ouro tendo em vista a desconfiança em relação à capacidade dos EUA em manter a paridade ouro-dólar.
4. VERDADEIRO, o ambiente de liquidez promoveu um aprofundamento e um crescimento do comércio internacional também aproveitado pelas exportações nacionais.
5. FALSO. Considere por exemplo, a Guerra do Vietnã (1964-1975), um dos pontos principais do acirramento da guerra-fria, como sendo um dos fatores que negam a sentença em análise.
6. **(2005 - 8)** De 1968 a 1973 a economia brasileira registrou elevadas taxas de crescimento econômico combinadas com taxas de inflação estáveis ou declinantes. Sobre esta fase, denominada de “Milagre Econômico”, é correto afirmar:
7. O crescimento econômico foi favorecido por políticas monetária, creditícia e fiscal expansionistas
8. O crescimento industrial ocorreu inicialmente com base na utilização da capacidade ociosa herdada do período anterior.
9. A política de minidesvalorizações cambiais, implantada a partir de 1968, contribuiu para o bom desempenho do setor exportador.
10. O financiamento dos investimentos no período se fez, principalmente, mediante poupança externa.
11. O controle de preços foi um dos instrumentos de combate à inflação.

Resp:

1. VERDADEIRO: conforme analisado anteriormente, a assertiva cita corretamente alguns dos instrumentos utilizados pelo governo como forma de promover o crescimento econômico da época, estes puderam ser utilizados pois houve uma alteração do diagnóstico de inflação a qual deixou de ser atribuída a problemas de excesso de demanda
2. VERDADEIRO: o crescimento econômico observado até o final da década de 60 foi, de fato, obtido via utilização da capacidade ociosa. A partir do início dos anos 70 é que passam a ser observados aumentos na capacidade produtiva interna, via aumento de investimentos;
3. VERDADEIRO: efetivamente desde 1968 utiliza-se o sistema de minidesvalorizações o que garante a competitividade do setor exportador brasileiro
4. FALSO, a assertiva deve ser vista com cuidado, existe recurso ao endividamento externo no período especialmente por parte das empresas multinacionais sediadas no país, porém é também verdade que os recursos que entraram no país forma mais do que suficientes para equilibrar o Balanço de pagamentos, se tornando em grande parte em reservas acumuladas no período.
5. VERDADEIRO: a intervenção do governo, via CIP – Conselho Interministerial de Preços – foi um dos mecanismos utilizados para promover o controle da inflação.
6. **(2006 – 9)** No período 1968-73, conhecido como a fase do “milagre econômico”, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 11,2%. Entre os fatores que contribuíram para tal desempenho, estão:
7. a abundante disponibilidade de divisas provenientes de superávits na conta corrente do balanço de pagamentos;
8. a vigorosa expansão da liquidez real da economia, baseada na expansão do crédito bancário ao setor privado, na contrapartida em cruzeiros do financiamento externo em moeda, bem como no forte crescimento e multiplicação dos ativos financeiros não monetários;
9. a existência de capacidade ociosa e a expansão das margens de endividamento das famílias;
10. a melhoria na distribuição de renda, que ensejou impactos favoráveis sobre a demanda de bens de consumo duráveis;
11. a reforma tributária e a criação de títulos da dívida mobiliária com cláusula de indexação durante o PAEG, que permitiram o aumento dos gastos do governo

Resp:

* 1. FALSO; O momento de elevada liquidez internacional de fato favoreceu a economia brasileira durante o período do milagre, sendo que boa parte desta liquidez foi absorvida pela balança de capitais brasileira, o que torna a afirmação incorreta. O saldo da balança de transações correntes do Brasil foi sistematicamente negativo durante o período, mas compensado pelo saldo positivo da balança de capitais, o que tornaria o saldo do BP sistematicamente positivo (vide apêndice do Ordem do Progresso para maiores detalhes).
  2. VERDADEIRO; Efetivamente, as reformas do mercado financeiro junto com a entrada de recursos externos pela conta de capital levaram a um aprofundamento financeiro da economia, com a ampliação dos haveres financeiros não monetários na economia e a expansão dos mecanismos de crédito;
  3. VERDADEIRO; A existência da capacidade ociosa existiu principalmente durante a primeira metade do período do milagre, que em adição à expansão de crédito às famílias, consistem em elementos importantes das taxas de crescimento observadas no período;
  4. FALSO; A afirmação erra ao citar a melhora na distribuição de renda, uma vez que as classes assalariadas inferiores obtiveram perda na participação da renda da economia, apesar de crescimento da renda em termos absolutos. De fato, houve uma expansão da demanda de bens de consumo duráveis, mas associadas ao crescimento do poder de compra das faixas de renda mais elevadas e ao sistema de crédito
  5. VERDADEIRO; A criação de títulos com indexação à inflação garantia que o retorno real destes ativos fosse positivo, o que causou uma maior demanda por tais ativos e a possibilidade do governo financiar aumento de gastos por meio de endividamento. Por sua vez, a reforma tributária (vide capítulo 4, item 4.2, página 178 de Gremaud, Saes e Toneto Júnior) fez com que a arrecadação do governo, especialmente do governo federal, crescesse rapidamente, também possibilitando a retomada e ampliação dos gastos públicos.

1. **(2007 - 8)** A alta taxa de crescimento do PIB entre 1968 e 1973 teve no setor externo uma de suas causas principais. Entre os fatores que colaboraram para a ausência de restrição externa ao crescimento acelerado naquele período, destacam-se:
2. O crescimento do valor das exportações, a despeito da evolução desfavorável dos termos de troca, devido ao aumento do quantum das exportações.
3. O crescimento expressivo dos investimentos externos diretos, concentrados sobretudo no setor industrial.
4. O crescimento modesto da dívida externa bruta - e, portanto, de seus encargos - devido à relativa estagnação da liquidez internacional no período.
5. O bom desempenho do setor exportador, atribuído, em parte, à ampliação dos benefícios fiscais, creditícios e cambiais implementados a partir de 1967.
6. A elevação do saldo comercial, que contou também com a colaboração da queda das importações, em virtude das elevações de tarifas alfandegárias no período.

Resp:

1. FALSO. É errôneo afirmar que durante o período 1968 e 1973 ouve uma evolução desfavorável dos termos de troca, uma vez que o governo implementa as minidesvalorizações cambiais em função da taxa de inflação, de modo a restringir as possibilidades de valorização do câmbio real. Em termos mais específicos, observa-se que neste período há uma evolução crescente tanto do quantum como dos preços de exportação e dos termos de troca (para ilustração mais específica, vide apêndice de Abreu, a exceção é 1971)
2. verdadeiro a afirmação está correta e a título de ilustração, a entrada autônoma de capitais praticamente quintuplica entre 1968 e 1973 e o crescimento do saldo da balança de capitais é ainda maior – novamente, para ilustrações, vide apêndice estatístico de Abreu (1990).
3. falso. O endividamento externo sofre uma elevada expansão ao longo do período do “milagre econômico”, com o natural crescimento das despesas com o serviço da dívida, o que nega a afirmação em questão.
4. verdadeiro. Conforme já visto anteriormente, o setor exportador foi beneficiado pelas políticas de incentivo à exportação desenvolvidas pelo governo.
5. falso. Na verdade as importações se elevaram ao longo do período chegando a gerar déficit comercial no final deste período.
6. **(2008 - 7)** A respeito da aceleração do crescimento do período do “milagre econômico”, são corretas as afirmativas:
7. a produção industrial cresceu mediante utilização de capacidade ociosa, já que somente no Governo Geisel a capacidade produtiva instalada voltaria a crescer.
8. a diferenciação da estrutura de salários, propiciada pela política salarial em vigor desde o Governo Castelo Branco, favoreceu a expansão da demanda de bens de consumo duráveis
9. o dinamismo do setor industrial foi ampliado pelas exportações de manufaturados, estimuladas pelo realismo cambial propiciado pelas minidesvalorizações.
10. o crescimento veio acompanhado do aumento do salário médio e gerou acentuada expansão do emprego, não obstante o fato de ter havido piora na distribuição de renda.
11. a aceleração foi prejudicada por uma política monetária contracionista, justificada pela hipótese de a inflação brasileira ser de demanda

Resp:

1. FALSO Efetivamente, o início do milagre se faz com utilização de capacidade ociosa, porém a capacidade produtiva instalada também cresce durante o período, especialmente no início dos anos 70.
2. VERDADEIRO No período assiste-se a um crescimento no diferencial de salários em que a mão-de-obra menos qualificada apresenta um crescimento salarial relativamente inferior enquanto que os salários da mão-de-obra mais qualificada têm um aumento relativamente maior. É especialmente esta parte da sociedade que, junto com a possibilidade de crédito, ampliam a demanda pelos bens de consumo durável.
3. VERDADEIRO Os governos militares buscaram estimular as exportações, especialmente dos produtos manufaturados, com vistas a diversificar as fontes de crescimento da economia brasileira. Para isto, a política de minidesvalorização, mantendo o câmbio real estável, além de benefícios fiscais, garantiu condições de competitividade às exportações.
4. VERDADEIRO Os dados no final do período comprovam que houve uma piora na distribuição de renda, embora todas as classes tenham exibido aumento absoluto dos seus rendimentos.
5. FALSO Delfim Neto, quando assumiu o Ministério, no início do Milagre, mudou o diagnóstico de inflação, que passou a ser de custos. Isto permitiu uma reversão na política de combate a inflação deixando de ser de contração de demanda. Do ponto de vista da política monetária, os próprios juros eram vistos como elementos de custo e assim, a política monetária deixou de ser contracionista.
6. **(2009 - 7)** Podem ser associados ao período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968-1973):
7. a adoção do sistema de “minidesvalorizações” cambiais.
8. o aumento do grau de capacidade ociosa da economia ao longo do período, fruto do crescimento dos investimentos externos diretos.
9. o entendimento da equipe econômica que a inflação não era fundamentalmente de demanda, mas de custo.
10. o incentivo governamental à concorrência no sistema bancário, como forma de diminuir a taxa de juros.
11. tanto as importações como as exportações cresceram significativamente ao longo do período, sendo que a taxa de crescimento das exportações de bens manufaturados cresceu acima da taxa média de crescimento das exportações.

Resp:

1. VERDADEIRO, o sistema de minidesvalorizações cambiais foi adotado em 1968, e na prática, procurava manter a taxa real de câmbio fixa de modo que a inflação doméstica da época não prejudicasse as exportações brasileiras para o setor externo - em termos intuitivos, pode-se pensar num modelo de paridade relativa do poder de compra.
2. FALSO Principalmente na primeira metade do período do milagre, houve utilização da capacidade ociosa da economia. Só na segunda metade (a partir do início dos anos 70) é de fato observada uma expansão da capacidade produtiva (investimentos).
3. VERDADEIRO A equipe econômica que assumiu o governo em 1968 apresentava um diagnóstico, para a inflação, distinto do diagnóstico apresentado pela equipe econômica do PAEG. Se neste, a inflação era vista como “de demanda”, a equipe econômica do período do milagre defendia a ideia de que a inflação da época era “de custos”, e adotou medidas de modo a controlar a inflação com base em tal diagnóstico.
4. FALSO Pelo contrário, as políticas governamentais tomadas à época foram no sentido de aumentar a concentração bancária, uma vez que se acreditava que instituições financeiras de grande porte poderiam obter ganhos de escala na atividade bancária, o que geraria, entre outros, taxas de juros mais baixas ao mercado doméstico. Esta medida fazia parte da reforma do sistema financeiro contemplada pelo PAEG.
5. VERDADEIRO Tanto as exportações como as importações se elevaram no período, porém os produtos manufaturados passaram de US$ 150 milhões para US$ 1.418 milhões entre 1966 e 1973 enquanto que o total de exportações passou de US$ 1.741 milhões para US$ 6.200 milhões.
6. **(2010 – 8)** Com relação ao chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1973), pode-se afirmar que a política econômica adotada no período teve as seguintes características:
7. A expansão da demanda interna não impediu o crescimento das exportações de manufaturados, dentre outros motivos porque havia capacidade ociosa suficiente para permitir o crescimento agregado da demanda interna e externa.
8. As isenções fiscais e os juros subsidiados à agricultura visaram ao aumento da oferta de alimentos e ao crescimento das exportações de produtos primários.
9. A política salarial do período anterior (PAEG) foi alterada, com o objetivo de recuperar o salário real e, por conseguinte, impulsionar a demanda interna.
10. A taxa de crescimento da demanda por bens de consumo duráveis aumentou antes que a da demanda por bens de capital.
11. A partir de 1968, o regime de minidesvalorizações cambiais foi substituído pelo câmbio flutuante, tendo em vista o objetivo de aumentar as exportações de produtos manufaturados.

Resp:

1. VERDADEIRO, pelo ao menos durante a primeira metade do período do milagre, o crescimento da produção (tanto para exportação como para o mercado interno) decorre, de fato, da utilização da capacidade ociosa oriunda do período de desaceleração da economia da crise dos anos 60 e do PAEG. Na segunda metade do período do milagre, são observados novos investimentos dado que a capacidade ociosa já se encontrava em esgotamento.
2. VERDADEIRO, a sentença apresenta, corretamente, algumas das características da forma com a qual o governo conduziu a política agrícola no período.
3. FALSO, se o diagnóstico do PAEG considerava o excesso de demanda agregada (decorrente, entre outros, do aumento excessivo dos salários) como origem da demanda, durante o milagre, o diagnóstico da inflação era de que esta era basicamente, de custos (sendo os salários um de seus componentes). Desta forma, em ambos os períodos, houve forte política de contenção do salário real, ao contrário do que atesta a assertiva.
4. VERDADEIRO, efetivamente, os dados de investimentos mostram que estes se aceleraram no período final do milagre (principalmente depois de 70) e a repercussão disto é uma elevação da taxa de expansão do setor de bens de capital nos últimos anos do milagre. No início do milagre a expansão do setor de bens de consumo duráveis se fez mesmo com uma formação bruta de capital inferior dada a existência de capacidade ociosa na indústria.
5. FALSO, é justamente em 1968 que o regime de minidesvalorizações cambiais é instituído no país, diferentemente do que exposto na afirmação.
6. **(2011 – 8)** No que concerne às circunstâncias e características do chamado “Milagre Econômico” (1968-1973) é correto afirmar que:
7. A capacidade ociosa existente no início do período tendeu a se esgotar ao longo do mesmo, resultando na necessidade crescente de compras de equipamentos no exterior.
8. A elevação do salário mínimo contribuiu para diminuir a concentração de renda e, por decorrência, para aumentar a demanda por bens de consumo duráveis.
9. O crescimento das exportações e as facilidades de endividamento externo proporcionaram a disponibilidade de divisas necessárias à expansão.
10. A incapacidade de aumentar as exportações de bens manufaturados ampliou a dependência de produtos primários na pauta de exportações.
11. Houve elevação do endividamento das famílias, facilitada pelas reformas financeiras que estimularam o desenvolvimento da intermediação financeira na compra de imóveis e bens de consumo.

Resp:

1. VERDADEIRO De maneira simplificada, o início do período do Milagre Econômico foi de fato beneficiado pela existência de capacidade ociosa, o que permitiu a acomodação do crescimento da demanda agregada. A partir do início dos anos 70, há um crescimento do volume de importações de máquinas e equipamentos com vistas a ampliar capacidade produtiva interna, dado que a ociosidade existente até então se esgotara.
2. FALSO Pelo contrário, as medidas adotadas pelo governo promoveram aumento da concentração de renda em função do maior crescimento dos salários mais elevados vis-à-vis o crescimento dos salários mais baixos da sociedade e em particular, o salário mínimo.
3. VERDADEIRO De fato, o cenário internacional favorável (crescimento econômico e liquidez) permitiu que o Brasil se beneficiasse tanto por via do aumento das exportações (balança comercial) como também por via de entrada de recursos financeiros via endividamento externo (balança de capitais).
4. FALSO Pelo contrário, o governo estimula a exportação de produtos manufaturados por via da concessão de benefícios tributários, além dos benefícios trazidos pelo sistema de minidesvalorizações cambiais.
5. VERDADEIRO A reforma do setor financeiro foi iniciada durante o período do Milagre e permitiu ampliação e fortalecimento dos mecanismos de financiamento existentes até então, beneficiando os setores mencionados na assertiva.
6. **(2012 – 7)** No período de 1968 a 1973 a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento do PIB. É correto afirmar:
7. existia um órgão responsável pelo acompanhamento e tabelamento de preços não só de serviços públicos, mas também de certos segmentos do setor privado
8. a elevação do investimento do setor público foi facilitada pelo aumento em termos reais de tarifas e preços públicos.
9. houve aumento significativo da exportação de produtos manufaturados e também de produtos primários, dentre os quais se pode destacar a soja.
10. foi iniciada uma estratégia de valorização gradual do cruzeiro, por meio do retardamento das desvalorizações cambiais, com o propósito de combater a inflação.
11. a taxa média anual de crescimento da produção industrial foi maior no ramo de bens de consumo duráveis (estimulado pela expansão do crédito e pelas alterações na distribuição da renda) do que nos ramos de bens de capital e insumos intermediários

Resp:

1. VERDADEIRO, durante o período foi criado o CIP que tinha esta função
2. VERDADEIO, os preços públicos foram mantidos relativamente alinhados com a inflação desde a chamada inflação corretiva ocorrida no período anterior, permitindo às empresas públicas que parte de seus investimentos se fizessem com base em reinversão dos lucros
3. VERDADEIRO, é um período de expansão das exportações e de sua diversificação, aumentando a participação de manufaturados na pauta assim como aumentando o número de produtos de origem agrícola nesta mesma pauta, como efetivamente é o caso da soja
4. FALSO, no período foi introduzida a pratica de minidesvalorização e seu uso acabou por manter o câmbio real estável
5. VERDADEIRO, efetivamente os bens de consumo duráveis foram os principais responsáveis pelo milagre ao lado da construção civil e estes setores foram estimulados pelo crédito ao consumidor . A questão da distribuição é uma colocação controversa, mas o crescimento das rendas das classes médias e altas impulsiona o crescimento da demanda de bens de consumo duráveis no período, demonstrando o caráter conservador do milagre
6. **(2015 – 8)** O período de 1968 a 1973 é comumente denominado de “milagre brasileiro”. Pode(m) ser associado(s) a esse período:
7. Uma forte expansão da exportação de bens industrializados, não acompanhada por crescimento das exportações agrícolas.
8. O crescimento da dívida externa líquida a taxas superiores às da dívida externa bruta.
9. O aumento do déficit em conta corrente ao longo do período.
10. Graças ao excelente desempenho do setor privado, o governo continuou a contenção do avanço do setor produtivo estatal, que foi implementada no PAEG, e que só seria revertida com os programas do lI PND.
11. O crescimento das captações no Euromercado, à época em expansão, superou as necessidades de captação externa para cobrir o déficit de transações correntes.

**Resp:**

* 1. FALSO, houve crescimento da exportação de bens industrializados mas também crescimento das exportações agrícolas, inclusive de novos produtos agrícolas
  2. FALSO, é o inverso a dívida externa bruta cresce a taxa superior da liquida em função do crescimento das reservas cambiais no período
  3. VERDADEIRO, apesar de um pequeno recuo em 1969, quando atinge pouco mais de 250 milhões de dólares, ao longo do período o déficit em transações correntes cresce, passando dos 500 milhões de dólares para mais de 1.600 milhões especialmente em função do crescimento do pagamento de serviços e de rendas e no final também pela deterioração da balança comercial
  4. FALSO, o setor público mesmo sem novos setores sendo estatizados teve um crescimento, se bem que é verdade que os investimentos do setor privado também cresceram e em ritmo até superior ao do setor publico
  5. VERDADEIRO, como na assertiva 1, a entrada de capital no país é mais do que suficiente para equilibrar o Balanço de pagamento, já que uma parte deste ingresso se transformou em ampliação de reservas.

1. **(2004 – 8)** Houve, no Governo Costa e Silva (1967/69), uma mudança na política de combate à inflação em relação àquela praticada no período do PAEG. É correto afirmar que a nova política:
2. manteve inalterada a expansão do crédito ao setor privado praticada no período anterior;
3. introduziu mecanismos de controle direto de preços dos grandes setores industriais;
4. acelerou a correção dos preços relativos dando origem à inflação corretiva;
5. baseou-se no diagnóstico de inflação de custos;
6. introduziu uma nova política salarial que repôs parte das perdas acumuladas ao longo do primeiro governo militar

Resp;

1. FALSO, acelerou-se a expansão do crédito que foi contida no período anterior
2. VERDADEIRO, foram introduzidos mecanismo de controle de preços por meio do CIP
3. FALSO, a inflação corretiva foi usada no período anterior
4. VERDADEIRO, Delfim altera o diagnostico anterior de inflação de demanda e inconsistência distributiva, para uma inflação caracterizada como sendo de custos
5. FALSO, esta medida foi adotada no período Geisel, em outubro de 1974
6. **(2018 – 9)** Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1970, é correto afirmar:

Ⓞ Diante da vulnerabilidade externa, o Governo Geisel passou a priorizar o mercado interno, ao contrário do que ocorrera no período do “milagre”.

① A partir do final da década de 1960, a maior inserção financeira, por meio da ampliação dos empréstimos em eurodólares criou uma pressão, pelo lado do déficit na conta de rendas, sobre o balanço em transações correntes durante a década de 1970.

② O investimento em setores capital intensivo durante o segundo PND é uma característica de programa que buscava superar os desequilíbrios da estrutura industrial herdada de períodos anteriores de crescimento acelerado.

③ Como consequência do alinhamento dos governos militares com os EUA, o segundo PND prosseguiu na estratégia de privilegiar a presença de empresas multinacionais, principalmente no setor de bens de capitais.

④ Uma das vantagens de que o II PND pode se valer foi a ênfase em setores cujo fator escala não era relevante, e assim seus resultados puderam ser sentidos em termos de persistente redução do coeficiente de importação já nos anos 1970.

Resp:

Ⓞ FALSO, O Governo Geisel buscou justamente enfrentar esta vulnerabilidade externa promovendo um pacote de investimentos que visava tanto acelerar as exportações de certos setores como aumentar a produção nacional de outros elementos.

① VERDADEIRO, desde o início do ciclo de endividamento no euro mercado que ocorre junto com a ditadura militar a consequência é o crescimento da saída de capital na conta de serviços na forma de juros que se ampliou na década de 70

② VERDADEIRO, muitos dos investimentos realizados durante o 2º PND se dava em setores de bens ditos intermediários e de capital cuja característica é justamente a terem longos prazos de maturação e elevada relação capital - produto

③ FALSO, além deste alinhamento durante o governo Geisel ser questionável as empresas que acabaram sendo induzidas a fazerem parte dos investimentos são empresas estatais

④ FALSO, o 2º PND investe justamente em setores de elevados prazos de maturação de modo que os resultados, como a da redução do coeficiente de importação em determinados setores, só se fizeram sentir na década seguinte, na década de 80.

1. **(1997 - 10)** O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado pelo governo Geisel, tinha entre seus objetivos:
   1. Reduzir, a curto prazo, a participação do capital externo na economia brasileira
   2. Promover modificações estruturais visando a diversificação, a médio e longo prazo da estrutura de oferta de produtos industriais no país;
   3. Acelerar a substituição de importações de insumos básicos;
   4. Dar prioridade ao combate à inflação;
   5. Reduzir a presença do Estado na economia.

Resp:

1. FALSO, durante o II PND optou-se por financiar os déficits do balança de transações correntes, estes recursos foram obtidos pela ampliação do endividamento externo brasileiro, sobretudo das empresas estatais
2. VERDADEIRO, a opção do financiamento dos déficits externos mas com alterações das condições de oferta do Brasil, ou seja promovendo investimentos que na sua maturação propiciassem uma diminuição das nossas exportações e possível ampliação das exportações, sendo que o setor de bens de capital seriam um dos principais destinos dos investimentos
3. VERDADEIRO, na alteração da estrutura de oferta existe a pretensão de realizar investimentos importantes no setor de insumos básicos, diminuindo a s nossas necessidades de importação.
4. FALSO, manteve-se a prioridade de um ritmo de crescimento forte não houve redução acentuada da demanda agregada, de modo que a aceleração da inflação ocorrida em 1974 se perpetuou ao longo do período, durante o qual se procurou controlar a inflação, porém num patamar da ordem de 40 a 50%
5. FALSO, o crescimento foi mantido em boa parte por meio de investimentos fortes de empresas estatais, que inclusive se estabeleceram em novos setores entre os chamados bens intermediários
6. **(1998 - 10)** O II PND foi a opção estratégica de reestruturação industrial empreendida pelo governo Geisel. Em relação a tal plano pode-se dizer que:
   1. visava, sobretudo, a substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria;
   2. seus projetos foram paralisados em 1976, em função das dificuldades externas e da aceleração da inflação;
   3. um de seus principais objetivos era desenvolver grandes projetos de exportação de matérias primas industrializadas (celulose, aço, alumínio, etc.);
   4. utilizou os recursos dos fundos compulsórios - especialmente os do PIS/PASEP - para financiar os projetos de investimentos das empresas estatais;
   5. promoveu uma ampla reformulação do mercado de capitais para viabilizar a capitalização do setor de bens de capitais.

Resp:

1. VERDADEIRO. Efetivamente o II PND procura enfrentar a vulnerabilidade externa da economia brasileira, marcada pelas fortes necessidades de importação nestes dois setores que passaram a ser objeto de investimentos no período
2. FALSO, apesar de alguns autores terem dito que o II PND estaria morto, não a paralisação de investimentos neste período
3. VERDADEIRO, não apenas substituir importações mas também conseguir promover exportações em alguns insumos básicos era objetivo do II PND
4. FALSO, estes fundos em parte nas mãos do BNDES, não estavam ao alcance das empresas estatais, as quais foram impedidas de tomar recursos no BNDES e obrigadas a se dirigir ao mercado externo
5. FALSO, apesar de várias tentativas de estimular o mercado de capitais no país este não deslanchou no período
6. **(1999 - 10)** A implementação do IIº PND (1974/1978) provocou importantes efeitos na economia brasileira. Dentre eles destacam-se:
7. As mudanças na estrutura de oferta, notadamente através da ampliação da produção de insumos básicos (papel e celulose, fertilizantes, petroquímica, etc.);
8. O acréscimo do endividamento das empresas estatais junto a bancos privados europeus e norte-americanos;
9. A estagnação do setor de bens duráveis de consumo, líder da expansão nos ciclos anteriores de crescimento;
10. A auto-suficiência na produção de petróleo, resultante dos investimentos da Petrobrás e dos contratos de risco assinados com empresas de capital estrangeiro;
11. A atrofia das atividades de exportação, dada a prioridade concedida à substituição de importações.

**Resp:**

1. VERDADEIRO: descreve justamente a modificação nos setores priorizados pelo governo através da implementação do IIº PND: a partir deste, é priorizada a substituição de importações dos setores de bens de capital e de insumos básicos, como consta na afirmação em análise.
2. VERDADEIRO, uma vez que a captação de recursos externos com vistas à continuidade do crescimento econômico do “Milagre” foi realizada pelas empresas estatais brasileiras, com base em recursos privados europeus e americanos. As estatais foram quase que obrigados a tal, por falta de outras fontes de financiamento interno.
3. FALSO, embora o governo priorizasse os setores de bens de capital e de insumos básicos, não é correto afirmar que o setor de bens de consumo durável apresentou estagnação contundente durante o IIº PND. Assim, a afirmação é incorreta.
4. FALSO ao afirmar que foi obtida a auto-suficiência na produção de petróleo, fato este que não é observado na realidade da época.
5. FALSO ao afirmar que houve uma atrofia do setor exportador, o que não é uma afirmação correta. Os incentivos ao setor continuaram a existir durante o IIº PND e as exportações crescem durante o período, notadamente para as exportações de produtos como celulose, ferro e aço, entre outros.
6. **(2000 - 10)** O II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), empreendido pelo governo Geisel, visava à reestruturação industrial como forma de superar os estrangulamentos de cadeias produtivas e a redução da dependência externa da economia. Sobre as políticas de desenvolvimento adotadas naquele período, é correto afirmar que:
7. O IIº PND a estimulou o crescimento do setor de bens de consumo duráveis, complementando o processo iniciado pelo Plano de Metas.
8. O IIº PND estimulou a substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria.
9. O IIº PND foi responsável pela redução do endividamento externo no período que se seguiu ao aumento brusco do preço do petróleo.
10. O endividamento externo por parte de empresas públicas foi importante no financiamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos.

**Resp:**

1. FALSO, a afirmação está incorreta por afirmar que o setor de bens de consumo durável foi priorizado no IIº PND, o que, como analisado anteriormente, não é correto.
2. VERDADEIRO, como já visto anteriormente.
3. FALSO, o equívoco está na afirmação de que houve uma redução do endividamento externo brasileiro, uma vez que na realidade foi observado justamente o oposto: as empresas estatais foram os principais instrumentos de captação de recursos externos e, ao final do período, observa-se um aumento significativo da dívida externa brasileira, justificando inclusive a crise da dívida do início dos anos 80.
4. VERDADEIRO: as empresas públicas brasileiras foram as principais captadoras de recursos externos no IIº PND, e esta entrada de recursos foi mais do que suficiente para financiar o BP.
5. **(2002 - 07)** O desempenho da economia brasileira nos anos 1970 foi condicionado em grande parte pelo IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas no sentido de promover modificações estruturais na economia. Sobre o IIº PND, é correto afirmar que:
6. Teve por objetivo substituir as importações no setor de bens de consumo de luxo.
7. Teve por objetivo desenvolver grandes projetos de exportação de matérias-primas (celulose, ferro, alumínio e aço).
8. Teve por instrumento auxiliar o redirecionamento da poupança compulsória (no caso, o PIS/PASEP) para o sistema BNDES.
9. Teve um êxito maior que o Plano de Metas na substituição de importações de toda a cadeia produtiva nacional, apesar de um resultado modesto no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta do capital externo.
10. Procurou aumentar a produção de petróleo, a capacidade de geração de energia elétrica e o sistema de telecomunicações.

**Resp:**

1. FALSO pois erra ao afirmar que o objetivo do plano era substituir as importações dos bens de consumo de luxo. Como já visto, os setores da economia priorizados foram os de produção de bens de capital e de produção de insumos básicos.
2. VERDADEIRO, pois além de priorizar a substituição de importação do setor de insumos básicos, o governo procurou também criar incentivos para a exportação dos setores citados na sentença; estas exportações se materializaram posteriormente.
3. VERDADEIRO: de fato, durante o IIº PND, o BNDE desempenhou suas ações com base na canalização dos recursos oriundos do PIS/PASEP.
4. FALSO o principal erro está na afirmação de que houve um modesto impulso do setor de bens de capital, uma vez que este foi justamente um dos setores priorizados pelo governo.
5. VERDADEIRO: o desenvolvimento de tais setores foi priorizado no IIº PND, além dos setores já citados anteriormente
6. **(2002 – 8)** Em 1973, os preços do petróleo quadruplicaram, dando início a uma desaceleração do crescimento mundial, acentuado por políticas de ajuste de cunho recessivo em vários países. Em virtude da forte dependência brasileira do petróleo importado, o choque do petróleo provocou forte desequilíbrio nas contas externas do Brasil e inviabilizou a expansão econômica nos moldes da observada no período do 'milagre'. A resposta do País a esse estado de coisas foi:
7. Insistir na estratégia de crescimento do 'milagre', apesar da elevada dívida externa associada a tal surto expansivo.
8. Desvalorizar o câmbio e deixar que mudassem rapidamente os preços relativos, a fim de sinalizar os novos custos dos produtos importados, conter a demanda, para reduzir as importações, e controlar a inflação.
9. Prosseguir no caminho do crescimento com endividamento, aproveitando a elevada disponibilidade de financiamento externo.
10. Seguir a estratégia de crescimento com endividamento, estratégia essa que esbarrou nos efeitos da discriminação que programas de substituição de importação introduzem contra as exportações.
11. Evitar o ajuste contracionista e promover a diversificação da estrutura produtiva. Como resultado, o País conseguiu manter taxas de crescimento apreciáveis mesmo em um cenário de recessão nos países industrializados.

Resp:

1. FALSO, na verdade apesar de continuar crescendo com endividamento, a uma alteração no tipo de crescimento em relação ao que ocorria no milagre, os setores que se destacam agora são os de insumos básicos e os de bens de capital, sendo que os principais investimentos visam por exemplo diminuir a dependência brasileira em relação a certas importações como as de petróleo
2. FALSO, não se procedeu a desvalorização do câmbio por conta do pessimismo das elasticidades (ou seja não se entendia que o efeito da desvalorização do câmbio sobre a balança comercial fosse muito positivo mas sobre a inflação sim) além de um possível efeito patrimonial que esta medida acarretaria
3. VERDADEIRO, é mantido o crescimento com investimento apesar de algumas modificações como está descrito em (0)
4. FALSO, as exportações também procuraram ser incentivados alguns dos novos setores a serem desenvolvidos no Brasil, esperava-se, pudessem no futuro serem exportadores.
5. VERDADEIRO, esta foi justamente a opção brasileira evitando um ajustamento da economia para enfrentar a crise do petróleo
6. **(2005 - 9)** Após o primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil optou por manter uma política de crescimento econômico em vez de ajustar-se ao choque externo pela redução de suas importações. Sobre este período, é correto afirmar que:
7. A opção de manter o crescimento foi responsável pelo grande aumento da dívida externa no período.
8. As primeiras medidas do Governo Geisel incluíam políticas monetária e fiscal restritivas.
9. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) tinha entre seus objetivos diminuir a dependência do país no setor de energia elétrica.
10. A estratégia de crescimento com endividamento adotada pelo governo ocorreu sob condições adversas da economia mundial, quais sejam o ajuste ao choque do petróleo e a baixa liquidez nos mercados financeiros internacionais.
11. A substituição de importações no governo Geisel foi feita sem incentivos ao setor exportador.

Resp;

1. VERDADEIRO: a assertiva está correta, uma vez que a estratégia oficial de procurar manter o crescimento econômico observado anteriormente foi implementada via captação de recursos externos, as principais captadoras destes recursos foram as empresas estatais brasileiras;
2. VERDADEIRO: de fato, as primeiras medidas implementadas pelo governo Geisel tinham um caráter explicitamente contracionista. Estas medidas foram relaxadas – entre outros, por motivos de ordem política – em benefício de uma política de promoção de crescimento econômico.
3. é FALSO: o setor energético, especialmente o ligado ás empresas hidroelétricas, foi um dos setores considerados prioritários pelo programa a diminuição era em relação a dependência que possuímos em termos energéticos quanto a petróleo, assim tanto a energia elétrico, advinda de empresas hidroelétricas como nuclear, assim como o uso de substitutos em relação a gasolina como o álcool combustível foram impulsionados
4. FALSO: a assertiva está correta, a não ser pela afirmação de que o mercado financeiro internacional da época apresentava baixa liquidez: pelo contrário, a elevada movimentação de recursos associados ao mercado do petróleo (“petrodólares”) gerava um significativo grau de liquidez internacional, o que nega a assertiva;
5. FALSO: o II PND prevê uma série de incentivo ao setor exportador mas principalmente os setores contemplados por seus investimentos, esperava-se, poderiam se tornar no futuro setores exportadores, especialmente alguns dos chamados insumos básicos .
6. **(2015 - 9)** A coincidência entre a crise internacional do petróleo, a desaceleração da economia mundial e a implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) implicou os seguintes movimentos da economia e da política econômica nos anos 1970:
7. Entre os motivos arrolados para explicar porque o governo evitou um ajuste externo, por meio de forte desvalorização cambial, estão seu impacto sobre o encarecimento, em moeda local, de produtos importados e passivos externos, e a descrença de que tivesse impacto significativo sobre a balança comercial, mediante a alteração de preços relativos.
8. A aposta em uma mudança da estrutura produtiva que permitiria um ajuste na balança de transações correntes, via melhoria da balança comercial, à medida que os setores de bens de capital e intermediários beneficiados pelo lI PND entrassem em atividade, reduzindo o coeficiente de importação da economia.
9. O plano governamental que sucedeu o choque listou a concentração de renda como um problema a ser enfrentado.
10. As reservas cambiais caíram no primeiro momento (1974 e 1975), mas aumentaram nos três anos seguintes, graças à absorção de recursos financeiros externos.
11. À medida que o mercado de capitais internacional mostrava-se menos favorável a financiar o Brasil, a partir do final da década de 1970, as empresas estatais aumentaram seu papel de captadoras de recursos no exterior, caracterizando uma das formas do processo de estatização da dívida externa.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, o chamado pessimismo das elasticidades em relação à desvalorização cambial (efeito importante sobre preços mas não sobre a abalança comercial) e o impacto sobre as empresas que se endividaram no momento anterior (milagre) estão por trás da ideia de não desvalorizar o câmbio como forma de enfrentar a crise externa
  2. VERDADEIRO, financiamento com ajuste na estrutura de oferta é o resumo da chamada defesa da racionalidade econômica do II PND, neste sentido os investimentos previstos (financiados com recursos externos), no futuro, deveriam diminuir nossas necessidade de importação e acelerar nossa capacidade de exportação, superando assim o déficit no Balanço de Pagamento que atravessávamos e também possibilitaria enfrentar o endividamento que era utilizado para fazer frente a este déficit e viabilizava os investimentos
  3. VERDADEIRO, o II PND faz menção aos problemas distributivos que se tronaram evidentes depois do milagre
  4. VERDADEIRO, as reservas brasileiras passaram de 6,5 bilhões em 1973 para 5,2 e 4 bilhões em 1974 e 75 respectivamente, mas depois subiram para 6,5 em 76; 7,3 em 77 e 12 bilhões em 1978. Apenas recuaram novamente em 1979 voltando para 9,7 bilhões de dólares.
  5. VERDADEIRO, o período é marcado por forte captação externa assim como no milagre, mas diferentemente daquele, durante o II PND houve um recua da captação das empresas privadas e uma ampliação das empresas estatais nesta captação, o que, em parte, é a explicação para a estatização da dívida externa ocorria no período.

1. **(2006 – 10)** O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado no Governo Geisel, teve entre seus objetivos:
2. a substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria;
3. a aceleração dos investimentos em prospecção de petróleo, principalmente na bacia de Campos;
4. a elevação da capacidade geradora de energia elétrica, buscando-se viabilizar a expansão da produção de bens com elevado conteúdo energético, a exemplo do alumínio;
5. a redução, a curto prazo, da participação do capital estrangeiro na economia brasileira;
6. a implementação de um plano de ajustamento da economia aos novos preços do petróleo, mediante medidas de racionamento do consumo de derivados

Resp:

1. VERDADEIRO; Conforme já discutido em questões anteriores;
2. VERDADEIRO; De fato, a afirmação cita um dos pontos enfatizados pelo governo no II° PND que enfrentou o primeiro choque do petróleo buscando diminuir a necessidade de importações deste bem ;
3. VERDADEIRO; Para maiores detalhes sobre as assertivas (1) e (2), vide capítulo 11, página 310 do Ordem do Progresso;
4. FALSO; Pelo contrário, uma vez que o governo optara em procurar manter o patamar de crescimento econômico observado até então, mesmo em um ambiente de instabilidade econômica internacional, o acesso aos recursos internacionais era um elemento essencial à execução de tal opção. Por sua vez, considerando o saldo da Balança de Capitais, nenhuma tendência de queda é observada durante o período 1974 – 1979 (a conta de entrada autônoma de capitais apresenta inclusive tendência crescente – vide apêndice do Ordem do Progresso para maiores detalhes);
5. FALSO; Uma das prioridades do IIº PND seria procurar ajustar a matriz energética brasileira aos novos preços relativos do combustível em questão. Contudo, não se pode falar em medidas de racionamento do consumo do produto no período abordado na questão, mas sim na criação de fontes energéticas substitutas, como o caso do álcool, bem como no esforço de extração do petróleo doméstico, como visto na assertiva (1). O Brasil agiu de modo diferente de outros países onde houve 1) desvalorização cambial, reforçando o sinal de aumento de preços da matéria importada (petróleo) buscando um racionamento via preços e 2) políticas de contenção da atividade doméstica diminuindo a demanda pelo produto.
6. **(2007 – 9)** Depois do primeiro choque do petróleo, a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi acompanhada pela quase triplicação da dívida externa bruta entre 1974 e 1979. Sobre aquele período, é correto afirmar que:
7. a triplicação das taxas de juros bancárias no euromercado (comparação da média dos seis anos de vigência do II PND com a do período anterior) foi uma das causas do aumento do endividamento externo;
8. entre as causas do aumento da participação das empresas estatais no endividamento externo apontam-se os limites impostos a seu endividamento interno e o controle governamental sobre o reajuste de seus preços e tarifas;
9. o II PND previa mudanças na estrutura produtiva que economizassem ou gerassem divisas, não se limitando a uma estratégia de crescimento com endividamento;
10. o aumento do endividamento externo foi superior aos déficits da conta corrente acumulados pela opção de manter o crescimento interno em condições adversas da economia mundial, particularmente no biênio 1977-1978;
11. a participação de empresas privadas no fluxo líquido de endividamento externo no período caiu, em média, para 60% do total.

Resp:

1. falso: Neste período (II PND) o cenário internacional era de excesso de liquide e as taxas de juros ainda se mantiveram em patamares atrativos apesar de serem taxas flutuantes.
2. verdadeiro: As estatais não podiam captar recursos no BNde (principal fonte nacional de financiamento) e em função do controle tarifário imposto tendo em vista o controle inflacionário, tiveram também sua capacidade de autofinanciamento dificultada, tiveram portanto que recorrer a financiamento externo.
3. verdadeiro. Endividamento com alteração nas condições de oferta. Tal constatação pode ser feita em função da nova fase do processo de substituição de importações (ênfase nos setores de bens de capital e de insumos básicos), como também na ênfase atribuída à reformulação da matriz energética, através de incentivos a novas fontes de energia (pro-álcool, por exemplo).
4. verdadeiro: Nestes anos houve acumulo de reservas em função da entrada de capitais ser superior à Balança de Transações Correntes.
5. falso Efetivamente houve queda da participação privada, mas esta queda situou-se em patamares maiores de modo que a participação era inferior a 60%.

1. **(2008 – 8)** O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi crucial para a industrialização brasileira. A respeito do II PND são corretas as afirmativas:
2. Sua justificativa expôs uma visão crítica do “milagre econômico”, alegando que este estimulara o setor de bens de consumo, mas não expandira suficientemente a produção de insumos básicos
3. os recursos do BNDE, inflados pelo PIS-PASEP, foram fundamentais para o financiamento dos investimentos das empresas estatais, as quais puderam contar também com a elevada liquidez internacional.
4. estimularam-se a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando-se o processo iniciado pelo Plano de Metas.
5. procurou-se destinar encomendas governamentais de forma a fortalecer o setor nacional de bens de capital
6. os investimentos das empresas estatais foram financiados sobretudo pela elevação de margens de lucro.

Resp:

1. VERDADEIRO Efetivamente, o IIº PND percebe a existência de alguns pontos de estrangulamento na economia, dentre os quais os insumos básicos, cuja produção cresceu abaixo dos outros setores no período do milagre.
2. FALSO As empresas estatais foram proibidas de captar recursos junto ao BNDE, como também tiveram os preços de seus produtos controlados com o intuito de colaborar com o combate a inflação. Também não puderam auto-financiar seus investimentos, tendo sido assim forçadas a se financiar com empréstimos externos.
3. FALSO A substituição de importações nesta fase se fez nos setores de insumos intermediários e bens de capital.
4. VERDADEIRO Grandes obras públicas e investimentos de estatais, como hidrelétricas, rodovias e exploração de petróleo, entre outros, acabaram por gerar demanda interna para o setor de bens de capital
5. FALSO Como dito em (1), a produção das empresas estatais foi objeto de controle de preços por parte do governo, de modo que suas margens de lucro se reduziram e impossibilitaram o financiamento próprio de seus investimentos.
6. **(2009 - 8)** No que se refere ao II PND, implementado durante o governo Geisel, Antônio Barros de Castro afirma o seguinte:
7. em vista do primeiro choque do petróleo, esse plano alertava para a necessidade de forte ajuste da demanda, acompanhado de desvalorização cambial para fazer frente ao desequilíbrio externo.
8. apesar da desaceleração ocorrida, esse plano permitiu que a economia crescesse no período 1974/1980 à mesma taxa histórica do pós-guerra, de 7% em média ao ano.
9. as empresas nacionais privadas se constituíram no principal agente econômico de sua execução.
10. além de completar a matriz industrial brasileira, esse plano teve por objetivo enfrentar problemas no balanço de pagamentos do país, em particular melhorar a balança comercial, por meio da substituição de importações.
11. para completar a matriz industrial do país, priorizou o desenvolvimento dos segmentos industriais produtores de bens de consumo duráveis.

Resp:

1. FALSO É preciso ter cautela ao avaliar tal assertiva, uma vez que esta apresenta uma das alternativas existentes ao governo quando da ocorrência do primeiro choque do petróleo – esta alternativa sugeria que o governo deveria internalizar o choque externo e sinalizar os novos preços relativos, ainda que isso viesse a causar retração da atividade econômica. Contudo, o IIº PND representa a opção pela alternativa disponível, qual seja, de adotar medidas no sentido de manter o crescimento econômico observado até então (manter a economia em “crescimento forçado). Logo, o IIº PND representa a rejeição à alternativa exposta na assertiva.
2. VERDADEIRO De fato, em função do primeiro choque do petróleo, a economia internacional passaria por um momento de desaceleração da atividade econômica, com naturais consequências para o Brasil. Contudo, em função da adoção do IIº PND, o crescimento da economia brasileira se comportou conforme afirmado pela assertiva.
3. FALSO A afirmação é falsa uma vez que foram as empresas estatais brasileiras, e não as privadas, as principais responsáveis pela obtenção de recursos no exterior para a execução das medidas contidas no IIº PND.
4. VERDADEIRO A afirmação é verdadeira, uma vez as medidas adotadas no IIº PND procuravam executar alterações estruturais na economia brasileira, em especial na estrutura energética e na substituição de importações de insumos básicos e de bens de capital, ou seja, os setores que contemplavam as últimas fases do processo de substituição de importações.
5. FALSO Conforme discutido no item (3) anterior, os principais setores contemplados pelo IIº PND foram os setores de insumos básicos e de bens de capital.
6. **(2010 – 9)** No debate sobre a viabilização, a importância e o significado do II PND destacam-se os seguintes argumentos:
7. Um dos propósitos do Plano era aumentar a importância do setor de bens de produção na estrutura industrial.
8. O Plano foi implementado em conjuntura internacional recessiva e de desaceleração cíclica interna.
9. Os investimentos públicos planejados foram financiados sobretudo por bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
10. O direcionamento de encomendas governamentais para estimular as empresas nacionais do setor de bens de capital foi uma das políticas que contribuiu para viabilizar os objetivos do Plano.
11. A política governamental do período priorizou a substituição de importações nos ramos industriais pesados e, no que diz respeito ao setor primário, a agricultura de alimentos voltada para o mercado interno.

Resp:

1. VERDADEIRO O IIº PND pode ser visto como a etapa final do PSI, no qual ocorreria a substituição das importações de bens de produção (bens de capital), assim como de insumos básicos, dado que a substituição de importações de bens industriais leves e duráveis já fora realizada nos anos anteriores.
2. VERDADEIRO A literatura define o ano de 1974 como o início do IIº PND. Em 1973, a economia internacional entra em desaceleração decorrente, especialmente, do primeiro choque do petróleo.
3. FALSO Na verdade, o financiamento oficial foi canalizado para as empresas privadas domésticas, dada a dificuldade destas em obter financiamento externo. As empresas estatais, por sua vez, foram as grandes responsáveis pelos investimentos públicos utilizando, para tal, recursos captados no exterior, e não internamente.
4. VERDADEIRO De fato, a assertiva resume uma das alternativas utilizadas pelo governo no contexto do IIº PND.
5. FALSO A afirmativa é falsa em função de sua segunda parte, ou seja, que se priorizou a agricultura voltada para o mercado interno. Mesmo tendo havido o crescimento, este é o período em que as exportações agrícolas, como da soja, passam a receber forte atenção.
6. **(2011 - 9)** “A estratégia de 74 abortou a reversão cíclica que se anunciava quando da posse do novo governo e permitiu a sustentação de uma elevada taxa de crescimento até o final da década de 70” (Castro Souza). Para levar adiante o conjunto de investimentos necessário a tal intento, um dos problemas cruciais consistia em obter financiamento para viabilizá-lo. Nesse sentido, contou-se com financiamento:
7. privado de longo prazo, o que significou mudança na forma tradicional de financiamento vigente no período anterior, graças às reformas financeiras que alongaram o prazo dos empréstimos privados.
8. público, através do BNDE, que contribuiu para atender a demanda por crédito do setor privado, inclusive com juros subsidiados.
9. externo, sobretudo para empresas privadas, uma vez que o governo criou mecanismos para reduzir o risco cambial do endividamento em dólares.
10. próprio, por meio do aumento dos lucros acumulados pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas estatais cujos reajustes de preços e tarifas superaram a inflação.
11. estatal, já que o governo concedeu incentivos fiscais e creditícios ao setor privado, que foram viabilizados pela crescente elevação da carga tributária líquida e do endividamento do setor público.

Resp:

1. FALSO As mudanças no cenário internacional, decorrentes da I Crise do Petróleo (1973) alteraram de forma significativa as condições de financiamento junto ao mercado externo. Com o II PND, o Brasil continuou recorrendo ao mercado internacional de capitais, mas agora, com condições menos favoráveis (prazo menores e juros maiores) de financiamento.
2. VERDADEIRO Com o II PND, as empresas estatais foram proibidas de tomar recursos junto aos bancos oficiais do país, dado que estes passariam a alocar seus recursos para financiar os investimentos das empresas internas privadas.
3. FALSO O financiamento externo foi utilizado pelas empresas estatais, diferentemente do apresentado pela assertiva. Além disso, o governo instituiu mecanismos de proteção cambial ao setor privado interno.
4. FALSO As tarifas praticadas não possibilitavam o autofinanciamento, pois em vários momentos, foram reajustadas abaixo da inflação.
5. FALSO Na verdade, no período é observada uma queda da carga tributária liquida.
6. **(2012 – 8)** Sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), é correto afirmar que:

1. priorizou a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando o processo iniciado pelo Plano de Metas.
2. contou com o endividamento externo das empresas estatais, que se viram incapacitadas de reajustar preços e tarifas a ponto de autofinanciar planos de expansão.
3. estimulou a oferta de fontes de energia alternativas ao petróleo (usinas hidrelétricas, nuclear e produção de etanol combustível), ao mesmo tempo em que objetivou aumentar a produção de petróleo.
4. propunha instaurar um novo padrão de desenvolvimento industrial, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e de insumos básicos.
5. previa a criação de grandes estímulos à iniciativa privada nacional, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras.

Resp:

1. FALSO, houve mudança de prioridade setorial, sendo que os setores intermediários (insumos básicos) e de bens de capital assumiram a liderança no desenvolvimento brasileiro de então
2. VERDADEIRO, os investimentos das estatais foram financiados principalmente com recursos externos dado que as suas tarifas não permitiam um autofianac9amento com base na geração de lucros e nem conseguiam recursos no BNDE
3. VERDADEIRO, efetivamente procurou-se diminuir a dependência das importações de petróleo buscando a sua produção interna e fontes alternativas de energia
4. VERDADEIRO, estes são os setores lideres por meios de seus investimentos manter-se-ia o crescimento, além de quando estivessem maturados poder-se-ia diminuir as importações e acelerar as exportações
5. VERDADEIRO, estão previstos estímulos ao setor privado como a garantia de compra e as reservas de mercado, talvez a palavra grande pode trazer preocupação pois as estatais se destacam no período, mas de todo modo são efetivamente previstos estímulos ao setor privado
6. **(2013 - 9)** O livro “A Economia Brasileira em Marcha Forçada” despertou a atenção dos economistas por suas interpretações, as quais encontraram tanto defensores como críticos. Sobre o livro é correto afirmar que:
7. argumenta que a reforma da estrutura produtiva e a mudança da inserção internacional do país, perseguida pelo Governo Costa e Silva, só veio a se efetivar na década de 1980.
8. defende que nos países de desenvolvimento tardio a industrialização é marcada pela ocorrência de mutações, com a implantação de grandes setores econômicos, que num primeiro momento parecem sobredimensionados, mas são capazes de promover mudanças no funcionamento da economia.
9. a “marcha forçada” mencionada no título refere-se à política econômica governamental do período do “milagre” (1968-1973), a qual conseguiu lograr elevadas taxas de crescimento do PIB associadas à inflação relativamente alta, mas estável.
10. critica a interpretação segundo a qual a política de ajustamento posta em prática no Brasil no início da década de 1980 foi a principal responsável pelo bom desempenho da balança comercial nos anos que se seguiram.
11. foi criticado segundo o argumento de que a conclusão dos investimentos que substituíram importações de bens de produção não era suficiente para superar as restrições externas ao crescimento trazidas pela crise da dívida externa.

Resp:

1. FALSO, a reforma da estrutura produtiva mencionada e que veio a ser efetivada na década de 80, foi perseguida no governo Geisel e não no governo Costa e Silva
2. VERDADEIRO, esta é a tese que está no livro onde a ideia de escala mínimas nos investimentos faz com que ocorra o fenômeno mencionados
3. FALSO, a marcha forçada é a manutenção do crescimento em níveis elevados com base em investimentos, especialmente públicos com financiamento externos nos setores de insumos básicos e de e bens de capital
4. VERDADEIRO, para os autores os investimentos realizados quando se concluíam levavam a uma diminuição das importações e estimulo as exportações
5. VERDADEIRO, para seus críticos foi necessário a restrição forte da demanda agregada e desvalorizações cambiais para possibilitar ajustar o balanço de pagamento.
6. **(2004 - 9)** Sobre o desempenho da economia brasileira e sobre a política econômica na segunda metade da década de 1970, é correto afirmar que:
7. Os projetos do IIº PND (Governo Geisel - 1974/79) contribuíram para o processo de desconcentração regional da indústria;
8. O BNDE dirigiu seus financiamentos prioritariamente a investimentos estatais em infraestrutura;
9. Os investimentos públicos desempenharam um papel anticíclico, evitando uma queda mais acentuada nas taxas de crescimento do produto;
10. A expansão agrícola baseou-se nas culturas voltadas ao mercado interno em detrimento daquelas voltadas à exportação;
11. Foram implementados importantes projetos substituidores de importação, especialmente em indústrias de bens intermediários.

Resp:

1. VERDADEIRO, pois no sentido de obter apoio político (grupos regionais) para implementar o IIº PND, o governo realizou uma espécie de distribuição das novas indústrias construídas ao longo de determinadas regiões do país (Nordeste e Sul do país, além do interior de São Paulo), desconcentrando a indústria brasileira do eixo Rio-São Paulo.
2. FALSO, o erro está na afirmação de que o BNDE priorizou o setor de infraestrutura da economia. Como visto anteriormente, os setores priorizados pelo IIº PND foram os setores de bens de capital e de insumos básicos/bens intermediários. Investimentos em infraestrutura estavam basicamente a cargo de empresas estatais que foram impedidas de obter recursos do BNDE
3. VERDADEIRO. O IIº PND pode ser visto como a escolha pela continuidade do crescimento observado no período do “Milagre” (em detrimento da alternativa do “ajustamento externo”), dados os choques (negativos) externos observados ao final deste. A partir destes elementos, pode-se considerar que o IIº PND teve um caráter anticíclico, ou seja, de minimizar os impactos negativos dos choques externos na economia brasileira.
4. FALSO, o erro está no fato que as culturas agrícolas beneficiadas durante o período eram culturas de exportação, como a soja, por exemplo.
5. VERDADEIRO, como visto anteriormente.
6. **(1997 - 11)** A segunda metade dos anos setenta se caracteriza por um aumento das taxas de inflação. Esse aumento pode ser atribuído, em parte:
   1. a introdução de uma nova sistemática para correção de salários;
   2. a ausência de consenso governamental quanto à prioridade a ser dada à política de estabilização;
   3. à maxidesvalorização adotada no começo do período;
   4. ao abandono da política de controle de preços;
   5. ao aumento dos preços do petróleo.

Resp:

1. VERDADEIRO, depois da aceleração dos preços no início do período existiu em outubro de 1974 a oficialização de uma regra de correção salarial que procurava enfrentar a crítica então feita que a subestimação da inflação prevista acabava por erodir os salários, pela nova regra os salários erram corrigidos pelo salário médio dos 12 meses anteriores mas a caso a inflação prevista que se aplicava sobre os salários acabasse por ser subestimada, esta no ano seguinte seria reposta, de modo que a perda não se efetivasse de modo permanente
2. VERDADEIRO, efetivamente o governo não optou por uma política deliberada de combate à inflação no período
3. FALSO, o governo evitou uma desvalorização cambial no início do período, esta só ocorreu em 1979
4. FALSO, apesar de uma desrepressão de preços no início do governo, os mecanismos de controle de preços foram revistos mas mantidos no período subsequente
5. VERDADEIRO, a aceleração da inflação em 1974 se deve em parte ao primeiro choque do petróleo
6. **(2014 – 10)** Sobre a economia brasileira na década de 1970, é correto afirmar que:
7. criou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), voltado a promover a coordenação das ações dos órgãos de planejamento.
8. durante a vigência do II PND, ocorreu aprofundamento das desigualdades regionais, pois os investimentos induzidos pelo governo direcionaram-se às regiões mais desenvolvidas.
9. um dos motivos da estatização da dívida externa é a possibilidade de transferência do risco cambial da dívida privada para o setor público a partir de 1977.
10. o II PND pretendeu instaurar um novo padrão de indústria, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.
11. ofereceram-se incentivos à iniciativa privada, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras, sobretudo no ramo de bens de capital.

Resp:

1. VERDADEIRO, O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), criado pela Lei no 6.036, de 01.05.1974, tinha como principal função “assessorar o Presidente da República na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação das entidades dos Ministérios quanto ao Plano Nacional de Desenvolvimento”
2. FALSO, durante o II PND a maior parte dos investimentos se fez por estatais sobre bens intermediários dispersos no território nacional é um dos raros momento onde ocorre uma redução das disparidades regionais
3. VERDADEIRO, a res 432 de 1977 permitia que se realizasse depósitos em moeda nacional junto ao Banco Central da dívida externa contraída, repassando assim o seu risco cambial
4. FALSO, o nova padrão de desenvolvimento baseado em bens de capital e bens intermediários
5. VERDADEIRO, alguns mecanismo para tal podem ser visto por exemplo na garantia de compras por parte de estatais, de avais do BNDE e de créditos subsidiados

## Questões abertas – Tópico 5

(**2018**) O período conhecido como “milagre” (1968-1973) foi marcado por altas taxas de crescimento acompanhadas por inflação baixa ou estável para o padrão brasileiro. Explique que fatores contribuíram para que a economia brasileira apresentasse tal desempenho.

**(2017)** Os dois períodos de crescimento econômico mais intenso da história do Brasil são aqueles denominados de período do Plano de Metas e período do Milagre Econômico. Discuta os pontos comuns e distinções entre estes dois períodos e também se há alguma conexão entre eles, enfatizando os seguintes aspectos: fatores determinantes do crescimento, participação do setor público, inserção internacional (comercial e financeira), desempenho da agricultura, e mercado de trabalho.

**(2008)** Compare o perfil de desenvolvimento econômico do Plano de Metas com o do período denominado “milagre econômico”.

**(1991)** Sem que fossem promovidas alterações substantivas na estrutura produtiva do país, o período conhecido como “milagre econômico” foi marcado pela obtenção de inusitadas taxas de crescimento. Na sua opinião, quais as principais determinantes desse crescimento, e quais as suas implicações para a dinâmica da economia e para o balanço de pagamentos?

**(1992)** No período 1968-1973, a economia brasileira teve um desempenho excepcional, o que costuma ser relacionado aos fatores favoráveis, tanto internos como externos. Discorra sobre as características do período, e explique quais foram esses fatores favoráveis.

**(2002)** Quais os argumentos usados pela historiografia brasileira para explicar o surto expansivo da economia que se verificou de 1967 em diante. Leve em consideração a ampliação do grau de integração à economia internacional e os papéis do Estado e do capital estrangeiro no surto expansivo.

**(2004)** Explicite as causas e as principais características do chamado "milagre econômico brasileiro". Em particular, identifique o papel desempenhado pelas reformas institucionais efetuadas entre 1964 e 1967.

**(2001)** Qual a posição defendida por Langoni quanto às causas do aumento da concentração de renda havido durante os anos 60? Quais as principais críticas dirigidas ao seu trabalho?

**(2000)** A crise do petróleo deflagrada em 1973 gerou profundo desequilíbrio na balança comercial brasileira. Discuta as principais medidas adotadas pelo governo para enfrentar aquela crise.

**(2014)** Após intenso crescimento econômico, em 1973 a economia brasileira viu terminar o período conhecido como “Milagre”. O debate sobre o fim desse ciclo de crescimento divide os analistas: uns atribuem a causas externas e outros a causas internas como preponderantes para a mudança de cenário. Exponha e avalie essa controvérsia.

**(2016)** Para alguns autores, o choque do petróleo de 1973 foi variável determinante para o final do ciclo de crescimento chamado de “Milagre Brasileiro”. Todavia, outros autores questionam essa abordagem. Arrole os principais argumentos de um lado e de outro dessa controvérsia.

**(1991)** O II PND, que teve por objetivo alterar o padrão de industrialização do País, e ao mesmo tempo dar respostas ao desafio colocado pelo primeiro choque do petróleo, encontrou sérias dificuldades de implementação. Analise a partir do exame de seu conteúdo, essas dificuldades, e os acertos e desacertos de sua proposta?

**(1994)** A evolução da economia brasileira na segunda metade dos anos setenta foi, em parte, condicionada pela implementação do II PND formulado em 1974 e parcialmente implementado pelo governo Geisel. Qual foi o diagnóstico da economia brasileira que fundamentou este plano e qual a estratégia de desenvolvimento proposta? Identifique os principais problemas da implementação do II PND. Avalie a política econômica do governo Geisel levando em consideração não só os resultados no período, mas seus efeitos sobre a evolução posterior da economia brasileira.

**(2003)** Em sua opinião, o II PND, implementado no Governo Geisel (1974-79), foi um sucesso ou um fracasso? Justifique a sua posição.

**(1990)** A política econômica de “crescimento com endividamento”, levada a cabo durante o governo Geisel (PND II) teve importantes efeitos sobre a economia brasileira nos anos 80. Analise-os.

**(1993)** Analise as principais consequências das políticas adotadas no período Geisel sobre a economia brasileira da década de cinquenta. (sic) (supõe-se que seja sobre a década de oitenta)

**(2005)** Estabeleça a relação entre a chamada estratégia de 1974 (crescimento com endividamento) e o desempenho da economia na primeira metade da década de 1980.

**(2010)** As consequências do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) são objeto de intensa polêmica na literatura sobre economia brasileira. Discuta estas consequências.

**(2011)** Explicite e analise as distintas visões acerca do II PND, elaborado e executado pelo Governo Geisel, em particular no que concerne às razões que levaram a sua adoção e as suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 80.

**(1987)** Discuta as principais implicações da crescente internacionalização do crédito ocorrida no Brasil a partir do final dos anos sessenta.

**(1999)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique sua posição: “A disponibilidade de crédito internacional foi um dos fatores fundamentais que viabilizaram as elevadas taxas de crescimento observadas na economia brasileira na segunda metade da década de setenta”.

**(1997)** Explique as origens e os mecanismos do processo de estatização da dívida externa brasileira, na década de setenta.

**(2007)** Discuta as causas e consequências do “processo de estatização da dívida externa” nas décadas de 1970 e 1980.

**(1996)** Explique em que sentido a política econômica dos governos militares, especialmente da década de 1970, favoreceu o aumento da intervenção do Estado na Economia.

**(2005)** Exponha as linhas gerais do papel do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento industrial no período compreendido entre meados da década de cinquenta e o final da década de setenta, e compare-o com a atuação do Estado na década de 90.

**(1993)** A forte participação do Estado em processos de desenvolvimento retardatário é uma característica ressaltada por vários autores. Como evoluiu essa participação na agricultura brasileira a partir dos anos sessenta?

**(1992)** De 1950 a 1980, a indústria brasileira passou por uma fase de crescimento e diversificação; de outra parte, vários setores industriais mostram atualmente problemas de falta de competitividade internacional e atraso tecnológico. Em que sentido o dinamismo do setor industrial no período foi influenciado por políticas governamentais? E em que sentido os problemas atuais da indústria podem ser relacionados a essas políticas?

(**2016**) Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil recorreu a financiamento externo em suas distintas formas: IDE, créditos oficiais e empréstimos de curto e longo prazos. Relacione estas distintas formas de captação com as dinâmicas econômicas internacional e doméstica e, de forma breve, discuta as consequências para a restrição externa de cada uma destas formas de financiamento.

**(2019)** A década de 1960 foi marcada no seu início por uma desaceleração do crescimento do PIB, que tem seu ponto mais baixo em 1963, e de 1964 até 1967 oscilou sem tendência nítida de aceleração do crescimento. A partir de 1968 a economia já retoma um crescimento vigoroso, dando início ao chamado período do “milagre econômico”. Apresente uma interpretação para estas oscilações do crescimento do PIB durante a década de 1960.

# Questões relativas ao tópico 6: A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização.

O início dos anos 80 marca um período bastante relevante quando se leva em conta a estratégia adotada pelo governo ao adotar o IIº PND no período imediatamente anterior, ou seja, pode-se dizer que no início dos anos 80 são revelados os resultados advindos da política econômica adotada anteriormente. Neste período, a análise do ambiente macroeconômico internacional torna-se relevante, sendo considerada importante a análise dos seguintes pontos:

1. Contexto internacional (segundo choque do petróleo, choque de juros dos EUA e escassez de recursos estrangeiros)
2. Comportamento da balança comercial brasileira.
3. Comportamento do crescimento econômico brasileiro durante o período.
4. Situação interna: contas públicas e trajetória inflacionária

Em termos gerais, a segunda crise do petróleo e o aumento dos juros internacionais, eventos ocorridos no final da década de 70, trouxeram consequências importantes para a economia brasileira. Em particular, o aumento dos juros internacionais ampliaria o déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos, dado o maior custo do serviço da dívida externa, que havia crescido de forma significativa durante o milagre e durante o IIº PND. Ademais, o aumento dos juros internacionais também causaria uma piora da conta de capitais dada a crescente dificuldade em atrair os capitais para o país. Para agravar a situação, o aumento da inflação e o descontrole das contas públicas se tornavam cada vez mais pronunciados.

Durante o período, o Brasil precisou depois de algumas heterodoxias, promove um ajuste inicialmente dito voluntário e depois acaba por recorrer ao FMI para conter o problema do balanço de pagamentos. Boa parte do ajuste foi feita com base em uma política de forte contração da demanda agregada interna, de modo que o excedente produtivo pudesse exportado e houvesse redução das importações .Para permitir que este objetivo fosse atingido, o câmbio sofreu duas significativas desvalorizações o que, por outro lado, contribuía para dificultar a gestão das contas do governo e alimentar o processo inflacionário. Ao final do período da “crise da dívida”, observa-se que o Balanço de Pagamentos havia sido ajustado a contento, mas a situação econômica interna havia se agravado de forma significativa: o controle da inflação passaria a ser o foco de praticamente todas as políticas que seriam adotadas ao longo dos anos seguintes.

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 6

1. (**2019** - **07)** Sobre a economia brasileira na década de 1980, pode-se afirmar:
2. A moratória mexicana de 1982 provocou redução brusca do fluxo voluntário de empréstimos bancários externos para a economia brasileira.
3. A década foi denominada “perdida” devido ao baixo crescimento da economia com relação ao padrão histórico das décadas precedentes, mas o crescimento do PIB em nenhum ano da década de 1980 chegou a apresentar taxa negativa.
4. A primeira metade da década foi marcada por inflação crescente e déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, o qual foi possível financiar devido à existência de forte liquidez internacional, o que não se verificou na segunda metade da década.
5. Pelo menos em parte, o crescimento real das exportações em alguns anos do início da década pode ser atribuído ao II PND.
6. O Governo Federal suspendeu a indexação dos salários como forma de combater a inflação, embora a mantivesse para o salário mínimo.

Resp:

1. VERDADEIRO, depois da moratória, independentemente da taxa de juros, os fluxos de capitais privados voluntários em direção ao Brasil se enceraram,
2. FALSO, foi negativo em 1981 e 1983
3. FALSO, a liquidez internacional diminui depois da elevação das taxas de juros no mercado norte-americano e, após a moratória mexicana, de 1982, os fluxos privados de capitais se encerraram
4. VERDADEIRO, uma parte do crescimento das exportações de minérios por exemplo decorre de investimentos feitos a partir do II PND
5. FALSO, no final da década de 80, no Plano Verão existe a completa desindexação dos salários inclusive do salário mínimo.
6. **(2018 – 10)** Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1980, é correto afirmar:

Ⓞ Em 1981, o Governo aplicou medidas de contração monetária, fiscal e mesmo salarial, gerando a primeira retração do produto no pós-guerra, porém sem assegurar a redução da taxa inflacionária neste ano.

① A relativa estabilidade da inflação durante o ano de 1984, após a aceleração ocorrida em 1983, reforçou a hipótese inercialista, bem como incentivou a formulação de políticas econômicas específicas para combater este tipo de inflação.

② O diagnóstico de que a indexação de salários dificultava o combate à inflação levou o Governo, já nos primeiros anos da década, a suspender a indexação dos salários, embora mantivesse a do salário mínimo.

③ A conta de transações correntes do balanço de pagamentos apresentou déficit entre 1981 e 1983, embora a balança comercial passasse a apresentar superávit.

④ O Plano Bresser seguiu a estratégia mal sucedida do Plano Cruzado de congelar o câmbio na tentativa de criar uma âncora para os preços. Esta mesma estratégia só foi bem-sucedida no Plano Real graças ao ajuste fiscal então realizado.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, a assertiva deve ser vista com cuidado pois efetivamente em 1981 ocorre a primeira taxa de crescimento negativa do PIB real no pos guerra em relação a inflação os números dependem do indicador, alguns mostram uma ligeira aceleração, mas outros como o IPC do RJ mostram uma leve redução, o que pode de fato afirmar é que dado a grande recessão esperava-se uma redução importante da inflação o que não ocorreu.

① VERDADEIRO, novamente deve-se ter um pouco de cuidado com os dados de inflação a depender do indicador a inflação se acelera ou é relativamente estável neste ano de 1984, o fato é que no período o patamar da inflação já se situa ao redor dos 200 % a.a. e mesmo com as recessões ocorridas em 1981 e 1983 e a elevação do desemprego a inflação não recuava o que deu espaço para o crescimento de teses atreladas a ideia de inflação inercial

② FALSO, Não houve suspensão completa da indexação dos salários, efetivamente houve manipulações desta indexação e retirou-se a indexação de parte dos salários (20%), mas não houve uma desindexação completa.

③ VERDADEIRO, entre 1981 e 1983 a balança de transações correntes foi negativa, so virou no ano seguinte em 1984, porém na balança comercial o ultimo saldo negativo foi em 1980 , esta balança tornou-se positiva a partir de 1981.

④ FALSO, se o Plano Cruzado efetivamente congelou a taxa de cambio, no Plano Bresser esta não foi congelada.

1. **(1997 – 12)** Os choques externos do final dos anos setenta e início dos anos oitenta provocaram significativos déficits nas Transações Correntes do balanço de pagamentos. Esses desequilíbrios:
2. Foram ampliados pelas políticas expansionistas do biênio 1979/80;
3. Foram compensados por um aumento significativo na entrada de capital externo como investimentos diretos;
4. Se explicam pela execução de uma política de valorização da taxa cambial;
5. Resultaram dos déficits crescentes da Balança Comercial, a despeito dos saldos positivos significativos em Serviços;
6. Forçaram o Governo a recorrer ao FMI para obtenção de empréstimos

Resp:

1. VERDADEIRO; a chamada fase da heterodoxia delfiniana manteve a absorção doméstica elevada o que ampliou os déficits comerciais, apesar da desvalorização do cambio
2. FALSO.; a política de elevação dos juros norte-americanos diminuiu a liquidez internacional e dificultou a atração de capitais para o Brasil, a balança de capitais deixa definitivamente de apresentar ingresso de recursos no final de 1982
3. FALSO, em 1979 a uma tentativa de desvalorização cambial retomada no início de 83
4. FALSO, a balança de serviços era deficitária, déficit este que se ampliou no período
5. VERDADEIRO; em 1983 o Brasil pede auxilio ao FMI
6. **(1997 13)** Nos anos oitenta — a partir de 1983 – a economia brasileira passou a produzir expressivos superávits comerciais. Com respeito a esses resultados, pode-se afirmar que:
7. o bom desempenho da Balança Comercial se deveu, em parte, à recuperação da economia norte-americana que aumentou sensivelmente suas importações do Brasil.
8. os superávits apresentados se originaram de um crescimento significativo das exportações, visto que as importações se mantiveram em patamares mais altos do que os atingidos no período 1979-1982.
9. o desempenho da Balança Comercial nesses anos foi capaz de compensar os déficits de serviços e, consequentemente, gerar saldos positivos significativos em Transações Correntes.
10. o fraco desempenho da economia brasileira na década de oitenta favoreceu o surgimento de superávits comerciais.
11. os saldos positivos na Balança Comercial propiciaram uma queda expressiva na dívida externa brasileira nos anos 1985-1987.

Resp:

1. VERDADEIRO, o crescimento norte-americano e a valorização do dólar acabaram por facilitar algumas exportações brasileiras destinadas a este país
2. FALSO; existe uma queda das importações brasileiras quando se compara a media entre 83 e 85 com 79 a 82
3. FALSO, no período a balança de transações correntes esteve praticamente zerada, com o saldo da balança comercial sendo utilizado para pagar o déficit em serviços
4. VERDADEIRO, a redução da absorção doméstica reduziu as importações e pode propiciar saldo comercial positivo, deve-se notar porém que em 84 e 85 a economia voltou a crescer e os saldos comerciais foram mantidos
5. FALSO, os saldos comerciais foram usados para pagar parte dos juros mas não se abateu o principal da divida
6. **(1998 – 11)** Em relação à crise recessiva vivida pela economia brasileira no período 1981/83, pode-se afirmar que:
7. um dos determinantes da crise foi a política do dólar forte praticada pelo governo norte-americano desde o final de 1979;
8. as políticas heterodoxas do início do governo Figueiredo preservaram as reservas internacionais do país e atenuaram os impactos da crise externa no período seguinte;
9. as teses inercialistas sobre a inflação brasileira ganharam força após o fracasso, no combate à inflação, das políticas de restrição de demanda aplicadas no período;
10. os superávits comerciais do triênio 1981/83 atestam o sucesso da política de incentivo às exportações executadas num contexto de relativa rigidez das importações;
11. a desvalorização cambial de 1983 impôs um expressivo ônus financeiro ao setor público brasileiro dado o elevado grau de estatização da dívida externa à época.

Resp:

1. VERDADEIRO; a política do dólar forte é a ideia de valorização do dólar frente as outras mo0edas e para tal foi elevada a taxa de juros nos EUA procurando atrair capital para aquele país e assim valorizando a sua moeda; e é este aumento dos juros nos EUA um dos elementos provocadores da crise
2. FALSO; a heterodoxia delfiniana manteve o crescimento econômico, mas não as reservas, estas diminuíram no período
3. VERDADEIRO, efetivamente mesmo com forte contenção da demanda agregada e políticas monetária contracionista a inflação não caiu, ao contrário foi para 200% a.a., demonstrando que algo diferente estava por trás da inflação brasileira
4. FALSO; no período as importações diminuíram cerca de US$ 7 milhões
5. VERDADEIRO, a desvalorização impactou as empresas estatais que haviam contraído dívida no exterior e cuja maior parte tinha suas receitas em moeda nacional
6. **(1998 – 12)** A crise da dívida externa, ocorrida no início dos anos 80, teve várias consequências sobre a economia brasileira, dentre as quais destacam-se:
7. Provocou a falência de um número expressivo de grandes empresas endividadas em moeda estrangeira;
8. Restringiu o acesso da economia brasileira ao mercado financeiro internacional por cerca de uma década;
9. Levou o governo brasileiro a promover e a sustentar uma desvalorização real da taxa de câmbio no período 1983/85;
10. Fez com que a reciclagem da dívida externa passasse a ser realizada, fundamentalmente, com recursos do FMI e do BIRD;
11. Encerrou um período de uma década e meia de relativa facilidade de financiamento de déficits em transações correntes.

Resp:

1. FALSO; boa parte das empresas endividadas eram empresas estatais que não faliram, apenas o governo brasileiro não realizou os pagamentos referentes a estas dividas
2. VERDADEIRO; o país não recebeu novos recurso até o acerto com os credores externos no início dos anos 90
3. VERDADEIRO, em fevereiro de 83 faz-se uma maxi desvalorização que é sucedida por minidesvalorizações que sustentam o novo patamar da taxa de câmbio real
4. FALSO; não há reciclagem da dívida mas o não pagamento especialmente do principal da dívida antiga, pagando-se apenas a maior parte dos juros, neste período procurou-se renegociar o principal o que só foi alcançado na década de 90
5. VERDADEIRO; desde meados dos anos 60 o Brasil vinha conseguindo captar recursos com alguma facilidade no mercado financeiro internacional
6. **(1999 - 11)** A crise do início dos anos oitenta (1981/1983) pôs fim a uma longa fase de crescimento acelerado da economia brasileira. Sobre tal período de crise pode-se afirmar que:
7. Foi o primeiro período a apresentar taxas negativas de crescimento desde a Segunda Guerra Mundial;
8. Foi caracterizado pelo agravamento do processo inflacionário, especialmente em virtude da inflação corretiva praticada pelas empresas estatais no período;
9. Foi marcado por desequilíbrios na balança comercial, dada a recessão mundial e o protecionismo dos países centrais;
10. Resultou, em grande medida, dos choques externos ocorridos no final da década de setenta;
11. Inaugurou uma longa fase assinalada por escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e relativa estagnação da economia.

Resp:

1. VERDADEIRO. Pode-se recorrer às séries históricas do IPEADATA ou do A Ordem do Progresso como ferramenta de auxílio na visualização da evolução do produto brasileiro ao longo do período considerado na afirmação. De qualquer forma, a afirmação é verdadeira, em 1981 e 1983 o PIB apresentou recessão, ou seja taxa negativa de crescimento, o que não ocorrer anteriormente nem na crise dos anos 60
2. FALSO. Embora fosse observado o aumento da inflação brasileira neste período, a afirmação está incorreta por associar tal fenômeno à uma inflação corretiva por parte das empresas públicas.
3. FALSO ao afirmar que existiram desequilíbrios na balança comercial, pois na verdade o ajustamento do balanço de pagamentos foi realizado justamente nesta conta, através de esforços do governo no sentido de elevar as exportações e conter as importações; durante 1981 e 1983, o saldo da balança comercial foi sempre superavitário (em 1983 os EUA já demonstram sinais de recuperação, auxiliando no comportamento das exportações brasileiras, sendo observada também queda dos juros internacionais).
4. VERDADEIRO Os choques externos ocorridos ao final da década de 70 (choque do petróleo e aumento da taxa de juros americana) estão extremamente associados ao problema da dívida externa do início dos anos 80: a partir daí, observa-se uma significativa dificuldade em obter financiamentos internacionais e um consequente esforço de correção das contas do BP via balança comercial que para se tornar positiva teve que contar com a redução da absorção doméstica
5. VERDADEIRO, desde os choques e especialmente desde 1982 o Brasil passou a ter dificuldades em obter financiamento externo, estando fora dos circuitos internacionais de capitais até 1992.
6. **(2000 - 11)** É correto afirmar que no início dos anos oitenta (1981-1983):
7. A retração da atividade econômica teve como uma das causas a elevação das taxas de juros internacionais em 1979.
8. A retração foi agravada pelas políticas de ajuste recessivo;
9. O País não teve dificuldades para financiar o déficit em seu balanço de pagamentos, apesar da moratória mexicana em 1982, porque a comunidade financeira internacional confiava nos fundamentos macroeconômicos do País.
10. O período foi seguido por quase uma década de crescimento econômico medíocre (relativamente à média dos anos 70) e de inflação elevada.
11. Não teve reflexos sobre o desempenho verificado no restante da década uma vez que a economia retomou o processo de crescimento rápido, com inflação moderada, já a partir de 1984.

Resp:

1. VERDADEIRO: além da elevação dos juros internacionais em 1979, deve-se considerar também o choque do petróleo ocorrido na mesma época, além da política de ajustamento interno.
2. VERDADEIRO: como já afirmado anteriormente, o ajuste das contas do BP foi realizado via ajuste nas contas da balança comercial. As políticas restritivas implementadas pelo governo brasileiro fizeram com que houvesse um comportamento positivo da balança comercial, associado de maneira significativa à queda das importações brasileiras.
3. FALSO; principalmente ao afirmar que o Brasil não teve dificuldades para financiar o déficit do balanço de pagamentos, o que é uma afirmação equivocada. Uma das características principais deste período são as (longas e complexas) negociações realizadas junto ao FMI no sentido de obter auxílio financeiro para as contas do Balanço de Pagamentos, especialmente depois que as fontes privadas “secaram” (1982).
4. VERDADEIRO: os anos posteriores a 1983 são caracterizados por uma taxa de crescimento bastante restrita da economia brasileira quando comparada aos anos anteriores, justificando inclusive o nome “década perdida” atribuída à mesma.
5. FALSO, por afirmar que os fatos referentes ao início da década não influenciaram a segunda metade da mesma. Em 1984 em particular, embora seja observado um crescimento econômico frente ao ano anterior, o problema da inflação ainda continua sendo bastante significativo, com graves consequências para os anos posteriores e para as políticas de combate à inflação implementadas.
6. **(2001 - 9)** O início dos anos 1960 e início da década de 1980 caracterizam-se por serem momentos de crise da economia brasileira. Entre os elementos comuns aos dois períodos podemos citar:
7. O grande aumento do endividamento interno e o encurtamento do prazo de rolagem dessa dívida;
8. A aceleração inflacionária;
9. A crise financeira do setor público;
10. A retração dos níveis de investimento público e privado;
11. O estrangulamento externo, em virtude do grande crescimento da dívida externa no período anterior, como resultado da facilidade de acesso ao euromercado.

Resp:

1. FALSO, pois na primeira crise é difícil se falar em endividamento interno e sua rolagem, pois os mecanismos de dívida foram implantados com maior efetividade através da ORTN
2. VERDADEIRO, já que efetivamente percebe-se pela análise dos dados a aceleração da inflação em ambos os períodos.
3. VERDADEIRO: em ambas as situações problemas de financiamento especialmente decorrentes dos planos de desenvolvimento anteriormente implantados estão presentes (Plano de Metas no primeiro caso e IIº PND no segundo).
4. VERDADEIRO dado que há, talvez por razões diferentes, retração nos investimentos dos dois períodos considerados.
5. FALSO, pois o endividamento anterior à crise da década de 60 não foi feito por meio do euromercado.
6. **(2003 - 9)** No período 1981-83 a economia brasileira defrontou-se com acentuadas dificuldades cambiais. Contribuíram para tais dificuldades:
7. A crise recessiva vivida pelas economias centrais em 1981-82;
8. A política expansionista implementada pelo governo brasileiro em 1981-82;
9. Os choques externos do final da década de 1970 (petróleo e juros);
10. A fuga dos capitais de curto prazo ocorrida logo após os choques dos juros e do petróleo;
11. A política de crescimento com endividamento externo empreendida ao longo da década de 1970.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente houve uma crise do início dos anos 80 nos países centrais que está intimamente associada à reação recessiva em termos de política econômica à elevação dos juros americanos e ao choque do petróleo ocorridas no final dos anos 70.
2. FALSO, a afirmação está errada por afirmar que entre os anos de 1981 e 1982 foi implementada uma política expansionista pelo governo brasileiro. Na realidade, o que ocorre é justamente o oposto, ou seja, uma queda no crescimento econômico, fato este que geraria um resultado bastante positivo para a balança comercial brasileira ao diminuir o volume de importações e um aumento nas exportações brasileiras.
3. VERDADEIRO, efetivamente em 1979 houve o início da elevação dos juros americanos e o segundo choque do petróleo que afetaram sobre maneira a economia mundial e a brasileira em particular.
4. VERDADEIRO: a conjuntura econômica observada no início dos anos 80 afeta a economia brasileira que estava particularmente vulnerável em função da continuidade do crescimento econômico com endividamento externo implementado após 1974 pelo governo brasileiro (IIº PND), especialmente em função dos investimentos previstos com este endividamento ainda não estarem maturados.
5. FALSO, é um item difícil se analisar, o fato do Brasil ter mantido taxas elevadas de juros reais no mercado financeiro diminuiu a fuga de capitais de curto prazo, mesmo com inflação elevada a correção monetária manteve a perspectiva de rentabilidade real dos ativos no Brasil, apesar de algumas alterações nas regras de correção como a promovida por Delfim em 1979, ter criado certa animosidade e alguma fuga de capital..
6. **(2003 - 10)** A economia brasileira gerou saldos positivos na balança comercial durante toda a década de 1980. É correto afirmar que tais saldos:
7. Garantiram a solvência do país frente aos credores privados internacionais, na segunda metade da década;
8. Foram favorecidos pelas baixas taxas de crescimento do produto no mesmo período;
9. Cessaram em 1994-95, como consequência das políticas cambial e de comércio exterior do Plano Real;
10. Foram favorecidos pela maturação dos projetos substituidores de importação do IIº PND;
11. Resultaram na redução do estoque da dívida externa brasileira no final da década de 1980.

Resp:

1. FALSO: os saldos da balança comercial brasileira reduziram-se entre 86 e 87, pressionando as já delicadas contas do BP. Associada à um nível bastante reduzido das reservas cambiais, o governo decide, em fevereiro de 1987, suspender por tempo indeterminado o pagamento de juros da dívida externa aos bancos privados internacionais.
2. VERDADEIRO, a redução da absorção doméstica tinha por intenção justamente a geração de superávits comerciais, e em 1981 e 1983 o PIB teve taxas negativas de crescimento e em19820 o crescimento foi nulo.
3. VERDADEIRO: após o início da década de 80, é somente a partir de 1994/1995 que são observados resultados negativos na balança comercial brasileira (uma análise das séries históricas do IPEADATA pode ser útil para ilustrar a dinâmica da balança comercial ao longo do período em questão).
4. VERDADEIRO: os projetos do IIº PND tiveram importância no ajuste recessivo realizado no período 81/84, por viabilizar uma resposta relativamente rápida do sistema produtivo brasileiro (crescimento de manufaturados e introdução de novos produtos) após os choques internacionais verificados no final dos anos 70 / início dos anos 80.
5. FALSO, uma vez que não é observada nenhuma queda na dívida externa ao longo da década de 1980, pelo contrário, é observada uma elevação da mesma especialmente até 1987.
6. **(2004 - 10)** No período 1981-83, a economia brasileira viveu uma crise recessiva de grandes proporções. Sobre tal período, é correto afirmar que:
7. A crise cambial e as políticas de ajuste que se seguiram afetaram negativamente o crescimento do produto;
8. As tentativas de estabilização de preços envolveram medidas de desindexação salarial;
9. Os bancos credores externos, dado o elevado grau de exposição em relação ao setor público, direcionaram os novos empréstimos ao setor privado;
10. As exportações brasileiras foram dificultadas pela recessão mundial e pelas altas taxas de juros internacionais;
11. As importações mostraram-se pouco sensíveis à queda do produto e à desvalorização cambial.

Resp:

1. VERDADEIRO, os anos de 1981 e 1983 são marcados por taxas negativas de crescimento do produto interno brasileiro, ao passo que em 1982 é observado apenas um pequeno crescimento. Tais resultados estão, de fato, associadas notadamente à política de ajuste recessivo implementada pelo governo, alem da política cambial.
2. VERDADEIRO; especialmente devido às reformas de janeiro de 1983 o governo, preocupado com o “efeito contágio” da maxidesvalorização promovida, busca obter alguma desindexação dos salários da economia com vistas a evitar a elevação da inflação.
3. FALSO; pois não houve direcionamento de recursos ao país como um todo.
4. VERDADEIRO; as exportações brasileiras, de fato, enfrentaram empecilhos em função do ambiente recessivo da economia mundial. De qualquer forma, boa parte do ajuste do BP foi realizado através da balança comercial, no início dos anos 80.
5. FALSO; uma vez que as políticas de recessão e de desvalorizações cambiais implementadas no período afetaram de maneira significativa o comportamento das importações brasileiras, promovendo um importante controle sobre as mesmas com vistas à obtenção de superávits comerciais.
6. **(2005 - 10)** A partir do segundo semestre de 1980 a economia brasileira foi submetida a um ajuste externo que teve consequências recessivas até 1983. Sobre este período é correto afirmar:
7. A política econômica esteve voltada para a redução do nível de absorção interna, estimulando as exportações e diminuindo as importações.
8. A política de contenção salarial foi um dos componentes do ajuste externo.
9. O ajuste recessivo contribuiu para a desaceleração da inflação.
10. A política econômica provocou a queda do nível de investimento na economia.
11. Mesmo com o crescimento dos juros sobre a dívida interna, o controle de gastos do governo garantiu a diminuição do déficit público como porcentagem do PIB.

Resp:

1. VERDADEIRO, esta é a base do enfoque adotado no ajustamento da economia brasileira à crise da dívida externa, procurando gerar superávits comerciais por meio da redução da demanda interna
2. VERDADEIRO; de fato, a política citada na assertiva pode até mesmo ser vista como forma de garantir uma retenção do nível de absorção interna, canalizando a produção brasileira para o setor exterior, conforme argumenta o item anterior, a base desta política também ficou conhecida como o ajuste cambio-salário, ou seja, desvalorização do câmbio, para estimular exportações e desestimular importações e a redução dos salários, reduzindo os custos da economia brasileira com efeito similar nas exportações e importações.
3. FALSO, embora políticas tenham sido implementadas no sentido de arrefecer a demanda agregada interna, pouco resultado foi obtido em termos de queda de inflação, fato este que geraria as discussões a respeito da inercialidade da inflação brasileira;
4. VERDADEIRO, tomando como indicador de referência a formação bruta de capital fixo, observa-se uma queda sistemática dos investimentos ao longo do período 1980 – 1984 (vide anexo estatístico do Ordem do Progresso);
5. VERDADEIRO, a assertiva deve ser encarada com certo cuidado se tomarmos o conceito nominal de déficit público medido pela metodologia abaixo da linha (NFSP), percebe-se uma ampliação do déficit nominal no período, mas se tomarmos o conceito operacional (descontado a correção cambial e monetária da dívida) para o setor público consolidado este cai de 6% em 1981 e 1982 para algo próximo a 3% entre 83 e 84, voltando a subir para 4% em 1985.
6. **(2006 – 11)** No início dos anos 1980, após o segundo choque do petróleo e sob os efeitos da política americana de fortalecimento do dólar, houve uma interrupção de financiamentos aos países latino-americanos. Sobre esse tema, em relação ao Brasil, é correto dizer que:
7. a interrupção dos fluxos externos de empréstimos foi determinada principalmente pela crise fiscal brasileira;
8. a interrupção dos fluxos externos não teve consequências relevantes para a economia brasileira, pois tais recursos não lhe eram essenciais;
9. antes do corte abrupto do financiamento externo, com a moratória mexicana, o governo brasileiro já havia iniciado o denominado ajuste externo, mediante políticas restritivas de ordem monetária, fiscal e creditícia;
10. embora os fluxos externos voluntários tivessem sido drasticamente reduzidos, houve empréstimos ao Brasil para que compromissos de pagamento da dívida externa fossem honrados;
11. o ajuste externo imposto à economia deflagrou um processo de reestruturação financeira das empresas nacionais, o que só foi possível porque o Estado absorveu os impactos negativos do ajuste sobre as contas públicas

Resp:

1. FALSO; A crise fiscal da economia brasileira era de fato um problema observado e que pode justificar parte do problema, mas dizer que este tenha sido o principal motivo da interrupção da entrada de recursos é descabido. O grande problema foi, de fato, a ocorrência dos eventos internacionais (novamente, o IIº choque do petróleo e o aumento da taxa de juros americana para controlar a inflação, bem como a moratória mexicana);
2. FALSO; Pelo contrário, medidas severas de contenção da demanda agregada (contenção salarial, controle dos gastos públicos e aumento da arrecadação, entre outros) interna foram adotadas de modo à melhorar o saldo do Balanço de Pagamentos, bem como medidas de incentivo às exportações, como forma de tentar minimizar a necessidade de recursos externos;
3. VERDADEIRO; Efetivamente o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros já antes do termino dos fluxos de capitais para o país, causaram problemas no Balanço de Pagamento que tiveram que ser enfrentados, depois de algumas tentativas heterodoxas (segunda gestão de Delfim Netto), com política de controle da demanda com políticas fiscais e creditícias ortodoxas e tentativas de atacar a questão da balança comercial também por meio do câmbio.
4. VERDADEIRO; De fato, o Brasil pode recorrer à um empréstimo do FMI, apesar das dificuldades no aceite das condições impostas pelo fundo, simbolizado pelas várias reuniões entre os representantes da instituição e do governo brasileiro, que buscavam um entendimento sobre o acordo;
5. VERDADEIRO; Efetivamente ao longo da década de 70 houve um processo de estatização da dívida, onde parte das dívidas cambiais das empresas privadas nacionais foram repassadas para o governo; quando da desvalorização do câmbio no início dos anos 80 o Estado absorveu seu impacto nas contas públicas e problema associada a tais contas se agravou sobremaneira.
6. **(2007 – 10)** A respeito das políticas de ajuste à crise do endividamento externo entre 1980 e 1985, é correto afirmar que:
7. o impacto da crise financeira externa foi atenuado pela melhora dos termos de intercâmbio do comércio exterior brasileiro, particularmente no biênio 1982-83.
8. as desvalorizações cambiais favoreceram o ajuste exportador, mas aumentaram o custo fiscal da dívida externa e tiveram impacto inflacionário.
9. a maioria das grandes empresas privadas nacionais conseguiu sobreviver ao impacto recessivo das políticas de ajuste, em parte porque venderam títulos da dívida pública para financiar investimentos crescentes.
10. o impacto recessivo das políticas de ajuste foi agravado pela redução do investimento das empresas estatais, muito endividadas em moeda estrangeira.
11. a reação defensiva dos bancos comerciais brasileiros atenuou o impacto recessivo das políticas de ajuste, pois eles fugiram do risco maior dos títulos da dívida pública e ampliaram o crédito ao setor privado.

Resp:

1. falso; O item é falso pois observa-se uma evolução negativa (queda) dos termos de troca ao longo do biênio citado (queda dos preços dos bens exportados e aumento do preço dos bens importados, inclusive o petróleo, apesar de nos anos anteriores esta queda ter sido mais significativa do que neste período).
2. verdadeiro; No sentido de procurar melhorar o saldo das contas externas, o governo realizou desvalorizações cambiais (sendo a mais contundente delas realizada em 1983) com vistas a melhorar o saldo da balança comercial. Contudo, o aumento do custo da dívida externa e o impacto inflacionário foram consequências naturais da alteração da taxa de câmbio.
3. falso; A afirmação está associada ao item (3) e nega a evidência empírica de que durante o período, houve uma significativa queda dos investimentos durante o período. Na verdade a aplicação de recursos em títulos públicos foi uma pratica da maior parte dos investidores no período
4. verdadeiro; De fato, boa parte do ajustamento das contas do setor público foi realizada através de queda dos investimentos estatais, este sendo parcialmente responsável pela significativa queda da formação bruta de capital fixo durante o período em questão.
5. falso; Na realidade, medidas governamentais foram adotadas justamente com o intuito de diminuir a geração de crédito por parte do setor bancário. É importante ressaltar que durante este período, parte significativa dos ganhos do setor financeiro foram obtidas através de ganhos de corretagem advindos da transação dos títulos públicos que foram emitidos internamente, durante o período, gerando um desvinculo dos ganhos financeiros em relação às atividades produtivas.
6. **(2008 - 9)** O período 1980-84 foi especialmente difícil para economia brasileira. Sobre este período, é correto afirmar que:
7. as políticas restritivas de demanda, adotadas em 1981, tiveram efeito praticamente nulo sobre a taxa de inflação.
8. as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI antes das eleições de 15 de novembro de 1982
9. em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI e que, nos 24 meses subsequentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo
10. graças à abertura democrática, o salário mínimo preservou seu valor em termos reais.
11. o ajustamento externo da economia, foi bem sucedido por ter gerado vultosos superávits comerciais e alcançado o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos

Resp:

1. VERDADEIRO; de fato, o período é marcado por políticas de controle da demanda agregada, mas cujos efeitos sobre a inflação tiveram impacto praticamente nulo, já que a inflação só cresceu neste período. Isso viria inclusive a motivar as discussões sobre a hipótese de inercialidade da inflação brasileira.
2. FALSO; frase a ser vista com cuidado, a primeira carta de intenções foi assinada apenas em 1983 e as negociações com o FMI se fizeram oficialmente apenas após as eleições (apesar de haver quem afirme que negociações já haviam sido inicializadas mesmo que informalmente antes das eleições)
3. VERDADEIRO; o Brasil reeditou as cartas de intenções alterando parâmetros que não eram alcançados, especialmente sobre déficit público, inflação e metas monetárias.
4. 3) FALSO; o período é marcado por uma política de “fortalecimento” da relação câmbio – salário: o crescimento do primeiro como estimulante às exportações e a queda de segundo também, na medida em que significava uma redução de custos e diminuía as importações.
5. VERDADEIRO; com o fim da entrada de capitais, foi necessário o alcance de fortes superávits comerciais de modo a se fazer frente aos compromissos externos assumidos anteriormente, e que se elevaram com o aumento dos juros internacionais. Em boa parte, tal superávit foi obtido por meio de desvalorização cambial e de recessão interna.
6. **(2009 -9)** Com relação ao ajuste do balanço de pagamentos, ocorrido na primeira metade da década de 1980, pode-se afirmar que:
7. um dos seus elementos centrais foi o estímulo às exportações, por meio da adoção de uma política de desvalorização cambial.
8. como resultado de sua aplicação, a economia brasileira voltou a apresentar taxas de crescimento acima de 7% ao ano, entre 1983 e 1985.
9. um dos fatores que permitiu o ajuste da balança comercial foi a melhoria observada nas relações de troca entre 1978 e 1983.
10. obrigado a recorrer ao FMI, no final de 1982, o Brasil firmou diversas cartas de intenção a partir deste ano, conseguindo cumprir, na maioria das vezes, todas as metas fixadas, o que lhe garantiu os empréstimos e avais necessários para a não decretação da moratória, a despeito do quadro crítico das contas externas.
11. impactou positivamente no saldo da balança comercial, de início por intermédio do aumento das exportações e, posteriormente, em virtude da redução das importações, devido à maturação dos investimentos do II PND.

Resp:

1. VERDADEIRO; De fato, em função da crise do Balanço de Pagamentos, o governo adotou uma série de medidas que tinham como meta ampliar as exportações brasileiras. A desvalorização cambial foi uma das medidas adotadas, de modo que a inflação brasileira do período não gerasse uma valorização excessiva da taxa real de câmbio.
2. FALSO; Em 1983 o crescimento do PIB foi negativo, da ordem de -2,8%. Em 1984 e em 1985, por sua vez, as taxas de crescimento foram da ordem de 5,7% e 8,4%. Vale ressaltar (uma “dica” para facilitar a memorização) o fato de que, após a IIª Guerra Mundial, 1981 e 1983 foram os primeiros anos em que a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi negativa.
3. FALSO; Os termos de troca no período foram desfavoráveis ao Brasil, com os preços das importações, especialmente entre 1978 e 1980, subindo muito mais que o das exportações,
4. FALSO; Se é verdade que o Brasil assinou várias cartas de intenção, o motivo pelo qual se escreveram e assinaram várias cartas foi justamente o seu não cumprimento, especialmente no que tange as metas monetárias e fiscais.
5. FALSO; Entre 1981 e 1985, é observada uma tendência sistematicamente negativa das importações brasileiras, e esta foi a razão predominante do saldo positivo da balança comercial, uma vez que até então havia uma tendência crescente das importações brasileiras.
6. **(2010 -10)** No que se refere à tentativa de ajuste da economia brasileira após o choque financeiro externo, no início da década de 1980, pode-se afirmar que:
7. O governo desvalorizou o cruzeiro e manteve a indexação de salários, embora alterasse a política salarial anteriormente vigente por outra que procurava limitar o repasse da inflação aos salários.
8. A substituição do financiamento externo pelo interno, juntamente com uma política monetária contracionista, implicou em forte elevação dos encargos financeiros da dívida pública interna.
9. As políticas adotadas no período foram bem sucedidas no que se refere ao objetivo específico de alongar, voluntariamente, o financiamento da dívida pública.
10. A carga tributária bruta caiu nos primeiros anos da década de 1980, embora o setor público precisasse arcar com encargos financeiros crescentes.
11. Entre 1980 e 1985, a dívida pública dobrou como proporção do PIB.

Resp:

1. VERDADEIRO; De fato, no sentido de evitar que a desvalorização cambial fosse repassada salários (o que agravaria o problema inflacionário), o governo adotou medidas como (i) a eliminação do adicional de 10% que incidia sobre a variação semestral do INPC para os assalariados com renda até três salários mínimos e a redução dos coeficientes de repasse na faixa salarial de três a dez salários mínimos, assim como (ii) a eliminação da livre negociação a partir de vinte salários mínimos. A desindexação salarial e a aceleração inflacionária corroeram aproximadamente 15% do poder de compra dos salários em 1983 (para maiores detalhes, vide página 332 de Abreu et alli (1990)).
2. VERDADEIRO; A afirmativa se refere, quando diz “substituição do financiamento externo pelo interno”, à necessidade que o governo teve de gerar dívida interna para poder adquirir as cambiais (gerada pelos exportadores privados) de modo a fazer frente aos pagamentos relativos a dívida externa. Neste processo a negociação com o setor privado (que adquire a dívida interna) se fez com base em uma deterioração das condições da dívida, especialmente em termos de juros mais altos e prazos mais curtos. A política contracionista também implicava na elevação das taxas de juros da dívida pública.
3. FALSO; Pelo contrário, em um contexto de endividamento externo elevado e de elevação da taxa de juros externa, o financiamento da dívida pública foi realizado com prazos cada vez mais curtos e com encargos cada vez maiores.
4. VERDADEIRO; A classificação desta sentença como verdadeira merece cautela. Com base no apêndice estatístico de Giambiagi et alli (2005), a carga tributária do Brasil, como % do PIB, foi igual a 24,5% em 1980 e a partir daí, cresce: 25,2% em 1981, 26,2% em 1982 e 26,9% em 1983. A partir daí, passa a decrescer: 24,2% em 1984 e 23,8% em 1985.
5. FALSO; A dívida pública federal passou neste período de 6,7% do PIB para 30,8% do PIB. Portanto, mais do que dobrou.
6. **(2011 -10)** A crise dos anos 1980 foi marcada pelas seguintes circunstâncias:
7. Reversão da trajetória de crescimento da dívida externa, às custas de aceleração da inflação e redução da taxa de crescimento da demanda agregada.
8. Crescimento da dívida pública interna, associado em parte aos grandes superávits da balança comercial.
9. As duas recessões (1981 e 1983), decorrentes do “ajuste monetário do balanço de pagamentos”, contribuíram para os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.
10. As políticas que levaram à obtenção de grandes saldos na balança comercial contribuíram, decisivamente, para sucessivos aumentos da taxa de inflação.
11. A indexação generalizada da economia se tornou um mecanismo poderoso de propagação da inflação e também de rigidez dos preços à baixa.

Resp:

1. FALSO; A primeira metade da década de 80 apresenta crescimento da dívida externa e esta tendência era observada já ao longo da década de 70, o que nega a assertiva. Por outro lado, de fato, é observada aceleração da taxa de inflação, ainda que em 1981 e em 1983 tenham sido observadas taxas negativas de crescimento do PIB.
2. VERDADEIRO; À época, a maior parte da dívida externa era pública, mas o superávit comercial era detido pelas empresas privadas do país. Desta forma, o governo brasileiro se endividou junto ao setor privado interno de modo adquirir o montante de moeda externa necessário para fazer frente aos compromissos externos (pagamento dos juros da dívida externa).
3. FALSO; Segundo Giambiagi et alli (2005), os juros altos atuariam tanto reduzindo o déficit em conta corrente do BP, por via da redução das importações, como por via da entrada de recursos do exterior, o que melhoraria a conta de capital. Embora esta política tenha sido positiva no sentido de melhorar o saldo da balança comercial, não foi bem sucedida na promoção do ajuste fiscal, até porque a política de juros altos e as desvalorizações cambiais de 1979 e de 1983 elevavam os encargos com a dívida interna e externa.
4. VERDADEIRO; A resposta deste item está associada à resposta do item anterior. As políticas de juros altos e de desvalorizações cambiais colocadas em prática durante a primeira metade dos anos 80 tiveram impactos significativos sobre o comportamento da dívida pública (especialmente a interna) e sobre o comportamento da inflação, ou seja, ambas cresceram no período.
5. VERDADEIRO; A correção monetária (instituída durante o PAEG), que à época da crise dos anos 80 já estava amplamente disseminada na economia, funcionava como um propagador da inflação ao longo do tempo assim como tornava rígido o eventual movimento de queda dos preços, conforme exposto na assertiva. Na época, já se disseminava o debate sobre o caráter inercial da inflação brasileira, que viria a se desenvolver mais profundamente na segunda metade dos anos 80.
6. **(2012 – 10**) Na década de 1980, problemas associados ao balanço de pagamentos se acentuaram na economia brasileira. Caracteriza(m) esse período:
7. a elevação significativa da participação dos juros nos déficits de transações correntes verificados.
8. a elevação da taxa de juros internacional a partir de 1985, após ter permanecido baixa nos primeiros anos da década.
9. a elevação da transferência líquida de recursos reais para o exterior, para pagamento de parte da soma dos serviços e amortizações da dívida externa.
10. o programa oficial de ajuste externo acordado entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional em 1981, prevendo metas de superávit comercial em 1982.
11. a queda do financiamento externo para as estatais, que havia sido importante para os investimentos dessas empresas na década de 1970.

Resp

1. VERDADEIRO, o aumento dos juros nos EUA fez com que a parcela de juros pagos pelo Brasil em relação à sua dívida externa (que havia sido contraída com base em juros flutuantes) se elevasse impactando negativamente a balança de serviços e consequentemente a de transações correntes
2. FALSO, os juros subiram em 1979
3. VERDADEIRO, geraram-se superávits comerciais, os dólares ali gerados foram assim transferidos ao exterior, pagando-se pelo uma parte dos juros da dívida externa para os credores internacionais
4. FALSO, o acordo com o fundo foi assinado em 1983, no máximo pode-se considerar que as negociações se iniciaram no fim de 1982
5. VERDADEIRO, foi se tornando cada vez mais difícil a captação de recursos pelo país no mercado financeiro internacional; as estatais, no lustro anterior, foram as empresas que mais haviam captado recursos e viram assim esta fonte de financiamento minguar
6. **(2013 – 10)** Com relação à natureza da inserção econômica externa do Brasil e o choque financeiro internacional a partir do final da década de 1970, é correto afirmar:
7. A política monetária dos Estados Unidos (EUA) provocou uma recessão mundial que deteriorou fortemente as relações de troca do comércio exterior brasileiro.
8. A transferência de recursos reais para o exterior, propiciada pelos *superávits comerciais, estabilizou a dívida externa líquida brasileira a partir* de 1983.
9. A redução das taxas de juros internacionais no biênio 1980-1981 (em relação ao biênio anterior) impactou positivamente a conta financeira do balanço de pagamentos do país, compensando a deterioração dos termos de intercâmbio.
10. A desvalorização cambial foi importante na reação da política econômica brasileira ao choque externo.
11. A suspensão do refinanciamento internacional criou, concomitantemente, um problema cambial e de financiamento do setor público no Brasil.

Resp:

1. VERDADEIRO, a maior parte dos países reagiu recessivamente à política dos EUA o que dificultou ainda mais nossas exportações
2. FALSO; a dívida externa continuou crescendo mesmo depois de 83 pelo menos até 1987.
3. FALSO; no referido biênio a conta de serviço se deteriora e a s entradas autônomas de capita diminuem
4. VERDADEIRO, especialmente a desvalorização cambial de 1983 que significou um a desvalorização real do cambio
5. VERDADEIRO, pois além de um problema de balanço de pagamentos que se tornava deficitário, com mais saída que entrada de divisas, afetou o setor público pois a maior parte da dívida que deixa de ser refinanciada era uma dívida pública e contraída por empresas estatais
6. **(2013 -11)** No que se refere à crise dos anos 1980 e às políticas de ajuste adotadas, pode-se afirmar que:
7. A economia brasileira foi fortemente prejudicada pela elevação da taxa de juros dos EUA, que tinha por objetivos controlar a inflação e defender o papel do dólar como moeda internacional.
8. O “ajuste monetário do balanço de pagamentos” era indicado, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países endividados em crise.
9. O objetivo central do ajuste era a obtenção de expressivos *superávits na* balança comercial.
10. A contrapartida do ajuste foi a aceleração da inflação e o aumento da dívida pública.
11. A “inflação corretiva” de produtos e serviços das empresas estatais preservou sua capacidade de realizar investimentos, mas prejudicou a política de combate à inflação realizada pelo ministro Delfim Neto.

Resp:

1. VERDADEIRO, esta política prejudicou o Brasil pois encareceu a dívida externa brasileira contraída com juros flutuantes e pois atraiu capital para os EUA e dificultou o refinanciamento desta própria dívida assim como dos déficits em transações correntes
2. VERDADEIRO; esta era a política indicada pelo FMI que consistia numa diminuição da absorção doméstica por meio de políticas fiscais e monetárias contracionistas e pela desvalorização cambial
3. VERDADEIRO; o objetivo da política de (1) era gerar superávits na balança comercial que permitissem fazer o pagamento da dívida externa
4. VERDADEIRO, a geração dos superávits comerciais necessitou de desvalorizações cambiais as quais aceleraram a inflação, e esta mesmo com a ampliação do hiato do produto não regredia, consagrando a ideia de que havia certa inércia na inflação brasileira; por outro lado os saldos comerciais acabaram por ser gerados pelo setor privado, mas estes saldos ou os dólares a eles correspondentes deveriam ser adquiridos por aqueles que os necessitavam para fazer frente a seus compromissos externos, ou seja especialmente as estatais e o governo, esta aquisição das divisas por parte do setor público acabou por se realizar por meio da emissão de títulos internos, aumentando assim a dívida interna do setor público no período
5. FALSO, neste período Delfim não praticou uma política de inflação corretiva.
6. **(2014 -11)** A economia brasileira gerou saldos positivos na balança comercial na década de 1980. Tais saldos:
7. foram favorecidos pela desvalorização cambial real da moeda brasileira.
8. foram favorecidos pelo aumento do preço das *commodities* no mercado mundial, principalmente depois do aumento da demanda chinesa por produtos primários.
9. foram favorecidos pela maturação dos projetos do II PND, que aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira de bens intermediários.
10. foram favorecidos pela recessão da economia nacional, que permitiu que parte da demanda interna por bens intermediários fosse orientada para exportação.
11. foram grandes a ponto de permitir a contração do estoque da dívida externa a partir de 1984.

Resp:

1. VERDADEIRO, houve uma desvalorização nominal no fim de 1979 que não se transformou por muito tempo em desvalorização nominal, mas no início de 83 outra maxi desvalorização nominal foi sucedida por minidesvalorizações o que gerou uma desvalorização real do cambio com efeitos positivos sobre a balança comercial
2. FALSO, este fato se refere ao que ocorre no período recente, nos anos 80 não há aumento da demanda chinesa, os termos de troca brasileiro foram negativamente afetados pelo segundo choque do petróleo no período mas em geral durante a década não foram desfavoráveis ao Brasil
3. VERDADEIRO, para vários autores, como Antônio Barros de Castro e outros, a maturação dos investimentos previstos no II PND e que tiveram sua maturação apenas na década seguinte (anos 80) foram importantes para melhorar o desempenho da balança comercial, pois diminui importações de diferentes bens intermediários e facilitaram tb algumas exportações
4. ANULADA
5. FALSO, foram significativos e possibilitaram pagar parte substancial dos juros da dívida externa, mas dívida externa em si ainda ascendeu na década de 80
6. **(2015 – 10)** A década de 1980 foi chamada de “década perdida”. Sobre ela, pode-se afirmar:
7. A taxa de crescimento PIB foi, em média, mais baixa na década de 1980 do que na década de 1970, mas em nenhum ano foi negativa.
8. O superávit comercial em 1984, em simultâneo ao crescimento surpreendente do PIB, foi interpretado por alguns autores como fruto de um componente de ajuste estrutural reflexo das políticas do lI PND.
9. As taxas de crescimento da produção industrial chegaram a apresentar índices negativos nos primeiros anos da década de 1980.
10. Os pacotes de ajuste do FMI previam um aporte de capital superior às necessidades do financiamento do déficit de transações correntes, para permitir acumulação de reservas e assim uma proteção contra eventuais variações da demanda internacional.
11. O programa fiscal ortodoxo negociado com o FMI, em 1982, forçou o país a reverter o processo de estatização da dívida em curso desde o final da década de 1970.

Resp:

1. FALSO, o crescimento do PIB foi negativo em 1981 e em 1983 (- 4,3% e - 2,9% respectivamente)
2. VERDADEIRO, o superávit comercial alcançado naquele ano, ao mesmo tempo que houve uma retomada do crescimento econômico é atribuído por alguns autores como Antônio Barros de Castro a materialização dos esforços iniciados no II PND de reverter as condições de oferta, com investimentos que acabaram por se materializar e possibilitaram tanto o aumento de diversas exportações como a redução de algumas importações
3. VERDADEIRO, tanto em 1981 como em 1983 a produção industrial teve taxa negativa de crescimento (- 8,8% e – 5,9% respectivamente)
4. FALSO, o aporte de capital apenas evitava uma deterioração muito grande do Balanço de pagamentos, mas não a ampliação das reservas
5. FALSO, o ajuste previa uma tentativa de ajuste para pagar os juros da dívida, neste período inclusive o total da dívida continuou a se expandir e ainda sendo principalmente estatal

## Questões abertas – Tópico 6

1. **(1996)** O aumento do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais no final dos anos 70 provocou uma alteração substancial na política econômica. Descreva estas alterações e seus efeitos.
2. **(2000)** Discuta os efeitos da crise do endividamento externo de 1982 sobre a economia brasileira e faça uma análise crítica da postura do governo diante daquela crise.
3. **(1993)** Analise as principais consequências das políticas adotadas no período Geisel sobre a economia brasileira da década de 80.
4. **(2005**) Estabeleça a relação entre a chamada estratégia de 1974 (crescimento com endividamento) e o desempenho da economia na primeira metade da década de 1980.
5. **(2011)** Explicite e analise as distintas visões acerca do II PND, elaborado e executado pelo Governo Geisel, em particular no que concerne às razões que levaram a sua adoção e as suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 80.
6. **(1995)** Modificações na economia mundial ao final dos anos setenta e primeiros anos da década seguinte produziram efeitos adversos no balanço de pagamentos do Brasil, dificultando o pagamento da dívida externa e provocando mudanças na política brasileira. Mostre como as mudanças de política contribuíram, de um lado, para a redução do déficit do balanço de pagamentos, mas por outro, aceleraram a Inflação.
7. **(1990)** Examine em que medida a dívida externa e os expressivos superávits obtidos na balança comercial brasileira ne década de 80 atuam como obstáculos à retomada sustentada do crescimento econômico do País.
8. **(1991)** Analise o desempenho da balança comercial brasileira nos anos 80, e discuta tanto as razões que levaram o país a gerar elevados superávits em sua balança comercial a partir de 1983, como a natureza do ajustamento realizado para obtê-los, e as condições de sua sustentabilidade.
9. **(1998)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique sua posição: “As políticas de ajuste do setor externo executadas após a crise da dívida de 1982 implicaram duas assimetrias, a saber: o ajuste, por um lado, recaiu unilateralmente sobre os países endividados e, por outro, penalizou mais pesadamente as empresas estatais do que as empresas do setor privado.”
10. **(1999)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique sua posição: “A transferência de recursos reais ao exterior, no período que vai da eclosão da crise da dívida em 1982 ao início dos anos noventa, impediu a retomada sustentada do crescimento econômico brasileiro no referido período”.
11. **(2007)** Discuta as causas e consequências do “processo de estatização da dívida externa” nas décadas de 1970 e 1980.
12. **(2011)** Explique a lógica e a natureza do "enfoque monetário do balanço de pagamentos" proposto e recomendado pelo FMI nos anos 1980, bem como as causas e consequências de sua adoção na economia brasileira.
13. **(2012)** Avalie o impacto da crise do endividamento externo e dos ajustes externos preconizados pelo FMI sobre a economia brasileira, na década de 1980
14. **(1990)** Discuta as causas da crise fiscal em que mergulhou o Estado brasileiro nos anos 80 e analise as suas consequências para o crescimento econômico, para o investimento produtivo e para a estabilidade monetária.
15. **(1992)** Explique a natureza e as origens da crise fiscal da década de 80.
16. **(2008**)Aborde os motivos da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro na década de 1980.
17. **(2009)** Comente a seguinte afirmação: nos primeiros anos da década de 1980 ocorreu um fortíssimo choque externo que, juntamente com a política de ajuste implementada para enfrentá-lo, provocou a fragilização financeira do setor público.
18. **(2015)** Muitos creditam a reversão da trajetória de crescimento econômico, registrada até a década de 1980, ao chamado “esgotamento do modelo de substituição de importações”. Apresente argumentos que poderiam justificar essa tese e também argumentos que sustentem uma leitura distinta e, eventualmente, oposta.

# Questões relativas ao tópico 7: Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.

A segunda metade da década de 80 é notadamente marcada por um elemento primordial: a inflação. Vários planos foram implementados no sentido de combater tal problema, sendo um conceito bastante relevante na análise do período o conceito de inflação inercial. Alguns pontos a respeito do período devem ser analisados com mais profundidade, entre os quais pode-se citar:

1. O diagnóstico da inflação inercial: “choque heterodoxo” X “moeda indexada”:
2. Diferença entre os diagnósticos e propostas para solução do problema;
3. Os planos implementados: diferenças e semelhanças existentes entre os mesmos (não só em relação ao controle de preços em si, mas também em relação à conduta da política monetária e fiscal);
4. Comportamento da demanda agregada frente os planos implementados.

**Tabela síntese dos planos de contenção inflacionária nos anos 80**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Francisco Dornelles | Dílson Funaro | | | | Bresser Pereira | Maílson da Nóbrega |
| 03/1985 | 09/1985 | 02/1986 | 06/1986 | 11/1986 | 05/1987 | 01/1989 |
|  |  | Cruzado I | Cruzadinho | Cruzado II |  | Plano Verão |
|  |  | Reforma monetária (Cruzado) |  |  |  | Reforma monetária (Cruzado Novo) |
| Congelamento de preços |  | Congelamento dos preços. Os salários não foram congelados. |  |  | Congelamento de salários e preços por, no máximo, três meses. | Congelamento de preços |
|  |  |  | Tímido pacote fiscal para desaquecer consumo (véspera das eleições) | Pacote fiscal visando elevar a arrecadação do governo através do ajuste de alguns preços públicos e de impostos indiretos | Programa híbrido, contendo elementos ortodoxos e heterodoxos para combater a inflação. | Programa híbrido: do lado ortodoxo, contração da demanda; do lado heterodoxo, extinguir os mecanismos de realimentação da inflação. |
| Modificação nas fórmulas de cálculo da correção monetária e das desvalorizações cambiais (correção trimestral) | Retoma as correções monetárias e cambiais vigentes antes de Dornelles (correção mensal) | Taxa de câmbio é fixada. |  |  | Taxa de câmbio não é congelada (mantém a regra de minidesvalorizações).  O governo procura praticar taxas de juros reais. | Taxa de câmbio é fixada em 1US$ = 1NCz$. |
| Choque (negativo) agrícola | Choque (negativo) agrícola |  |  |  |  |  |
|  | Índice oficial de inflação deixar de ser o IGP-DI e passa a ser o INPC | Deslocamento da base do IPCA para 28/06/1986. O novo índice utilizado é o IPC (tem as mesmas ponderações do IPCA) |  | Os aumentos dos preços dos automóveis, cigarros e bebidas deveriam ser expurgados do IPC. Na prática, tal expurgo não ocorreu. | Governo institui a URP, uma nova base de indexação salarial para vigorar após o congelamento. |  |

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 7

1. **(2007 – 11)** A partir do início da década de 1980 ganhou adeptos no Brasil a hipótese da “inflação inercial”. A respeito dessa hipótese e das proposições para combater a inflação inercial, são corretas as afirmativas:
2. As expectativas desempenham papel fundamental para explicar a autonomia da inflação;
3. A proposta de Francisco Lopes - denominado choque heterodoxo - é de que as políticas monetária e fiscal sejam passivas;
4. Na visão de Nakano e Bresser Pereira, o déficit público só seria inflacionário se a economia operasse a pleno emprego;
5. Na proposta de André Lara Resende e Pérsio Arida, uma nova moeda indexada à inflação do mês imediatamente anterior deveria, obrigatoriamente, manter a paridade fixa com o dólar;
6. Choques de oferta ou de demanda explicariam as mudanças de patamar da inflação, seja no sentido ascendente, seja no sentido descendente.

Resp:

1. Assertiva oficialmente anulada pela ANPEC; Considerando o raciocínio contido na proposta de Francisco Lopes, a inércia inflacionária pode ser vista como função da existência de acordos (contratos) com cláusulas de indexação – em outras palavras, o componente de realimentação da inflação em função da inflação passada é que gerava a permanência da espiral inflacionária ao longo do tempo – na validade deste raciocínio, a influência das expectativas sobre o comportamento dos preços é mais restrita. Por outro lado, a questão das expectativas passa a ser relevante caso não haja probabilidade de que a indexação dos contratos seja reduzida ou controlada, gerando automaticamente esperanças de que tal configuração perdure ao longo do tempo;
2. VERDADEIRO Não só a proposta de Francisco Lopes, como também a proposta de Bresser Pereira e Nakano, sugere que o controle do processo inflacionário deveria ser realizado através do congelamento total de preços e salários, acompanhados de uma política monetária e fiscal passiva. Essa passividade seria recomendada uma vez que políticas fiscais e monetárias ortodoxas poderiam gerar recessão e piora das contas públicas, sem nenhum efeito mais contundente sobre o aumento de preços (dada que a estrutura de reajustamento de preços era função da já discutida indexação dos contratos);
3. VERDADEIRO Efetivamente os déficits públicos seriam inflacionários para os autores em condição de pleno emprego
4. FALSO A proposta “Larida” não apresentava o argumento de que tal paridade com o dólar seria efetivamente necessária para o plano de estabilização de preços. Contudo, a inserção de tal mecanismo foi adotada no plano Real como forma de auxiliar o plano, uma vez que a estabilidade da taxa de câmbio seria automaticamente projetada para os preços domésticos. Uma discussão enriquecedora deste ponto se encontra em Giambiagi (2005), página 156, na qual é apresentada uma análise da introdução do plano Real;
5. FALSO Os choques se fazem no sentido ascendente do patamar de inflação e na no descendente.
6. **(2008 - 10)** A respeito das diferentes interpretações sobre a natureza da inflação brasileira na década de 1980, é correto afirmar que:
7. para os pós-keynesianos, a instabilidade cambial trazida pela crise do endividamento externo foi um dos principais motivos da aceleração inflacionária;
8. o congelamento de preços e salários foi a única proposta dos defensores da tese da inflação inercial, para romper a indexação dos preços correntes à inflação passada;
9. para os monetaristas, choques cambiais elevaram o patamar da inflação inercial no triênio 1980-1982, enquanto o risco de novos choques tendia a acelerá-la;
10. para os pós-keynesianos, o principal motivo de perda de controle da oferta de moeda entre 1980 e 1982 foi a acumulação de reservas cambiais trazida pelo superávit comercial;
11. para os defensores da tese da inflação inercial, os choques de oferta tendiam a elevar o patamar da inflação, mas choques de demanda tendiam a reproduzir a tendência inercial.

Resp:

1. VERDADEIRO; Para os pós-keynesianos, a instabilidade do cambio junto com a defesa dos *mark-ups* nesta situação por parte das empresas do setor fix price favorece a aceleração inflacionária;
2. FALSO; A proposta Larida (moeda indexada) era uma proposta diferente do congelamento de preços (choque heterodoxo) e envolvia, em suma, uma estratégia de indexação plena e aceleração inflacionária;
3. FALSO; Esta era parte da visão pos-keynesiana, e não da visão monetarista;
4. FALSO; A resposta a (0) e (2) deixa claro que a posição pos-keynesiana via no risco da desvalorização um dos componentes da aceleração inflacionária, e não na questão do acúmulo de reservas;
5. FALSO Na verdade ambos os choque aceleravam ai inflação.
6. **(2012 – 12)** Na década de 1980, a hipótese da “inflação inercial” ganhou adeptos no Brasil. A respeito desta hipótese e das proposições para combater a inflação, é correto afirmar que:
7. De acordo com os defensores da hipótese, variações na base monetária e na demanda agregada seriam mais importantes para explicar as mudanças de patamar da inflação do que choques de custo, especialmente no início da década de 1980
8. de acordo com os defensores da hipótese, a inflação tenderia a permanecer alta mesmo depois que o motivo original da elevação desaparecesse.
9. alguns de seus críticos afirmavam que havia uma tendência de aceleração da variação de preços em meio à crise da dívida externa e as políticas de ajuste, por causa da grande incerteza acerca, sobretudo, das taxas de câmbio e juros.
10. todos os teóricos da “inflação inercial” desaconselhavam o recurso a congelamentos de preços e salários como meio de combater a tendência inercial.
11. de acordo com os defensores da hipótese, a indexação dos reajustes de preços à inflação passada impediria a estabilidade de preços, mas não a estabilidade da taxa de inflação, na ausência de novos choques.

Resp:

1. FALSO; para os inercialistas, a aceleração da inflação pode ocorrer tanto em função de choques de demanda como de custos, no inicio da década de 80, especialmente a aceleração da inflação entre 100 e 200% não é atribuída a um Choque de demanda
2. VERDADEIRO, este é o caráter tendencial da inflação ou a inercia
3. VERDADEIRO, esta é a versão de autores ditos pos keynesianos para a inflação brasileira
4. FALSO, autores como Francisco Lopes defendiam o recurso ao congelamento que inclusive foi adotado
5. VERDADEIRO, a assertiva joga com as palavras estabilidade de preços e estabilidade da inflação que efetivamente ocorre com a chamada inflação inercail em parte explicada pelos mecanismo de indexação
6. **(1999 - 12)** Os diferentes planos de estabilização implementados a partir de meados dos anos oitenta (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II e Real) foram influenciados pela concepção de inflação inercial. Tal concepção:
7. Propõe uma distribuição de renda a favor dos assalariados como requisito da estabilização;
8. Deu origem a duas propostas de combate à inflação, a saber: a do congelamento de preços e rendimentos e a da moeda indexada;
9. Desconsidera a importância dos choques inflacionários na explicação do comportamento da inflação brasileira nos anos oitenta;
10. Proporcionou a justificativa teórica ao bloqueio dos ativos financeiros promovido pelo Plano Collor I;
11. Explica a inércia inflacionária a partir da inexistência de sincronia nos processos de indexação de preços e rendimentos.

**Resp:**

1. FALSO, o equívoco está na afirmação que o diagnóstico da inflação inercial propõe uma redistribuição salarial. Na realidade, tanto a proposta do “choque heterodoxo” como a da “moeda indexada” tinham como ponto de partida a inercialidade da inflação brasileira, mas ambas pressupunham resolvidos quaisquer conflitos distributivos da renda pré-existentes.
2. VERDADEIRO: as duas propostas para solucionar a inflação brasileira, quais sejam, a “moeda indexada” e o “choque heterodoxo” foram, de fato, influenciadas pelo conceito de inflação inercial.
3. FALSO, pelo fato de que o diagnóstico da inflação inercial considera relevante o papel de choques inflacionários na perpetuação da elevação de preços da economia, embora o componente de tendência seja o principal componente na perpetuação do movimento de preços e salários da economia (principalmente quando o componente de choque passa a perder importância ao longo de um determinado período de tempo).
4. VERDADEIRO: apesar de existir concepções inerciais por trás do plano Collor estas não justificam teoricamente o bloqueio.
5. VERDADEIRO: a inexistência de sincronia no movimento dos preços e dos salários é o que, entre outros, justifica a existência da inflação de acordo com o diagnóstico da inflação inercial. Se o “choque heterodoxo” propunha um rompimento da memória inflacionária (inercialidade) para os períodos subsequentes, a “moeda indexada” propunha, por sua vez, uma “hiperinflação” visando sincronizar todos os movimentos de salários e preços da economia, retirando posteriormente os reajustes.
6. **(2005 - 12)** Na segunda metade da década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990 foram implementados diversos planos de combate à inflação. Sobre estes, é correto afirmar:
7. O Plano Cruzado foi formulado sob a concepção de que a inflação brasileira era basicamente de natureza “inercial”.
8. A manutenção de taxas de juros elevadas foi um dos instrumentos de controle de demanda utilizado pelo Plano Cruzado.
9. Uma das diferenças entre os planos Bresser e Cruzado foi a ênfase do primeiro sobre o controle do déficit público.
10. Ao contrário dos planos Cruzado e Bresser, o Plano Verão não estabeleceu o congelamento de preços e salários.
11. O impacto recessivo do Plano Collor foi atenuado graças ao desempenho das exportações.

Resp:

1. VERDADEIRO: conforme já analisado anteriormente;
2. FALSO: o Plano Cruzado não contemplou nenhuma medida específica de política monetária, o que torna a afirmação incorreta;
3. VERDADEIRO: de fato, esta pode ser vista como uma das grandes diferenças existentes entre estes dois planos. O Plano Bresser contemplava medidas para reduzir o déficit público, embora seus impactos iniciais possam ser considerados discretos (vide página 368 do Ordem do Progresso);
4. FALSO: os três planos em questão envolveram alguma espécie de congelamento, seja ele de salário, de preços, ou de ambos. Assim, a afirmação é incorreta;
5. FALSO: com base nos dados de exportação brasileira, a afirmação é incorreta, pois se observa justamente o oposto, ou seja, os anos de 1990 e 1991 representam justamente anos de menor valor exportado comparativamente aos anos de 1989 e 1992 (vide Ipeadata, para maiores esclarecimentos).
6. **(2008 – 11)** A respeito dos planos de combate à inflação adotados entre 1986 e 1994, é correto afirmar:
7. a abertura financeira de 1992 auxiliou o Plano Real, ao permitir a acumulação de reservas cambiais e ao promover a gradual desvalorização da moeda nacional antes do plano de estabilização
8. o aumento do saldo comercial em 1986 prejudicou o Plano Cruzado, devido ao impacto monetário que resultou da elevação das reservas cambiais;
9. para reduzir os desequilíbrios distributivos decorrentes do congelamento de preços, o Plano Bresser instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP);
10. o Plano Real postergou crises cambiais que prejudicaram outros programas de estabilização ao definir uma taxa de câmbio compatível com superávits comerciais;
11. fiel à propalada aversão do então Ministro da Fazenda a congelamentos, o Plano Verão preferiu recorrer à contração da oferta de moeda para combater a inflação

Resp:

1. VERDADEIRO; A abertura financeira junto com um choque de juros permitiu a entrada de capitais que ao serem em parte acumulados na forma de reservas, criou um “colchão amortecedor” para os problemas cambiais que a estabilização do plano traria;
2. FALSO; Em 1986 houve uma deterioração da balança comercial e um déficit no balança de transações correntes, diferentemente do afirmado na assertiva;
3. VERDADEIRO; Efetivamente o Plano Bresser introduziu a URP como mecanismo que possibilitasse rearranjo de preços relativos;
4. FALSO; O Plano Real enfrentou crises cambiais com acumulo de reservas e entrada de capitais, mantendo um câmbio relativamente estável frente a pressões que demandavam a sua desvalorização justamente para reequilibrar o balanço de pagamentos
5. FALSO; O Plano Verão contou com congelamento de preços, conforme pode ser visto na tabela síntese.
6. **(2011 - 11)** Sobre os planos de combate a inflação das décadas de 1980 e 1990, é correto afirmar:
7. A abertura comercial e financeira, as privatizações, a apreciação cambial e a adoção de elevadas taxas de juros reais foram peças-chave na condução do Plano Real.
8. A utilização da moeda indexada no Plano Cruzado tinha como objetivo combater a inflação inercial.
9. O Plano Real, até os efeitos da crise do México, possibilitou período de crescimento do nível da atividade econômica causado, dentre outros motivos, pelo incentivo ao consumo decorrente da queda da taxa nominal de juros das aplicações financeiras, principalmente dos pequenos poupadores.
10. A execução do Plano Bresser, quando da adoção do congelamento, foi facilitada pela existência de simetria entre os preços relativos.
11. Ao contrário da década de 1980, uma condição externa favorável ao sucesso do Plano Real foi a facilidade de tomar financiamento nos mercados internacionais.

Resp:

1. VERDADEIRO; De fato, o Plano Real teve os pontos apresentados na assertiva como suas principais características. Cabe destacar também, entre outros, a política de ajuste fiscal posta em prática antes da instituição do plano, por via do chamado Fundo Social de Emergência, dado que o comportamento do saldo fiscal do governo era visto como um elemento importante na condução do plano.
2. FALSO; A ideia da “moeda indexada” foi posta em prática durante o Plano Real, e não durante o Plano Cruzado, em que a opção adotada foi o do congelamento de preços (o chamado “choque heterodoxo”).
3. VERDADEIRO; A assertiva descreve o período vivido entre a imediata estabilização dos preços e a primeira crise internacional, qual seja, a mexicana, de 1995. Logo após a queda da inflação, houve significativa queda dos juros nominais e a própria estabilidade de preços aumentou de forma significativa o consumo de bens duráveis (eletrodomésticos, por exemplo) no país;
4. FALSO: A interpretação da assertiva demanda cautela. O primeiro plano que contemplou o congelamento de preços foi o Cruzado, em fevereiro de 1986, embora o plano Bresser (junho de 1987) também tenha feito uso do congelamento de preços. Como o plano Cruzado foi instituído “de surpresa”, muitos preços haviam sido recém-ajustados e, portanto, estavam “no topo”. Por outro lado, muitos preços estavam prestes a ser reajustados, ou seja, estavam “no vale” (eram justamente estes os principais produtos que passariam a ficar em falta no mercado). Desta forma, no início do plano, observa-se uma forte distorção de preços relativos, o que viria a contribuir para o seu fracasso.
5. VERDADEIRO; De fato, um dos principais determinantes do sucesso do plano Real foi o ambiente favorável de liquidez internacional, que permitiu ao Brasil acessar o mercado de capitais internacionais, especialmente porque a política de valorização da nova moeda doméstica era um dos pontos importantes para se atingir a estabilidade de preços.
6. **(2012 – 11)** A respeito dos planos de estabilização inflacionária a partir de 1986, é correto afirmar que:
7. todos os planos de estabilização que recorreram ao congelamento de preços procuraram fixar a taxa de câmbio nominal, mas foram prejudicados pela escassez de financiamento externo voluntário.
8. o aumento da demanda interna durante o Plano Cruzado reduziu excedentes exportáveis na indústria de transformação (sobretudo em alguns ramos de insumos intermediários), o que contribuiu para diminuir o saldo da balança comercial e dificultou o uso da taxa de câmbio para controlar a inflação.
9. a grande entrada de capitais externos em 1994 foi essencial para a política cambial usada pelo Plano Real como instrumento anti-inflacionário, embora provocasse expansão dos meios de pagamento.
10. o recurso ao congelamento de preços modificava os preços relativos e induzia pressões para remarcações de preços que, uma vez liberadas, inviabilizavam o controle da inflação.
11. depois de 1994, o equilíbrio da conta de transações correntes sustentou a política cambial do Plano Real até 1999, apesar das fugas de capital que a ameaçaram em 1995 e 1997, depois das crises cambiais do México e da Ásia.

Resp:

1. FALSO, o Plano Bresser não fixou a taxa de cambio, ela se desvalorizou
2. VEDADEIRO, existe uma redução das exportações depois do Plano cruzado, o que reduziu a capacidade de fazer frente ao pagamento dos juros da dívida externa, como também não havia ingresso de divisas, a situação cambial se complicou no plano fazendo inclusive com que o Brasil rompesse com o FMI no início de 1987
3. VERDADEIRO, a entrada de capitais financiou o déficit da balança de transações correntes agravado pelo crescimento das importações do período, estas por sua vez auxiliaram na pressão sobre os preços. A entrada de capitais efetivamente pressionava a emissão de recursos o que em parte foi contido com as operações de esterilização e o consequente crescimento da dívida pública interna
4. VERDADEIRO, o congelamento de preços impedia os ajuste entre os preços relativos que ocorriam com a inflação de forma assincronica, este desajuste de preços relativos acabava por pressionar o mecanismos de preços induzindo ou a falta de produtos ou uma pressão por remarcação dos preços
5. FALSO, a balança de transações correntes não estava equilibrada no período, ao contrário, tanto a balança de serviços era deficitária como a comercial.
6. **(2014 – 12)** Sobre os planos de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990 pode-se afirmar:
7. a estratégia recessiva para combater a inflação nos primeiros anos da década de 1980 contou tanto com políticas monetárias como fiscais restritivas.
8. os Planos Collor, Cruzado e Verão tiveram como medidas comuns o congelamento de preços, mas não a reforma monetária.
9. a URV, no Plano Real, foi utilizada como reserva de valor.
10. os planos anteriores ao Plano Real não tiveram êxito duradouro devido, entre outras razões, à distorção dos preços relativos e à falta de financiamento estrangeiro da dívida externa.
11. a apreciação cambial foi fundamental para o sucesso do Plano Real, mas a deterioração resultante da conta de transações correntes contribuiu para o ataque especulativo contra o Real, no final de 1998.

Resp:

1. VERDADEIRO, apesar de não ter tido efeitos significativos sobre a inflação no início da década, foram usadas políticas monetárias e fiscais restritivas
2. FALSO, todos estes planos tiveram reformas monetárias
3. FALSO, a URV funcionou como unidade de conta, não como reserva de valor
4. VERDADEIRO, diferentemente do Real os planos anteriores tiveram congelamento de preços que impediu que mudanças nos preços relativos pudessem funcionar na correção de distorções, além disto, todos estes planos se fizeram antes do acordo final sobre a dívida externa e assim foram implementados sem que houvesse a entrada de capitais no Brasil
5. VERDADEIRO, especialmente no segundo semestre de 1994 houve valorização cambial que serviu como super ancora cambial ajustando especialmente os preços dos bens *tradeables*, mas os problemas com a ampliação das importações e as dificuldades com as exportações, além da ampliação do déficit no balanço de serviços e rendas geram situação difícil no balanço de pagamentos e efetivamente contribui para um ataque especulativo no final de 1998 e uma forte desvalorização no início de 1999.
6. **(2015 – 11)** Sobre os planos de estabilização das décadas de 1980 e 1990, podemos dizer:
7. Enquanto o Plano Cruzado estabeleceu uma nova norma de indexação salarial, o Plano Bresser tinha como objetivo uma reindexação coordenada de preços e salários, considerados então muito desalinhados.
8. O Plano Verão buscou estabelecer uma política monetária ortodoxa, por meio da forte elevação dos juros nominais, enquanto o Plano Real propunha o controle quantitativo da moeda, política que foi mantida com grande sucesso no primeiro ano de implementação da nova moeda.
9. O Plano Brasil Novo, de 1990, liberou preços de bens antes administrados pelo governo, como o dos combustíveis e das tarifas de energia elétrica.
10. Ao contrário do Plano Cruzado, que buscou por alguns meses manter o congelamento cambial como estratégia de estabilização, os executores do Plano Real permitiram que o câmbio flutuasse (não livremente), para reduzir o preço tanto dos bens importados como daqueles precificados em moeda estrangeira.
11. Assim como ocorreu no Plano Cruzado, no Plano Bresser procurou-se incorporar aos salários a inflação residual dos aumentos decretados, no mês do congelamento, para preços públicos e administrados.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, O Plano Cruzado criou o gatilho que acaba por ser uma nova forma de indexação salarial e o Plano Bresser a URP procurando alongar e coordenar o processo de indexação
  2. FALSO, é verdade que o plano Verão buscou taxas de juros elevadas e no Plano Real havia metas quantitativas de expansão da oferta monetária, mas estas metas não foram sustentadas ao longo do primeiro ano da implantação do plano Real
  3. FALSO, houve congelamento de preços no Plano Collor
  4. VERDADEIRO, o Plano Cruzado apresentou um congelamento do cambio (câmbio nominal fixo) enquanto que no Plano real se é verdade que não poderia ocorrer uma desvalorização se permitiu que o câmbio valorizasse, o que auxiliou no processo de controle inflacionário pois o reduzia os preços atrelados às moedas estrangeiras.
  5. FALSO, não houve incorporação aos salários da inflação residual no Plano Cruzado.

1. **(2007 – 12)** A respeito dos objetivos e da execução dos planos de combate à inflação da segunda metade da década de 1980, é correto afirmar que:
2. ao contrário do Plano Cruzado, o Plano Bresser autorizou diversos aumentos de preços públicos e de preços administrados antes de decretar o congelamento;
3. o aumento do superávit comercial foi uma das causas do fracasso do Plano Cruzado, em virtude do impacto monetário da acumulação de reservas cambiais;
4. a proposta de moeda indexada foi inicialmente implementada pelo Plano Verão, embora tivesse êxito apenas durante o Plano Real;
5. o Plano Bresser foi o primeiro plano heterodoxo a rejeitar o recurso ao congelamento de preços, preferindo recorrer à criação de uma moeda indexada;
6. uma das causas do fracasso do Plano Cruzado foi o impacto inflacionário do regime de flutuação livre do câmbio ao longo de sua implementação.

Resp:

1. VERDADEIRO De fato, o plano Bresser autorizou o ajuste de alguns preços da economia (eletricidade, telefone, combustíveis e aço, por exemplo) antes de colocar em prática o congelamento dos preços;
2. FALSO Ao final do plano Cruzado, devido ao desabastecimento de alguns produtos da economia, o governo passou a recorrer às importações (as quais sofreram alguns problemas devido a uma série de fatores, como congestionamento nos portos, por exemplo), porém o mais importante do ponto de vista da balança comercial foi a queda das exportações. Nos primeiros meses a balança comercial ainda apresenta grandes superávit, mas a partir do IIº semestre de 1986 a balança comercial passa a apresentar superávits menores, e a balança de transações correntes déficits. Como não havia entrada de recursos pela balança de capitais as reservas no período não aumentaram aio contrário
3. FALSO O plano Verão pode ser visto como um programa híbrido, por conter elementos de natureza ortodoxa (medidas de contenção do déficit público e de contenção do crédito) e de natureza heterodoxa (congelamento dos preços e salários), mas em nenhum momento houve a implementação da proposta da moeda indexada. Em termos mais explícitos, observa-se uma nova tentativa da proposta de Francisco Lopes, e não da proposta de André Lara Rezende e de Pérsio Arida;
4. FALSO O plano Bresser ainda utiliza o congelamento de preços como forma de procurar conter a espiral inflacionária
5. FALSO Uma das medidas iniciais do plano Cruzado foi justamente a fixação da taxa de câmbio (no valor vigente em 27/06/1986), sem nenhuma desvalorização prévia.
6. **(2010 – 11)** Os planos heterodoxos de combate à inflação, adotados na década de 1980, tiveram em comum os seguintes aspectos:
7. privilegiaram o combate à inflação de demanda, provocada pelos sucessivos déficits públicos do Governo Sarney;
8. apoiaram-se, pelo menos parcialmente, na teoria da inflação inercial para justificar suas estratégias de combate à inflação;
9. congelaram a taxa de câmbio, o que contribuiu para a crise do balanço de pagamentos, mesmo que a conjuntura fosse de grande liquidez internacional;
10. implementaram congelamentos de preços e salários;
11. foram precedidos por ajustes fiscais e maxidesvalorizações cambiais.

Resp:

1. FALSO; O descontrole das contas públicas é constatado, de fato, ao final do governo Sarney. Contudo, todos os planos de combate à inflação adotados nos anos 80 partiram do diagnóstico de que a inflação brasileira já tinha caráter inercial, diferentemente do que atesta a sentença;
2. VERDADEIRO; Em conformidade com o discutido no item anterior;
3. FALSO Nem todos os planos de controle inflacionário dos anos 80 congelaram a taxa de câmbio, como o Plano Bresser. Já o Plano Cruzado e o Plano Verão, por exemplo, utilizaram tal mecanismo;
4. VERDADEIRO A sentença resume uma das características comuns aos planos de controle inflacionário implementados no período;
5. FALSO A sentença parece contrapor o plano Cruzado, por um lado, e o plano Bresser e o plano Verão, por outro. No que tange à política fiscal, o primeiro plano (Cruzado) não estabeleceu nenhuma meta de ajuste fiscal, embora isto estivesse previsto nos demais dois planos. Já no que tange ao câmbio, não houve desvalorização prévia ao seu congelamento no plano Cruzado, mas no plano Bresser, houve uma desvalorização da moeda doméstica de 9,5% ao passo que no plano Verão, a taxa de câmbio foi congelada num patamar que, na prática, desvalorizava em 18% a moeda doméstica.
6. **(2013 – 12)** Com relação aos planos de combate à inflação (Cruzado, Bresser e Verão) implementados na década de 1980, é correto afirmar:
7. A proposta de adoção de uma “moeda indexada” foi incorporada pelo Plano Cruzado.
8. O Plano Bresser procurou desindexar os salários, ao contrário do Plano Cruzado, que adotara o gatilho salarial.
9. O Plano Bresser apontou o *déficit* público como uma das causas da inflação, neste aspecto se afastando do diagnóstico inercialista da inflação.
10. Sob a gestão do ministro Maílson da Nóbrega, o Plano Verão determinou um congelamento de preços temporário e flexível, e com regras de saída (prazo e indexador) claramente explicitadas.
11. Para suavizar inconsistências distributivas que prejudicaram planos heterodoxos anteriores, o Plano Verão evitou elevações nas tarifas públicas.

**Resp:**

1. FALSO, a proposta de moeda indexada, também conhecido como proposta Larida, foi adotada no Plano Real, no Cruzado foi adotado a proposta de Francisco Lopes, o congelamento, chamado também de Choque heterodoxo
2. FALSO, no Plano Bresser, apesar de efetivamente ter sido abandonado o gatilho salarial, adotou-se a URP que também indexava os salários
3. VERDADEIRO, efetivamente o Plano Bresser possui aspectos ortodoxos não existentes no Plano Cruzado, por isso é considerado um plano hibrido, dentre estes está a ideia de que um dos problemas era o déficit publico
4. FALSO, este tipo de congelamento com prazo para saída é típico do Plano Bresser, o Plano Verão foi por prazo indeterminado
5. FALSO, houve elevação dos preços públicos um pouco antes do plano verão.
6. **(1997 – 14)** O Plano Cruzado, além de assegurar uma estabilização temporária dos preços,
7. promoveu uma proveitosa renegociação da dívida externa.
8. reduziu a renda real dos trabalhadores.
9. estimulou a especulação no mercado paralelo de câmbio.
10. contribuiu para um aumento de preços dos ativos reais.
11. trouxe grande expansão da oferta monetária nominal.

Resp:

1. FALSO, no período o Brasil chegou a romper com o FMI
2. FALSO, existe um aumento da renda real dos trabalhadores em parte devido à queda da inflação e, para alguns autores, também devido aos abonos concedidos no plano
3. VERDADEIRO, como o plano alterou a rentabilidade dos ativos financeiros houve muita especulação inclusive com o câmbio de forma ilegal
4. VERDADEIRO, uma parte da especulação se dirigiu a ativos reais como imóveis
5. VERDADEIRO, o plano Cruzado não veio acompanhado de uma política monetária austera e se aproveitou do aumento da demanda por moeda decorrente da redução da inflação para uma forte remonetização da economia
6. **(2000 - 12)** É correto afirmar que o Plano Cruzado, decretado em 28 de fevereiro de 1986:
7. Provocou uma redistribuição de renda em favor dos assalariados.
8. Teve por objetivo ampliar a indexação da economia.
9. Empreendeu rigoroso ajuste fiscal e monetário.
10. Congelou os preços ao consumidor aos níveis vigentes na véspera de sua promulgação, exceção feita aos bens duráveis.
11. Desvalorizou a taxa de cambio e promoveu o ajuste externo.

**Resp:**

1. VERDADEIRO: o reajuste salarial implementado pelo governo no início do plano Cruzado (abono salarial de 8% para todos os trabalhadores e de 16% para o salário mínimo e a implementação do “gatilho” salarial) fez com que ocorresse, na prática, uma elevação dos salários reais, elevando portanto o poder de compra da classe trabalhadora.
2. FALSO, pois a idéia do congelamento é de acabar com indexação informal além de se ter tempo para desindexar legalmente a economia. Mesmo se não alcançou este objetivo, não se pode dizer que o plano indexou a economia.
3. FALSO, pois os ajustes fiscais se existiram anteriormente ao plano foram tímidos e a política monetária seguida não foi austera.
4. FALSO: os preços foram realmente congelados nos níveis vigentes na véspera da promulgação do plano Cruzado, mas com exceção às tarifas de energia elétrica, que foram reajustadas em 20%.
5. FALSO, pois com o congelamento do cambio e a aceleração da demanda no curto prazo observaram-se problemas com o setor externo.
6. **(2004 - 11)** Com relação ao Plano Cruzado (1986), é correto afirmar que:
7. O Plano apoiava-se no entendimento de que o processo inflacionário no Brasil era impulsionado pelas expectativas dos agentes econômicos com relação à inflação futura;
8. A proposta denominada “moeda indexada” entendia que a inflação inercial deveria ter um tratamento de choque, com congelamento de preços e salários;
9. Preços e salários foram reajustados, em cruzeiros, de acordo com suas respectivas médias no quadrimestre anterior e, posteriormente, foram convertidos para a nova moeda;
10. O seguro-desemprego, apesar de já estar previsto na legislação brasileira, só foi implementado a partir da adoção desse Plano;
11. Embora o Plano tivesse fracassado, o entendimento de que a inflação brasileira continha uma dimensão inercial foi encampado por todos os planos de estabilização que se seguiram, inclusive pelo Plano Real.

**Resp:**

1. FALSO: o Plano Cruzado foi implementado baseado no conceito de inercialidade da inflação brasileira, ou seja, na falta de sincronia nos movimentos de preços e salários e na continuidade deste no ajustamento dos preços.
2. FALSO uma vez que a afirmação contida na frase se refere justamente à proposta do “choque heterodoxo”, e não à proposta da “moeda indexada”.
3. FALSO: os preços não foram congelados por nenhuma media e os salários foram reajustados de acordo com o poder de compra médio dos últimos SEIS meses, e não de acordo com os últimos quatro meses, contrariando assim a afirmação.
4. VERDADEIRO: de fato, o seguro-desemprego só foi efetivamente implementado no Plano Cruzado, apesar de financeiramente ainda ser de baixa expressão.
5. VERDADEIRO uma vez que, de fato, todos os planos posteriores ao Plano Cruzado foram implementados com base no conceito de que a inflação brasileira exibia um forte componente inercial, inclusive o Plano Real, como afirma a sentença em análise.
6. **(2005 - 11)** Entre os fatores que determinaram o fracasso do Plano Cruzado incluem-se:
7. a contração do comércio internacional;
8. a distorção da estrutura dos preços relativos;
9. a elevação de impostos indiretos;
10. a escassez dos fluxos de financiamento internacional;
11. a persistência dos desequilíbrios nas contas públicas.

Resp:

1. FALSO: não se pode apontar a conjuntura internacional no que tange à balança comercial como sendo fator determinante do fracasso do Plano Cruzado, a queda do saldo comercial ocorre em função da diminuição das exportações e estas ocorrem em função do excesso de demanda interno
2. VERDADEIRO: a assertiva descreve uma das características da estrutura de preços em vigor quando implementado o programa em questão. De fato, o Plano Cruzado foi implementado num instante de tempo em que alguns preços haviam acabado de sofrer reajuste, ao passo que outros estavam prestes a serem reajustados. Assim, tal distorção de preços relativos pode ser vista como um dos fracassos do Plano;
3. VERDADEIRO: de fato, tanto no Cruzadinho como no Cruzado II, foram criadas novas ou elevadas as já existentes tarifas dos impostos indiretos (sobre gasolina, automóveis e bebidas, entre outros). De qualquer forma, pode-se considerar razoavelmente forte a ideia de que estes aumentos determinaram o fracasso do plano.
4. VERDADEIRO, no período o Brasil não tem acesso a poupança externa o que dificulta as importações que poderiam ser uma válvula de escape para o crescimento da demanda ocorrido pós plano
5. VERDADEIRO: boa parte deste desequilíbrio estava associada ao aumento das despesas com folha de salários do setor público, subsídios diretos e indiretos, isenções tarifárias e transferências à empresas estatais, estados e municípios.
6. **(2009 – 10)** O Plano Cruzado, implementado pelo governo Sarney em 1986, se caracterizou por:
7. grande crescimento da demanda, a despeito da adoção de uma política monetária e fiscal restritiva;
8. fazer uso do congelamento de preços e salários, adotando uma nova moeda atrelada à ORTN;
9. considerar, em sua formulação inicial, que não existiam pressões de demanda que justificassem as elevadas taxas de inflação verificadas na economia brasileira naquele momento;
10. utilizar uma mesma regra de conversão para preços e salários, quando da troca de moedas: do cruzeiro para o cruzado;
11. adotar “choque heterodoxo” como caminho de combate à inflação, em detrimento da proposta de adoção de uma “moeda indexada”.

Resp:

1. FALSO; As políticas fiscais e especialmente monetárias no período não foram restritivas, ao contrário houve remonetização na economia. Apesar desta ser possível em função da queda da inflação e do aumento da demanda por moeda, a remonetização se mostrou excessiva, havendo uma expansão da liquidez em um período de taxas de juros que não continham a demanda agregada;
2. FALSO; Apesar de existir a introdução de uma nova moeda esta não esteve atrelada a ORTN;
3. VERDADEIRO; Efetivamente, dada a divisão entre choque e tendência em que se baseia a tese da inflação inercial, quando o combate à inflação se resume a mecanismos de desindexação como o congelamento, pressupõe-se que a inflação é marcada pelo componente tendência e que choques de oferta ou, no caso, de demanda não são componentes importantes na explicação da inflação;
4. FALSO; Foram usadas regras diferentes de conversão: os preços foram congelados aos níveis do final do mês de fevereiro e enquanto que os salários, foram congelados pela média com um aumento de 8% (16% para o salário mínimo) ;
5. VERDADEIRO; De fato, ao incluir o congelamento de preços, o Plano Cruzado fazia a opção pelo chamado “choque heterodoxo”.
6. **(1997 – 15)** Os planos de estabilização "Cruzado" e "Bresser", implementados na economia brasileira na década de oitenta, tiveram em comum:
7. o congelamento dos salários por prazo indeterminado;
8. a introdução de novo padrão monetário;
9. a introdução de uma "tablita" para correção do valor nominal de obrigações contratuais assumidas anteriormente;
10. o reconhecimento do componente inercial da inflação brasileira;
11. um aumento corretivo dos preços públicos e administrados anterior ao início da execução do plano.

Resp:

1. FALSO, o plano Bresser estabeleceu um congelamento por três meses a ser seguido por uma fase de descongelamento de mais três meses, o Plano cruzado sim teve um congelamento por prazo indeterminado
2. FALSO, só o Cruzado promoveu uma reforma monetária substituindo o Cruzeiro pelo Cruzado o plano Bresser não teve nenhuma alteração no padrão monetário
3. VERDADEIRO, ambos introduziram a tablita
4. VERDADEIRO, ambos reconheciam o caráter inercial da inflação, apesar do Plano Bresser reconhecer também componentes ortodoxos da inflação
5. FALSO, o Plano Bresser reajustou vários pecos públicos depois da inflação, o Cruzado só havia subido o preço da energia elétrica
6. **(2000 - 13)** A respeito dos Planos Cruzado e Collor, é correta a afirmativa:
7. Os dois planos tiveram por fundamento a hipótese de inercialidade da inflação.
8. No Plano Collor, o bloqueio de parte significativa dos ativos financeiros teve por objetivo viabilizar a política monetária, que se tornara passiva ao longo dos anos 80.
9. Uma das causas do fracasso do Plano Collor foi o expressivo crescimento da demanda agregada e a retenção especulativa de estoques em diversos setores.
10. Os dois planos foram denominados “heterodoxos” justamente por dispensar o congelamento de preços.
11. Os dois planos foram adotados em uma conjuntura de elevada liquidez internacional, o que permitiu que a capacidade de importar da economia se ampliasse.

Resp:

1. VERDADEIRO: ambos os planos foram, de fato, implementados com base no fundamento de que a inflação apresentava um forte componente inercial.
2. VERDADEIRO: o plano Collor tinha como objetivo, através do bloqueio das contas bancárias, fazer com que o governo obtivesse novamente um maior controle da política monetária brasileira [o plano diagnosticava que o estoque de haveres financeiros não monetários (M4) da economia brasileira apresentava liquidez maior que a considerada correta, justificando assim a ação do governo].
3. FALSO, os fenômenos descritos na afirmação estão associados justamente aos resultados obtidos pelo plano Cruzado, e não pelo plano Collor. Logo, a afirmação é incorreta.
4. FALSO, o equívoco está na afirmação de que ambos os planos dispensaram o congelamento de preços: no plano Cruzado foi justamente este o instrumento implementado.
5. FALSO: especialmente no Plano Cruzado, esta liquidez internacional não existia e o plano enfrentou problemas graves com a capacidade de importar.
6. **(2019 08)** Sobre o Plano Real, podemos afirmar:
7. O Plano Real, que apresentava como elemento fundamental a utilização de âncora cambial, só foi possível de ser implantado com êxito porque as reservas passaram a crescer a partir de 1994, devido à credibilidade resultante da queda da inflação alcançada pelo próprio sucesso inicial do plano.
8. O Governo Itamar Franco criou o Fundo Social de Emergência (FSE) como um elemento de política fiscal do Plano Real que permitia remanejar parte das receitas tributárias que eram vinculadas a itens orçamentários específicos.
9. A resistência à queda dos preços de bens e serviços não comercializáveis impediu que a inflação pós Plano Real convergisse rapidamente para a média dos anos posteriores, de modo que a inflação residual nos 12 meses posteriores ao Plano acumulou uma alta de mais de 20%.
10. Ao contrário de outros planos dos anos 1980, nos quais ocorreu uma pressão de custos devido à correção das tarifas públicas em simultâneo ao início dos planos, no Real as tarifas foram indexadas à URV antes da emissão da nova moeda.
11. Um dos fatores que explicam o sucesso do Plano Real foi a conversão compulsória dos preços industriais e de outros contratos privados para a URV.

Resp:

1. Falso, as reservas já vinham crescendo anteriormente decorrente da abertura financeira e especialmente da elevação dos juros o que atraiu capital para o pais, nos primeiros meses do plano real as reservas inicialmente se estabilizam e depois passam a cair
2. Verdadeiro, o Fundo social de emergência, que depois viria a ser constituir na DRU – Desvinculação das receitas da União – que permite justamente fugir em parte das obrigatoriedades de gasto decorrente das vinculações orçamentárias
3. Verdadeiro, existe um comportamento diferenciado dos preços dos bens ditos tradeables frente aos não tradeables, dada a importância da ancoragem cambial no plano real os primeiros apresentaram uma rápida convergência com pequena elevação nos preços mesmo existindo elevação da demanda, o segundo grupo de preços, dado o baixo impacto da ancora cambial sobre eles, tiveram elevações mais substanciais
4. Verdadeiro, antes da criação do real, ao introduzir a URV o governo “urvizou” as tarifas publicas
5. Falso, não houve compulsoriedade na “urvização” dos preços e contratos privados
6. **(2000 - 14)** Sobre o Plano Real e suas consequências, é correto afirmar que:
7. A URV unificou os indexadores, criando uma nova unidade de conta para a economia;
8. A política salarial restritiva em vigor desde 1994 constituiu um dos pilares do Plano.
9. A valorização da nova moeda contribuiu para baixar a inflação, mas também para a deterioração da balança comercial.
10. Os ganhos de produtividade, gerados pela necessidade de as empresas se ajustarem ao novo quadro de abertura comercial, foram um dos determinantes do aumento da taxa de desemprego.
11. O mercado informal pouco contribuiu para a ocupação do crescente número de desempregados do setor formal.

**Resp:**

1. VERDADEIRO, inserindo apenas o esclarecimento de que a URV unificou os índices IGP-M, o IPC-Fipe e o IPCA especial.
2. FALSO; uma vez que o início do Plano Real compreende um período em que houve um aumento do poder de compra dos salários, e não uma queda, como afirma a sentença.
3. VERDADEIRO. A valorização da taxa de câmbio foi importante no sentido de utilizar as importações como uma das formas de controlar os preços da economia brasileira, embora tal estratégia tenha sido realizada às custas de um déficit na balança comercial.
4. VERDADEIRO, efetivamente várias empresas tiveram que promover fortes reestruturações para se adequar ao novo cenário de concorrência e parte deste reajuste se refletiu sobre a taxa de desemprego. Logo, a afirmação é verdadeira.
5. FALSO, justamente por afirmar o oposto ao observado no período, dado que o setor informal absorveu parte relevante dos desempregados do setor formal da economia.
6. **(2002 - 11)** A despeito do sucesso que teve em controlar a inflação, o Plano Real enfrentou alguns problemas. Com relação a estes, pode-se afirmar que:
7. Inicialmente, houve forte apreciação do real e a política de pequenas e sucessivas desvalorizações que se seguiu não conseguiu eliminar os desequilíbrios externos.
8. A ampliação da demanda no início do Plano Real produziu forte expansão na utilização da capacidade instalada da indústria e rápida deterioração da balança comercial. Com a crise mexicana de dezembro de 1994, essa situação provocou queda nas reservas internacionais do país.
9. A depreciação inicial do Real teve efeitos negativos sobre as importações, ameaçando o abastecimento e gerando pressões sobre preços. Esse problema foi enfrentado pela intensificação da abertura da economia para o exterior.
10. A evolução das contas do setor público, essencial para a sustentabilidade do Plano Real, é posta em dúvida pelo déficit da previdência, notadamente o do sistema INSS; a situação da previdência do setor público está basicamente equacionada.
11. Tem-se adotado, sistematicamente, política de juros altos para enfrentar o problema do desequilíbrio das contas públicas, fazendo com que o Brasil encontre dificuldades para voltar a crescer. Essa obsessão com o equilíbrio fiscal merece reparos pois, ao estimular a demanda, o déficit público tem efeitos positivos sobre o crescimento.

**Resp:**

1. VERDADEIRO, até o segundo governo Vargas a balança comercial se manteve negativa
2. VERDADEIRO, como dissemos em (0) com o plano real a balança comercial se tornou negativa, ampliando o déficit da balança de transações correntes, este não era saldado pela entrada de recursos nas crises externas como a do México.
3. FALSO a afirmação de que houve depreciação no início do Plano é equivocada, uma vez que foi observado justamente o oposto, como já analisado anteriormente.
4. FALSO pela afirmação de que a previdência do setor público está ajustada, o que é certamente uma afirmação equivocada.
5. FALSO, pode ser considerado um item à parte, pois a afirmação é bastante “carregada” e qualquer resposta depende do posicionamento político do leitor. De todo modo, a questão dos juros e sua utilização para enfrentar o problema do desequilíbrio das contas públicas parece ser uma afirmação errada.
6. **(2003 -11)** São corretas as afirmativas
7. Lançado no Governo FHC, o Plano Real foi viabilizado pelas reformas estruturais do Governo Collor e pela política fiscal do Governo Itamar.
8. A função da URV no Plano Real foi a mesma da “moeda indexada”, proposta por Pérsio Arida e Lara Resende, no debate que precedeu o Plano Cruzado: resolver o problema da inflação inercial, pela generalização da indexação e sua súbita interrupção.
9. O Plano Real foi implementado em três fases, na seguinte sequência: ajuste fiscal, criação da URV e instituição da nova moeda.
10. Imediatamente após a implantação do real, a taxa de câmbio desvalorizou-se, voltando a valorizar-se após o término de 1995.
11. O primeiro ano do Plano Real foi marcado pela aceleração do crescimento econômico (estimulado pelo crescimento dos gastos domésticos) e pelo rápido aumento das importações.

Resp:

1. FALSO ao afirmar que o Plano Real foi lançado no governo FHC. Na realidade, o programa foi implementado em 1994, ainda governo de Itamar Franco (uma boa “pegadinha”!). Por sua vez, o restante da afirmação está correto: o plano Real foi, de fato, beneficiado por algumas modificações estruturais implementadas no governo Collor (notadamente a abertura comercial) e no governo Itamar Franco (o ajustamento fiscal pré-implementação do programa, como visto acima).
2. VERDADEIRO: a afirmação define, de fato e de forma resumida, a proposta da “moeda indexada” de André Lara Rezende e Pérsio Arida para solucionar o problema da inflação brasileira.
3. VERDADEIRO, com apenas um comentário a ser realizado: é importante ter em mente como foram implementadas cada uma das três etapas citadas na afirmação e situá-las ao longo do tempo.
   * + 1ª etapa - ajuste fiscal (a partir de meados de 1993): implementação do Plano de Ação Imediata; criação da CPMF; implementação do Fundo Social de Emergência;
     + 2ª etapa - implementação da URV (a partir do início de 1994)
     + 3ª etapa - implementação do Real (julho de 1994)
4. FALSO, uma vez que logo após a implementação do programa, observou-se uma valorização da taxa de câmbio, e não uma desvalorização, como afirma o item.
5. VERDADEIRO: o início do Plano Real compreende um período de aumento do poder de compra dos salários e de resultados negativos na balança comercial. A abertura da economia foi um elemento importante no sentido de ampliar a oferta agregada, restringindo assim a possibilidade de elevação do nível de preços.
6. **(2005 - 14)** Com relação ao Plano Real e seus impactos sobre a economia, é correto afirmar que:
7. A utilização da Unidade Real de Valor (URV) como indexador de preços e contratos visava a estimular a convergência de expectativas dos agentes econômicos com respeito à inflação.
8. Com a introdução da nova moeda o governo optou por uma política de câmbio fixo como forma de garantir a estabilidade de preços.
9. Os limites fixados para a expansão da base monetária quando da introdução do Real mostraram-se adequados à demanda por moeda.
10. Em comparação com o regime de bandas cambiais vigente até a desvalorização de 1999, o estabelecimento do sistema de metas inflacionárias aumentou a necessidade de se manter um volume elevado de reservas.
11. A falta de um ajuste fiscal de caráter permanente pode ser apontada como uma das fragilidades da economia sob o Real.

Resp:

1. VERDADEIRO: a afirmação apresenta de forma correta um dos objetivos associados à implementação da URV como nova unidade de referência de preços, alterando por consequência a formação das expectativas de inflação dos agentes;
2. FALSO: pode-se discutir se a taxa de câmbio em vigor à época era valorizada ou não, mas de qualquer forma, em nenhum momento foi implementado um sistema estrito de taxa de câmbio fixa durante o período considerado pela questão. Assim, a afirmação é incorreta;
3. FALSO: a assertiva mostra-se um tanto quanto subjetiva, mas de qualquer forma, considerando a política monetária de caráter restritivo implementada pelo governo, política esta implementada com vistas à estratégia de estabilização de preços, pode-se considerar a afirmação incorreta;
4. FALSO: o grau de intervenção no mercado de câmbio era muito mais intenso no período pré-desvalorização, dada a necessidade de estabilizar a taxa de câmbio dentro das bandas estipuladas pelo governo. Com a desvalorização pós 1999 e a maior liberdade de funcionamento do mesmo, passa a ser exigida uma menor necessidade de reservas internacionais, o que faz com que a afirmação seja incorreta;
5. VERDADEIRO: pode-se considerar a afirmação um pouco “viesada”, mas de qualquer forma, pode-se considerar a falta de um programa de maior controle fiscal como sendo um dos pontos negativos do Plano Real, conforme atesta o item em análise;
6. **(2006 – 12)** No que tange à condução do Plano Real, pode-se afirmar:
7. foram estabelecidas, no início do Plano, metas restritivas de expansão monetária e de crédito, que foram mantidas e sistematicamente perseguidas nos anos seguintes;
8. Houve sobrevalorização da taxa nominal de câmbio nos meses iniciais de existência da nova moeda, conjugada a uma ampla abertura externa. Isto teve efeito imediato sobre os preços ao consumidor dos bens comercializáveis, contendo-se o ímpeto da inflação;
9. a sobrevalorização do câmbio gerou uma piora na balança comercial;
10. o aumento de reservas resultante do forte ingresso de capitais no início do Plano não gerou impacto sobre a dívida pública;
11. a “crise russa” e suas consequências modificaram o perfil da dívida mobiliária federal, com o aumento da participação de títulos públicos pós-fixados

Resp:

1. FALSO; Apesar de inicialmente o plano contemplar metas para os agregados monetários, estas não foram cumpridas, de modo que houve uma expansão do crédito, que em adição ao controle da inflação, permitiu uma elevação significativa do consumo agregado;
2. VERDADEIRO; De fato, estes dois elementos constituíam a estratégia de elevar a concorrência do mercado interno através da maior facilidade de aquisição de bens importados por parte do consumidor doméstico, tendo consequência importante na possibilidade de ajuste de preços;
3. VERDADEIRO; Sem comentários adicionais a serem realizados, a afirmação atesta um dos custos associados à estratégia de abertura comercial implementada pelo governo;
4. FALSO; Pelo contrário, houve uma entrada de capital que mais do que compensou a balança comercial e o governo utilizou o mecanismo de esterilização de reservas como forma de impedir que a entrada de recursos fosse convertida em maior expansão monetária, o que gerou o consequente aumento do estoque da dívida pública brasileira;
5. VERDADEIRO; A afirmação descreve um dos fatos observados após a crise mencionada. Efetivamente, o aceite dos títulos públicos brasileiros pelo mercado financeiro passaria a estar associada a juros pós-fixados, até pela maior insegurança dos investidores quanto ao retorno destes ativos e pela probabilidade de que o governo brasileiro elevasse a taxa de juros para manter o regime monetário implementado em um ambiente de recorrente instabilidade internacional.
6. **(2009 - 11)** Depois de várias tentativas fracassadas, implementou-se, no governo Itamar Franco, um plano de estabilização bem sucedido. No que se refere ao Plano Real, pode-se afirmar que:
7. Havia a intenção inicial de fixar limites para a expansão da oferta da nova moeda, o Real, que acabaram não sendo cumpridos;
8. Enfrentou a dimensão inercial da inflação por intermédio da criação da URV – que se constituiu numa espécie de super-indexador;
9. Juntamente com a abertura comercial, a política cambial adotada a partir da criação do Real foi decisiva no combate à inflação;
10. Da mesma forma que na época do Plano Cruzado, a estratégia de combate à inflação do Plano Real não pôde contar com liquidez nos mercados financeiros internacionais;
11. A valorização cambial e a consequente queda das exportações foi o fator que mais contribuiu para os saldos negativos da balança comercial nos primeiros anos do Plano.

Resp:

1. VERDADEIRO A afirmação é verdadeira, pois inicialmente, o Plano Real estabelecia metas de expansão da oferta monetária;
2. VERDADEIRO; A afirmação expõe de forma sintética a proposta “da moeda indexada”, que estabelecia uma unidade monetária de referência que serviria como um indexador para todos os preços da economia;
3. VERDADEIRO; A política cambial foi, de fato, um dos instrumentos utilizados pelo governo com vistas a controlar o nível interno de preços, fosse no sentido de permitir uma maior acessibilidade da demanda interna a produtos estrangeiros (concorrência)
4. FALSO; O ambiente de liquidez internacional foi justamente um dos pontos que diferenciam o contexto econômico vigente quando da implementação do Plano Real, comparativamente à situação em que fora lançado o Plano Cruzado. No primeiro caso, o acesso mais amplo ao mercado internacional de capitais permitiu que instrumento cambial pudesse ser utilizado no combate à inflação;
5. FALSO; A valorização cambial trouxe como consequência um aumento das importações por parte do Brasil, o que justifica os saldos comerciais negativos observados naquele momento. Entre 1994 e 1998, houve um crescimento tanto das exportações como das importações, mas o crescimento deste último foi maior que o do primeiro, o que justifica os déficits comerciais observados no período – entre 1995 e 1998, o saldo da balança comercial foi sistematicamente deficitário.
6. **(2006 – 13)** Em relação à fase I do Plano Real, que se estendeu de julho de 1994 a janeiro de 1999, é correto afirmar que:
7. o Plano Real foi bem sucedido no combate à inflação, que era de 45% ao mês em junho de 1994 e chegou a 1,7% ao ano, em 1998;
8. as crises do México, da Ásia e da Rússia obrigaram o governo a elevar a taxa de juros para evitar a fuga de capitais, deprimindo a demanda interna;
9. a política econômica contribuiu para a redução da taxa de desemprego aberto;
10. a abertura comercial, combinada com a sobrevalorização da taxa de câmbio, contribuiu para a geração de elevados superávits na balança comercial;
11. ocorreu uma deterioração dos indicadores de endividamento, tanto o externo como o público

Resp:

1. VERDADEIRO Sem comentários adicionais a serem realizados;
2. VERDADEIRO; De fato, a elevação das taxas de juros domestica foi a resposta adotada pelo governo brasileiro com vistas a garantir o acesso ao mercado internacional de capitais e manter o regime cambial implementado, por outro lado este aumento das taxas de juros deprimia a atividade interna;
3. FALSO; Pelo contrário, a taxa de desemprego especialmente depois da elevação das taxas de juros permaneceu em patamares elevados;
4. FALSO; os fatos do período estão associados a uma maior abertura comercial e uma sobrevalorização cambial, que promoveram déficits na balança comercial brasileira, e não superávits, como atesta a assertiva;
5. VERDADEIRO; Efetivamente existe uma ampliação da dívida externa nacional em função da entrada de recursos internacionais especialmente a partir de títulos públicos com elevadas taxas de juros. Assim a entrada de capitais externos também está associada a uma elevação da dívida interna que ocorre no período também em função dos déficits primários, da taxa de juros elevada e do reconhecimento de alguns esqueletos.
6. **(2013 – 15)** Sobre o Plano Real e a economia brasileira no período posterior a sua implantação, pode-se afirmar:
7. A queda da inflação nos anos posteriores ao Plano deveu-se mais à queda de preços dos bens comercializáveis do que a dos bens não comercializáveis.
8. A relação câmbio/salários cresceu na primeira metade da década de 1990 e depois registrou uma tendência à estabilidade nos anos finais da mesma década.
9. O sistema de metas inflacionárias, adotado logo após o Plano Real, baseou-se em experiências anteriores de países como França, Austrália e Argentina.
10. A redução da inflação propiciou taxas de crescimento do PIB sempre superiores a 1% ao ano entre 1995 e 1998.
11. O saldo das transações correntes entre 1994 e 1998 foi sempre negativo

Resp:

1. VERDADEIRO, a assertiva se refere ao fato do que segurou a inflação forem os bens ditos *tradeables* ou comercializáveis, nos primeiros meses pós plano Real, em função da abertura e principalmente da política cambial, apenas deve-se notar um equívoco na assertiva que afirma uma queda dos preços dos bens *tradeables*, o que não ocorreu de forma sistemática, mas apenas uma elevação (uma inflação), nestes preços, menor.
2. FALSO, depois do plano Real, existe uma queda dos salários
3. FALSO, o sistema de metas não foi adotado logo após om plano real, mas apenas em 1999 e não fora experimentado anteriormente pelo menos na argentina
4. FALSO, no ano de 1998 o PIB cresceu menos de 1%
5. VERDADEIRO, a balança comercial se tornou negativa depois do plano real e o saldo de transações correntes também foi negativo em todo o período
6. **(2015 – 13)** A gestão econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso foi marcada pelos seguintes eventos:
7. O chamado Regime Automotivo Brasileiro foi uma iniciativa na contramão das políticas liberalizantes estabelecidas pelo governo FHC.
8. Depois do Plano Real, a entrada de capitais para as privatizações teve como efeito financiar parte do déficit de transações correntes.
9. O elevado investimento direto externo entre 1994 e 2000, predominantemente em novas plantas (*greenfield*), atesta a credibilidade alcançada pelo governo Cardoso na comunidade econômica internacional.
10. Um dos reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal foi a redução contínua da dívida líquida do setor público entre 2000 e 2002.
11. A crise da Rússia foi o estopim da crise cambial de 1999, que teve como uma das consequências a adoção do regime de metas de inflação.

Resp:

1. VERDADEIRO, a adoção do regime automotivo é um movimento contrário ao processo de abertura comercial que vinha sendo implementado
2. VERDADEIRO, o déficit em transações correntes marcou o período posterior ao plano Real e foi, pelo menos em parte financiado pela entrada de capitais decorrente doas privatizações que no governo FHC tinha a possibilidade de participação de capital externo.
3. FALSO, deve se tomar cuidado apesar do IED ter crescido não quer dizer que o governo FHC não tenha enfrentado muitos momentos de dificuldade no cenário internacional, como por exemplo na crise cambial de 1999.
4. FALSO, a dívida interna liquida do setor público sobe entre 2000 e 2001 (de 36,5% a 38,9% em relação ao PIB) tendo queda ao final de 2002 (37,5% do PIB) mas esta ainda se eleva ao longo do período
5. VERDADEIRO, depois da crise russa a figa de capital que nela ocorreu não foi revertida e se acentuou na chamada crise brasileira de 1999, depois da crise e da adoção de um regime de câmbio flexível, passou a se implementar o regime de metas de inflação.

## Questões abertas – Tópico 7

1. **(1992)** Compare as políticas de estabilização do período 64/67 com as políticas adotadas na segunda metade dos anos 80.
2. **(1994)** Qual a fundamentação teórica dos planos heterodoxos inaugurados com o Plano Cruzado do governo Sarney? A que razões você atribui o fracasso desses planos?
3. **(1996)** “O fracasso do plano cruzado sugere que a inflação inercial não é um fenômeno importante. Diga se concorda ou não com essa afirmativa, justificando a sua posição.
4. **(1997)** Discuta a política cambial posta em prática desde o início do Plano Real, falando sobre sua lógica e seus possíveis efeitos sobre o balanço de pagamentos, o processo de estabilização e o crescimento da economia.
5. **(1998)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique sua posição: “O sucesso do Plano Real na estabilização dos preços quando comparado ao fracasso dos planos anteriores, explica-se mais pela diferença de contexto financeiro internacional do que pela inovação no tratamento dado á indexação.”
6. **(2000)** Explique as principais características do Plano Real ressaltando as inovações deste Plano sobre os demais planos de estabilização das décadas de 1980 e 1990.
7. **(2001**) Em vista dos fracassos experimentados nas tentativas de estabilização dos Planos Cruzados, Bresser, Verão e Collor, alguns economistas atribuíram ao diagnóstico inercialista o status de um “lamentável engano”. Tendo em conta o que efetivamente foi implementado em cada uma destas tentativas e o sucesso alcançado pelo Plano Real no que concerne ao controle da inflação, discuta os argumentos a favor e contra o diagnóstico inercialista da inflação brasileira.
8. **(2005)** Os planos de estabilização econômica das décadas de 1980 e 1990 compreenderam medidas ortodoxas e heterodoxas. Discuta os planos Cruzado, Collor e Real, explique a estratégia e avalie os resultados de cada um.
9. **(2006**)Discuta em que medida os diagnósticos que sustentaram a formulação dos planos Cruzado e Real podem ser comparados. Você diria que os diagnósticos são semelhantes?
10. **(2007**)Do Plano Cruzado ao Plano Collor, passando pelos Planos Bresser e Verão, nota-se nítida tendência de se assumir, cada vez mais, uma visão ortodoxa acerca do processo inflacionário brasileiro em detrimento da heterodoxia. Comente tal afirmativa.
11. **(2008**)Faça uma comparação entre os Planos Cruzado e Real, discutindo, inclusive, a conjuntura econômica (nacional e internacional) à época em que foram lançados.
12. **(2009)** Discuta o conceito de inflação inercial e explique como a mesma foi enfrentada quando da implementação dos planos Cruzado (1986) e Real (1994).
13. **(2010)** Identifique e discuta a inspiração teórica que fundamentou a elaboração e a im­plementação do Plano Cruzado (1986) pelo Governo Sarney. Analise as razões usualmente apontadas como responsáveis pelo seu fracasso**.**
14. **(2010)** “A estratégia de combate à inflação adotada pelo Plano Real implicou o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, o que contribuiu, de forma decisiva, para acarretar a crise cambial de janeiro de 1999”. Você concorda ou discorda dessa afirmação? Por quê?
15. **(2011)** Avalie o desempenho das taxas de crescimento e de inflação do Brasil na década de 1990 e discuta o papel da conjuntura internacional como fator explicativo do referido desempenho.
16. **(2013)** A escassa liquidez internacional na década de 1980, ao contrário do que ocorreu na década anterior, foi uma das razões fundamentais para o insucesso do Plano Cruzado de combate à inflação. Você concorda com essa afirmação? Justifique.
17. **(2014)** O que permitiu o sucesso do Plano Real? Discuta o que diferencia este plano do conjunto dos planos heterodoxos anteriores de combate à inflação, particularmente no que diz respeito às estratégias adotadas e aos contextos das economias nacional e internacional.

# Questões relativas ao tópico 8: Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. O debate sobre desindustrialização /reprimarização da economia brasileira.

## Questões Falso x Verdadeiro – Tópico 8

1. **(2015 - 12)** A partir do início dos anos 1990, a política econômica passou a ser guiada por princípios de liberalização, distintos da estratégia de industrialização até então dominante. Sobre esse período podemos dizer que:
2. No governo Collor, a abertura comercial limitou-se à redução das tarifas de importação, sem reduzir os controles quantitativos existentes.
3. A liberalização das formas de fluxo de capital para o país não teve como contrapartida uma liberalização nas saídas domésticas de capital, por receio de se causar uma crise de balanço de pagamentos.
4. O Plano Brasil Novo, de 1990, eliminou a indexação do salário mínimo, com manutenção da regra da anualidade dos dissídios.
5. Ao contrário do que alguns formuladores de política econômica esperavam da abertura comercial, o crescimento do coeficiente de importação foi muito maior do que o de exportação, contribuindo para a deterioração do saldo comercial na segunda metade dos anos 1990.
6. Nos anos 1990, a existência de acordos comerciais regionais foi de grande importância para a exportação pelo Brasil de bens mais intensivos em tecnologia.

Resp:

1. FALSO, a abertura comercial implementada pelo governo Collor também reduziu diversos controles quantitativos à importação existentes
2. FALSO, na abertura financeira foi facilitada tanto a entrada como a saída de capitais
3. FALSO, no Plano Collor o salário mínimo seria reajustado a cada trimestre de modo a recompor seu poder compra com base em uma cesta básica acrescido de 5% de aumento real
4. VERDADEIRO, efetivamente as importações acabaram por crescer mais que as exportações
5. VERDADEIRO, a existência, por exemplo, de acordos como os do Mercosul permitiu ao Brasil manter a venda de produtos industriais mais intensivos em tecnologia.

1. **(2005 - 13)** A abertura comercial e financeira, intensificada a partir de 1990, provocou alterações importantes na economia brasileira, entre as quais incluem-se:
2. Vantagens para o processo de estabilização ocorrido a partir de 1994;
3. Redução do passivo externo acumulado;
4. Reestruturação industrial marcada pela desverticalização e pela terceirização;
5. Internalização de vários segmentos da cadeia produtiva na área de insumos industriais até então inexistentes no país;
6. Aumento da dependência de recursos externos para cobrir as necessidades de financiamento.

Resp:

1. VERDADEIRO: a sentença apresenta corretamente um dos pontos nevrálgicos da estratégia de estabilização de preços implementada a partir de 1994, pois com a abertura comercial permitiu-se importações baratas o que foi facilitada pela abertura financeira e a entrada de recursos no país que tanto financiava os déficits comerciais como pressionava por uma valorização cambial barateando ainda mais os produtos importados.
2. FALSO: a afirmação é incorreta principalmente quando se considera que a abertura financeira permitiu forte ingresso de capital ampliando o passivo externo do país;
3. VERDADEIRO: a afirmação pode ser considerada um tanto quanto vaga, mas de qualquer forma, pode-se considerar que os elementos citados fazem parte das mudanças sofridas pela estrutura produtiva da economia brasileira;
4. FALSO, na verdade alguns setores foram “externalizados” abandonando-se a produção doméstica em prol da importações de certos componentes
5. VERDADEIRO: na medida em que a balança comercial se tornou de3ficitária e, com o aumento dos serviços da dívida externa e das remessas de lucro, a balança de serviços ampliou seu déficit a necessidade de financiamento externo se agrava

1. **(2016 – 09)** Sobre as mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira nos anos 1990, é correto afirmar que:
2. A chamada conversibilidade da conta de capitais teve como uma de suas consequências a securitização de parte das captações externas do Brasil, incluindo títulos de renda fixa e variável, dentro e fora do território nacional.
3. Houve um crescimento expressivo do Investimento Direto Externo (IDE) na década de 1990, ainda que, em alguns anos, parte desses valores não pudesse ser computada como investimento efetivo segundo o conceito das Contas Nacionais, por representar a compra de empresas já existentes.
4. Apesar de muitas mudanças ocorridas na década de 1990, uma característica que não se alterou foi a participação majoritária do estoque de capital estrangeiro em empresas industriais frente à participação em outros setores, como serviços e agricultura, bem ilustrado pelo aumento do número de montadoras automotivas que se instalaram no país à época.
5. O efeito da abertura comercial sobre a inflação foi favorável, entre outros motivos, porque aumentou a participação dos bens comercializáveis no conjunto dos preços internos.
6. Nas reformas estruturais liberalizantes da década de 1990 se incluíram medidas de modernização do ajuste fiscal, que permitiram a redução do déficit público operacional até 1998.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, a conversibilidade da conta de capitais que em parte significa a abertura do Brasil aos fluxos internacionais de capitais na década de 90, foi feita quando boa parte do mercado financeiro internacionais já estava dominado pelo mercado de capitais e assim os novos ingressos de capitais feitos pela conta de capitais foram efetuados na forma de títulos.
  2. VERDADEIRO, os IED cresceram ao longo da década, mas parte deles por exemplo estiveram associados às privatizações, ou seja são recursos que aqui entraram para adquirir participação em algumas empresas mas não realizaram investimentos no sentido de ampliação da capacidade produtiva nacional
  3. FALSO, houve um crescimento significativo de IED em ramos como o de serviços
  4. VERDADEIRO, a abertura comercial propiciou uma ampliação das importações e/ou de produtos que pudessem ser importados com menores restrições, e foram os preços destes produtos internacionalmente comercializáveis que ancoraram a inflação no plano real
  5. FALSO, Não houve redução do déficit público operacional até 1998.

1. **(2003 - 14)** A abertura comercial fez parte das reformas empreendidas ao longo da década de 1990. Em relação à primeira metade daquela década, é correto afirmar que:
2. A abertura provocou a elevação da produtividade total, principalmente pela via da racionalização produtiva;
3. A abertura comercial foi realizada de forma seletiva, compreendendo regimes especiais para setores estratégicos;
4. A abertura provocou a reversão dos saldos comerciais positivos característicos dos anos 80;
5. A eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias deu-se de forma relativamente abrupta e em condições de instabilidade macroeconômica;
6. A abertura foi precedida de negociações de reciprocidade com os principais parceiros comerciais do país

**Resp:**

1. VERDADEIRO: de fato, após a abertura comercial e a consequente elevação da concorrência no mercado interno (via importações), observa-se um reposicionamento do setor produtivo brasileiro com vistas à obtenção de uma maior produtividade neste novo ambiente de maior competição na economia brasileira.
2. FALSO pois a abertura se fez de modo abrangente, sem maiores considerações em termos setoriais.
3. FALSO: tendo como referência o início dos anos 80, os resultados positivos da balança comercial só sofreram reversão a partir do ano de 1995, quando passam a ser observados resultados negativos nesta conta. Nos anos iniciais da década de 90, o resultado da balança comercial foi sempre superavitário
4. VERDADEIRO: os primeiros passos no sentido de criar uma maior abertura da economia brasileira foram dados nos governo Collor, governo este em que ainda se observavam taxas significativas de inflação, além do período de instabilidade econômica advindo do bloqueio dos ativos financeiros da economia (e posterior liberação descontrolada), como visto anteriormente.
5. FALSO, pois a abertura brasileira foi um a medida unilateral, pelo menos no seu início.
6. **(2004 - 12)** Na primeira metade da década de 1990, a economia brasileira voltou a apresentar superávits na conta de capitais do balanço de pagamentos. É correto afirmar que tais superávits:
7. Tornaram a economia brasileira pouco vulnerável às vicissitudes do mercado financeiro internacional;
8. Foram um dos fatores de sustentação da política antiinflacionária do Plano Real;
9. Contribuíram para a elevação da taxa de investimento do setor industrial brasileiro;
10. Contribuíram para o aumento da dívida mobiliária interna, por meio da política de esterilização;
11. Financiaram os déficits em transações correntes, pouco contribuindo para a formação de reservas internacionais.

**Resp:**

1. FALSO, o aumento da dependência da economia brasileira em relação ao fluxo de capitais internacionais elevou, sobremaneira, sua sensibilidade frente às (recorrentes) crises internacionais, entre elas, a mexicana (1995), asiática (1997) e russa (1998), culminando na própria crise brasileira de 1999.
2. VERDASDEIRO; os resultados positivos na balança de capitais foram decisivos na manutenção do câmbio valorizado, elemento fundamental para propiciar importações a um custo reduzido (política antiinflacionária, via ampliação da concorrência na oferta agregada).
3. FALSO pois uma parte importante da entrada de capital se fez em títulos públicos e quando da entrada na forma de investimento estrangeiro direto, o setor industrial não foi alvo prioritário
4. VERDADEIRO: Para garantir que o aumento das reservas internacionais não fossem traduzidas em expansão monetária, o governo fez, de fato, uso da política de esterilização (emissão de títulos).
5. FALSO os resultados positivos da balança de capitais foram extremamente importantes na determinação do nível de reservas internacionais da economia brasileira, notadamente quando se leva em conta os resultados negativos advindos da balança comercial e balanço de serviços durante o período analisado, porém a entrada de capitais em vários momentos não apenas cobriu estes déficits como propiciou o aumento das reservas
6. **(2017 - 10)** . Sobre a trajetória da indústria brasileira a partir dos anos 1990 e a sua pauta comercial, podemos dizer:
7. O aumento do coeficiente de importação nos anos 1990 na indústria de bens de capital foi muito superior ao valor médio para a indústria como um todo, o que significou uma perda de densidade produtiva industrial.
8. O comportamento das exportações em 1999, quando o efeito preço prevaleceu sobre o quantum na determinação do valor total das exportações, denota uma pauta que se concentrara excessivamente em commodities.
9. Nos anos 1990 houve um comportamento pouco ativo da indústria, com a estagnação da participação de setores mais dinâmicos, como a microeletrônica, que caracterizavam o estabelecimento de uma nova fronteira tecnológica.
10. Pode-se pensar a questão da desindustrialização sob a ótica da perda do valor adicionado local em relação à produção total da cadeia produtiva de um setor tecnologicamente dinâmico. Um exemplo seria a queda deste indicador a partir dos anos 1990 nas indústrias ligadas à microeletrônica.
11. A participação de *commodities* na pauta brasileira reflete uma tendência mundial na qual a participação dos produtos industriais se reduz nos anos 1990.

Resp:

1. VERDADEIRO, existe um nítido crescimento das importações de bens de capital e bens industrializados de maio sofisticação tecnológica
2. VERDADEIRO, em 1999 há uma forte queda dos termos de intercambio brasileiro em função de problemas com os preços de commodities (exceto petróleo) no mercado internacional
3. VERDADEIRO, a indústria apesar de ter apresentado um crescimento significativo entre 1993 e 1994 perdeu dinamismo ao longo dos anos 90, isto foi mais marcado em alguns setores tecnologicamente mais avançados
4. VERDADEIRO, este é justamente um dos conceitos de desindustrialização que está colocado no debate brasileiro atual e o exemplo apontado, da microeletrônica, também é um dos setores apontados onde ocorreu a desindustrialização segundo o conceito anteriormente estabelecido
5. FALSO, esta tendência ocorre em alguns países especialmente latino americanos mas não uma tendência mundial
6. **(2004 - 13)** A respeito do “Consenso de Washington”, é correto afirmar:
7. Trata-se de diretrizes de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes;
8. Trata-se de um conjunto de normas e condições a serem observadas pelos países em desenvolvimento, para que possam obter apoio político e econômico dos governos dos países centrais e dos organismos multilaterais;
9. Que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar as suas diretrizes, a partir da implementação do Plano Cruzado;
10. Que as reformas de Estado e as privatizações implementadas pelo primeiro Governo FHC, da mesma forma que as privatizações levadas a cabo pelo Governo Collor, seguiram diretrizes opostas às do “Consenso”.
11. Que seguindo as diretrizes do “Consenso”, o Plano Real adotou o regime de câmbio fixo, semelhante ao da Argentina, como forma de combate à inflação.

Resp:

1. VERDADEIRO, de fato a assertiva descreve o conceito, inexistindo grandes comentários a serem adicionados.
2. VERDADEIRO está correto, embora deva ser analisado com precaução.
3. FALSO principalmente por afirmar que o Plano Cruzado implementou reformas associadas ao “Consenso de Washington”: na realidade, como já visto anteriormente, o Plano Cruzado não implementou nenhum tipo de reforma significativa nem implementou novas políticas fiscais ou monetárias. Assim sendo, a assertiva não encontra respaldo nos fatos observados.
4. FALSO: o “Consenso de Washington” apresenta a idéia de uma menor presença estatal no desenvolvimento econômico. Assim sendo, embora possa ser questionável se tais privatizações foram realizadas explicitamente com base no “Consenso”, a implementação de privatizações ao menos está de acordo com as idéias propostas pelo mesmo.
5. FALSO, pois o Brasil não seguiu exatamente uma política de câmbio fixo e, principalmente, esta não foi uma recomendação do Consenso.
6. **(2007 – 13)** A respeito da abertura comercial e financeira e dos esforços de combate à inflação da década de 1990, é correto afirmar que:
7. a redução das tarifas alfandegárias, conjugada à apreciação cambial, foi fundamental para o êxito do Plano Real;
8. a apreciação cambial que acompanhou o plano Collor II prejudicou o combate à inflação, pois levou as empresas a aumentar preços domésticos para compensar a perda de mercados externos;
9. a redução da taxa de juros provocada pela abertura financeira foi fundamental para o êxito do Plano Real, pois propiciou um superávit nominal nas contas públicas depois de 1994;
10. a abertura comercial facilitou o êxito do Plano Real, pois limitou a distorção gerada pelo congelamento de preços e salários sobre a estrutura de preços relativos;
11. a redução do passivo externo verificada depois de 1994 foi fundamental para o êxito do Plano Real, graças ao impacto monetário da redução do nível de reservas cambiais.

Resp:

1. VERDADEIRO; Entre 1990 e 1994, as tarifas médias sobre importações sofrem uma significativa redução (de 32% para 14%). Tal fator, aliado à apreciação cambial observada a partir do plano Real foram elementos relevantes no sentido de facilitar o acesso da demanda agregada doméstica a bens substitutos estrangeiros a custos reduzidos;
2. FALSO; Conforme Baer (2002), o processo inflacionário observado já a partir da segunda metade de 1990 gerava valorizações da taxa de câmbio real, o que fez com que o governo promovesse ajustes do câmbio nominal de modo a não deteriorar o saldo da balança comercial. Por sua vez, no final de 1991, um novo ajuste do câmbio nominal foi implementado (pelo já novo ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira, que assumira em maio de 1991) com os mesmos propósitos;
3. FALSO; Nem as taxas de juros se situaram em patamares baixos, nem houve superávit nominal nas contas públicas depois de 1994;
4. FALSO; A assertiva erra ao afirmar a existência do congelamento de preços durante o plano Real – conforme visto em outras questões o plano caracteriza-se, entre outros, justamente por abandonar a estratégia de controle de preços utilizada pelos planos de estabilização previamente implementados;
5. FALSO; Foram observados significativos déficits da balança comercial mas que eram financiados através da obtenção de recursos através do mercado internacional de capitais, o que implicava em um aumento no endividamento externo. As reservas cambiais no período oscilaram, mas muitas vezes o governo foi obrigado a fazer uso de operações de esterilização para conter a pressão de expansão monetária advinda do aumento das reservas.
6. **(2008 – 12)** A respeito dos efeitos da abertura comercial e financeira sobre o crescimento econômico, a indústria e o balanço de pagamentos, é correto afirmar que:
7. os ganhos de eficiência gerados pela abertura comercial tornaram as cadeias produtivas industriais mais integradas verticalmente ao longo da década de 1990.
8. entre 1995 e 1998, os déficits comerciais foram financiados pelo aumento do passivo externo.
9. a falta de competitividade da indústria nacional tornou-se explícita com a abertura comercial e agravou-se com a valorização da taxa de câmbio após o Plano Real, trazendo como consequência o fechamento de um grande número de empresas e a retração do emprego industrial.
10. a redução das alíquotas do Imposto de Importação e a apreciação cambial prejudicaram vários segmentos como têxtil, calçados, brinquedos e eletroeletrônico.
11. a abertura provocou, desde o início, a reversão dos saldos comerciais positivos característicos dos anos 1980.

Resp:

1. FALSO; Os ganhos de eficiência se fizeram sentir em especialização das unidades de produção, mais do que com a integração vertical.
2. VERDADEIRO; Efetivamente, com a abertura financeira e a elevação das taxas de juros, a entrada de capital financiou (aumento do passivo externo) os déficits da conta corrente.
3. VERDADEIRO; Em um primeiro momento houve dificuldade no setor produtivo doméstico em enfrentar a competição comercial com um câmbio pressionado (valorizado) pela entrada de capitais. Só com o tempo o ajuste e os ganhos de produtividade passaram a ocorrer.
4. VERDADEIRO; Estes foram justamente os segmentos mais afetados pelas condições de competitividade impostas desde a abertura comercial brasileira.
5. FALSO; O início da abertura se dá antes do Plano Real em si (como pode ser constatado a partir das medidas de abertura promovidas pelo governo Collor), mas é a partir deste plano que os déficits comerciais surgem (particularmente a partir de 1995).
6. **(2010 – 12)** Considerando-se os efeitos das aberturas comercial e financeira da década de 1990 sobre o crescimento econômico, a estrutura produtiva e o balanço de pagamentos é correto afirmar que:
7. Os ganhos de produtividade das empresas, induzidos pela abertura comercial na primeira metade da década de 1990, melhoraram o saldo comercial nos ramos intensivos em tecnologia (como automóveis e celulares) entre 1995 e 1998.
8. O aumento das importações provocado pela abertura comercial concentrou-se em bens de consumo, sem ampliar o coeficiente de importações de insumos intermediários.
9. A análise da balança comercial, nos primeiros anos do Plano Real, mostra que, após apresentar superávit em 1994, passou a ter saldos negativos nos quatro anos seguintes.
10. Entre 1995 e 1998, os déficits comerciais da indústria manufatureira foram inteiramente financiados pelo superávit agrícola.
11. A entrada de capitais externos, estimulados pela abertura financeira, contribuiu para o êxito do Plano Real no combate à inflação, mas fugas de capital posteriores prejudicaram o crescimento econômico ao induzir elevações das taxas de juros.

Resp:

1. FALSO; Não há melhora no saldo comercial destes produtos no período. Tais ganhos de produtividade vão se refletir em melhora na situação comercial do setor somente em um período posterior.
2. FALSO; Com base na tabela A.8 do apêndice estatístico de Giambiagi et all (2005), observa-se que a participação de bens de consumo sobre o total das importações inicia a década de 90 na casa dos 3% e finaliza a década com valores próximos a 6%. Já no caso dos bens intermediários, esta porcentagem é próxima de 44% no começo da década, e termina a mesma na casa dos 50%. Logo, a participação de ambos os grupos de importações cresce como proporção do total, negando o conteúdo da sentença em questão.
3. VERDADEIRO; A afirmação resume, de fato, o comportamento da balança comercial no período abordado. Conforme dados do Ipeadata, o saldo (em US$ bilhões) foi igual a 5,5 em 1994, e nos quatro anos seguintes, foi igual a -6,5, -6,8, -12,0 e -4,7 US$ bilhões.
4. FALSO; Os déficits comerciais ocorridos neste período em parte são causados justamente por fortes déficits da indústria manufatureira que não foram cobertos pelo saldo comercial do setor agrícola.
5. VERDADEIRO; A entrada de capitais externos foi importante no sentido de financiar o déficit em transações correntes do BP no contexto do Plano Real, com especial destaque para os déficits da balança comercial e da conta de juros. Em três momentos de crise externa, quais sejam, a crise mexicana de 1995, a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998, o Banco Central, de fato, optou por elevar de forma significativa a taxa de juros brasileira de modo a manter regime cambial da época, prejudicando o crescimento econômico, conforme atesta a sentença.
6. **(2010 – 13)** Dentre as transformações ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 1990 pode-se arrolar:
7. abertura comercial e financeira crescente.
8. a partir de 1999, fim das metas de reformas institucionais nos acordos negociados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional, as quais foram substituídas por metas quantitativas para o superávit fiscal primário.
9. redução da informalidade, com o crescimento dos empregos com carteira assinada.
10. elevação da produtividade do setor agrícola e queda da produtividade do setor industrial.
11. as regiões rurais foram as mais afetadas pelo desemprego.

Resp:

1. VERDADEIRO A abertura comercial é uma das grandes marcas do governo Collor, quando é observada forte queda das alíquotas de importação e eliminação de barreiras não tarifarias. No final de seu mandato e nos anos seguintes, efetua-se a abertura financeira com maior conversibilidade da moeda nacional.
2. FALSO No período mencionado pela questão, ainda permaneceram metas relativas a reformas nos acordos com FMI.
3. FALSO Ao longo da década de 90, ocorre justamente o oposto no mercado de trabalho do país: desemprego em patamares elevados e crescimento significativo da informalidade, o que inclusive explica parte do déficit do sistema previdenciário, por exemplo.
4. FALSO Existiu elevação de produtividade no setor industrial, especialmente em função das mudanças estruturais pelas quais a economia brasileira passaria ao longo da década de 1990, como a abertura comercial e a maior concorrência dos produtos importados.
5. FALSO Apesar das dificuldades em termos de dados de desemprego rural, o setor urbano foi certamente o foco principal de desemprego do período.
6. **(2011 - 12)** As reformas liberalizantes dos anos 1990 (privatizações e aberturas comercial e financeira), juntamente com a apreciação cambial e taxa de juros elevada, impactaram fortemente a dinâmica macroeconômica do país, com os seguintes efeitos:
7. Aumento da vulnerabilidade externa, em razão de déficits nas transações correntes e da instabilidade dos influxos líquidos de capital externo.
8. Limites à elevação de preços nos ramos produtores de bens comercializáveis, contribuindo para o combate a inflação.
9. Barateamento das tarifas de serviços públicos.
10. Elevação da dívida pública interna e da dívida externa privada.
11. Aumento da produtividade do trabalho nas empresas privatizadas.

Resp:

1. VERDADEIRO; depois da abertura a balança comercial se torna negativa, ampliando o déficit em transações correntes, sendo este financiado por entrada de capitais. Ao longo da década de 1990, e especialmente na sua segunda metade, a economia brasileira passou por vários choques internacionais (México, em 1995, Ásia, em 1997, Rússia, em 1998), além da própria crise cambial brasileira, do início de 1999. Na prática, estas crises causaram forte saída de recursos do país e o Banco Central do Brasil aumentou as taxas de juros para procurar estancar esta saída, o que causaria uma piora do saldo em transações correntes devido ao pagamento do serviço da dívida externa.
2. VERDADEIRO: Especialmente com a implantação do Plano Real, a política de valorização da moeda doméstica facilitaria a entrada de produtos importados, o que aumentaria a concorrência e inibiria a elevação de preços no mercado interno. De fato, logo após a adoção do referido plano, observa-se uma piora significativa da balança comercial e entre 1995 e 1998, são observados déficits em todos os anos.
3. FALSO; Esta talvez fosse uma expectativa, porém não se pode afirmar que houve uma diminuição das tarifas públicas de forma generalizada, nem das tarifas dos setores entregues à gestão privada.
4. VERDADEIRO; Apesar da privatização, a dívida interna pública subiu em função de vários elementos como as taxas de juros, o reconhecimento de “esqueletos” e a própria política externa, com entrada de capitais e sua esterilização. Pelo lado da dívida externa, esta se elevou e houve um forte movimento de captação de recursos pelo setor privado no exterior pós-abertura e pós-elevação das taxas internas de juros.
5. VERDADEIRO com a privatização houve enxugamento nos quadros e/ou ampliação das atividades o que configura um aumento de produtividade
6. **(2012 – 13)** Na década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de abertura ao exterior e de liberalização. É correto associar a esse período:
7. a estabilidade na composição dos tipos de influxo de capital externo que lideraram as entradas líquidas ao longo da década.
8. a relativa estabilidade do nível de reservas internacionais ao longo da década, principalmente até 1995.
9. depois do Plano Real, o aumento contínuo, ano a ano, dos influxos líquidos de investimento estrangeiro direto.
10. entre 1990 e 1999, o conjunto dos ramos industriais intensivos em tecnologia perdeu participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), mas o ramo de material de transporte aumentou seu coeficiente exportado e sua participação no VTI.
11. a manutenção da taxa de câmbio flutuante no início da década, que é substituída pelo regime de câmbio fixo após a crise asiática de 1997.

**Resp:**

1. FALSO, se decompormos o ingresso de capital, por exemplo entre em investimento em carteira e IED, percebe-se que com o tempo os IED vão aumentando a sua participação no total de entrada de recursos
2. FALSO, existe uma elevação do volume de reservas entre 1992 e 1995
3. VERDADEIRO, como já afirmado em (0), os IED ampliam sua participação ano após ano
4. VERDADEIRO, assertiva com algum grau de especificidade mas mostra o impacto da abertura e do cambio sobre o setor industrial com a perda da participação dos setores tecnologicamente mais intensivos, e ressalta a diferença com relação ao setor automotivo que mereceu um tratamento especial especialmente depois de 1995
5. FALSO, a crise asiática não alterou o regime de cambio brasileiro baseado num sistema de bandas entre a crise do México e a crise brasileira de 1999.
6. **(2013 – 13)** A abertura comercial e financeira, a partir da década de 1990, teve os seguintes impactos sobre a economia brasileira:
7. Ela foi, juntamente com a valorização cambial do real, um dos pontos fundamentais na estratégia de combate à inflação do Plano Real.
8. Ela implicou, junto com a valorização cambial, a deterioração da conta de transações correntes do balanço de pagamentos e o crescimento da dívida externa.
9. Com a sua adoção, foi possível evitar a crise cambial do início do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.
10. Ela impactou fortemente a indústria: fragilizou alguns de seus ramos, possibilitou a modernização de outros, desarticulou cadeias produtivas e reduziu a taxa de crescimento do seu produto.
11. Ao aumentar a competitividade da economia brasileira, permitiu a redução das taxas de desemprego na década de 1990.

Resp:

1. VERDADEIRO, pois com a abertura comercial permitiu-se importações baratas o que foi facilitada pela abertura financeira e a entrada de recursos no país que tanto financiava os déficits comerciais como pressionava por uma valorização cambial barateando ainda mais os produtos importados
2. VERDADEIRO, a partir de 1995 vemos a balança comercial se tornar negativa ampliando o déficit em transações correntes que passa a ser financiado com ingresso de capitais o que implica em um aumento do endividamento externo
3. FALSO, justamente pomo a crise aconteceu a adoção da abertura não a evitou
4. VERDADEIRO, a abertura afetou os setores industriais de forma diferenciada, com alguns setores enfrentando vários problemas outros conseguindo superar o problema via modernização e ganhos de produtividade
5. FALSO, a abertura acabou por ampliar o desemprego dado que alguns setores não resistiram a abertura e outros conseguiram enfrentar a competição mas os ganhos para tal implicaram em cortes e ampliação do desemprego
6. **(2014 - 13)** Sobre o processo de abertura comercial e financeira da década de 1990, é correto afirmar:
7. as fugas de capitais que ameaçavam a política cambial executada na segunda metade da década de 1990 influenciaram elevações das taxas de juros que só tiveram impacto sobre o nível de preços, mas não sobre a dívida pública interna, majoritariamente concentrada em títulos com juros pré-fixados.
8. os investimentos diretos externos na segunda metade da década de 1990 foram destinados menos ao setor industrialdo que ao setor de serviços.
9. o investimento direto externo foi o único tipo de entrada de capitais (portanto excluídos fluxos de porta-fólio e empréstimos de curto e longo prazos) que registrou crescimento ininterrupto a cada ano entre 1993 e 2000.
10. no biênio de 1990 e 1991, a abertura comercial foi acompanhada de uma tendência de apreciação cambial que reduziu a proteção efetiva da indústria brasileira.
11. entre 1990 e 1999, a abertura comercial determinou uma tendência da economia brasileira à especialização em setores intensivos em trabalho, de modo que os ramos de têxteis e vestuário aumentaram sua participação no valor da transformação industrial.

Resp:

1. FALSO, a dívida pública interna não era concentrada em títulos com juros prefixados, ao contrário a maior parte era pós fixada
2. VERDADEIRO, setores como a telefonia e o setor financeiro receberam parte importante dos investimentos externos
3. VERDADEIRO, os outros apresentavam oscilações importante especialmente nos momentos de crise externa como na crise do sudeste asiático e da Rússia, além da própria crise brasileira no fim de 98 e início de 99
4. FALSO, a tendência a apreciação passa ocorrer especialmente quando do início da entrada de capitais no Brasil que ocorre com a abertura financeira e esta se dá a partir de 1992
5. FALSO, os setores têxteis e de vestuários foram fortemente afetados pela concorrência externa e se reduziram no total do valor da transformação industrial
6. **(2019 – 09)** A abertura da conta de capitais foi uma das mudanças fundamentais da economia nos anos 1990. Sobre este tema podemos dizer:
7. Há uma liberalização do investimento estrangeiro em ações de empresas nacionais no território brasileiro, por meio de fundos regulados pelo Anexo IV, e nos EUA por meio da regulação dos ADR.
8. A possibilidade de livre remessa de capital por residentes, um elemento central para a liberalização da conta de capital, foi uma das primeiras medidas a serem regulamentadas de forma definitiva pelo Governo Collor de Mello.
9. A abertura do mercado doméstico brasileiro a tomadores estrangeiros de crédito foi uma medida importante e complementar à abertura da possibilidade de as empresas brasileiras lançarem ações no mercado internacional.
10. Buscou-se facilitar a remessa de rendas por empresas multinacionais por meio de mudanças tributárias e de normas que regulavam a remessa de *royalties* sobre marcas e patentes.
11. A existência de títulos negociáveis brasileiros relativos à nossa dívida soberana permitiu a residentes no Brasil investirem em fundos no exterior, nos chamados Fundos de Investimento Estrangeiro.

Resposta

1. VERDADEIRO, este foi um dos principais elementos da abertura financeira: a permissão da presença do investimento estrangeiro no mercado de acionário brasileiro e da colocação de ações de empresas brasileiras no mercado internacional
2. FALSO, a regulamentação definitiva deste tipo de medida so veio a ocorrer no governo FHC
3. FALSO, não tivemos a abertura da possibilidade de tomada de recursos por parte de estrangeiros como contrapartida, a contrapartida foi a permissão para que os investidores estrangeiros participassem do mercado acionário brasileiro
4. VERDADEIRO, houve uma ampliação das facilidades de remessa de lucros dividendos ao estrangeiro flexibilizando a regulamentação sobre direitos e, marcas e patentes.
5. VERDADEIRO, uma parte importante da colocação dos títulos públicos no estrangeiro se faz mediante a aquisição destes por parte de residentes nacionais através destes fundos
6. **(2019 – 10)** Sobre os debates a respeito da evolução da indústria brasileira a partir dos anos 1990, podemos dizer:
7. A apreciação cambial que ocorre em 1994 não parece ter afetado o coeficiente de penetração (importações/produção) na média da indústria de transformação, pois se verificou significativo aumento anterior deste coeficiente como decorrência da abertura comercial prévia à apreciação cambial de 1994.
8. A modernização de segmentos específicos da indústria brasileira foi muito favorecida pelo processo de privatização de alguns setores, como o elétrico, que graças a tal processo foi capaz de gerar uma capacidade adequada de oferta à expansão do investimento privado industrial.
9. Apesar do caráter liberalizante dos governos FHC, ocorreu em 1995 uma elevação da tarifa média de importação em razão da apreensão causada pela deterioração da conta externa pós-crise do México.
10. O efeito da apreciação cambial a partir de 1994 se fez sentir mais fortemente nos setores intensivos em mão de obra, comparados aos intensivos em tecnologia, como podem atestar as variações dos coeficientes de abertura e penetração destes setores.
11. A abertura econômica teve um impacto desigual sobre o setor intensivo em tecnologia, com uma elevação da participação no valor da transformação industrial (VTI) do segmento de material de transporte e um declínio do segmento de material elétrico e de comunicações.

Resposta

1. FALSO, como decorrência da abertura efetivamente os coeficientes de penetração se ampliaram, porém pos plano real eles continuaram a se ampliar com um ritmo inclusive superior
2. FALSO, algumas privatizações podem até ter tido efeito positivo conforme sugerido, mas tal não é o caso no setor energético, o que pode ser visto pela crise energético de 2001.
3. VERDADEIRO, efetivamente pode-se dizer que a abertura comercial se encerra no primeiro mandado do governo FHC, com o fim das quedas das tarifas medias e até uma pequena elevação dada a forte deterioração das contas externas brasileiras e também alguns acordos no âmbito do Mercosul
4. FALSO, ocorre de forma geral o inverso, o efeito é mais significativo sobre bens intensivos em tecnologia
5. VERDADEIRO, efetivamente o impacto se deu de forma diferenciada sendo que pos abertura verifica-se a ampliação da participação do setor de material de transporte no valor da transformação industrial e uma queda no segmento de material elétrico e comunicações
6. **(2018 – 11)** Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1990, é correto afirmar:

Ⓞ O Coeficiente de Gini diminuiu ao longo da década.

① Houve uma expressiva entrada de bens importados em vários setores industriais, como bens de consumo duráveis e material de transporte, mas foi no setor de bens de capital que este processo foi mais intenso.

② A diminuição das relações interindustriais da economia brasileira relaciona-se com a diminuição da densidade das cadeias produtivas locais, em virtude do aumento do coeficiente de importações.

③ Um dos poucos setores industriais no qual não ocorreu uma redução no Valor da Transformação Industrial foi o de uso intensivo de recursos naturais, refletindo as vantagens absolutas do país nesse setor.

④ As exportações industriais para o MERCOSUL seguiram o mesmo padrão de baixa competitividade registrado para outras áreas mundiais de comércio, apresentando uma reduzida participação relativa de bens industrializados.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, existe queda se tomarmos os dados ao final da década e compara-los com os do inicio da década mesmo que esta não seja expressiva e durante a mesma década tenha havido mais oscilações do que uma tendência clara de declínio

① VERDADEIRO, a abertura implicou em uma ampliação das importações em todos os setores, porém uma parte importante da reação do setor produtivo brasileiro para ganhar competitividade no período foi uma readequação tecnológica por meio da importação de bens de capital

② VERDADEIRO, existe um a ampliação do coeficiente de importação e o adensamento das cadeias não se faz dentro do país mas em cadeias internacionais

③ VERDADEIRO, o setor que mais resistiu a abertura foi aquela que é intenso em recursos naturais nacionais , neste setor percebe-se inclusive um adensamento das cadeias.

④ FALSO, as exportações dentro de Mercosul se mantiveram intensivas em bens industrias como os ligados ao setor automotivo.

1. **(2018 – 13)** Sobre a economia brasileira nas últimas duas décadas, podemos afirmar:

Ⓞ A indústria de transformação perdeu participação no PIB ao longo da década de 1990 e, a partir dos primeiros anos do século XXI, manteve-se praticamente constante.

① O crescimento expressivo do agronegócio (agricultura empresarial) no Brasil contou com incentivos governamentais voltados a apoiar o setor, como o PRONAF.

② A decisão governamental de intervir no mercado de derivativos em 2011 contribuiu para alterar a política de apreciação cambial que vinha sendo praticada nos anos anteriores.

③ A apreciação do real, a partir de 2005, associada à maior volatilidade dos juros, contribuiu para que os títulos indexados ao câmbio ganhassem preferência do mercado, tendo como contrapartida a queda dos títulos prefixados.

④ Na primeira década do século XXI, o aumento do emprego deveu-se principalmente ao crescimento do emprego informal, já que para o emprego formal a taxa de crescimento manteve-se relativamente estagnada.

Resp:

Ⓞ FALSO, A participação da indústria de transformação no PIB tem queda no início da década de 90 uma certa recuperação depois da segunda metade da década ate 2004 e depois uma queda de participação até a segunda década do século XXI

① FALSO, o PRONAF efetivamente foi ampliado, porém é uma política de financiamento agrícola voltada para a agricultura familiar e não apara a agricultura empresarial

② VERDADEIRO A política cambial que vai de meados de 2011 ao início de 2013 foi, sob diversos aspectos, singular. Nela, o governo decidiu promover explicitamente uma elevação da taxa de câmbio para restaurar a competitividade da economia brasileira. E, para se contrapor à tendência de apreciação em curso até julho de 2011, que vinha sendo alimentada por forte ingresso de capitais, o governo recorreu, simultaneamente à política monetária (redução dos juros), aos controles de capitais (de entrada) e às intervenções nos mercados à vista e futuro.

③ FALSO, a partir de 2005 e praticamente ate a crise de 2008 existe uma diminuição e praticamente uma eliminação dos títulos com clausula cambial e um crescimento da chamada dívida pré fixada.

④ FALSO, na verdade a queda do desemprego vem acompanhada de uma queda das taxas de informalização da economia, com ampliação dos empregos com carteira assinada no período

## Questões abertas – Tópico 8

1. **(1999)** A política econômica implementada nos anos noventa, notadamente a partir de 1994, tende a manter as exportações industriais brasileiras concentradas em commodities (bens com elevada escala de produção, baixo valor agregado e intensivos em recursos naturais, insumos agrícolas e energia).
2. **(2003)** Descreva e explique as mudanças observadas nas principais contas do balanço de pagamentos do Brasil ao longo dos anos 1990.
3. **(2004)** A década de 1990, tanto quanto a anterior, foi uma década perdida para a economia brasileira. Você concorda ou discorda? Por quê?
4. **(2006)** Discuta os efeitos do processo de abertura comercial dos anos 1990 sobre a estrutura industrial brasileira. Inclua em sua análise uma avaliação dos efeitos da abertura comercial sobre a participação da indústria nacional na composição da oferta interna.
5. **(2007**)Discuta a relação entre liberalização comercial e financeira e o êxito do Plano Real e como essa liberalização influenciou a capacidade da economia de crescer de forma sustentável, na década de 1990.
6. **(2011**) Avalie o desempenho das taxas de crescimento e de inflação do Brasil na década de 1990 e discuta o papel da conjuntura internacional como fator explicativo do referido desempenho.
7. **(2012)** Discuta os efeitos da abertura comercial da década de 1990 sobre a estrutura produtiva e o saldo comercial da indústria brasileira.
8. **(2015)** O II PND tinha como objetivo realizar mudanças estruturais na economia brasileira. A partir dos anos 1990, o tema “reformas estruturais” volta à baila e permanece no centro dos debates na entrada do século XXI. Descreva e compare a natureza diversa de políticas econômicas que são descritas com terminologias tão semelhantes, mas que são tão diferentes.
9. **(2017)** A partir do início dos anos 1990 foram implementadas várias reformas liberais, tais como a reforma da política de comércio exterior, a reforma do Estado – com privatizações e mudanças no marco regulatório da economia – e a liberalização financeira. A despeito do declarado objetivo de liberar a economia de restrições ao crescimento inerentes ao modelo de Substituição de Importações, o crescimento médio do produto nesta década foi até mesmo inferior àquele registrado na anterior, a chamada “década perdida” dos anos 1980. Procure na sua resposta aprofundar a natureza das reformas mencionadas acima e busque explicar tal resultado em termos de crescimento, enfatizando a análise de variáveis como desempenho do comércio exterior, financiamento externo, comportamento da indústria e do emprego.
10. **(2017)** Importante debate vem sendo realizado sobre a possível “desindustrialização” da economia brasileira nas últimas décadas. Exponha as principais controvérsias que marcam tal debate e os argumentos envolvidos nas mesmas.
11. **(2019)** A década de 1990 é considerada relevante para a economia brasileira, dentre outros motivos, por apresentar novos marcos institucionais que romperam com as principais características das décadas entre 1930 e 1980, quando as políticas econômicas, com intervencionismo estatal, associavam desenvolvimento econômico com industrialização. Disserte sobre as principais medidas de política econômica da década de 1990 e avalie em que medida as mesmas teriam representado rompimento com as décadas mencionadas.

# Questões relativas ao tópico 9: O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade.

## Questões Falso X Verdadeiro – Tópico 9

**(2019 -15)** O Estado teve papel relevante nas transformações estruturais da economia brasileira e no perfil de distribuição de renda até o passado recente. Sobre esta questão podemos afirmar:

1. A introdução de Lei que indexava os salários durante o Governo do general Castelo Branco foi precedida de aumento dos mesmos, ao considerar-se que estavam defasados, o que resultou em uma “inflação corretiva”.
2. A criação de certas instituições na primeira metade da década de 1930, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Conselho Federal de Comércio Exterior, integra a explicação das transformações estruturais da economia brasileira no período.
3. A Missão Cooke, cujo Relatório foi elaborado por técnicos americanos, apresentou um diagnóstico e propostas que, ao contrário das ideias cepalinas, privilegiavam o desenvolvimento econômico tendo como base a vocação agrária do país.
4. A elevação do salário mínimo teve um impacto direto na melhoria da distribuição de renda (medida pelo Índice de Gini) na primeira década do século XXI, por meio do efeito sobre a remuneração dos trabalhadores, e beneficiando também cerca de 15 milhões de pessoas que recebiam benefícios previdenciários atrelados ao valor do salário mínimo.
5. O enfraquecimento dos bancos públicos no Governo Castelo Branco, que foram proibidos de captar recursos por meio de fundos especiais, reflete uma visão menos intervencionista do Estado típica de economistas como Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões.

Resposta

1. Falso, não houve um aumento dos salários no governo Castelo Branco muito ao contrário
2. Verdadeiro, vários organismos foram criados para ampliar a intervenção estatal, o Ministério do Trabalho, indústria e comércio foi criado ainda em novembro de 1930 e o conselho federal de comercio exterior criado em junho de 1934 são exemplos destas instituições criadas na primeira metade da década de 30.
3. Falso, a Missão Cooke apresenta entendimentos e propostas que se alinham ao que será visto como desenvolvimentismo e defendem a modernização tecnológica e a industrialização do pais
4. Verdadeiro, efetivamente a ampliação do salário mínimo ao longo do governo Lila é entendido como um dos elementos a explicar a queda dos índices de gini no mesmo período
5. Falso, neste período bancos públicos como o BNDE, a Caixa e o BNH contaram com novas fontes de recursos baseadas em fundo parafiscais como o FGTS e o PIS.

**(2016 – 11)** Sobre as políticas industriais e de intervenção direta na economia no século XX, podemos dizer:

1. Na passagem do Governo Sarney para o Governo Collor houve uma mudança de foco de políticas setoriais específicas para políticas horizontais.
2. Com a ascensão do regime militar, foi paulatinamente esvaziada a importância do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), cuja origem remontava aos Grupos Executivos do Governo JK.
3. Entre a segunda metade dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, uma das estratégias de reforço das empresas públicas foi o aumento da capacidade de financiamento interno alcançada pelo realismo tarifário imposto pelo PAEG, mesmo que ao custo de gerar uma pressão inflacionária sobre a economia.
4. Os defensores da tese da “desindustrialização precoce” apoiam-se, entre outros argumentos, no fato de que a participação do produto manufatureiro do Brasil com relação ao produto manufatureiro mundial apresentou tendência de perda de posição no período de 1980 a 2010.
5. Os críticos da tese da “desindustrialização precoce” apoiam-se, entre outros argumentos, no fato de que o hiato entre os PIB *per capita* do Brasil e dos Estados Unidos não aumentou de 1980 até a primeira década do século XXI.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, dentro das reformas do Estado brasileiro, a adoção de políticas voltadas para setores específicos que vinham sendo a décadas implementadas foi substituída pela implantação de políticas horizontais
  2. FALSO, O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) originou-se da reforma administrativa e institucional implementada por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. O CDI foi criado com o nome de Comissão para o Desenvolvimento Industrial, subordinada ao Ministério da Indústria e do Comércio, através do Decreto nº 53.898, de 29 de abril de 1964. Durante o governo JK foi criado o Conselho de desenvolvimento (CD ou CDE)
  3. VERDADEIRO, com os governos militares houve o realismo tarifário que permitiu o autofinanciamento dos investimentos das estatais e este realismo tarifário, especialmente o choque tarifário inicial gerando a chamada inflação corretiva
  4. VERDADEIRO, a queda da participação da indústria brasileira na produção mundial é um dos argumentos da desindustrialização ocorrida no Brasil nas últimas décadas
  5. VERDADEIRO, o fato do Brasil ter se mantido em uma mesma distancia dos EUA quando médio pela diferença de PIB per capita é um dos argumentos de que a a questão da desindustrialização brasileira não seja relevante.

**(2002 - 14)** Uma das características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil diz respeito ao papel do Estado como fator de estímulo à industrialização. Esse papel foi exercido por meio de políticas fiscais e monetárias, de controle do mercado de trabalho e do provimento de bens públicos. Assim, é correto afirmar que as razões que levaram o Estado a promover a industrialização do Brasil foram:

1. A inserção da economia na era industrial, quando as bases técnicas e financeiras das manufaturas já eram relativamente complexas, implicava grandes plantas e elevadas exigências tecnológicas.
2. O mercado de capitais controlado pelo capital agrário-mercantil concentrou recursos em atividades ligadas à grande propriedade e ao consumo conspícuo.
3. Os grandes projetos industriais têm fortes dificuldades para contornar problemas de capacidade ociosa e de balanço de pagamentos, exigências de infraestrutura e dificuldades de suprimento de matérias-primas básicas.
4. A economia primária exportadora não engendrou mecanismos de financiamento privado capazes de oferecer sustentação à acumulação industrial nas condições requeridas pelo volume de capital e pela complexidade das tecnologias envolvidas.
5. A internacionalização do capital exigiu pronta resposta das forças produtivas internas para garantir a presença de blocos de capitais privados nacionais concorrentes do capital internacional.

**Resp:**

1. VERDADEIRO, de fato se tomarmos por exemplo setores como a produção de energia estes exigia planta e volumes de capital muito significativos, o mesmo se pode dizer da área de exploração e produção de derivados de petróleo, siderúrgica e química
2. FALSO, na verdade o problema é justamente a ausência de um mercado de capitais mais desenvolvido no período o que obriga a entrada do governo como intermediário financeiro no processo
3. VERDADEIRO, pois por um lado para se viabilizar (em termos de custos) são necessárias plantas que por vezes não se coadunam a demanda existente gerando assim problemas de ociosidade; por outro lado estes mesmos projetos exigem recursos e investimentos vindos do exterior pressionando o BP, além dos problemas de infraestrutura e matéria prima citados.
4. VERDADEIRO, existe uma dificuldade dentro do país de se forjar mecanismos de financiamento de longo prazo que permitissem transferir recursos de um setor ao outro, tanto é que foi necessária a intervenção do Estado e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do país.
5. FALSO, durante a industrialização em muitos momentos não se opôs ás empresas transnacionais, muito da participação do estado pode ser explicada justamente pelo não interesse dos blocos internacionais em se fixarem no país

**(2007 – 14)** Grande parte do desenvolvimento econômico brasileiro no século XX é atribuída à participação do estado na economia. A respeito desse tema, são corretas as afirmativas:

1. Durante a Segunda Guerra Mundial, ampliou-se de forma significativa a participação dos investimentos de infraestrutura no orçamento público;
2. O BNDE, surgido por recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, foi impedido, de seu início à década de 1970, de financiar empresas públicas, servindo como instrumento privilegiado para o financiamento das empresas privadas;
3. Controles de preços, embora existentes desde os anos 1950, foram pouco importantes na maior parte da segunda metade do século passado, tendo sido abandonados nos anos 1990;
4. Durante o período militar, arrefeceu-se o processo de expansão das empresas estatais, que se haviam expandido de forma expressiva nas décadas anteriores a 1964;
5. Durante a crise da dívida externa, as empresas estatais foram fortemente prejudicadas pelas políticas de ajuste econômico, em particular pela desvalorização cambial.

Resp:

1. VERDADEIRO; Normalmente durante os períodos de Guerra ocorreram investimentos em infraestrutura, especialmente de energia e transporte, realizados diretamente pelo governo;
2. FALSO; A proibição a que se refere a assertiva só viria a ocorrer no IIº PND, quando o crédito do BNDE tinha como prioridade as empresas privadas;
3. FALSO; O controle de preço foi uma política importante em vários momentos como, por exemplo, ao longo do milagre e do II PND
4. FALSO; Boa parte da expansão, por exemplo do II PND, se deve ao setor estatal
5. VERDADEIRO; De fato, as políticas de desvalorização cambial implementadas durante a primeira metade da década de 80 tinham como propósito melhorar o saldo da balança comercial brasileira gerando, por sua vez, impactos significativos sobre o endividamento das empresas estatais, estas utilizadas como principais mecanismos de obtenção de recursos externos após o segundo choque do petróleo ou mais especificamente, durante o IIº PND.

**(2009 – 13)** A ação do Estado está inserida em um quadro institucional composto por leis, empresas, conselhos, comissões e institutos que são criados e formam um arcabouço jurídico-institucional e uma rede de órgãos que interagem, formulam e racionalizam propostas e viabilizam a atuação estatal. Considere as instituições abaixo relacionadas nos itens A a H:

A – Banco Central do Brasil

B – Grupo Misto CEPAL-BNDE

C – Banco Nacional de Habitação (BNH)

D – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

E – Conselho Interministerial de Preços (CIP)

F – Superintendência de Moeda e de Crédito (SUMOC)

G – Companhia Vale do Rio Doce

H – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Considere as seguintes alternativas:

1. todas as instituições evidenciam a importância da atuação do Estado na economia brasileira a partir do final da II Guerra Mundial, quando foram criadas.
2. nenhuma das instituições arroladas foi criada após o fim do regime militar instaurado em 1964.
3. nenhuma dessas instituições foi criada durante o Governo Juscelino Kubitschek.
4. das instituições arroladas, três delas, e apenas três, fazem parte das medidas institucionais implementadas à época do PAEG.
5. as instituições B, F e G, e apenas elas, foram criadas antes do regime militar instaurado em 1964.

Resp:

Antes de responder as assertivas, considere que:

a) O Banco Central do Brasil foi fundado em 1964.

b) O grupo Misto Cepal – BNDE foi criado em 1953.

c) O Banco Nacional da Habitação foi criado em 1964.

d) A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi criada em 1936.

e) Conselho Interministerial de Preços foi criado em 1968.

f) A Superintendência de Moeda e de Crédito foi criada em 1945.

g) A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942.

h) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado em 1967

1. FALSO; Conforme pode ser visto nas informações anteriormente mencionadas, a Companhia Vale do Rio Doce e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foram criadas antes do final da IIª Guerra Mundial.
2. VERDADEIRO; De fato, tendo em vista que o regime militar teve seu fim em 1984, observa-se que nenhuma das instituições mencionadas foi criada após tal ano.
3. VERDADEIRO; O governo Juscelino Kubitschek teve início em 1956 e terminou em 1961. De fato, nenhuma das instituições foi criada dentro deste período.
4. VERDADEIRO; Estas instituições são o Banco Central do Brasil, o Banco Nacional da Habitação e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
5. FALSO; Conforme pode ser observado, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (instituição D) foi instituída em 1936, ou seja, também anteriormente ao regime militar.

**(2010 – 15)** Com relação ao papel historicamente desempenhado pelo Estado na economia brasileira é correto afirmar:

1. A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, formada durante o Estado Novo, propôs projetos de desenvolvimento para o Brasil, principalmente em infraestrutura, para os quais havia a promessa de financiamento norte-americano, e contribuiu para estreitar as relações entre os dois países durante a Guerra.
2. Na segunda metade da década de 1950, continuou crescendo a intervenção direta do Estado no setor produtivo, por meio de empresas estatais, mas o Plano de Metas também estabeleceu metas complementares de investimento para o setor privado.
3. O presidente Café Filho, que sucedeu Vargas em 1954, não logrou êxito em obter financiamento de instituições oficiais norte-americanas para fazer frente à crise cambial brasileira, embora tenha indicado para ministro da Fazenda um crítico das teses desenvolvimentistas e adepto de política monetária ortodoxa.
4. Dentre as causas da crise financeira das empresas estatais, na década de 1980, está que elas endividaram-se em moeda externa, a partir da década de 1970, embora estivessem voltadas sobretudo para o mercado interno e gerassem receitas em moeda local.
5. Metas de superávit nominal das contas públicas foram estabelecidas, a partir de 1999, com o objetivo de estabilizar ou reduzir a razão da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (Dívida pública/PIB).

Resp:

1. FALSO; O erro da sentença reside na afirmação de que a CMBEU foi formada durante o Estado Novo (1937 – 1945): na verdade, tal comissão foi formada em 1951, logo no início do segundo governo de Vargas (1951 – 1954).
2. VERDADEIRO; De fato, conforme Giambiagi et alli (2005, página 55), “Os setores de energia e transporte receberiam a maior parcela dos investimentos previstos no Plano (71,3%), a cargo quase que exclusivamente do setor público. Para as indústrias de base foram previstos cerca de 22,3% dos investimentos totais, sob a responsabilidade principalmente do setor privado (por vezes com ajuda de financiamentos públicos)”.
3. VERDADEIRO; Conforme já visto anteriormente, o ministro ao qual se refere à assertiva vem a ser Eugênio Gudin, de orientação ortodoxa, nomeado principalmente em função de seu prestígio junto à comunidade financeira internacional o que, acreditava-se, facilitaria a renegociação dos compromissos externos em um momento de dificuldades cambiais. Contudo, o montante de recursos obtidos por Gudin junto às instituições oficiais americanas estava longe de resolver o problema cambial brasileiro, sendo necessário recorrer a um financiamento junto a instituições privadas (para maiores detalhes, vide página 152 de Abreu (1990)).
4. VERDADEIRO; A sentença coloca, de forma simplificada, características e parte dos problemas enfrentados pelas estatais especialmente a partir da segunda metade da década de 70, com a implantação do IIº PND. Conforme discutido em questão anterior, boa parte do investimento público planejado pelo governo foi executada por meio destas empresas via de captação de recursos no mercado externo, dado que as fontes oficiais de crédito priorizaram basicamente as empresas privadas do país.
5. FALSO; Na verdade, o que houve a partir de 1999 foi o estabelecimento de metas de superávit primário, diferentemente do apresentado pela assertiva.

**(2011 – 15)** A associação entre variáveis econômicas e políticas auxiliar na explicação da condução da política econômica. Sobre essa associação no Brasil, é correto afirmar que:

1. os códigos de Minas e de Águas, da década de 1930, limitavam os capitais estrangeiros nos campos da mineração e da exploração de recursos hidráulicos.
2. a ortodoxia econômica dos primeiros anos do Governo Dutra pode ser em parte explicada pelo fato de sua candidatura ter contado com o apoio das forças contrárias ao nacionalismo e à política trabalhista de Vargas, que se aglutinavam na UDN (União Democrática Nacional).
3. o Governo Café Filho representa uma mudança em termos políticos com relação ao que o antecedeu, já que sua equipe econômica pode ser considerada mais liberal e menos nacionalista do que a antecessora.
4. a vitória de Jânio Quadros em 1961 representou a continuidade da aliança política que levara Juscelino ao governo em 1956, embora se possa ponderar que a política econômica de Quadros tenha sido mais afinada com a ortodoxia.
5. a crise política do Governo Goulart vincula-se, em parte, a críticas de alguns segmentos sociais a medidas que objetivavam redistribuição de renda e reforma agrária, que constavam do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado.

Resp:

(0) VERDADEIRO No caso do Código de Águas, de 1934, consta:

Art. 195. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil.

§ 1º As empresas a que se refere este artigo deverão constituir suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, ou delegar poderes de gerência exclusivamente a brasileiros.

§ 2º Deverão essas empresa manter nos seus serviços, no mínimo, dois terços de engenheiros e três quartos de operários brasileiros.

Por sua vez, no caso do Código de Minas, de março de 1940, consta

Art. 76. Para fins de participação de capitais estrangeiros, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o Presidente da República poderá autorizar. Por analogia de procedimento com relação às matérias minerais referidas no art. 12, 3º 1º deste Código, a pesquisa e a lavra de jazidas de calcário, gesso e argila, quando destinadas à Fabricação de Cimento e à Cerâmica, desde que nestas indústrias de fabricação predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Parágrafo único. No caso de transferência "inter-vivos" ou "causa mortis" das indústrias de que trata o artigo anterior, somente a brasileiros natos é permitida a sucessão, tendo em conta os §§ 3º e 4º do art. 6º deste Código.

Conforme exposto na assertiva, note que tanto o Código de Águas como o Código de Minas não incentivam a participação de capitais privados nestes setores e, pelo contrário, colocam restrições aos mesmos.

1. FALSO, a base de sustentação é muito próxima ao de Vargas, havendo algumas facções diferentes mais próximo mas não conforme afirma a assertiva
2. VERDADEIRO De fato, o presidente Café Filho nomeou Eugênio Gudin, amplamente conhecido como crítico das propostas desenvolvimentistas (de certa forma praticadas até então) e defensor de uma política financeira ortodoxa, como seu ministro da Fazenda;
3. FALSO; De acordo com Giambiagi et all (2005), Jânio Quadros, governador de São Paulo, foi lançado candidato à presidente da República pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) com apoio da União Democrática Nacional (UDN). Por sua vez, o general Henrique Lott (PSD - Partido Social Democrático – tendo João Goulart, do PTB, como seu candidato à vice) reeditava a aliança partidária que havia eleito Juscelino Kubitschek em 1955 - desta forma, tem-se a falsidade da sentença. Ainda de acordo com Giambiagi et all (2005), embora o período de Jânio Quadros na presidência tenha sido curto, as principais políticas apresentaram perfil ortodoxo, como a unificação do mercado cambial (por via da Instrução 204 da Sumoc), a contenção do gasto público (com a redução de subsídios ao petróleo e ao trigo) e a adoção de uma política monetária contracionista - a segunda parte da assertiva, portando, pode ser considerada correta.
4. VERDADEIRO; De fato, um dos pontos contidos no Plano Trienal, elaborado por Furtado, considerava que a ampliação do mercado interno seria obtida, entre outros, por via de uma reforma agrária e por via de políticas de redistribuição de renda. Parte da crise política vivida por Goulart advinha justamente da insatisfação dos setores que seriam beneficiados por tais políticas (grupos mais à esquerda da sociedade), dado que estas não foram implantadas a contento.

**(2012 – 15)** Sobre o papel do Estado na economia brasileira pode-se afirmar:

1. a Instrução 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), baixada em 9 de outubro de 1953, instituiu o regime de licenças prévias de importação, para conter a crise cambial.
2. o Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes em 1958, previa um tratamento mais gradual no combate à inflação do que o tratamento de choque sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
3. a redução da inflação nos últimos três anos da década de 1960 se deve, pelo menos em parte, à redução do crédito governamental ao setor privado.
4. entre 1967 e 1979, em parte como resultado da política agrícola, as taxas médias anuais de crescimento da produção de feijão, mandioca e banana foram negativas, enquanto a produção de soja cresceu a uma taxa superior a 20% ao ano.
5. a privatização de empresas estatais começou no Governo Collor, foi interrompida no Governo de Itamar Franco para, posteriormente, ser retomada com Fernando Henrique Cardoso.

Resp:

1. FALSO, a Instrução 70 se refere ao câmbio múltiplo e ao sistema de leilões e bonificações e não ao licenciamento de importações adotado em 1947
2. VERDADEIRO, O PEM é o primeiro dos planos de estabilização gradualistas
3. FALSO, a concepção de inflação como sendo de custos por parte de Delfim Netto para esta fase da economia lhe permitiu, ao contrário, expandir os mecanismo de crédito
4. VERDADEIRO, a assertiva reflete um dos aspectos da chamada modernização agrícola brasileira em que a expansão da produção agrícola se concentra em produtos exportáveis em detrimento daqueles destinado ao consumo doméstico
5. FALSO, não há interrupção da privatização com Itamar e a rigor alguma privatização já ocorria antes de Collor

**(2008 – 13)** Com respeito à atuação do Estado brasileiro durante o período militar, julgue as afirmativas:

1. Durante o “milagre econômico”, a postura conservadora do governo fez com que se reduzisse o número de empresas estatais.
2. Outra face da atuação estatal diz respeito ao fornecimento de “*hedge*” ao setor privado endividado em dólares nos momentos de crise internacional, como os que ocorreram ao final dos anos 1970 e início da década de 1980.
3. O controle de preços do setor privado, por meio de órgãos como o CIP e a SUNAB, revelou-­se inoperante na prática
4. Em alguns momentos, o Estado subsidiou o setor privado por meio da sub-correção dos preços dos bens e serviços fornecidos por empresas estatais
5. A atuação do Estado como agente financiador de longo prazo não foi importante devido ao sucesso das reformas do PAEG no tocante ao mercado financeiro e ao mercado de capitais

Resp:

1. FALSO; Apesar do milagre não ter significado um grande aumento no número de empresas estatais, não houve, no período, uma desestatização
2. verdadeiro; Esta foi uma política também repetida no final do primeiro governo Fernando Henrique e tinha o objetivo de estimular o setor privado a captar recursos no exterior retirando o seu risco cambial ou limpar o passivo cambial antes de desvalorizações eminentes que fatalmente trariam a quebradeira das empresas endividadas em dólar
3. FALSO; Durante o milagre o controle de preço foi bastante utilizado com relativo sucesso
4. verdadeiro; Isto ocorreu em vários momentos como no II PND
5. FALSO; As reformas financeiras do PAEG não lograram êxito no institucionalização de um mercado de capitais bem constituído nem tampouco na promoção de um sistema privado de financiamento de longo prazo de modo que coube ao estado, por meio do BNDE e outros organismos financeiros públicos esta intermediação

**(2016 – 8)** A Constituição de 1988 estabeleceu mudanças institucionais que impactaram na economia brasileira. Dentre tais mudanças pode-se arrolar:

1. Maior descentralização do poder tributário na Federação.
2. Ampliação de transferências de recursos federais.
3. Fortalecimento da integração entre Governo Federal e municípios no campo do planejamento setorial.
4. Aumento do controle do Governo Federal sobre os recursos arrecadados.
5. O Conselho Monetário Nacional inaugurou a tarefa de coordenação da política monetária.

Resp:

1. VERDADEIRO, houve aumento na participação especialmente dos municípios no total da receita disponível a partir da constituição de 88 que também ampliou por exemplo, a participação do IR e do IPI nos FPE e FPM
2. VERDADEIRO, como afirmado na assertiva acima
3. FALSO, apesar de ampliar a participação dos municípios nos gastos não há a criação de mecanismo que permitissem a integração de políticas nos diferentes setores
4. FALSO, como afirmado na assertiva 0
5. FALSO, o CMN foi criado em 1964 com este objetivo

1. **(2010 - 14)** A Constituição de 1988 trouxe importantes modificações institucionais que influenciaram o papel do Estado na economia, com repercussão em seus indicadores de desenvolvimento, principalmente no que concerne aos direitos sociais. Sobre isto pode-se afirmar que:
2. houve impacto significativo no sistema previdenciário e no campo dos direitos dos trabalhadores e das relações de trabalho.
3. universalizou-se o acesso ao sistema previdenciário, com a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural.
4. houve redução dos direitos trabalhistas inscritos anteriormente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
5. houve avanço com relação à reforma agrária, em especial quanto a uma definição mais precisa das terras passíveis de desapropriação pelo governo.
6. embora tenha estendido o ensino público obrigatório a todas as idades, nada mencionou quanto a sua gratuidade.

Resp:

1. VERDADEIRO; A constituição de 1988 toma por princípio a universalização de grande parte dos direitos sociais (previdência, saúde e educação, em especial), o que implicou a uniformidade e a extensão dos direitos previdenciários e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural. Isto implicou também em aprofundamentos dos direitos trabalhistas.
2. VERDADEIRO; Vide resposta ao item (0).
3. FALSO; Vide resposta ao item (0).
4. FALSO; A Constituição de 1988 mantém de maneira pouco clara a definição das terras desapropriáveis para reforma agrária. Conforme o Artigo 184 compete à União desapropriar o imóvel rural que “não esteja cumprindo sua função social”. Já segundo o Artigo 185, são **insuscetíveis** de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra, e a “propriedade produtiva”.
5. FALSO; Conforme seu Artigo 206, a Constituição de 1988 prevê a garantia do ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais.

1. **(2006 – 15)** Sobre as privatizações ocorridas na economia brasileira, é correto afirmar que:
2. na década de 1980, a privatização caracterizou-se como uma “reprivatização” de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, geralmente em função de dificuldades financeiras;
3. no Governo Collor, as principais empresas privatizadas foram as produtoras de bens siderúrgicos, petroquímicos e fertilizantes;
4. as privatizações realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso priorizaram os setores de telecomunicações, energia e mineração;
5. na maioria dos casos, as empresas privatizadas na década de 1990 melhoraram sua situação financeira e tornaram-se mais eficientes depois de vendidas;
6. a privatização acelerada das empresas estatais na década de 1990 permitiu que a dívida mobiliária federal se reduzisse de forma significativa, naquele período

Resp:

1. VERDADEIRO; Nesta época não havia ainda, por parte do governo, a intenção de implementar um programa de privatização em larga escala, mas apenas de desfazer-se de empresas que vieram parar em suas mãos por insucessos empresariais. Essa fase abrangeu empresas de pequeno porte e seus resultados econômicos foram modestos. Na realidade, o principal objetivo era evitar que o governo ampliasse ainda mais sua presença no setor produtivo, e não gerar receitas para o Tesouro;
2. VERDADEIRO; Em 1990, o Governo Collor fez da privatização parte integrante e fundamental das reformas estruturais a serem implementadas na sua gestão, iniciando a segunda fase do programa com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND). Sua magnitude e escopo foram significativamente ampliados e assim, entre 1991 e 1993, o PND concentrou esforços na venda de estatais consideradas estratégicas no modelo nacional-desenvolvimentista dos anos setenta, o que explica a grande participação dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes (vendas da Cosipa, CSN e Usiminas, por exemplo);
3. VERDADEIRO; De fato, as vendas das empresas do sistema Telebrás, do sistema Eletrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce são exemplos clássicos das privatizações realizadas durante o governo de FHC;
4. VERDADEIRO; Efetivamente, análises posteriores mostram que muitas empresas privatizadas acabaram por ter melhor performance em função de maior liberdade tarifaria, aportes financeiros, regras de gestão mais eficientes e livres das “amarras” da administração pública;
5. FALSO; Não existe nenhuma evidência de queda significativa deste indicador ao longo da década de 90, ocorrendo justamente o oposto, ou seja, forte tendência ascendente, o que torna a afirmação incorreta (para maiores detalhes, vide séries histórias do IPEADATA), ou seja apesar da privatização esta não foi suficiente para compensar o aumento do endividamento do período.
6. **(2017 – 9)** Sobre os processos de reforma do Estado e de privatizações iniciados a partir dos anos 1980, podemos afirmar:
7. O chamado Plano Nacional de Desestatização (PND) incorporou objetivos de natureza estritamente macroeconômica, ao buscar a redução do endividamento público por meio da venda de empresas públicas.
8. O processo de privatização nos governos Collor de Mello e Itamar Franco atingiu um número muito grande de empresas de pequeno porte, sendo incapaz de passar para o controle da iniciativa privada setores importantes da economia, como siderurgia e petroquímica.
9. Um dos objetivos perseguidos pelo Governo Cardoso foi reverter a estrutura da Previdência Social como estabelecida na Constituição de 1988. Entre as reformas propostas estavam o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria, ampliação do tempo de contribuição e estabelecimento do “fator previdenciário”.
10. Em um contexto marcado pelo contágio de seguidas crises cambiais, a privatização da Telebrás contribuiu para financiar desequilíbrios externos no Governo Cardoso.
11. A privatização das telecomunicações foi fundamental para a recuperação do setor, que vinha de um período de deterioração dos serviços, em consequência especialmente dos investimentos muito baixos no triênio 1995-1997, decorrência do ajuste fiscal do primeiro Governo Cardoso.

Resp:

1. VERDADEIRO, ao buscar a redução do endividamento buscou objetivos macroeconômicos, porém no PND existem objetivos micro como a maior eficiência dos serviços
2. FALSO, durante o período empresas importantes da siderurgia foram transferidas para o setor privado
3. VERDADEIRO, no governo FHC temo uma importante iniciativa de reforma da previdência que estabelece o fator previdenciário, uma idade mínima para aposentadoria e amplia o tempo de contribuição
4. VERDADEIRO, a entrada de capital proveniente das privatizações do setor de telecomunicações foi importante para financiar o balanço de pagamentos brasileiro no período
5. FALSO, o setor de telecomunicações apresentou melhoras sensíveis antes da própria privatização em função dos reajustes tarifários e ganhos de produtividade, ampliando seu fluxo de caixa e sua capacidade de investimento.
6. **(2018 – 12)** Em relação aos governos do presidente FHC, pode-se dizer que:
7. Algumas privatizações, como nas áreas de energia e telecomunicações, só puderam ser realizadas por meio de mudanças na Constituição de 1988.
8. Pelas dificuldades inerentes ao setor, as privatizações do setor elétrico se concentraram na etapa de distribuição.
9. Apesar do aumento do risco país ocorrido em 2002, a política de taxas de juros adotada pelo Banco Central foi capaz de evitar uma maior depreciação cambial e, assim, um choque inflacionário.
10. Ao contrário do seu primeiro mandato, o segundo Governo FHC apresentou, a partir de 2000, uma política de superávits primários acima de 3% do PIB.
11. As mudanças da política econômica ocorridas em 1999 permitiram que impactos externos negativos, como a crise da Argentina em 2001, não comprometessem o desempenho de forte crescimento da economia brasileira neste ano.

Resp:

1. VERDADEIRO, em alguns setores foram necessárias alterações constitucionais que davam exclusividade a exploração de certos setores a empresas estatais ou restringiam a participação de o capital externo
2. VERDADEIRO, problemas encontrados na própria estrutura do setor e também na regulação do setor dificultaram que setores como os de transmissão e mesmo os de geração de energia hidroelétrica dificultaram a privatização destas subáreas do setor energético e fizeram com que tais privatizações se concentrasse na distribuição da energia aos consumidores
3. FALSO, a taxa de cambio se desvalorizou fortemente atingindo quase que os 4 reais por dólar e a inflação também se acelerou saindo da meta e alcançando, a depender do indicador, mais de 10%.
4. VERDADEIRO, em 1999 o governo FHC se viu obrigado a alterar fortemente a estratégia fiscal, especialmente promovendo a elevação da arrecadação conseguindo assim que se obtivesse superávits primários.
5. FALSO, o chamado tripé macroeconômico permitiu a retomada do crescimento em 2000, porém não evitou que impactos externos negativos repercutissem sobre o crescimento econômico que se retraiu.
6. **(2017 – 11)** Sobre as políticas econômicas adotadas a partir de 2003 até o primeiro Governo Dilma Rousseff, no que concerne a relação setor público e economia, podemos dizer:
7. Algumas iniciativas do Governo Federal, como descontar da meta do superávit primário os gastos do Projeto Piloto de Investimentos e do cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público os resultados da Eletrobrás e da Petrobrás, caracterizaram uma flexibilização das normas fiscais herdadas do Governo Cardoso.
8. A elevação do superávit primário no início do Governo Lula se relacionava com a elevação dos juros pagos pelo governo e o objetivo de política econômica de controle do crescimento do endividamento público em porcentagem do PIB.
9. Os adeptos da ideia de que uma contração fiscal poderia ser expansionista no que concerne à elevação do crescimento do PIB tiveram suas expectativas confirmadas pela aceleração do crescimento de 2003 frente ao de 2002.
10. Promulgada em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs às unidades subnacionais tetos bem definidos de endividamento, que estabeleceram limites à capacidade de tais entes em fazerem uma política autônoma de investimento.
11. A extinção das agências de regulação setorial criadas nos anos 1990, substituídas no Governo Lula por novos órgãos de fomento estatais, marcou uma mudança estatizante importante.

RESP:

1. VERDADEIRO, efetivamente as metas de superávit primários se veem afrouxadas quando se permitiu excluir das despesas os investimentos incluídos no PPI, assim como quando se toma o setor público no seu conceito consolidado (que inclui estado e municípios e estatais) se retira deste os resultados da Eletrobras e da Petrobras. Estas retiradas afrouxam as metas fiscais permitem a ampliação dos investimentos públicos
2. VERDADEIRO, no final do governo anterior e início do governo Lula houve uma ampliação dos juros, assim para estabilizar a relação dívida PIB era necessário a ampliação do superávit primário
3. FALSO, o ano de 2003 é um ano de diminuição do ritmo de crescimento do PIB frente ao não de 2002
4. VERDADEIRO, efetivamente a LRF impõe limites aos gastos e endividamento dos entes subnacionais o que diminui a capacidade destas em fazerem amplos projetos de investimento
5. FALSO, existiram mudanças nas agências de regulação, mas não a sua extinção.
6. **(2019 – 11)** Sobre a política econômica realizada na primeira década do século XXI, pode-se afirmar:
7. Com o dólar e a inflação em queda, a situação externa do país nos anos iniciais da década sinalizava que o risco de insolvência dos anos anteriores estava afastado.
8. A elevação da meta de superávit primário em 2003 foi uma das medidas tomadas para reverter a desconfiança dos mercados financeiros, captada, por exemplo, pelo indicador de risco-país.
9. O Plano Plurianual 2004-2007 propôs que parcerias com o setor privado e com organizações não governamentais deveriam substituir o Estado como indutor do crescimento, sendo este modelo de Estado considerado superado como herança histórica do processo de substituição de importações.
10. O anúncio das metas de inflação para 2003 e 2004, por parte do novo Governo, afirmava a manutenção do regime de metas de inflação adotado no Governo anterior, embora aumentasse as taxas com relação às observadas em 2002, o que sinalizava para o afrouxamento da política anti-inflacionária.
11. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), de 2007, incorporou propostas para alavancar os investimentos, objetivando reverter uma conjuntura que sinalizava para o ingresso em uma fase de recessão.

Resposta

1. FALSO, apesar de existir uma queda da inflação e da taxa cambial em 2000, a partir de 2001 e em 2002 há uma forte aceleração do cambio e da inflação.
2. VERDADEIRO, o anúncio da LDO de 2004 de que o superávit primário seria aumentado estava por um lado de acordo com as demandas que o mercado viam como necessária para a condução da política econômica em especial com a necessidade de redução da relação dívida/PIB, o que fosse alcançado certamente diminuiria a percepção de risco em relação ao Brasil
3. FALSO. O PPA 2004 – 2007 afirma a importância do papel do Estado no desenvolvimento o que pode ser visto em passagens como “Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento” ou “Para implantar esse projeto de desenvolvimento é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico”. Estas frases claramente se confrontam com o afirmado na assertiva aqui analisada
4. FALSO, efetivamente a uma ampliação das metas em relação às metas anteriormente fixadas, em 2003 a meta passou a ser 8,5% porem esta meta estava abaixo da inflação que então se observava e que atingira 12,5% em 2002, desta forma não pode dizer que afrouxava a política de combate a inflação. Em 2003 esta diminui para 9%, caindo a seguir para 7% e 5,6%.
5. FALSO, O Programa de Aceleração do Crescimento lançado janeiro de 2007, foi um programa que teve como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de mais de R$ 500 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia entre outros. Porém em 2007 os dados não apontavam para uma fase de declínio econômico ao contrário a taxa de crescimento do PIB que havia caído em 2005 para 3,6% aumentava para 4,2 % em 2006 e estava em ascenção na época.

## Questões abertas – Tópico 9

1. (**2018**) Políticas industriais - implicando intervenção estatal direta ou não - e cambiais sempre se constituíram em elementos importantes do arsenal de instrumentos a disposição dos governos para estabelecer suas estratégias de desenvolvimento. De forma sucinta, compare e contraste estas políticas nos anos 1950, 1970 e 1990.
2. **(1993)** A forte participação do Estado em processos de desenvolvimento retardatário é uma característica ressaltada por vários autores. Como evoluiu essa participação na agricultura brasileira a partir dos anos sessenta?
3. **(1998**) O processo de privatização das empresas estatais empreendido nos anos 90 justifica-se, fundamentalmente, por sua contribuição ao ajuste fiscal do setor público brasileiro.
4. **(2005)** Exponha as linhas gerais do papel do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento industrial no período compreendido entre meados da década de cinquenta e o final da década de setenta, e compare-o com a atuação do Estado na década de 90.
5. **(2006)** Desde a reforma que instituiu o Real diversas medidas estruturais vêm sendo executadas para alterar a natureza do papel do Estado na economia. Discuta essas medidas, fazendo uma avaliação da sua importância e pertinência para o processo de estabilização monetária.
6. **(2007)** Discorra sobre as principais mudanças do papel do Estado na economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.
7. **(2014)** O Estado brasileiro exerceu um papel fundamental na emergência da sociedade industrial. O processo de globalização tem provocado mudanças na sua estrutura e no seu papel. Discuta os principais aspectos relacionados com essa redefinição do papel do Estado na economia brasileira.
8. **(2019)** A década de 1990 é considerada relevante para a economia brasileira, dentre outros motivos, por apresentar novos marcos institucionais que romperam com as principais características das décadas entre 1930 e 1980, quando as políticas econômicas, com intervencionismo estatal, associavam desenvolvimento econômico com industrialização. Disserte sobre as principais medidas de política econômica da década de 1990 e avalie em que medida as mesmas teriam representado rompimento com as décadas mencionadas.

# Questões relativas ao tópico 10. Tópicos Adicionais. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Desequilíbrios regionais. Distribuição de renda e pobreza. Relações com a economia internacional: integração, política industrial e dívida externa. A reforma do estado e as privatizações. Mercado de trabalho e emprego.

## Questões falso x verdadeiro – Tópico 10

1. **(2016 – 13)** Sobre o desempenho da agricultura brasileira no século XX, podemos afirmar que:
   1. Na segunda metade do século XX até os anos 1980, o declínio da população economicamente ativa (PEA) agrícola sobre a PEA total decorreu de processo de modernização tecnológica que atingiu de forma dinâmica e homogênea o conjunto do setor.
   2. O período do Milagre Econômico foi particularmente importante para a agricultura, com o estímulo à diversificação, mecanização e utilização de insumos modernos, especialmente para culturas de exportação.
   3. Na década de 1930, a despeito da ênfase dada por Vargas a reformas modernizadoras, a agricultura, dada sua importância relativa, ainda apresentou taxa de crescimento superior à indústria.
   4. A produção agrícola reduziu a quase metade sua taxa média de crescimento na década de 1980 em relação à década de 1970. Apesar disso, dado o mau desempenho do PIB agregado, ao final da década de 1980 a participação da agricultura no PIB era superior ao valor médio da década de 1970.
   5. A política de preços mínimos agrícolas, aplicada a partir do final dos anos 1960, ao causar distorções dos preços de mercado, acabou por prejudicar o avanço de algumas culturas de exportação cuja dinâmica dependia da competitividade no mercado internacional.

Resp:

* 1. FALSO, o processo de modernização ocorre não na segunda metade do século XX, mas sim na década de 70 e 80 e não atinge de modo homogêneo em termos regionais o setor
  2. VERDADEIRO, durante o milagre desenvolveu- se a modernização agrícola com a introdução de tecnologia na produção agrícola e aumento de produtividade
  3. FALSO, o setor industrial apresentou taxas superiores de crescimento na década de 30
  4. VERDADEIRO, afirmação verdadeira, apesar do exagero no início da frase existe uma redução da taxa média de crescimento, mas a afirmação dá a impressão de uma queda muito mais acentuada do que realmente correu, porém é verdade que, em função do pior desempenho do setor industrial, a participação da agricultura no PIB subiu em média no período
  5. FALSO, a política de preços mínimos ao reduzir o risco de mercado e dar garantias ao produtor não prejudicou o avanço das culturas de exportação agrícolas brasileiras.

1. **(2019 -14)** O desenvolvimento brasileiro foi marcado por desigualdades regionais que, por sua vez, suscitaram políticas públicas. Sobre este tema podemos afirmar:
2. A preocupação com a questão regional nos anos quarenta se reflete na criação em 1948 da Comissão do Vale do São Francisco e na definição pela Constituição de 1946 da destinação de recursos federais para programa de investimento na Amazônia, que se desdobrou na década seguinte na criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
3. O apoio ao saneamento e preservação dos bancos estaduais, concedido aos governadores pela Administração FHC, representou uma de suas principais políticas de desenvolvimento regional, uma vez que tais instituições financeiras sempre tiveram papel de destaque no desenvolvimento dos estados.
4. A mudança da legislação sobre importações, com a extinção de regimes especiais de importação no Governo Collor, prejudicou bastante a Zona Franca de Manaus, que deixou de contar com o regime especial para desenvolvimento da região amazônica.
5. Os governos militares da década de 1960 abandonaram as políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, que tinham na Sudene a sua instituição central.
6. Os incentivos do Governo de Minas Gerais para a instalação da Fiat no Brasil são um exemplo de política ativa de um governo estadual com o objetivo de atração de atividade econômica, tendo como consequência uma descentralização da produção automobilística no Brasil.

Resposta

1. VERDADEIRO, a constituição de 46 e a primeira a apresentar transferências de recursos com impactos de transferência inter-regional. A Companhia do Vale do São Francisco foi criado como órgão autônomo em 1948 diretamente ligado à Presidência. Já o SPVEA foi criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, com a função de pôr em execução o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, definido pelo mesmo documento legal. Em 27 de outubro de 1966, pela Lei nº 5.176, foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
2. FALSO, o governo FHC apesar do PROES que buscou auxiliar no saneamento dos bancos estaduais, apoiou práticas relativas à privatização dos bancos comerciais dos estados e não sua preservação
3. FALSO, efetivamente a abertura comercial afetou a Zona Franca de Manaus, porém este não deixou de contar com um regime especial, porém a redução das tarifas ampliou a possibilidade de importação direta de muitos bens de consumo produzidos na zona franca
4. FALSO, as políticas de desenvolvimento regionais não foram abandonadas
5. VERDADEIRO, o estabelecimento da FIAT em Minas Gerais se deu entre 1973 e 1976. Nos anos 50 a FIAT vai para a Argentina deixando o Brasil de lado. Nos anos 70, porem, um fator determinante foi a parceria com o estado, que entrou com pouco mais de 40% de participação no empreendimento. São Paulo e Paraná ofereceram incentivos fiscais, mas não acenaram com tal proposta de sociedade. Pelo terreno de 2,25 milhões de metros quadrados foi pago um preço simbólico à prefeitura de Betim. O governo estadual arcou com toda a infra-estrutura: estradas externas, via de acesso à rodovia São Paulo–Belo Horizonte, energia elétrica, água e telefonia
6. **(2003 - 15)** O Censo Demográfico de 1970 revelou o aumento da concentração da renda na década de 1960. Em sua análise do fenômeno, Carlos Langoni chega às seguintes conclusões:
7. O insuficiente dinamismo da economia, resultado da política de combate à inflação, foi a principal causa da concentração. Por essa hipótese, a concentração haveria de ser revertida pelo rápido crescimento da década seguinte;
8. A concentração não trouxe piora do bem-estar social, já que todos os segmentos da população elevaram seu padrão de vida. O que houve foi um aumento das diferenças de renda entre os trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados;
9. A educação é considerada a variável mais importante para explicar o aumento da concentração de renda entre 1960 e 1970;
10. Políticas sociais compensatórias, como o seguro-desemprego, poderiam facilmente corrigir as distorções nos rendimentos e melhorar a distribuição de renda.
11. Em um cenário de rápido crescimento econômico, a inelasticidade da oferta de trabalhadores qualificados – portanto, o pouco investimento em capital humano – explicaria o aumento de sua remuneração com relação aos trabalhadores menos qualificados.

Resp

1. FALSO, não condiz com o raciocínio de Langoni para quem a questão da concentração é explicada pelo rápido crescimento e os desequilíbrios no mercado de trabalho associados a este crescimento.
2. VERDADEIRO, pois a década de 60 houve aumento da renda em todos os decis, mas aqueles referentes aos mais ricos tiveram um aumento maior que os outros.
3. VERDADEIRO, refletindo a posição de Langoni e a idéia de que a diferença ocorre entre trabalhadores mais qualificados e menos qualificados.
4. FALSO, pois a solução para a questão, de acordo com Langoni, seria a educação e o aumento na oferta de mão de obra qualificada.
5. VERDADEIRO, pois também reflete a visão de Langoni de que o desequilíbrio poderia ser reparado com o tempo resolvendo a abaixa oferta de mão de obra qualificada.
6. **(2007- 15)** A despeito de divergências, os principais pesquisadores dos problemas da pobreza e da distribuição de renda no Brasil, em sua vasta maioria, concordam com as seguintes proposições:
7. o crescimento econômico constitui a principal forma de combate à pobreza, pois a insuficiência de renda ainda está por ser resolvida;
8. sem uma ampla reforma agrária é impossível reduzir de forma significativa, tanto a pobreza crônica, quanto a concentração da renda;
9. a proporção de pobres e indigentes diminuiu de forma intensa e temporária no início do Plano Cruzado e de forma mais modesta, mas sustentada, a partir do Plano Real;
10. índices de distribuição da renda revelam que a concentração diminuiu na década de 1990 relativamente à de 1970, sendo a melhora atribuída à redução da taxa de inflação;
11. a diminuição das desigualdades educacionais, embora contribua para a redução da concentração da renda, se tem mostrado menos importante que a redução da discriminação por gênero no mercado de trabalho.

Resp:

1. FALSO; deve ser visto como cuidado a resposta para esta assertiva pois se para muitos pesquisadores, o problema não é a insuficiência da renda mas justamente a sua distribuição, para outros com crescimento econômico resolver-se-ia ao problema da pobreza
2. VERDADEIRO; a assertiva também é controversa e se refere a parte importante do pensamento atual, mas não é unanimidade;
3. VERDADEIRO; efetivamente as melhorias apresentadas no Plano Cruzado foram revertidas em um momento posterior, o que não se configura atualmente;
4. FALSO; a princípio, o problema da distribuição de renda dos 70 não se deve à inflação mas sua piora - depois disto sim, pelo menos em parte.
5. FALSO; os dados mostram que a desigualdade educacional é mais forte que a questão da discriminação
6. **(2008 – 15)** Os níveis elevados e persistentes de desigualdade na distribuição de renda caracterizam o Brasil como detentor de um dos mais elevados graus de iniquidade no mundo. A esse respeito, é correto afirmar que:
7. o aumento significativo na desigualdade da distribuição de renda entre 1960 e 1970 foi considerado por determinada corrente de economistas como consequência natural do crescimento acelerado.
8. o trabalho de Langoni sobre a distribuição de renda identifica a educação como a variável mais importante para explicar a desigualdade.
9. examinando o período 1960-1980 como um todo, pode-se concluir que, apesar do aumento da desigualdade na distribuição de renda, o bem-estar social aumentou e a pobreza diminuiu.
10. o grau de concentração de renda diminuiu na década de 1980, devido à adoção da semestralidade dos reajustes salariais em 1979 e à existência de diferentes políticas salariais, inclusive com reajustes diferenciados a favor das classes de menor poder aquisitivo.
11. após a implementação do Plano Real observa-se uma piora no índice de concentração de renda, não obstante a significativa redução do imposto inflacionário ter favorecido as classes de menor poder aquisitivo.

Resp:

1. VERDADEIRO; Um dos principais trabalhos sobre desigualdade de renda no Brasil nos anos 60 e 70 foi o trabalho de Carlos Geraldo Langoni, que atribuía a piora da distribuição de renda aos desequilíbrios do crescimento, e esperava que esta se revertesse com tempo.
2. VERDADEIRO; De fato, ainda de acordo com o trabalho de Langoni, dentre os desequilíbrios do crescimento está o desequilíbrio entre a demanda por mão-de-obra mais qualificada vis-à-vis a demanda por mão-de-obra menos qualificada. Durante o período do milagre em particular, houve forte crescimento da demanda pelo primeiro tipo de força de trabalho, maior que o crescimento da demanda pelo segundo tipo de trabalho. Desta forma, os trabalhadores com maior escolaridade tiveram um crescimento salarial maior do que os trabalhadores com baixa escolaridade, o que ampliaria a desigualdade de renda.
3. VERDADEIRO; Os níveis de renda dos diferentes segmentos aumentaram apesar da renda do segmento mais rico ter crescido mais do que a dos outros.
4. FALSO; Na década de 80 o grau de concentração da renda continuou aumentando, porém agora com a piora em termos absolutos das rendas dos mais pobres
5. FALSO; A partir do Plano Real houve uma melhora nos indicadores de concentração de renda.
6. **(2009 – 15)** Quanto à desigualdade de renda e a pobreza no Brasil, pode-se afirmar que:
7. não há consenso acadêmico-político acerca do Brasil se constituir num dos países mais desiguais do mundo.
8. o grau de escolaridade dos indivíduos é considerado, pela literatura hegemônica existente, como o principal atributo na determinação da desigualdade de renda.
9. os programas de renda mínima implementados no Brasil têm por objetivo combater a pobreza relativa.
10. o crescimento econômico é condição necessária, e suficiente, para redução das desigualdades no Brasil.
11. há um debate importante sobre o modo de combater a pobreza, que opõe, de um lado, os partidários das políticas sociais universais e, de outro, os defensores das políticas sociais focalizadas.

Resp:

1. FALSO Apesar de nem todos os países do mundo ter indicadores que possibilitem a mensuração da desigualdade, os indicadores brasileiros estão ente os piores do mundo e não existem divergências relevantes sobre o fato.
2. VERDADEIRO A desigualdade na educação é tida como a principal explicação para elevada desigualdade do país
3. FALSO Na verdade, os programas de renda mínima têm por objetivo combater a pobreza absoluta, e não a pobreza relativa.
4. FALSO; A afirmação merece cautela uma vez que da maneira como foi apresentada, não faz menção a nenhum autor ou corrente de pensamento específico. As evidências históricas nos mostram que em vários momentos assistimos a crescimento econômico no país, mas não acompanhados de relevante redistribuição de renda.
5. VERDADEIRO Efetivamente existe este debate que ficou evidente no início do governo Lula, quando parte da equipe do então Ministro da Fazenda, Antônio Pallocci, foi criticado por diferentes autores (Maria da Conceição Tavares, por exemplo) por defender uma melhor focalização das políticas sociais no Brasil.
6. **(2011 – 14)** Podem ser feitas as seguintes afirmações sobre a distribuição de renda e políticas de combate à pobreza absoluta no Brasil:
7. O Governo Lula foi pioneiro na adoção de políticas sociais focalizadas no Brasil, tendo sido apoiado nessa iniciativa pelo Banco Mundial.
8. O caráter focalizado desse tipo de política implicou, como condição para sua execução, a construção de linhas de pobreza e de indigência.
9. Durante o “milagre econômico”, de 1968 a 1973, a concentração de renda foi um dos fatores responsáveis pela taxa de crescimento praticamente estagnada do setor de bens de consumo não duráveis.
10. Na década de 1990, a redução da inflação contribuiu para a diminuição do índice de pobreza absoluta.
11. Na década de 1990, o coeficiente de Gini apresentou tendência contínua de crescimento no Brasil.

Resp:

1. FALSO; O Programa Bolsa Família, de janeiro de 2004, unificou programas de transferência de renda do Governo Federal já existentes até então, especialmente o Bolsa Escola (de 2001), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA, de 2003), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação, de 2001) e o Programa Auxílio-Gás (de 2002).
2. VERDADEIRO; Apesar de envolver outros aspectos ligados à educação e saúde, as políticas adotadas previam o enfrentamento da questão com a destinação de recursos para pessoas cuja renda familiar estivesse abaixo de determinados patamares, que advêm justamente de indicadores como as referidas na assertiva.
3. FALSO; O setor de bens de consumo não duráveis cresceu, apesar de abaixo das taxas de crescimento de outros setores como os duráveis. Este crescimento reflete o fato de que apesar da ampliação da desigualdade, existe no período um crescimento real de rendimento de todas as faixas de renda.
4. VERDADEIRO; Pode-se observar, em especial no período imediatamente posterior ao Plano Real, a queda dos indicadores de pobreza no Brasil.
5. FALSO; Considerando as informações do Ipeadata, nota-se que o índice de Gini foi praticamente constante ao longo da década de 90, situando-se na casa de 0,60. Somente ao longo da década de 2000 é que são observadas quedas e atualmente, o índice é da ordem de 0,54.
6. **(2012 – 14)** Sobre a distribuição de renda no Brasil pode-se afirmar:
7. a concentração de renda verificada na década de 1960 deve-se em parte à política de reajuste salarial introduzida no período do PAEG, cuja fórmula legal não considerava o aumento de produtividade.
8. durante a década de 1960, a renda das faixas mais pobres da população cresceu menos do que os 10% mais ricos, de modo que essas faixas de menor renda perderam participação relativa na renda total.
9. em trabalho da década de 1970, Langoni defendeu, com base na teoria do capital humano, que a educação era um dos mais importantes fatores para explicar a ampliação observada da desigualdade de renda.
10. houve redução da pobreza na década de 1990, principalmente após o Plano Real, e de forma mais expressiva que na década de 1980.
11. o coeficiente de Gini apresentou queda gradual e persistente, ano a ano, ao longo da década de 1990, principalmente após o Plano Real.

**Resp:**

1. FALSO, apesar de boa parte da assertiva estar correta já que alguns analistas atribuem problemas de distribuição da renda à política salarial do PAEG, não se pode dizer que não havia previsão de ganhos de produtividade nesta lei
2. VERDADEIRO, em média o grupo com menos de 10% da renda teve seus rendimentos acrescidos, ao longo da década, em 28% enquanto que a parcela dos 10% mais ricos o crescimento da sua renda chegou a quase 67%
3. VERDADEIRO, a explicação para a ampliação da desigualdade para Langoni é o descompasso entre oferta e demanda de mão de obra qualificada frente a não qualificada, evidenciado um problema de qualificação da mão de obra no Brasil, portanto um problema de educação.
4. VERDADEIRO, na década de 90, após o fim da inflação os níveis de pobreza começaram a se reduzir de modo mais evidenciado
5. FALSO, a queda persistente ano após ano do Índice de Gini se dá apenas depois de 2000.
6. **(2017 – 13)**. A respeito da questão da distribuição de renda e da pobreza, podemos afirmar que:
7. Os anos 1960 se caracterizaram por uma piora da distribuição de renda, com elevação do Índice de Gini, induzindo debate sobre suas causas, que colocou em polos opostos defensores da Teoria do Capital Humano e economistas que priorizavam o papel da política salarial aplicada pelo PAEG.
8. A grande diferença entre a década de 1970 e a de 1980 é que na primeira houve um crescimento da renda muito superior ao da segunda, sendo que nesta última o baixo crescimento foi compensado por uma queda na concentração da renda.
9. A implantação das reformas neoliberais a partir do início da década de 1990 e, principalmente, o êxito do Plano Real em 1994 levaram a uma forte queda do Índice de Gini nesta década, refletindo uma melhora substancial da distribuição de renda no período.
10. A baixa relação entre a redução da pobreza e o comportamento da distribuição de renda nas décadas de 1980 e 1990 aponta para o crescimento da renda como um fator determinante para a redução da pobreza.
11. O II PND buscava superar não apenas os estrangulamentos econômicos herdados do período do Milagre Econômico, como também combater os impactos sociais negativos deste período de crescimento acelerado com concentração de renda e que registrou impactos sociais negativos, como favelização e elevada mortalidade infantil.

Resp:

1. VERDADEIRO, o aparecimento do censo de 1970 e sua comparação com o de 1960 mostrava uma ampliação da desigualdade mensurada pelo índice de Gini, para a explicação deste fenômeno perfilaram-se de um lado pessoas como Langoni, defendendo problemas com o mercado de trabalho e a qualificação da mão de obra (teoria do capital humano) e de outro lado estavam o que acusavam a política praticada pelos militares, entre elas a de salários, como responsáveis pela ampliação d desigualdade
2. FALSO, a primeira parte da sentença está correta, mas a segunda, que afirma que a queda o crescimento da renda foi compensado por uma desconcentração da renda na década de 80, é falsa
3. FALSO, apesar de algumas oscilações não se pode dizer que houve melhor substancial da distribuição da renda nos anos 90
4. VERDADEIRO, as décadas de 80 e 90 são de crescimento muito baixo a não ser em anos específicos como 86 e 94, que são justamente os anos de redução da pobreza no Brasil
5. VERDADEIRO, estas pelo menos são as intenções que constam no plano em si. Porém na prática a distribuição de rena entre 1970 e 1980 teve ligeira piora.
6. **(2017 - 12)** A respeito da evolução do mercado de trabalho e do emprego na história econômica do Brasil, podemos dizer:
7. Em comparação com a década de 1990, a década de 2000 apresentou uma importante mudança em termos de mercado de trabalho: enquanto na década de 1990 o crescimento do emprego esteve relacionado ao trabalho por conta própria e sem carteira, na década de 2000 ocorreu uma forte formalização do mercado de trabalho.
8. O aumento do salário mínimo entre 2004 e 2008 teve um impacto importante num fenômeno retratado pelas estatísticas brasileiras mais abrangentes sobre distribuição de renda: entre 2004 e 2008 verificou-se crescimento econômico com desconcentração de renda entre os trabalhadores.
9. Uma importante reforma visando flexibilizar o mercado de trabalho foi a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu o regime anterior de estabilidade no emprego após 10 anos pela liberdade de demissão do trabalhador, com a retirada por este dos recursos depositados, neste fundo, numa conta em seu nome.
10. Em 1974, o Governo Geisel impediu a revisão da inflação de 1973, com o objetivo de evitar o repasse salarial previsto em lei.
11. A industrialização por Substituição de Importações nos anos 1950 não foi capaz de cumprir as previsões mais otimistas de modelos de desenvolvimento que supunham a eliminação de um mercado de trabalho dual, resultando, no início da década de 1960, em um contingente substancial de “desemprego disfarçado” nos grandes centros urbanos.

Resp:

1. VERDADEIRO, apesar da mudança de metodologia se tomarmos os dados da PME percebemos justamente esta inversão, enquanto a a década de 90 se caracteriza pela informalização, a de cada de 1000, especialmente depois de 2004 se percebe uma nítida formalização da economia
2. VERDADEIRO, neste período percebemos m diminuição do índice de gini para as rendas da população ocupada e em parte esta mudança é decorrente dos aumentos no salário mínimo concedidos
3. VERDADEIRO, nas reformas do período do PAEG temos a criação do FGTA que veio para flexibilizar o mercado trabalho substituindo a estabilidade do emprego do setor privado pela possibilidade de retirada de um fundo acumulado durante o período
4. FALSO, Mario Henrique Simonsen, em 1974, reestimou as taxas de inflação de 1973
5. VERDADEIRO, o PSI acabou não gerando os ganhos no mercado de trabalho estimados originalmente pois tal substituição promoveu uma industrialização que se valia de tecnologia relativamente poupadora de mão de obra especialmente mão de obra qualificada
6. **(2016 -14)** Sobre relações trabalhistas e política salarial, podemos dizer que:
7. A administração Delfim Netto, durante o Milagre Econômico, alterou a legislação de correção salarial, reparando uma séria distorção implantada no bojo do PAEG e que contribuíra para perdas salariais importantes.
8. A combinação de uma política de contenção do salário mínimo real e a elevação do salário médio acabou contribuindo, ao longo da primeira década do regime autoritário instituído em 1964, para a abertura de um leque salarial entre distintas categorias de trabalhadores
9. Em 1979, a mudança do regime de reajuste salarial, de semestral para trimestral contribuiu para acelerar a inflação
10. Em 1954, a polêmica proposta de João Goulart de reajuste de 100% do salário mínimo, a despeito de ter causado fortes tensões políticas, foi responsável por um ganho real importante para esta variável
11. Um dos aspectos mais polêmicos do Plano Trienal proposto por Celso Furtado foi o seu caráter redistributivista, ao estabelecer metas de crescimento real dos salários acima da variação da produtividade do trabalho, para garantir tanto uma reposição das perdas ocorridas no período JK, quanto uma maior justiça social

Resp:

* 1. VERDADEIRO, pela lei 5541 de 1968 procura corrigir o chamado resíduo inflacionário referente à subestimação da inflação prevista que ocorri na legislação que vinha do PAEG
  2. VERDADEIRO, durante o milagre os salario da mão de obra qualificada acabaram subindo em função da demanda, o que não ocorreu com os salario de mão de obra não qualificada
  3. FALSO, em 1979 foi introduzia a semestralidade dos reajustes
  4. VERDADEIRO, há um aumento do salario real forte no ano que em parte foi perdido pela aceleração da inflação mas existe um aumento do salario mínimo real
  5. FALSO, o Plano Trienal previa que os salários crescessem a uma taxa idêntica à taxa de crescimento da produtividade da economia como um todo, bem como os ajustamentos em função do aumento do custo de vida, mas não havia previsão de reposição de perdas

1. (**2018 – 14)** Sobre o comportamento do mercado de trabalho e a política de emprego e salários, podemos dizer que:

Ⓞ Ocorreu uma elevação da taxa de desemprego entre 1994 e 2002, sendo que tal comportamento se deveu ao mau desempenho do mercado de trabalho no primeiro Governo FHC (1995-1998).

① No primeiro Governo Dilma Rousseff (2011 – 2014), ocorreu um movimento de redução da taxa de crescimento da População Ocupada em relação ao segundo Governo Lula (2007-2010), mas também da População Economicamente Ativa (PEA), uma combinação que permite entender o comportamento de redução do desemprego no Governo Rousseff.

② Apesar de um forte crescimento do emprego entre 1968 e 1973, os salários na maioria das categorias que apresentaram variação real positiva cresceram abaixo da elevação da produtividade.

③ Uma das características do chamado Plano Bresser foi a de deixar a determinação dos salários por conta do mercado de trabalho, livre da intervenção direta do Governo.

④ A estabilização do PAEG teve que se basear na contenção salarial porque as condições externas, principalmente em termos de fluxos de capitais, foram muito restritivas entre 1964 e 1967.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, a taxa de desemprego se deteriora de modo forte ao longo do governo FHC, apesar de nos primeiros anos de seu governo a taxa ainda ser baixa, de 5 a 6%, porém ao final de 1997 e em 1998 esta se acelera para números próximos a 8% e se manteve neste patamar ao longo de todo o segundo mandato com pequenas oscilações segundo a antiga PME

① VERDADEIRO, o primeiro governo Dilma ainda é marcado por uma queda do desemprego mas em um ritmo menor, isto se dá em função na diminuição do ritmo de geração de emprego mas também existe uma incorporação menor de pessoas em busca de emprego

② VERDADEIRO, mesmo tendo havido algum crescimento real dos salários neste período este é claramente inferior aos ganhos de produtividade do período em que o crescimento do PIB do país estava próxima aos 10% a.a

③ FALSO, o governo por meio da chamada URP defina a variação real dos salários durante o Plano Bresser

④ FALSO, o PAEG teve como seu principal instrumento de redução inflacionaria a contenção salarial, dado que a politica monetária mesmo que restritiva não foi tão forte assim. Os fluxos de capitais no período contudo foram favoráveis inclusive pressionando a politica monetária em função do acumulo de reservas.

1. **(2019 – 13)** Sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho no Brasil, pode-se afirmar:
2. Apesar da oposição do empresariado, o Governo Goulart contava com forte apoio dos sindicatos dos trabalhadores, que por essa razão evitavam fazer greves, e se beneficiavam de subsídios dados pelo governo aos bens de consumo básicos, política que aliviava a inflação que poderia corroer o poder de compra dos assalariados.
3. Reformas da Previdência dos empregados do setor privado foram o carro chefe das reformas propostas pelo Governo FHC em 1995, sendo sua aprovação uma sinalização positiva para o envio ao Congresso de outras reformas liberalizantes.
4. O sistema de Previdência Social instituído pelo Estado Novo estabelecia institutos e fundos destinados a trabalhadores de diversos setores da economia, como os trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes e dos bancos.
5. Foram estabelecidas pelo Governo Getúlio Vargas instituições de formação técnica para o mercado de trabalho, seja na indústria, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), seja no Comércio, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
6. Persistiu desde os anos 1920 até os anos 1970 um descompasso entre o crescimento da produção industrial como proporção do PIB e o crescimento do emprego industrial como proporção do total do emprego, com o primeiro crescendo significativamente mais que o segundo, devido a um fenômeno bem conhecido nos processos de desenvolvimento econômico, que é a tendência da indústria a introduzir progresso técnico poupador de mão de obra.

Resposta

1. FALSO, apesar da proximidade de Goulart com os trabalhadores e sindicatos existe um grande número de graves e manifestações no período. Goulart enfrentou, em seus três anos de governo, inúmeras greves, motivadas não apenas por reivindicações salariais, mas também para pressionar o governo a realizar as reformas de base.
2. FALSO, a proposta foi efetivamente enviada em 1995 mas so veio a ser aprovada em 1998 mostrando as dificuldades para a sua aprovação e não “sinalização positiva para o envio ao Congresso de outras reformas”
3. VERDADEIRO, a base do sistema previdenciário eram, a partir de 1933, os IAP – Institutos de aposentadoria, especialmente junto ás categorias mais organizadas de trabalhadores, como os marítimos (IAPM), os Bancários (IAPB), os Industriários (IAPI) e os Servidores do Estado (IPASE). Os Institutos, visando dar conta das demandas dos seus trabalhadores filiados, conforme seu potencial de recursos, criaram benefícios diferenciados de um instituto para outro e bastante diferenciados das antigas caixas de aposentaria, que continuaram a existir até 1953, para as categorias de menor força organizativa e financeira.
4. VERDADEIRO, o SENAI foi criado em janeiro de 1942, enquanto o SENAC foi criado em janeiro de 1946, pouco antes da posse de Dutra, ambos tinham por objetivo desenvolver pessoas e organizações com ações educacionais e disseminação de conhecimentos nas suas respectivas áreas.
5. VERDADEIRO, temos um crescimento superior da indústria no valor adicionado quando comparado com a participação do emprego industrial no total de emprego, indicando que a industrial é um setor cuja ampliação da produtividade se dava poupando mão de obra e o caráter relativamente capital intensivo do processo de industrialização brasileiro
6. **(2018 – 15)** As condições externas, ou a conjuntura da economia internacional, têm grande importância para o desempenho de economias como a brasileira. Em relação a essa assertiva, podemos dizer:

Ⓞ Dois períodos de crescimento acelerado, Plano de Metas e Milagre Econômico, ocorreram em condições opostas em relação aos termos de troca; no primeiro período desfavoráveis e no segundo favoráveis.

① Apesar de condições negativas em relação aos preços internacionais, especificamente o petróleo, a execução do II PND foi facilitada por condições de liquidez internacional favoráveis.

② O choque dos juros internacionais de 1979 teve um impacto negativo sobre a conta de rendas das transações correntes, mas que foi compensado na conta comercial pela queda do custo das commodities importadas pelo Brasil.

③ O Plano Real se utilizou de uma âncora cambial para alcançar a estabilização da inflação, entretanto o intenso fluxo de capitais externos, que possibilitou sua adoção, se iniciou em 1992, quando a taxa mensal de inflação era superior a 15%.

④ A diminuição do fluxo de capitais para a economia brasileira no início da década de 1980 teve como um de seus motivos a moratória mexicana de 1982.

Resp:

Ⓞ VERDADEIRO, durante o Plano de Metas há uma deterioração dos preços do café enquanto durante o milagre vemos uma diversificação da pauta e exportações com novos produtos com comportamento positivo nos preços internacionais como soja e laranja

① VERDADEIRO, Mesmo com o Choque do petróleo o sistema financeiro internacionais operava com juros baixos o que facilitou o financiamento do balanço de pagamentos

② FALSO, a elevação de juros em 1979 veio acompanhado de um segundo choque do petróleo, produto do qual o Brasil ainda era fortemente depende de sus importações

③ VERDADEIRO, O Brasil retoma o ingresso de capitais em 1992 depois da equalização dos problemas da dívida externa, da abertura financeira e com a elevação da taxa de juros promovida pelo ministro Marcilio Marques Moreira.

④ VERDADEIRO, a diminuição já vinha ocorrendo nos anos anteriores, mas com o default de países como México o fluxo de capitais voluntario para países como Brasil se encerrou.

1. **(2017 – 15)**. Considerando-se a economia brasileira nos últimos vinte anos, pode-se afirmar:
2. No período entre 2004 e 2008, juntamente com taxas positivas de crescimento do PIB, registrou-se elevação do nível de rendimentos em praticamente todos os estratos de renda, mas nos estratos inferiores o crescimento se deu de forma mais rápida.
3. Nos anos imediatamente anteriores à crise de 2008, a economia brasileira já dava sinais de desaceleração, com taxas de crescimento do PIB inferiores a 3%.
4. O “fundo soberano” formado pelo país resultou, sobretudo, do crescimento dos royalties das exportações de produtos intensivos em trabalho.
5. Os críticos do processo de “desindustrialização precoce” da economia brasileira tomam como parâmetro para justificar tal precocidade a concentração de renda do país, em comparação com a dos países desenvolvidos quando do início da queda da participação da indústria na composição do PIB.
6. Graças à rápida recuperação das exportações depois da desvalorização cambial de 1999, o governo brasileiro só precisou recorrer ao FMI para cobrir necessidades de financiamento externo em 1999.

Resp

1. VERDADEIRO, neste período todos os decis de renda mostraram taxas positivas de crescimento da renda, sendo que os primeiros decis (mais pobres) este crescimento é superior aos dos últimos décis (mais ricos)
2. FALSO, a economia brasileira se acelerava neste período em 2006, o crescimento foi de % e em 200 este chegou a mais de 6%
3. FALSO, o fundo suberano adquire moeda estrangeira que entra no pais a partir de recursos orçamentários, estes recursos que entraram no pais no entanto são mais fruto de receitas decorrentes de produtos intensivos em recursos naturais e aplicações financeiras internacionais do que recursos de exportação de produtos intensivos em trabalho
4. FALSO, a precocidade ocorre ao contrario pois existe uma desindustrialização o exato momento em que se está desconcentrando renda
5. FALSO, existe problemas na assertiva, mas de qualquer forma as exportações não se recuperaram depois da desvalorização do início de 1999, no final daquele ano as exportações airam em comparação com 1998
6. (**2017 – 14)** A integração financeira, comercial e geopolítica do Brasil no sistema internacional teve um impacto significativo sobre seu desempenho econômico ao longo da história. Sobre este tema podemos dizer que:
7. A crescente integração com os EUA durante a Segunda Guerra Mundial levou o Brasil a aprofundar seu caráter de exportador de commodities para este país, reduzindo, ainda mais, suas exportações de bens industrializados que, antes do começo do conflito mundial, haviam se iniciado para alguns países da América Latina.
8. O BNDES, um dos principais componentes do projeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra, foi uma agência criada com o intuito de financiar projetos industriais de longo prazo, tendo como fonte de recursos, em moeda estrangeira, créditos do Banco Mundial e do Eximbank dos EUA.
9. Uma das alterações do endividamento externo brasileiro nos anos 1990 foi na forma de captação de recursos por bancos e grandes empresas, que passaram a emitir títulos nos mercados internacionais de capitais em lugar de depender fortemente da captação de empréstimos nos bancos internacionais.
10. Ao contrário do que ocorreu na década de 1980, quando os esquemas de refinanciamento externo tiveram a participação crucial de instituições multilaterais, o chamado funding loan da década de 1890 foi negociado diretamente com banqueiros, em especial a Casa Rothschild.
11. Uma das formas de liberalização financeira não implementada na primeira metade da década de 1990 foi a participação de empresas brasileiras no mercado acionário dos EUA e Europa. A tentativa de se lançarem Recibos de Depósito tendo como lastro ações das empresas brasileiras foi frustrada pelas práticas contábeis pouco transparentes das mesmas.

Resp:

1. FALSO, durante a segunda guerra mundial o Brasil ampliou as suas exportações de produtos manufaturados
2. VERDADEIRO, a assertiva expõe a forma como efetivamente se pretendia criar e financiar o BNDE, porém em função de mudanças nas politicas norte americanas este tipo de financiamento não se efetuou e recursos internos foram necessários para seu funding
3. VERDADEIRO, há uma mudança no mercado financeiro já na década de 80, com ampliação do espaço do mercado de capitais e a diminuição do espaço dos empréstimos bancários, quando o Brasil volta ao mercado financeiro internacional pega esta mudança já implementada
4. VERDADEIRO, mesmo por que no período do funding loan estas instituições multilaterais não existiam
5. FALSO, houve a possibilidade deste tipo de operação ocorrer pela legislação brasileira e algumas empresas de maior porte efetivamente lançaram estes recibos de depósitos
6. **(2016 – 15)** A questão da fragilidade e crise do balanço de pagamentos é recorrente na economia brasileira, induzindo, às vezes, a mudanças de política econômica. Sobre tal fenômeno podemos afirmar que:
7. A crise do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 refletiu, em grande medida, a política monetária dos Estados Unidos da América, no contexto de retomada estadunidense da “hegemonia” internacional.
8. No segundo Governo Vargas (1951-1954), a Instrução 70 da SUMOC extinguiu o controle quantitativo das importações e estabeleceu bonificações às exportações sobre a taxa oficial de câmbio.
9. A crise dos anos 1980 foi de natureza financeira e não esteve, em sua origem, associada a um processo de deterioração dos termos de troca.
10. No Governo Café Filho, a Instrução 113 da SUMOC permitiu a importação de equipamentos sem cobertura cambial, mesmo que não estivessem classificados nas três primeiras categorias de importação priorizadas.
11. A crise de 1947 foi contornada sem maiores mudanças de política econômica em razão da existência de um volume elevado de reservas, ainda que, na maior parte, inconversíveis.

Resp:

1. VERDADEIRO, a crie foi iniciada com a política do dólar forte que implicou na elevação das taxas de juros norte americana e a atração de capital para aquele pais
2. VERDADEIRO, durante a segunda gestão Vargas enfrentou a crise externa com o chamado cambio múltiplo em substituição ao sistema de licenciamento de importações, pela instrução 70 da SUMOC estabeleceram-se leiloe para adquirir as divisas para as importações enquanto que os exportadores receberam bonificações, ou seja amentos em relação à taxa oficial de cambio.
3. FALSO, junto com o aumento dos juros tivemos também o segundo choque do petróleo que deteriorou os termos de troca brasileiro
4. FALSO, permite a importação de maquinas e equipamento desde que classificados nas três primeiras categorias de importação
5. FALSO, existe uma queda de reservas conversíveis e o governo foi obrigado a restringir as importações por meio do licenciamento de importação.
6. **(2016 -12)** A dívida externa sempre foi uma variável crucial na trajetória da economia brasileira. Sobre o comportamento de tal variável podemos dizer que:

1. A despeito do crescimento da dívida externa líquida no período do Milagre Econômico, o mesmo não se deu com igual intensidade em relação ao crescimento da dívida bruta, devido ao acúmulo de reservas cambiais.
2. A forma como a dívida externa foi refinanciada em 1983 resultou em seu crescimento em termos brutos até 1987.
3. Nos anos 1970, a Resolução 432 do Banco Central permitiu aos detentores privados de dívida externa se protegerem do risco de variação cambial.
4. Antes da negociação de programa de ajuste com o FMI em 1982, a política econômica brasileira já havia recorrido à elevação de juros e contenção salarial.
5. O Governo Kubitschek teve que recorrer ao financiamento de longo prazo no Euromercado, que então começava a se desenvolver, para superar as dificuldades do balanço de pagamentos surgidas do rompimento com o FMI em 1959.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, a divida externa bruta cresceu mais que a divida externa liquida, dado que a divida foi mais do que suficiente para fechar o Balanço de Pagamentos e acabou assim gerando o acumulo de reservas que são descontadas da divida bruta para se chegar na divida liquida
  2. VERDADEIRO, nota-se apesar da renegociação um aumento da dívida externa depois de 83
  3. VERDADEIRO, a resolução permitia a entrega do risco cambial para o governo
  4. VERDADEIRO, o Brasil adere ao chamado ajustamento da economia com aumento de juros e contenção alaria para realizar o ajuste do Balanço de Pagamentos.
  5. FALSO, ainda não havia esta possibilidade que só surgiria alguns anos depois em meados dos 60.

1. **(2019 -12)** Para uma economia periférica, como a brasileira, sempre foram muito relevantes suas relações com as condições internacionais de financiamento, geoeconômicas e geopolíticas. Sobre estas relações podemos afirmar:
2. A orientação geopolítica dos governos militares pós 1964 certamente ajuda a explicar o substancial aporte de recursos fornecidos pela AID, agência de ajuda externa norte-americana, que colocou o Brasil como o quarto maior receptor mundial entre 1964 e 1967.
3. A Revolução Cubana foi um fator geopolítico fundamental para que o Governo JK conseguisse um aporte de recursos por parte do FMI sem que fossem adotadas as condicionalidades normais da instituição, que implicariam em cortes nos gastos públicos e interrupção do Plano de Metas.
4. A negociação definitiva da dívida externa nos anos 1990 seguiu um padrão decorrente do Plano Brady norte-americano, nos moldes dos acordos obtidos anteriormente por países latino americanos, como o México, a Venezuela e a Argentina.
5. A missão financeira chefiada por Otto Niemeyer em 1931 foi fundamental para que se chegasse a um acordo negociado multilateral a respeito da dívida externa brasileira, capaz de proteger os interesses da Inglaterra e Estados Unidos e garantir ao Brasil a rolagem da parcela vincenda da dívida num ambiente de grande iliquidez internacional.
6. A situação crítica de financiamento externo em 1982 e o temor do sistema financeiro privado em comprometer mais recursos com o Brasil exigiu, para a rolagem da dívida externa, que fossem mobilizados fundos de organismos oficiais, como o Banco de Compensações Internacionais (BIS), e mesmo do Governo Americano.

Resposta

1. VERDADEIRO, o alinhamento político brasileiro permitiu ao governo da ditadura militar renegociar as condições da dívida externa brasileira, bem como o relacionamento do pais com o mercado financeiro, algo que Santiago Dantas, no governo Goulart não havia conseguido.
2. FALSO, o posicionamento do Brasil favorável à Cuba dificulta o relacionamento do país com instituições como o FMI
3. VERDADEIRO, depois do rompimento das negociações em 1987, a retomada destas se faz sob a ótica da securitização justamente nos moldes do Plano Brady.
4. FALSO, a missão Niemeyer em 1931, Missão veio tratar de um empréstimo externo por parte da GB para o Brasil e pediu contrapartidas de políticas ortodoxas inclusive de volta ao câmbio fixo e a criação de um banco central, mas a sua amplitude estava apenas destinada a proteção dos interesses inglese e não dos norte-americanos
5. VERDADEIRO, efetivamente empréstimos advindos de órgão como os citados e especialmente seu envolvimento nas negociações internacionais da dívida externa brasileira foram exigidos
6. **(2016 – 10)** Em 2001 a economia brasileira passou por uma crise energética. Associam-se a tal crise:
7. Realizada nos anos imediatamente anteriores, a privatização das usinas hidrelétricas não possibilitou tempo suficiente para que fossem concluídos novos investimentos voltados à expansão da rede elétrica.
8. Na década anterior, o setor público desacelerou os investimentos no setor, com a expectativa de que, com as privatizações, o setor privado os realizasse.
9. O aumento da demanda por energia elétrica, decorrente de inovações tecnológicas e novos hábitos de consumo, contribuiu para a escassez de energia.
10. A crise não chegou a afetar a taxa de crescimento do PIB.
11. A principal medida adotada para enfrentar a crise foi o racionamento, pois o governo evitou elevar tarifas para impedir seu impacto na inflação.

Resp:

* 1. FALSO, a transmissão de energia continuou sob a responsabilidade das estatais eu efetivamente não ampliaram a rede
  2. VERDADEIRO, houve uma forte diminuição dos investimentos públicos no setor
  3. VERDADEIRO, há um crescimento forte da demanda por energia no Brasil em função da incorporação de mudanças técnicas noa base de consumo da população brasileira
  4. FALSO, para enfrentar a crise o governo FHC foi obrigado a reduzir o crescimento inclusive justificando aumentos das taxas de juros na economia
  5. FALSO, houve aumento tarifário

1. **(2015 – 15)** Durante o século XX, a aproximação política entre Brasil e EUA teve importantes consequências econômicas. Entre elas podemos mencionar:
2. Apoio para a criação de importantes instituições públicas, como a CSN e o BNDE, por causa ou apesar das barganhas nacionalistas realizadas nos governos de Getúlio Vargas.
3. Após a moratória do México em 1982, o Tesouro Americano temia a perda de influência política caso todo o continente entrasse em crise e favoreceu o Brasil na negociação com os bancos credores, levados a empréstimos involuntários do mesmo montante dos empréstimos voluntários anteriores.
4. Graças ao prestígio pessoal junto ao governo americano, Eugênio Gudin conseguiu, em 1954, o total de recursos que buscava em instituições oficiais para enfrentar a crise cambial, evitando, assim, uma difícil negociação com bancos privados.
5. A Comissão Mista Brasil Estados Unidos é um exemplo de cooperação entre os dois países, embora o total dos recursos prometidos pelos EUA não tenha sido transferido, em razão da redução do poder de barganha do Brasil e da ênfase conferida pelo governo Eisenhower a investimentos privados em vez de aportes públicos.
6. Em 1963, o governo Goulart teve êxito ao buscar recursos do Tesouro Americano para pagamento da dívida externa bancária, mas, ao contrário do que ocorreria no governo Castelo Branco, precisou fazer a concessão de pagamento de indenização pela nacionalização da AMFORP.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, durante a segunda guerra Vargas negociou intensamente pela ajuda norte-americana para a construção de empresas produtoras de bens intermediários como a CSN citada, depois no seu segundo governo negociou a internalização de recursos norte-americanos no Brasil mas que deveriam ser regidos por uma instituição brasileira, esta a origem do BNDE mesmo que os recurso para a sua fundação tenham sido bem menores do que os previstos originalmente.
  2. FALSO, estes recursos do governo norte-americanos estiveram muito distantes dos montantes voluntários anteriores
  3. FALSO, Gudin não obtém este volume de recurso do governo norte-americano
  4. VERDADEIRO, a CMBEU estabeleceu grande cooperação com o governo brasileiro e previa um aporte substancial de recursos que como dito na assertiva não se materializaram quando da troca de governo nos EUA.
  5. FALSO, o governo Goulart não obtém este sucesso na negociação muito em função das dificuldades decorrentes da nacionalização da AMFORP

1. **(2009 – 14)** Sobre a política salarial adotada no Brasil ao longo do século XX pode-se afirmar:
2. a introdução do salário mínimo no Brasil ocorreu no início da década de 1930, juntamente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
3. em sua criação, o salário mínimo possuía valores regionalmente diferenciados e excluía os trabalhadores do campo.
4. um dos motivos da crise política que envolveu o segundo governo de Vargas, na década de 1950, foi a proposta do Ministro do Trabalho de duplicar o salário mínimo.
5. o pico que representa o maior salário mínimo do período considerado, em termos reais, ocorreu nos primeiros anos da década de 1960, em parte resultante da política salarial expansiva adotada pelo governo.
6. no período do PAEG introduziu-se uma política salarial que previa o reajuste anual dos salários e que considerava em sua fórmula, entre outros fatores, a possibilidade de incorporar ganhos de produtividade.

Resp:

1. FALSO; O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado em 1930 e é mais antigo que o salário mínimo brasileiro, que foi regulamentado em 1936 e cujos valores foram estabelecidos em 1940.
2. VERDADEIRO; Para maiores, convida-se o leitor a visitar o site <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>, no qual há uma breve discussão a respeito da evolução do salário mínimo, assim como os valores estabelecidos ao longo do tempo.
3. VERDADEIRO Efetivamente, pouco antes do cerne da crise que levou à morte de Getúlio, está a proposta de aumento de 100% do salário mínimo.
4. FALSO; Trata-se de uma assertiva que precisa ser avaliada com cautela. Considerando as estatísticas sobre salário mínimo real disponíveis no Ipeadata (disponível a partir de 1940) observa-se que o valor referente ao ano de 1961 é o mais elevado do século, mas este valor passa a sofrer redução não desprezível a partir daí. Por sua vez, o salário mínimo real dos anos entre 1956 a 1960 se mantém em patamares bastante elevados durante o período.
5. VERDADEIRO; A assertiva apresenta de modo sintético os critérios estabelecidos pelo governo militar para o reajuste dos salários no Brasil. Note que a assertiva fala em “**possibilidade** de incorporar ganhos de produtividade” - na prática, os reajustes salariais foram praticados de tal forma que o salário mínimo real, por exemplo, sofreu queda sistemática entre 1964 e 1967.
6. **(2011 - 13)** Nos anos 1990, o mercado de trabalho caracterizou-se pelos seguintes processos:
7. Redução contínua das taxas de desemprego, tanto aberto quanto oculto.
8. Aumento contínuo do salário real médio a partir de julho de 1994.
9. Acentuação do processo de flexibilização das relações trabalhistas, em relação à década anterior.
10. Aumento do ritmo do processo de terceirização no setor industrial, em relação à década anterior.
11. Estabilização do grau de informalidade da ocupação.

Resp:

1. FALSO; Considerando as informações do Ipeadata para a região metropolitana de São Paulo, observa-se uma tendência de crescimento do desemprego aberto ao longo de toda a década de 90. Isto também é válido para o desemprego oculto, embora este exiba declínio entre os anos de 1993 a 1995, voltando a crescer novamente a partir de então. Assim, o comportamento das duas séries nega a informação apresentada na assertiva. Por sua vez, as informações contidas no apêndice estatístico de Giambiagi et all (2005), que contém apenas a taxa de desemprego aberto, também permitem negar a assertiva – o desemprego médio no final da década é inclusive maior que em seu início.
2. FALSO; Para responder a este quesito, vamos considerar o salário real médio da indústria paulista com proxy (obtida a partir do Ipeadata). É possível constatar que há crescimento entre 1994 e 1998, mas a partir de 1999 até 2005, o salário real médio permanece praticamente constante. A partir de 2006, observa-se novamente a tendência de crescimento.
3. VERDADEIRO; Efetivamente, existe uma flexibilização que se mostra com o crescimento, por exemplo, de empregados por conta própria e sem carteira no período.
4. VERDADEIRO; Existe um crescimento de subcontratações de empresas gerenciadoras de mão de obra no período em diversos setores, inclusive no setor industrial.
5. FALSO; Se tomarmos por informalidade as pessoas que trabalham sem carteira, há um crescimento deste indicador no período
6. **(2014 – 14**) Sobre a economia brasileira nas últimas duas décadas, pode-se afirmar:
7. houve redução do percentual de pobres na população na década de 1990, embora o número de pobres tenha aumentado entre 1990 e 1999.
8. o Programa de Aceleração do Crescimento ( PAC) definiu como objetivo central a expansão dos investimentos em infraestrutura.
9. No quinquênio posterior a sua adoção, o Plano Real contribuiu para a diminuição do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos.
10. a carga tributária bruta em relação ao PIB manteve-se relativamente estável nos primeiros anos após a adoção do Plano Real, mas começou a crescer no final da década de 1990, tendência esta que se manteve nos primeiros cinco anos do século XXI.
11. o tipo de planejamento adotado na última década privilegia aspectos de longo prazo, sem metas específicas para o curto e o médio prazos.

Resp:

1. FALSO, segundo dados de Paes de Barros, na década de 90 efetivamente a uma queda na porcentagem de pobres, especialmente no início da década que sai da fixa dos 40% para a dos 35% e se mantem relativamente estável na segunda metade da década de 90. Mas em relação ao número de pobres estes também declinam passando dos 60 milhões para algo próximo aos 50 milhões e aumentando ligeiramente no fim da década para algo próximo aos 53 milhões ainda sim inferior ao início da década.
2. VERDADEIRO, este é o cerne do PAC a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura
3. FALSO, ao contrário existe uma ampliação do déficit pois a balança comercial se torna negativa e os juros da dívida estão em patamares elevados
4. FALSO, pergunta controversa, existe um aumento da carga bruta no Brasil se comparáramos por exemplo 1994, 95 e 96 com 92/93, mas se compararmos 95 e 96 com 94 esta carga diminui um pouco passando a se acelerar no fim da década, nos anos iniciais do XXI se tomarmos 2005 contra 2000 existe um aumento mas 2003 e 2004 são ligeiramente inferiores a 2002.
5. FALSO, no planejamento existem metas de médio e curto prazo

## Questões abertas - Tópico 10

1. **(2013)** Wilson Cano critica fortemente a ideia de que a economia de São Paulo se desenvolveu, em boa parte, à custa do resto do Brasil. Comente.

1. (**1992**) A distribuição pessoal de renda no Brasil mostra, em termos de comparações internacionais, um alto grau de desigualdade, que se acentuou nas últimas duas décadas. Discuta as possíveis causas, tanto estruturais como conjunturais, desse fenômeno.
2. **(2003)** Compare o debate sobre a distribuição de renda na década de 1970 com o debate sobre a persistência da desigualdade no Brasil na década de 1990.
3. **(2004)** A partir dos anos 90, ocorreram profundas transformações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Descreva essas transformações e explique suas causas
4. **(2009)** A desigualdade e a pobreza no Brasil são fenômenos interligados, mas que não devem ser confundidos e reduzidos a um mesmo e único problema. Você concorda ou discorda? Por quê?
5. **(2013)** Avalie a distribuição de renda no Brasil após o Plano Real e os principais fatores que ajudam a explicar sua configuração.
6. (**2016**) Discuta as razões para a dinâmica da desigualdade de renda e seu impacto no desempenho global da economia brasileira em dois períodos: o Milagre Econômico e a segunda metade da primeira década do século XXI.
7. **(2015)** Desde o final do século XIX até o presente, o Brasil vem sofrendo com crises de balanço de pagamentos. Dentre as várias que ocorreram neste período, destaque duas que você considere relevantes para a história econômica do Brasil e descreva-as, procurando encontrar pontos de contato e afastamento, tanto de suas causas e consequências, quanto das suas formas de enfrentamento.
8. **(2017)** A política cambial é um dos mais importantes instrumentos da condução da política macroeconômica. No Brasil tivemos distintas políticas cambiais em diferentes épocas, buscando responder objetivos específicos de políticas macroeconômicas. Comente as características, objetivos e resultados de três destas políticas: a política de câmbios múltiplos instituída pela Instrução de nº 70 da SUMOC, a política de minidesvalorizações do período do Milagre Econômico e a política de âncora cambial estabelecida pelo Plano Real.
9. **(2019)** Crises cambiais costumam dificultar o pagamento de passivos externos, cuja solução exige negociações que podem envolver governos, agentes privados e instituições multilaterais internacionais. Apresente sucintamente esse processo de negociação nas crises dos anos 1890, de 1929 e de 1982.